Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Planejamento Urbano e Regional

**OS PARADIGMAS NEOLIBERAL E AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA: TRAMAS E TENDÊNCIAS DO DISCURSO HEGEMÔNICO DA
SUSTENTABILIDADE NA EUROPA E NO BRASIL**

**THE NEOLIBERAL AND ENVIRONMENTAL PARADIGMS IN THE CONFIGURATION OF
THE CONTEMPORARY TOWN: PLOTS AND TENDENCIES OF SUSTAINABLE HEGEMONIC
DISCOURSE IN EUROPE AND BRAZIL**

FERNANDO PINTO RIBEIRO

São Paulo
2014

FERNANDO PINTO RIBEIRO

**OS PARADIGMAS NEOLIBERAL E AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA: TRAMAS E TENDÊNCIAS DO DISCURSO HEGEMÔNICO DA
SUSTENTABILIDADE NA EUROPA E NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP, como requisito à obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientador: prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre

São Paulo
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: nandopribeiro@yahoo.com.br

R484p Ribeiro, Fernando Pinto
Os paradigmas neoliberal e ambiental na construção da cidade Contemporânea: tramas e tendências do discurso hegemônico da Sustentabilidade ne Europa e no Brasil / Fernando Pinto Ribeiro. – São Paulo, 2014.
310 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano E Regional) – FAUUSP.
Orientador: Eduardo Alberto Cusce Nobre

1.Neoliberalismo 2.Ideologia política 3.Política urbana
4.Sustentabilidade – Europa ; Florianópolis(SC) 5.Questão urbana
I.Título

CDU 301.152.4

FERNANDO PINTO RIBEIRO

**OS PARADIGMAS NEOLIBERAL E AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA: TRAMAS E TENDÊNCIAS DO DISCURSO HEGEMÔNICO DA
SUSTENTABILIDADE NA EUROPA E NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo – FAU/USP, como requisito à obtenção do título de Doutor.

Orientador:

_____
Prof: Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre (FAU/USP)

Banca Examinadora:

Membro: _____ *Instituição:* _____

Assinatura _____

Membro: _____ *Instituição:* _____

Assinatura _____

Membro: _____ *Instituição:* _____

Assinatura _____

Membro: _____ *Instituição:* _____

Assinatura _____

Dedico esta tese a você que a lê.

Versos de Agradecimento

Eu agradeço,
Mais do que tudo,
Aos meus alicerces,
Entes queridos,
Perenes amigos,
Agora, àquela criança de outrora, emerge doutor,
Indomável vitória, soberana, que devo a vocês com muito amor.

Eu agradeço,
Fiel aos meus sentimentos,
Aos paulistas, paulistanos e desvairados,
Pois por eles fui financiado,
Entre muitos dos povos,
Só neste vejo minha raiz,
Para eles me curvo em reverência, grato e feliz.

Eu agradeço,
Focando o futuro,
Aos centros da minha vida,
Unidades de excelência e do saber,
Universos de vivência e do beber,
Santa Casa dos criativos e criadores,
Por aqui passei com realização e mil ardores.

Mas eu agradeço de várias outras formas, e por isso mudo o estilo.

Eu agradeço também ao NOBRE,
Ao NOBRE que suporta,
Ao NOBRE de atenção,
Ao NOBRE e à todos os nobres,
Meus cumprimentos,
Minha maior gratidão.

EU agradeço à GUERRA,
Não a de sangue, mas de ideias,
GUERRA dos que vencem, superam, partilham,
GUERRA dos fortes, corajosos, destemidos,
GUERRA dos Alphas, dos centros e das periferias,
Agradeço à GUERRA dos inesquecíveis tempos idos,

Eu agradeço ao MORA,
Àquele que comeMORA junto,
MORAdor do Copan,
Que parceiro esse MORA, um típico espanhol tupiniquim,
Um EnaMORAdo da vida,
Amigo MOR Até o fim.

Eu agradeço...

FPR, aprendiz de poeta!

Somos governados não tanto pelo crescimento, mas por crescimentos. Nossa sociedade está fundada na proliferação, num crescimento que prossegue apesar de não poder ser medido por nenhum objetivo claro. Uma sociedade excrescente cujo desenvolvimento é incontrolável, que ocorre sem considerar sua autodefinição, onde a acumulação de efeitos anda a par com o desaparecimento das causas. [...] As próprias causas tendem a desaparecer, tornar-se indecifráveis, gerando a intensificação dos processos que se operam no vazio. Na medida em que existe um desvio e uma disfunção no sistema, um desvio das leis conhecidas que governam sua operação, existe sempre a perspectiva de transcender o problema. Mas quando o sistema se precipita sobre seus pressupostos básicos, ultrapassando seus próprios fins a ponto de não poder encontrar nenhum remédio, então não estamos diante de uma crise, mas de uma catástrofe. (BAUDRILLARD Apud Leff, 2008, p.24)

RESUMO

A cidade contemporânea é interpretada neste trabalho segundo a confluência de dois paradigmas implícitos ao processo de globalização. A legibilidade do fenômeno urbano aponta, dessa forma, para o espectro ideológico do neoliberalismo e para a emergência da questão ambiental como eixos estruturantes que permeiam a construção da cidade em suas múltiplas escalas e espaços. Antes vistos como separados, na égide da globalização o paradigma ambiental passa a se articular às forças de mercado e, na cidade, funda um discurso hegemônico que influirá diretamente no território sob diferentes modos de ação, mas predominantemente sob as estratégias do mercado e do Estado empreendedorista. Neste sentido, o trabalho analisa a natureza destes paradigmas em seu contexto histórico, seus significados para a formação de um discurso fundador de uma ideologia da “sustentabilidade”, e suas implicações na Europa e no Brasil, com especial atenção ao contexto francês e ao aglomerado urbano de Florianópolis, respectivamente. Na Europa, o discurso funda um novo modelo urbano, “a Cidade Sustentável”, enquanto padrão que centraliza as recentes políticas urbanas pelo continente e engendra alguns eixos de intervenção, tendo como principal o *écoquartier* ou bairro sustentável. Espalhados pelo território, imprimem o jogo do capital imobiliário, em que privatização e financeirização do espaço abrem caminho para o desperdício de terras. Da mesma forma no Brasil, grandes projetos imobiliários apropriam-se do teor discursivo da sustentabilidade e, neste processo, mantém um padrão de urbanização que caracteriza a cidade neoliberal, estruturalmente insustentável e formalizadora de um discurso simbólico que não induz à mecanismos de verdadeira transformação urbana. Ao buscar apontar ao máximo todas as evidências desta apropriação do discurso ambiental, o trabalho sinaliza um debate a respeito dos antagonismos oriundos deste processo e a perspectivas que o mesmo resguarda para o futuro das cidades.

Palavras Chave: Neoliberalismo, Questão Ambiental, Sustentabilidade, Europa, Florianópolis

ABSTRACT

The Contemporary City is viewed in this work as a result of a confluence of two paradigms linked to globalization process. It means that the urban phenomenon apprehension points to a neoliberal ideology and to the emergence of an environmental question as two structural axes that induce the city production in its multiples scales and spaces. Both paradigms develop themselves on two different and separated social basis, but under globalization influence the environmental paradigm begins to reinforce an articulated relation with market forces and, in the city, motive an hegemonic discourse that will directly make influence in the territory changes under different actions ways, especially under market strategies and the entrepreneur management. Thus, the work analyses the nature of these two paradigms in its historical contexts, the meanings to a formation of a sustainability ideology foundational discourse and the implications of both in Europe and Brazil, mainly in the French and Florianópolis urban region contexts. In Europe, the discourse establishes a new urban model, “the Sustainable Town”, as a pattern that centralizes the recent urban policies through the continent and generate some intervention axes, which the écoquartier or sustainable neighborhood reveals itself as a main example. However, spread on the territory they are an evidence of real estate capital interests and take part of a privatism and a financial approach in the urban space production, what inflicts gradually to the waste of urban land. At the same way in Brazil, huge urban real estate projects adapt themselves to sustainability contain discourse and, in doing that, reproduce a same urbanization pattern that characterizes the neoliberal town, which means that they are unsustainable and formalize a symbolic discourse that hind real mechanisms of changes in the city. In the objective of pointing the most evidences of that environmental discourse appropriation, this thesis intend to reveal a debate related to the antagonisms that came from this process and the perspectives implicated to the urban space in the future.

Keywords: Neoliberalism, Environmental question, Sustainability, Europe, Florianópolis

RESUMÉE

La ville contemporaine est interprétée dans cette thèse à partir de la confluence de deux paradigmes liés à la mondialisation. La compréhension du phénomène urbain est ainsi signalée par l'idéologie du néolibéralisme et par l'émergence d'un enjeu environnemental en tant que des axes d'influence dans la construction de la ville dans ses multiples échelles et espaces. Les paradigmes environnemental et néolibéral assument un développement unique selon des différentes bases sociales, pourtant ils s'articulent dans la période de la mondialisation et, par rapport à la ville, les deux forment un discours hégémonique dont l'influence sur le territoire sera directe et sous différents modes d'action, particulièrement par les stratégies du marché et de l'État entrepreneur. En ce sens, la thèse analyse la nature de ces paradigmes dans leurs contextes historiques, les aspects pour la formation d'un discours fondateur d'une idéologie de la "durabilité" et finalement les implications en Europe et Brésil, surtout en France et dans l'agglomération urbaine de Florianópolis. En Europe, le discours structure un nouveau modèle urbain, la "Ville Durable", une catégorie mise au centre des récentes politiques urbaines dans le continent et qu'instaure quelques axes d'intervention, notamment les *écoquartiers* ou quartiers durables. Ces représentent des projets qui se dispersent sur le territoire selon le jeu stratégique du capital immobilier, dont la privatisation et la financiarisation de l'espace conduiront de plus en plus à la gaspillage du foncier. Au Brésil, les grands projets immobiliers utilisent eux-mêmes le contenu discursif de la durabilité, mais ils sont également partie d'un modèle urbain néolibéral vecteur des contraintes à la durabilité et formulateur d'un discours symbolique qui ne conduit pas à des véritables mécanismes de changement de la ville. Donc, la recherche vise signaler les preuves de cette appropriation du discours environnemental par les institutions néolibérales et ainsi favoriser à un débat concernant ses antagonismes et, de même, souligner ce que cela apporte comme perspectives pour la ville d'avenir.

Mots Clés : Néolibéralisme, Enjeu environnemental, Durabilité, Europe, Florianópolis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pilares da Cidade Sustentável – Concepção dominante _____	106
Figura 2 – Boa Governança e os elementos da cidade sustentável, segundo Hall e Pfeiffer _____	110
Figura 3 – Selo écoQuartier _____	165
Figura 4 – La Caserne de Bonne, Grenoble _____	167
Figura 5 – Roubaix-Tourcoing-Wattrelos na aglomeração de Lille _____	168
Figura 6 – Nancy-Maxeville-Laxou _____	168
Figura 7 – Clichy-Batignolles _____	173
Figura 8 – Monconseil, Tours _____	173
Figura 9 – 34 hectares do écoquartier de la Clémentière, Grandville _____	174
Figura 10 – 115 hectares do écoquartier de la Courrouze, Rennes _____	175
Figura 11 – Confluence _____	176
Figura 12 – Galeria Comercial do bairro _____	177
Figura 13 – Tráfego nos arredores _____	177
Figura 14 – Galeria comercial _____	180
Figura 15 – Fachada externa _____	180
Figura 16 – Corredor Central _____	181
Figura 17 – Pátio interno _____	181
Figura 18 – Área verde central _____	182
Figura 19 – Localização do écoquartier em Grenoble _____	182
Figura 20 – Projeto da Caserne de Bonne _____	183
Figura 21 – La cité internationale de la gastronomie, Dijón _____	193
Figura 22 – Cité Descartes e a “Ville durable” de Paris _____	193
Figura 23 – Projeto Hikari, no écoquartier de la Confluence _____	194
Figura 24 – Mapa da economia verde em Estrasburgo, parte do programa de Eurooptimist _____	194
Figura 25 – Lotes 01 e 08 do projeto Movimento Terras, certificado BREEAM _____	215
Figura 26 – Publicidade com o selo Casa Azul _____	216
Figura 27 – Imagem do Setor Noroeste _____	220
Figura 28 – Panorama de uma parcela da Reserva do Paiva _____	221

Figura 29 – Vila Galé Ecoresort _____	223
Figura 30 – Ecoresort Ibiquá _____	223
Figura 31 – Santa Clara Ecoresort _____	223
Figura 32 – Oscar Inn Ecoresort _____	224
Figura 33 – O aglomerado urbano de Florianópolis em destaque _____	229
Figura 34 – Imagem do Portal da Habitasul e sua política em sustentabilidade _____	243
Figura 35 – Projeção Futura do Sapiens Park _____	245
Figura 36 – Variação Publicitária _____	247
Figura 37 - Setor Central do Pedra Branca _____	248
Figura 38 – A sustentabilidade por toda parte. _____	248
Figura 39 – Publicidade verde do SC401 Square Corporate _____	250
Figura 40 – Perspectiva harmônica do ambiente construído com o natural _____	250
Figura 41 – Sustentabilidade como eixo de produtividade no Vitória ECO Office _____	251
Figura 42 – Neo Generation _____	252
Figura 43 – Torres del Paine Residencial _____	252
Figura 44 – Recanto do Itacorubi _____	252
Figura 45 – Green Village Residence _____	253
Figura 46 – Green Village Residence 2 _____	253
Figura 47 – Jardim Botânico em São José _____	253
Figura 48 – Abordagem sustentável da Construgar, construtora vinculada a Incorporadora Kara José _____	254
Figura 49 – Empreendimento Vila do Cedro, em Palhoça _____	255
Figura 50 – Muro da Ecovila Sambaqui _____	255
Figura 51 – Águas do Santinho _____	256
Figura 52 – Selo ambiental da HANTEI Engenharia _____	256
Figura 53 – Recanto do Itacorubi _____	257

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1 – Princípios para a implementação de um écoquartier _____	154
Tabela 2 – Principais écoquartiers da primeira geração _____	158
Tabela 3 – Principais écoquartiers construídos ou em fase de construção na França _____	169
Tabela 4 – Unidades e m2 construídos na França nos últimos 20 anos _____	188
Tabela 5 – Repartição dos usos habitacionais e imóveis vazios _____	190
Tabela 6 – Certificadoras da construção “sustentável” no Brasil _____	213
Tabela 7 – Categorias de certificação LEED segundo diferentes tipologias _____	217
Tabela 8 – Critérios de certificação AQUA _____	218
Tabela 9 – O tratamento discursivo em alguns empreendimentos _____	225

Quadros

Quadro 1 – A estratégia Sustentável para as cidades: Principais Acontecimentos ____	102
Quadro 2 – Princípios de Sustentabilidade urbana para as Cidades Europeias ____	144
Quadro 3 – A estratégia Sustentável para as cidades na Europa: Principais Acontecimentos _____	148
Quadro 4 – 20 engajamentos de um projeto écoquartier _____	166

LISTA DE SIGLAS

- AID** - Associação Internacional de Desenvolvimento
- AQUA** - Alta Qualidade Ambiental
- BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BREEAM** - Building Research Establishment Environmental Assessment Method
- CASBEE** - Comprehensive Assessment System for Built Environment Efficiency
- CBCS** - Conselho Brasileiro da Construção Sustentável
- CCP** - Cities for Climate Protection
- CDEC** - Commision Départementale d'Équipement Commercial
- CEMR** - Council of European Municipalities and Regions
- CMMAD** - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNU** - Congress for the New Urbanism
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- GBCB** - Building Council Brasil
- HQE** - Haute Qualité Environnementale
- ICLEI** - Internacional Council for Local Environmental Initiatives
- INSEE** - Institut national de la statistique et des études économique
- IULA** - União Internacional de Autoridades Locais
- LEED** - Leadership in Energy and Environmental Design
- MEEDDAT** - Ministère de l'Ecologie, de l'Energie, du Développement Durable et de l'Aménagement du Territoire
- MIPIM** - Marché international des professionnels de l'immobilier
- OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- ONG** - Organização Não Governamental
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PLU** - Plans Locaux d'Urbanisme
- PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- POS** - Plans d'occupation des Sols
- SCOT** - Schémas de cohérence territoriale
- SDAU** - Schémas directeurs d'aménagement et d'urbanisme plans

UCLG - United Cities and Local Governments

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development

USGBC - United States Green Building Council

UTO - United Towns Organizations

WGBC - World Green Building Council

ZAC - Zones d'Aménagement Concerté

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Definição e fundamentação do objeto de pesquisa	20
A questão ambiental na produção do espaço urbano: referências empíricas na construção da pesquisa	21
Objetivos	26
Hipóteses	28
Metodologia	30
 CAPÍTULO I “QUE NEGÓCIO É ESSE DA SUSTENTABILIDADE”? O LIVRE MERCADO E O DISCURSO AMBIENTAL EM QUESTÃO	 39
1.1 Neoliberalismo e Ambientalismo: os vieses paradigmáticos da globalização	40
1.2 O neoliberalismo como paradigma do desenvolvimento	48
1.2.1 <i>A dimensão ideológica do Neoliberalismo</i>	51
1.2.2 <i>O significado da globalização neoliberal</i>	57
1.3 O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado	66
1.3.1 <i>O meio ambiente como instrumento de problematização: entre a crítica à visão mecanicista da natureza e o repensar do desenvolvimento</i>	67
1.3.2 <i>Racionalidade ambiental e econômica como pares antagônicos da globalização neoliberal</i>	77
1.4 A questão ambiental transformada em ideologia: a retórica verde neoliberal e o conceito de desenvolvimento sustentável	84

CAPÍTULO II PARADIGMAS GLOBAIS NA CIDADE: A AGENDA HEGEMÔNICA DA SUSTENTABILIDADE URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

	95
2.1 A Agenda Hegemônica do pensamento ambiental urbano e a emergência da “Cidade Sustentável”	99
2.2 Gênese e nexos basilares da agenda ambiental hegemônica	104
2.3 Canais de articulação da agenda hegemônica na política urbana	110
2.3.1 <i>Banco Mundial e a gestão urbana empreendedora.</i>	111
2.3.2 <i>O Conselho Internacional para as iniciativas ambientais locais – ICLEI</i>	114
2.4 A Sustentabilidade em sua dimensão de consumo: o papel do agente privado	118
2.4.1 <i>O Green Business enquanto oportunidade e tendência do mercado imobiliário</i>	118
2.4.2 <i>Estados Unidos: O New American Urbanism e o USGBC</i>	120
2.4.3 <i>O WGBC e a expansão mundial da edificação “verde”</i>	122
2.4.4 <i>Apontamentos iniciais do contexto europeu e brasileiro</i>	123
2.5 As cidades do mercado “verde” como tendência da urbanização contemporânea: uma perspectiva crítica	125
2.5.1 <i>Saber ambiental e globalização nas cidades: a reciprocidade entre comércio e ambiente</i>	126
2.5.2 <i>Cidade global ou Cidade Sustentável?</i>	128
2.5.3 <i>A subjetividade da concepção sustentável</i>	130
2.5.4 <i>As implicações territoriais do discurso hegemônico e suas variabilidades</i>	133

2.5.5	<i>O paradoxo da cidade neoliberal-sustentável</i>	135

Capítulo III A CAMPANHA “SUSTENTÁVEL” NA EUROPA E O FENÔMENO “ÉCOQUARTIER”

3.1	A Campanha Sustentável em nível Europeu: do discurso à transformação do território	141
3.1.1	<i>Carta de Aalborg</i>	142
3.1.2	<i>Relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”</i>	143
3.1.3	<i>Evidências de um discurso em marcha</i>	145
3.2	Os écoquartiers	150
3.2.1	<i>O que é um écoquartier?</i>	152
3.2.2	<i>O Norte da Europa e o surgimento de uma primeira geração de écoquartiers</i>	156
3.2.3	<i>O caso francês: do écoquartier ao ÉcoQuartier</i>	161
3.3	Principais écoquartiers Franceses	168
3.4	Elementos estruturais da (in)sustentabilidade no espaço europeu	184
3.4.1	<i>O conflito de interesses</i>	184
3.4.2	<i>Um espaço marginal</i>	185
3.4.3	<i>Imóveis vazios</i>	189
3.4.4	<i>A financeirização da produção urbana</i>	190
3.4.5	<i>O aprofundamento das urgências ambientais e sociais</i>	195

Capítulo IV A QUESTÃO AMBIENTAL E O MERCADO IMOBILIÁRIO NO BRASIL: O CASO DO AGLOMERADO URBANO DE FLORIANÓPOLIS-SC

4.1	A cidade brasileira face à ideologia neoliberal	204

4.2	O discurso ambiental e sua apropriação pelo mercado imobiliário no Brasil: um panorama_____	209
4.2.1	<i>As certificadoras em atuação no Brasil</i> _____	212
4.2.2	<i>Tramas e tendências em curso no Brasil: explorando alguns casos exemplares</i> _____	218
4.3	O Aglomerado urbano de Florianópolis e seus territórios de (in)sustentabilidade _____	227
4.3.1	<i>Formação do aglomerado urbano de Florianópolis: nexos e particularidades na dualidade Ilha - Continente</i> _____	229
4.3.2	<i>A questão urbana na Ilha de Santa Catarina</i> _____	234
4.4	O discurso ambiental e sua inserção nos recentes projetos na ilha e no continente _____	240
4.4.1	<i>Jurerê Internacional</i> _____	242
4.4.2	<i>O Sapiens Park e a SC-401: a Rota da Inovação e o protótipo da Cidade Sustentável</i> _____	244
4.4.3	<i>Cidade Universitária Pedra Branca: Urbanismo Sustentável</i> _____	246
4.4.4	<i>A vitrine ambiental em outros empreendimentos</i> _____	249
	CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	259
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	266
	ANEXOS _____	279

INTRODUÇÃO

Definição e fundamentação do objeto de pesquisa

A concepção deste trabalho resulta de um conjunto de pesquisas e reflexões dirigidas para o entendimento da produção do território e da urbanização contemporânea, em que o objeto de análise principal tem focado o papel de promotores imobiliários privados e do Estado enquanto indutores de padrões de urbanização. Na elaboração desta tese, a intenção é circunscrever a crescente inserção do paradigma ambiental nas esferas de decisão e produção da cidade, a partir de políticas, estratégias e conceitos incorporados nas ações do mercado imobiliário e do Estado. Mais precisamente, esta abordagem se ancora na análise contextual e histórica do ambientalismo e sua articulação às questões urbanas na Europa e no Brasil, onde empreendimentos urbanos tomam para si o discurso da sustentabilidade segundo uma lógica em a questão ambiental é utilizada enquanto estratégia comercial para recentes e futuros investimentos. Esta apropriação empresarial das demandas ambientais se constitui como indicativo instigante de questionamento acerca da formação da cidade sob a égide ideológica do neoliberalismo, o que configura o que chamaríamos de *paradoxo da cidade neoliberal sustentável*, um termo que se estabelece na medida em que as condições objetivas de reprodução da cidade neoliberal, ao mesmo tempo em que geram as causas fundamentais da problemática ambiental urbana, incorporam a mesma como mecanismo de sua própria legitimação e manutenção.

Nesta perspectiva, é digno de nota observar que o movimento ambiental se fortalece ao questionar os modelos de desenvolvimento econômico praticados no período fordista, cuja força motriz se baseava na crescente dominação da natureza como meio para o progresso. Porém, se na fase de expansão capitalista fordista a questão ambiental se coloca em oposição aos padrões de desenvolvimento, na fase neoliberal, contraditoriamente, se estabelece uma relação de interdependência entre ambas, em que a própria natureza e suas demandas seriam incorporadas como aspecto de redefinição das ações do mercado global e que, este mesmo mercado, encontraria os caminhos de restabelecimento das condições de sustentação da natureza. O conceito de desenvolvimento sustentável, sobretudo o postulado pelo

relatório Brundtland (1988), representa esta união da esfera ambiental e econômica, tornando-se referência para novos conceitos e para atuais e futuras estratégias empresariais de inúmeros setores da economia. Dessa maneira, Estado e mercado, na fase neoliberal, incorporam o conteúdo crítico da insustentabilidade e oferecem um novo significado de acordo com seus próprios propósitos, um elemento definidor da tese que buscamos desenvolver (ACSELRAD, 2004).

A questão ambiental na produção do espaço urbano: referências empíricas na construção da pesquisa

A intensificação deste discurso crítico da insustentabilidade revela o imperativo ambiental como elemento de influência decisiva no direcionamento de políticas empresariais e governamentais. Em particular à cidade, a incorporação do discurso ambiental na produção do território tem se constituído uma tendência, observada ao longo dos processos de reestruturação urbana ocorridas na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1970. É preciso considerar que em ambos os contextos, a decorrência de um significativo êxodo de atividades industriais e de investimentos impele na modificação gradativa dos modelos de gestão. A reversão deste processo aponta para a substituição de um planejamento integrado e centralizado, para outro estrategicamente voltado à atração de investimentos públicos e privados, adequadamente moldado às lógicas que movem a economia global e o livre-mercado: parcerias público-privadas, desregulação urbanística, investimentos públicos em grandes projetos de renovação urbana, incentivos ao setor imobiliário, promoção da arquitetura e do urbanismo espetacular, marketing urbano, etc. Estes mecanismos expressam o modelo de planejamento e gestão da cidade neoliberal, em múltiplas escalas e espaços, em que o objetivo primaz é tornar a cidade um ativo de acumulação, um ambiente favorável aos negócios e à competitividade. Citamos aqui dois exemplos bem emblemáticos das mudanças territoriais decorridas de processos de reestruturação: a de *Battery Park*, em Nova Iorque, e a de *London Docklands*, em Londres, ambas envolvendo projetos de reabilitação de áreas degradadas, executadas em parceria conjunta do poder público com a iniciativa privada.

Em extensão, intervenções carregadas com o discurso sustentável elaboram projetos que têm se disseminado nestes e em outros países. Nas cidades norte-americanas, por exemplo, a ideologia da sustentabilidade passa a interferir no processo de gestão e planejamento em projetos setoriais e metropolitanos de requalificação urbana, citando, por exemplo, a influência do *Smart Growth*, um movimento urbanístico de forte apelo ambiental e de alto teor crítico ao padrão suburbano da cidade norte-americana. O *Smart Growth* atribui importância expressiva às chamadas “comunidades sustentáveis”, planejadas seguindo princípios de defesa às altas densidades, ao zoneamento misto e à conexão com redes de transporte coletivo, essenciais para a diminuição dos gastos de energia na mobilidade. Uma das correntes que levam as idéias do *Smart Growth* é o chamado *New Urbanism*, como veremos mais adiante, cujos projetos se ampliaram na década de 1980 sob o controle maciço da esfera privada e da descentralização do planejamento urbano de Estado. Este fator, atrelado à transição gradativa dos modelos de gestão no planejamento, expõe a fase neoliberal como indutora de parcerias público-privadas e de projetos elaborados na escala do lugar, específicos e pontuais, em detrimento de posturas mais holísticas e integradas que levam em conta o espaço intra-urbano em sua complexidade interna e sua relação com a área metropolitana.

Estas intervenções do *New Urbanism*, em conjunto com os exemplos de *Battery Park* e *London Docklands*, ainda representam pouco do que têm ocorrido nas metrópoles pelo mundo, onde empreendimentos da nova “arquitetura espetacular” tomam a paisagem em múltiplas escalas de intervenção. Podem ser grandes operações pontuais de reabilitação urbana, ou projetos pouco mais abrangentes (um caso bem elucidativo é o projeto de renovação do centro de Madri), além de outras intervenções mais específicas conduzidas pelo setor privado em projetos de criação e renovação de bairros e quarteirões, condomínios, loteamentos, etc. Nestas diferentes escalas surgem técnicas, concepções urbanísticas, princípios arquitetônicos, legislações, e outros elementos que orientam empreendimentos para um ideal “sustentável”. Um sentido de sustentabilidade que se complementa à cidade competitiva, incorporando-se como referência simbólica para novas maneiras de compreender a cidade. Sanchez enfatiza que esta cidade é àquela dos “lazers mercantilizados, dos pólos de

atratividade turística, dos projetos ecológicos de recuperação de rios e fundos de vale e de parques associados a grandes projetos imobiliários de condomínios de alto padrão” (SANCHEZ, 2009, p.179).

Na cidade brasileira o mesmo processo ocorre, não obstante adquira outros significados e impactos em função das contradições estruturais que regem a urbanização. Suas engrenagens apontam para uma ordem espacial pautada pela dominação e concentração da terra e das instâncias de poder, pela industrialização tardia e incompleta, pela falta de regulação e controle do uso do solo, dentre outros fatores¹. Com o prevalecimento das políticas neoliberais, duas conseqüências territoriais podem ser mencionadas no caso brasileiro: a primeira enfoca as implicações macroeconômicas impostas ao país, cujas resultantes terão forte impacto sobre o território, sobretudo na expansão de pólos de pobreza². Não se pretende aqui detalhar as determinações espaciais dos impactos da política econômica, senão apenas reforçar as determinantes negativas na área da habitação e do emprego, que, entre os finais dos anos 80 e meados dos anos 90, colaboraram para ampliar o número de assentamentos ilegais e precários, assim como induziram no aumento da criminalidade urbana. A segunda leitura diz respeito à influência do ideário na esfera do planejamento, a partir da promoção do marketing urbano, da recuperação de bairros decadentes e na aplicação maciça de infraestrutura em setores pontuais da cidade, de forma a atrair investimentos. Corresponde ao que já se processa na Europa e nos Estados Unidos, com a apropriação de instrumentos estratégicos de gestão.

Ambas as conseqüências remetem para o entendimento do fenômeno da expansão de condomínio fechados, cujo acirramento das competitividades no setor imobiliário irá se utilizar da própria problemática urbana para o desenvolvimento de

---

¹ De caráter eminentemente histórico, esta ordem urbana implica na modernização seletiva das cidades sem, entretanto, romper com as estruturas sociais vigentes desde a época colonial, quando a elite dominante consolida sua apropriação dos meios de produção, do Estado e da terra. Como conseqüência, se constitui uma urbanização regida por uma industrialização de baixos salários, insuficientes para acompanhar o mercado da habitação, somado a uma ordem administrativa em que prevalece a cultura política da indistinção e da ambigüidade entre o público e o privado, entre o real e o legal, aspectos que, sob influencia neoliberal, só irão se aprofundar. (MARICATO, 2000)

² Compromisso da dívida externa com o FMI, corte nos gastos públicos, abertura econômica, estabilização da moeda, etc. Tais medidas revelam a política de atração de investimentos estrangeiros e de adequação à internacionalização do capital, o que, internamente, repercutiu negativamente na indústria nacional e na oferta de trabalho, amplificando o de caráter informal.

estratégias de marketing, dentre as quais surge a de cunho ambiental, caracterizada pela dispersão de empreendimentos concebidos como “sustentáveis”. Tomamos como exemplo as chamadas “Ecovilles”, nomenclatura utilizada para caracterizar inúmeros empreendimentos privados fechados no Brasil que adotam tecnologias com certificado “verde”. É o caso de empreendimentos em Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande, dentre outras. Em Florianópolis, outro exemplo é o surgimento do empreendimento sustentável Cidade Pedra Branca e o Sapiens Park, grandes investimentos que agregam conceitos ambientais em conjunto com elementos associados à sustentabilidade social e econômica. O discurso parece sempre o mesmo: sua função é atender as demandas ambientais atuais e futuras, mediante mecanismos específicos de engenharia a fim de se racionalizar os recursos naturais e melhorar o tratamento dos resíduos. Pelo lado urbanístico, são projetadas áreas verdes e planejados setores com zoneamento misto, com a finalidade de atenuar o uso do carro a partir de uma acessibilidade maior aos serviços urbanos.

Neste sentido, a trajetória empírica sobre um destes empreendimentos possibilitou o desenvolvimento das questões e reflexões implícitas nesta tese, num recorte espacial conduzido no aglomerado urbano de Florianópolis. Aqui se tornou possível observar a dispersão continuada de grandes empreendimentos privados em paralelo à difusão de conflitos sociais das mais variadas ordens, sobretudo àqueles ligados aos aspectos ambientais. A dimensão destes conflitos passa a expressar as contradições entre a preservação do espaço público, não somente enquanto espaço de socialização cotidiana, mas também como espaço de interação entre o homem e a própria natureza, e o avanço acelerado da esfera privada institucionalizada nas ações do mercado imobiliário e seu crescente domínio sobre os espaços de grande potencial para investimentos, muitos deles de fragilidade ambiental.

É neste contexto que surge um indicativo interessante de articulação entre questão ambiental e mercado imobiliário, verificado em pesquisa do autor em nível de mestrado. Nesta, o foco de análise se concentrou sobre uma intervenção urbana nos arredores de Florianópolis, cujo objetivo se voltou para edificação de um bairro ou setor central com atributos específicos. Este setor, situado no chamado empreendimento Cidade Universitária Pedra Branca, em Palhoça (Município localizado

à sudoeste da ilha de Santa Catarina, onde se assenta a cidade de Florianópolis), foi projetado com base em princípios do *New Urbanism*, uma corrente urbanística norte-americana originada do *Smart Growth*, como já mencionado anteriormente. Este é um modelo urbanístico difundido desde a década de 80, utilizado em projetos de requalificação de bairros, ruas, quarteirões, cidades e até regiões, tendo nas figuras de Andres Duany, Elizabeth Plater Zyberk e Peter Calthorpe seus maiores difusores (TAHCHIEVA, 2005). Para os empreendedores do Pedra Branca, o New Urbanism não só embasaria a construção do setor central, como também responderia as perspectivas de auto-suficiência do loteamento. Esta intervenção encontrada em Palhoça passou a se promover como uma cidade-conceito no que se refere às questões ambientais, acompanhando o discurso da mídia local e do poder público de que a Cidade Pedra Branca constituía-se como um protótipo futurístico de cidade, a “cidade-sustentável”. Nesta, que na realidade não passa de um setor específico de um grande loteamento voltado para habitantes de média e alta renda, estão em processo de edificação 20 quadras que abrigarão prédios certificados pelos USGBC (*United States Green Building Council*), o conselho norte-americano de prédios verdes. Este selo é concedido para edificações que apresentem mecanismos para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, energéticos e materiais, com o objetivo principal de reduzir o desperdício. Além disso, neste projeto as quadras se pautam pelo uso misto, fator em que se credita à formação de um bairro com urbanidade no decorrer do dia e uma maior acessibilidade aos serviços para o pedestre.

Portanto, estes atributos atrelados à pesquisa no empreendimento, associados às especificidades urbanas do aglomerado urbano de Florianópolis, elaboraram a sistematização das primeiras reflexões e questionamentos desta pesquisa. Vale ressaltar que outros empreendimentos em Florianópolis têm acompanhado a tendência atual de utilização das demandas ambientais a partir de conceitos, técnicas, e ações que, direta ou indiretamente, congregam na noção de sustentabilidade uma importante estratégia de mercado. Tomada como área de investigação, a capital catarinense e seus municípios de entorno emprestam, em conjunto com a pesquisa empírica sobre o espaço urbano Europeu, os estudos de caso de maior relevância para o desenvolvimento desta pesquisa. Em ambos os contextos, o trabalho almeja

perceber como Estado, Mercado e Sociedade intervêm na produção do espaço urbano, em que pese como fio condutor a problemática ambiental e os antagonismos inerentes à cidade neoliberal no Brasil e no contexto internacional que lhe influencia diretamente.

Objetivos

Esta delimitação da problemática da pesquisa implica, portanto, na busca de uma abordagem mais holística em torno de um duplo paradigma formulado pelo discurso ambiental e neoliberal, que, embora compreendam idéias conflitantes e até excludentes entre si, tendem a se complementar mutuamente na produção do espaço urbano. Em consonância, os objetivos se inscrevem na delimitação dos elementos fundadores da cidade neoliberal e da questão ambiental, bem como na articulação entre ambas numa perspectiva internacional e brasileira. Esta abordagem se desdobra através de algumas questões de partida: de forma mais geral, uma delas está em compreender como os paradigmas neoliberal e ambiental contribuem para a legibilidade da cidade contemporânea. Especificamente, é verificar quais elementos constroem uma identidade urbana neoliberal e qual o significado e as funções que o paradigma ambiental adquire neste modelo identitário? Como se caracteriza a racionalidade ambiental que será incorporada nesse modelo de cidade? Como a mesma condiciona novas formas de urbanização?

Por intermédio destas questões de partida, o **Objetivo Geral** do trabalho buscará, fundamentalmente: demonstrar como se realiza esta articulação entre ambientalismo e produção do espaço urbano, o que consiste em observar, de um lado, as ações do poder público a partir da elaboração de grandes e médios projetos urbanos e, de outro, os propósitos do capital privado na execução de empreendimentos que se apropriam do discurso ambiental como estratégia empresarial. O trabalho entende que o paradigma ambiental, como instrumento de aplicação prática das ações do Estado e do mercado, se insere num processo maior associado às implicações que a ideologia neoliberal e a globalização econômica acarretaram ao planejamento e gestão do território urbano.

Especificamente, a análise deve circunscrever:

- a) **O contexto teórico, conceitual e histórico dos chamados paradigmas da globalização: neoliberalismo e ambientalismo**, de modo a fundamentar e compreender os elementos centrais constituintes à urbanização contemporânea.
- b) **A formação de um discurso ambiental hegemônico como categoria essencial da articulação paradigmática**, cuja atenção estará em sublinhar seus fundamentos e seus canais de implicação no território. Em outras palavras, deve circunscrever a noção de sustentabilidade ao contexto urbano.
- c) **As implicações deste discurso nas transformações urbanas do continente europeu, mais especificamente na França, bem como do Brasil, com especial atenção ao município de Florianópolis**. Neste aspecto deve considerar as práticas sustentáveis mais significativas, as medidas ambientais, os empreendimentos de cunho sustentável, etc.

Através do alcance desses objetivos específicos, o trabalho deve *permitir a compreensão de como o paradigma ambiental se aglutina ao processo de produção do espaço, assim como do panorama do mercado a partir de seus recentes produtos imobiliários. Da mesma forma, deve demonstrar as atuais tendências de dispersão de intervenções sustentáveis, sua relação com os agentes econômicos determinantes na produção da cidade e, por fim, os principais impactos gerados ao espaço urbano de entorno.*

Assim colocado, o trabalho propõe conduzir um estudo qualitativo que se divide em analisar, de um lado, o significado do que podemos chamar de cidade neoliberal sustentável, mediante um viés histórico e geoespacial dos processos urbanos em curso, contornando a dispersão de empreendimentos sustentáveis. De

outro lado, procura circunscrever o teor do discurso sob o qual está fundanda a ideologia da sustentabilidade com base nas intervenções analisadas.

Hipóteses

Desta apresentação inicial a respeito do objeto da tese e de seus objetivos, convém afirmar que ambos tampouco se desenvolveram como elementos resultantes de pesquisa ou análises isoladas, mas de um conjunto de reflexões sobre a cidade contemporânea que englobam tanto o aspecto empírico como o arcabouço teórico contribuinte para o avanço dos estudos urbanos. O que se busca reiterar é que, sob um processo aplicado de pesquisa e sob a leitura de bibliografias começaram a se formular algumas premissas que passaram a fundamentar a hipótese principal.

Uma dessas premissas é de que as experiências conduzidas em Florianópolis a respeito da Cidade Sustentável Pedra Branca, os inúmeros projetos baseados no New Urbanism nos Estados Unidos, os projetos de comunidades sustentáveis na Europa, dentre outros, nos permite conjecturar na crescente aproximação de elementos ambientais no planejamento urbano, no urbanismo, nas políticas públicas e no mercado imobiliário. Decerto, tal premissa aponta o discurso ambiental como um fator que tem interferido diretamente na produção da cidade, o que constitui na resignificação do ambientalismo na escala espacial urbana na medida em que este passa a conduzir os agentes produtores do espaço, os quais citamos, sobretudo, o Estado e os promotores imobiliários. Em outras palavras, se antes o discurso ambiental se aloja na esfera crítica de uma urbanização predatória, representativo aos resíduos atrelados ao crescimento da cidade, neste momento o mesmo discurso se aglutina às engrenagens deste mesmo crescimento, influenciando-o direta e indiretamente.

Em extensão, dentro dessas conjecturas, o trabalho entende como outra premissa que o paradigma ambiental emergente na década de 60, ao ser incorporado pelas instituições neoliberais, se fragmenta e passa a comportar duas interpretações divergentes a respeito das perspectivas de desenvolvimento. Acredita-se que o teor desta ruptura preserva o movimento ambiental enquanto movimento social, crítico à

economia da superprodução e do superconsumo, mas crente que um desenvolvimento sustentável somente pode ser atingido quando superadas às lógicas do capitalismo. Por outro lado, este paradigma ambiental adquire novo significado, ao ser utilizado como mecanismo de transformação do mercado em vários setores da economia, cuja ideia essencial reside na apropriação do paradigma como meio para sobrevivência das empresas, bem mais do que do próprio planeta. Aqui está fora de questão qualquer alteração estrutural na lógica de mercado.

Nesta reflexão, ambas as premissas formulam o teor da hipótese principal da tese: de que as instituições neoliberais incorporam o discurso ambiental e o conteúdo crítico direcionado às contradições trazidas pelo desenvolvimento econômico, e o transformam em ideologia na dispersão de conceitos que gravitam em torno do que denominam de sustentabilidade. Neste sentido, na escala urbana reforça-se um discurso ambiental que elabora um projeto essencialmente geoeconômico e geopolítico, e que tal projeto apenas se fundamenta sob a égide da ideologia neoliberal. Assim se considera que as condições ambientais têm fortalecido a ação dos promotores imobiliários, funcionando com uma engrenagem na esfera competitiva ao expressar o “comprometimento” do setor com estas preocupações. Nesta lógica, a noção de sustentabilidade urbana para os setores econômicos se insere num modelo futurístico de cidade, a ser modelada por um processo re-educativo de formação de uma geração consciente e amante da natureza, mas que “ignora” pontos fundamentais associado ao incremento do consumo e à busca pelo crescimento de forma ilimitada.

Fundamentalmente, questiona-se o que estaria por trás de um grande empreendimento dito sustentável? Certamente um grande número de moradores que são consumidores de produtos, espaço e conforto. Também temos custos com materiais na construção e na manutenção, e outros custos urbanísticos fruto da ocupação dispersa no conjunto da cidade. É importante ressaltar que, embora o conjunto das obras contribua para certas necessidades ligadas ao consumo de energia, água e lixo, destacamos como seu papel negativo para o consumo de espaço, o que significa terra urbana. De maneira indireta, este domínio espacial traz um ônus ambiental ao dificultar o acesso de classes média e baixa ao conjunto da cidade, que, sem opção, ocuparão locais de risco ambiental. Este ponto deve ser destacado porque

o conceito de sustentabilidade atrelado aos empreendimentos tende a ser utilizado como a ação do empresariado imobiliário na diminuição dos problemas ambientais, encontradas em frases do tipo: “Com estes empreendimentos estamos fazendo a nossa parte, dando a nossa contribuição individual para a diminuição do aquecimento global, para o menor uso dos recursos energéticos, hídricos, etc.”.

Inicialmente entendemos que condomínios e empreendimentos em geral, sejam convencionais ou de cunho “sustentável”, possuem uma grande parcela de responsabilidade no modelo fragmentado de urbanização, responsável por limitadores à qualidade de vida da população, como congestionamentos, poluição atmosférica e sonora, exclusão social e falta de sociabilização, valorização exacerbada da terra urbana, dentre outros. Diante dessas considerações, ressalta-se uma hipótese subordinada à anterior, amparada na argumentação de que estes recentes empreendimentos sustentáveis vêm adquirindo cada vez mais a atratividade do setor imobiliário em detrimento de outros convencionais, sobretudo pela existência de uma demanda de mercado formada tanto pelo número menor de empreendimentos “sustentáveis” em relação aos convencionais, quanto pelo aumento de consumidores que buscam estes novos tipos de construções incentivados pelo destaque dado aos problemas ambientais nos últimos anos.

Convém ressaltar que estas premissas e as hipóteses resultantes representam proposições centrais que tem conduzido as reflexões em torno do objeto de estudo.

Metodologia

A luz desta estrutura de trabalho construiu-se uma metodologia que pode ser dividida em duas etapas essenciais: **uma de levantamento e leitura de bibliografias** e outra de **investigação em campo**. Estas duas etapas compõem a matriz metodológica de construção da tese, cuja sistematização dos capítulos adota uma linha de reflexão que entende o objeto de estudo enquanto expressão de um determinado período histórico, ou, em outras palavras, que se assume como especificidade espacial construída sob a influência de paradigmas constituídos pela globalização.

Sinteticamente, a estrutura da tese está delineada em quatro capítulos que procuram organizar: **os fatores processuais e históricos que fundamentam o objeto (Capítulo 1); suas implicações urbanas no contexto internacional e a formulação de uma matriz discursiva ambiental hegemônica (Capítulo 2); as evidências espaciais dos elementos discutidos nos capítulos 1 e 2 na Europa, sobretudo na França (Capítulo 3); e, por fim, no Brasil, com especial atenção para o aglomerado urbano de Florianópolis (Capítulo 4).**

Neste sentido, o levantamento das bibliografias compôs etapa significativa do processo metodológico na medida em que ofereceu os subsídios analíticos, teóricos e conceituais para o desenvolvimento da etapa seguinte. Constituiu pesquisas em livros, periódicos acadêmicos e jornalísticos, documentos eletrônicos, entrevistas, e outros materiais que contribuíssem para o entendimento do neoliberalismo, do movimento ambiental, dos processos urbanos sofridos nos últimos 40 anos, sobretudo no Brasil, mas também em âmbito internacional. A este respeito, o trabalho buscou contribuições que permitissem enxergar os processos multiescalares do objeto, buscando uma análise interdisciplinar, mas que priorizasse os aspectos de interesse do planejamento urbano e do urbanismo.

Este processo culminou na elaboração total do capítulo 1 e 2. No primeiro se encontra uma análise de base da tese, com o intuito de demonstrar que os atuais projetos imobiliários de caráter sustentável na cidade apenas adquirem significado se vinculados a determinados paradigmas constituídos na era global, considerados aqui como seus elementos estruturais. O neoliberalismo enquanto engrenagem ideológica que reorienta o processo de globalização constitui um destes paradigmas, pois molda um “pensamento único” que fundamenta a produção do território, a prática política, as ações do mercado, as culturas individuais, etc. Do mesmo modo, o discurso matizado pelo ambientalismo, conforme se reafirma nas abordagens críticas ao desenvolvimento econômico, se consolida nas instituições de gestão desse mesmo desenvolvimento, nos Estados e no mercado, reinando como discurso que funda as visões prospectivas da sociedade capitalista.

Colocado desta forma, o trabalho parte do princípio que o entendimento pleno do objeto somente se realiza atentando-se ao caráter processual de expansão desta

dualidade paradigmática e suas repercussões no contexto urbano internacional e brasileiro. Nestes termos, o capítulo 1 estabelece uma discussão de base a respeito do viés ideológico do neoliberalismo e seu fortalecimento no processo de transição do regime de acumulação capitalista. Do mesmo modo a discussão se volta para o entendimento do paradigma ambiental e sua respectiva incorporação nas esferas de mercado.

Neste sentido, as referências bibliográficas utilizadas comportaram um debate que permitiu enxergar os mecanismos de transição estrutural do capitalismo e as conseqüentes implicações econômicas, políticas e territoriais. Para tanto, alguns autores ofereceram suporte fundamental para elaboração de um viés interpretativo do paradigma neoliberal, dentre eles: David Harvey (1989)³(2005)⁴; José Luís Fiori (1997)⁵; Octávio Ianni (1994)⁶, dentre outros.

A perspectiva do paradigma ambiental foi trabalhada à luz de suas origens e desdobramentos, de modo a explorar as bases históricas de construção do movimento ambiental e de uma racionalidade ambiental crítica. Do mesmo modo, discute os elementos mais gerais que caracterizam a institucionalização do debate ambiental e as principais contribuições voltadas em problematizar o desenvolvimento, nascentes nas esferas acadêmicas e políticas. Nesta abordagem o capítulo procura revelar uma nova racionalidade que caminha em paralelo ao fortalecimento da ideologia neoliberal no bojo dos mercados e do Estado, de forma a evidenciar os antagonismos entre uma racionalidade ambiental crítica e uma racionalidade econômica capitalista conduzida pelo marco ideológico do neoliberalismo. Tais contraposições introduzem a parte final do capítulo, que analisa de que modo ambas as racionalidade se integram e consolidam os chamados mercados “verdes”, segundo os princípios da agenda 21 e do conceito de desenvolvimento sustentável. Para o cumprimento das abordagens principais partiu-se de algumas referências essenciais encontradas em documentos institucionais: Relatório *Brundtland*⁷ (1987); Relatório Final da Conferência das Nações

---

³ HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

⁴ HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁵ FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997

⁶ IANNI, Octávio. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994

⁷ BRUNDTLAND, G. **Nosso futuro comum**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

Unidas sobre o Meio Ambiente⁸(1992); e outros autores como: Enrique Leff (2010)⁹(2011)¹⁰; José Eli da Veiga (2010)¹¹; Henri Acselrad (2004)¹²; Carlos Walter Porto Gonçalves (2004)¹³(2006)¹⁴, Ignacy Sachs (2006)¹⁵, Fernando Almeida (2002)¹⁶(2007)¹⁷, dentre outros. Embora se distancie de uma análise urbana, o capítulo 1 visa reforçar como a temática ambiental se aglutina aos processos econômicos, sociais e políticos do neoliberalismo, baseando teórico e conceitualmente os capítulos subseqüentes que tratam integralmente da cidade.

Dessa forma, o capítulo 2 amparou-se no conteúdo geral elaborado no primeiro para expor a gradativa inserção do teor ambientalista na produção da cidade, um fenômeno que se justifica apenas se estabelecidos os nexos conceituais da cidade neoliberal. A proposta central residiu na exposição de como uma “questão urbana” engendradora pelo neoliberalismo se articula com uma “questão ambiental”, e de que forma ambas se articulam para a disseminação de inúmeros projetos que levam a alcunha da sustentabilidade. A finalidade é demonstrar como a partir de uma nova cidade produzida pela ideologia neoliberal gerou não somente “cidades-globais”, mas também as chamadas “cidades-sustentáveis” enquanto expressão central da articulação paradigmática discutida no capítulo 1. Neste ponto, a investigação remete à análise de formação de um discurso ambiental hegemônico, cujas premissas passam a fundamentar ideologicamente à produção de novas formas territoriais amparadas pela questão ambiental. Do mesmo modo, verifica os canais por onde o discurso começa a interferir no processo de produção da cidade, a partir da ação dos atores públicos e privados. Por fim, a abordagem se respalda em uma perspectiva crítica

---

⁸CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE. AGENDA 21. Disponível em: www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf.

⁹ LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

¹⁰ LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.

¹¹ VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

¹² ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.

¹³ PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. **O desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁴ PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹⁵ SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

¹⁶ ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

¹⁷ ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

deste processo de disseminação da “Cidade Sustentável” através da análise documental que a institui, bem como dos agentes que a promovem, o que significa, em outras palavras, compreender no fenômeno urbano as limitações do conceito de sustentabilidade segundo a maneira em que é estabelecido.

As abordagens principais que respaldam este capítulo incluem: Keeler e Burke (2010)¹⁸; Beatley (2000)¹⁹; Borja e Castells (1997)²⁰; Le Goix e Veyret (2011)²¹, Moffat (2012)²²; Oliveira (2009)²³, e Compans (2009)²⁴. Outros documentos contributivos de maior destaque apontam para o arcabouço institucional do Banco Mundial e do Conselho Internacional para a iniciativa ambiental local (ICLEI).

Nos capítulos posteriores, a etapa de análise das bibliografias também foi essencial, embora dependessem, para sua total elaboração, dos procedimentos de investigação de campo. Assim, o capítulo 3 inicia uma nova etapa no tocante à proposição metodológica, pois visa demonstrar como tal discurso observado no capítulo anterior atravessa as escalas e os espaços para, por fim, induzir no processo de urbanização. Nesta fase o recorte espacial aponta para a Europa, com especial interesse para a França, onde podem ser observadas evidências elucidativas concernentes à apropriação do viés sustentável em âmbito urbano. A avaliação procura sublinhar como a agenda hegemônica discutida no capítulo 2 influenciará para a formulação de uma “campanha sustentável em nível continental”, e de que forma a mesma trará implicações territoriais importantes ao longo dos anos. A reflexão centraliza suas atenções nos documentos mais nucleares à campanha europeia, e se ampara na observação de como e sob quais princípios o discurso ambiental evolui,

¹⁸KELLER, Mike; BURKE, Bill. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

¹⁹BEATLEY, Timothy. **Green Urbanism: Learning from European Cities**. Washington, DC: Island Press, 2000.

²⁰BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuek. **Cities as political agents**. In: Local and Global-Management of cities in the Information Age. London: Earthscan Publication, UNCHS, 1997.

²¹LE GOIX, Renaud.; VEYRET, Yvete. **Atlas des Villes Durables – Écologie, Urbanisme, Société: l'Europe est-elle un modèle?** Paris: Autrement, 2011

²²MOFFAT, Sebastian; et al. **Eco² Cities Guide - Ecological Cities as Economic Cities**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development - The World Bank, 2012.

²³OLIVEIRA, Fabrício Leal. **Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI**. Acselelad, Henri. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

²⁴COMPANS, Rose. **Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade?** Acselelad, Henri. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

sem deixar de apontar, da mesma forma, alguns indicativos que demonstrem sua influência no campo político e econômico. Em seguida, o capítulo comporta um estudo sobre o que considera a evidência mais esclarecedora no que diz respeito ao objeto da pesquisa, os denominados *écoquartiers* ou bairros sustentáveis. Explora, assim, os significados destes bairros para remodelação das cidades européias, seus princípios fundadores e sua dispersão espacial, cujo intuito é demonstrar, o tanto quanto possível, que o objeto de investigação deste trabalho não somente se constata como uma realidade concreta, mas que influencia de maneira crescente a produção da cidade. Mais além, observa as limitações do discurso ambiental que respalda os *écoquartiers* através de antagonismos entre o discurso e a prática cotidiana.

A pesquisa se alicerçou em visitas técnicas a determinados empreendimentos considerados mais exemplares e de maior repercussão no contexto europeu. São eles a Caserne de Bonne, em Grenoble, a Confluence, em Lyon, e Hammarby Sjostad, em Estocolmo. Basicamente, a avaliação teve por objetivo detectar: a) como a questão ambiental se incorpora nos empreendimentos; b) quais mudanças, negativas ou positivas, os mesmos vêm induzindo ao entorno; c) como se integram ao conjunto da cidade, levando em consideração a acessibilidade aos serviços, moradia, emprego, mercado de terras e transporte, bem como sua localização em relação à centralidade principal do espaço urbano;

Por fim, a análise se complementa na crítica à estes modelos de “sustentabilidade”, com base em argumentos que inscrevem impossibilidades estruturais associadas à ideologia neoliberal e suas instrumentalizações vinculadas ao espaço urbano, notadamente marcadas pela gestão empreendedora e pelo teor competitivo que subordina interesses gerais aos propósitos de agentes privados de grande poderio econômico.

Dentre as referências que auxiliaram para a produção deste capítulo, desde a discussão em torno da campanha sustentável na Europa até a análise dos *écoquartiers*, as mais relevantes se encontram nas contribuições da Carta de Aalborg (1994)²⁵, do

---

²⁵ AAVV. **Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg**. Aalborg, I Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, 1994.

relatório cidades européias sustentáveis (1996)²⁶, assim como em: Emelianoff (2010)²⁷ (2011)²⁸; Lefèvre (2008)²⁹; Souami (2008)³⁰, Charlot-Valdieu e Outrequin (2011)³¹, Charlot (2011)³², e Cluzet (2007)³³. Em adição, também foram consideráveis as contribuições do Ministério de Ecologia, Energia, Desenvolvimento Sustentável e de Gestão Territorial do governo francês (MEEDDAT), com destaque para seu acervo eletrônico relativo aos écoquartiers.

No capítulo 4 o espaço urbano brasileiro recebe prioridade, e a bibliografias trabalhadas auxiliam na inscrição dos elementos históricos de formação da sociedade brasileira, os processos desiguais de urbanização e as contradições sócio-ambientais a ele associados. No mesmo capítulo se inclui o debate sobre a Região Metropolitana de Florianópolis, que oferece as evidências empíricas necessárias para fundamentar a abordagem proposta na tese. O capítulo empreende uma discussão que demonstra como as determinações impostas pela ideologia neoliberal repercutem no território, sobretudo na implicação dual exercida pelo paradigma ambiental na cidade, tanto como expressão residual da urbanização, quanto como mecanismo de reprodução urbana mediante sua utilização pelo mercado imobiliário e pelo Estado. Esta etapa conta com as contribuições de Maricato (1996)³⁴, Davis (2006)³⁵, Souza (2005)³⁶, Vainer (2000)³⁷, etc.

---

²⁶ GROUPE D'EXPERTS SUR L'ENVIRONNEMENT URBAIN. **Rapport Villes Durables Européennes**. Bruxelles, Commission Européenne, Direction Generale Environnement, Securite Nucleaire et Protection Civile, Mars, 1996.

²⁷ EMELIANOFF, Cyria. **Origine et fondements de la ville durable – Ville et urbanisme durables: un mouvement international**. In: Heliot, Raphaele. *Villes Durables et Écoquartiers*. Paris: Passager Clandestin, Cédís, 2010.

²⁸ _____. **Emergence et diffusion des écoquartiers em Europa**. In: SOUAMI, Taoufik. *Écoquartiers et Urbanisme Durable. Problèmes*, La documentation Française, n° 981, février 2011.

²⁹ LEFEVRE, Pierre. **Voyage dans l'Europe des villes durables: Exposé des premiers project remarquables réalisés dans la perspective du développement durable**. Paris, Ministère de l'Ecologie, du Développement et de l'Aménagement durables, Certu, 2008.

³⁰ SOUAMI, Taoufik. **Écoquartiers: secrets de fabrication -Analyse Critique d'exemple européens**. Paris, Edition des Carnets de l'info, 2008.

³¹ CHARLOT-VALDIEU, Catherine ; OUTREQUIN Phillipe. **Une tentative de definition**. In: SOUAMI, Taoufik. *Écoquartiers et Urbanisme Durable. Problèmes*, La documentation Française, n° 981, février 2011.

³² CHARLOT, Antoine. **Du quartier à la ville durable. Vers un nouveau modèle urbain ?** Comité 21, 2011.

³³ CLUZET, Alain. **Ville libérale, ville durable ? Répondre a l'urgence environnementale**. Le Moulin du Château : édition de l'Aube, 2007.

³⁴ MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996

³⁵ DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Com efeito, os conflitos ambientais surgidos no período servem para introduzir uma discussão relativa ao modelo de sustentabilidade urbana no Brasil, conduzida no setor empresarial e nos governos. Dessa forma, destacam-se os mecanismos de certificação ambiental e sua repercussão no bojo do mercado da construção e alguns casos exemplares de grandes empreendimentos rotulados com a marca ambiental. Esta discussão sobre o Brasil contextualiza a abordagem acerca do recorte espacial feito no aglomerado urbano de Florianópolis, cujo referencial analisado priorizara a temática da expansão de grandes empreendimentos e a ação do mercado imobiliário na consolidação de conflitos urbanos e ambientais. A intenção é oferecer uma visão contextual da relação conflituosa entre ambiente natural e ambiente construído no processo de urbanização na Ilha de Santa Catarina e no continente próximo que abarca os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Como parte do quarto capítulo, conduz-se um estudo das dimensões sociais e ambientais do aglomerado, de modo a avaliar a evolução de sua urbanização, os principais agentes produtores do espaço e os aspectos físicos e naturais da Ilha de Santa Catarina e do continente próximo. Em seguida, o capítulo se debruça sobre os conflitos sociais recentes envolvendo a sociedade civil e os interesses do capital imobiliário, o que implica em compreender os antagonismos entre os anseios de preservação dos sítios de interesse ambiental e àqueles de ampliação do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico da região. Os dados bibliográficos necessários à execução desta caracterização puderam ser encontrados em órgãos de imprensa, sobretudo àqueles de mídia impressa, bem como livros, periódicos, teses e dissertações relativos à realidade local, cuja escala temporal de análise permitiu compreender, no que concerne aos conflitos, seu contexto dos últimos 40 anos. Neste processo convém citar alguns trabalhos de referência encontrados em Sugai³⁸ (2002), Campos³⁹ (2009), Corrêa (2005)⁴⁰, Carneiro(1987)⁴¹,

---

³⁶ SOUZA, Marcelo Lopes. **O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

³⁷ VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

³⁸ SUGAI, M.I. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. Tese de Doutorado, FAU/USP, São Paulo, 2002

³⁹ CAMPOS, E.T. **A Expansão urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da Construção Civil**. Tese de Doutorado, CFH/UFSC, Florianópolis, dezembro de 2009.

⁴⁰ CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2005, 2ª Ed, 384p.

⁴¹ CARNEIRO, Glauco. **Florianópolis: Roteiro da Ilha Encantada**. Florianópolis: Expressão, 1987.

Oliveira(1999)⁴², etc. O aporte teórico destas referências conduziu a um diálogo que pretendeu demonstrar os antagonismos sociais e ambientais da cidade neoliberal sustentável sob uma ordem elitista de urbanização, no caso Florianópolis.

Assim elaborado, o capítulo 4 expõe evidências de como o paradigma ambiental se insere ao tecido urbano por intermédio de grandes e médios empreendimentos onde o discurso se tangencia. Trata-se de contrapor uma dimensão real que desafia os promotores do viés hegemônico da sustentabilidade com a dimensão ideológica presente na lógica do mercado imobiliário, responsável por revelar um novo componente simbólico e imagético já muito presente no cotidiano do aglomerado. O método priorizou uma observação sobre 3 grandes eixos de intervenção que oferecem suporte para a compreensão dos canais discursivos que o teor ambiental irá preencher no âmbito das estratégias comerciais de cada um, bem como buscou demonstrar outros empreendimentos menores que tem se dispersado na Ilha e no continente sob a marca sustentável a partir de diferentes tratamentos discursivos. Isto significa empreender uma abordagem qualitativa de demonstração de um processo espacial cujos elementos são discutidos ao longo de todo o trabalho, sobretudo nos capítulos 1 e 2, e, igualmente, acredita-se que o capítulo 4 e seu predecessor relativo à Europa dialogam e se complementam entre si em vários aspectos associados à crítica que se pretende estabelecer em torno do fenômeno da sustentabilidade em sua dimensão urbana.

---

⁴² OLIVEIRA, Lisete Assen. **Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina**. São Paulo, Tese de Doutorado - FAU/USP, 1999.

CAPÍTULO I

**“QUE NEGÓCIO É ESSE DA SUSTENTABILIDADE”? O LIVRE
MERCADO E O DISCURSO AMBIENTAL EM QUESTÃO**

1.1 Neoliberalismo e Ambientalismo: os vieses paradigmáticos da globalização

O desafio tácito na discussão deste primeiro capítulo remete aos elementos centrais que fundamentam o objeto de investigação da tese, conforme explicitado na introdução. O desenvolvimento de uma reflexão em torno da cidade contemporânea, levando em consideração a incorporação do discurso ambiental na produção da cidade, exige, inicialmente, uma fundamentação dos saberes inscritos à evolução da economia capitalista nas últimas quatro décadas, o que implica explorar os fenômenos da globalização em sua dimensão econômica, sobretudo no fortalecimento do conteúdo ideológico que tem permeado às políticas de Estado e de mercado neste período, o chamado *neoliberalismo*. Da mesma maneira, o capítulo se volta para a análise do movimento ambiental e do *ambientalismo* como fenômeno contemporâneo à emergência do espectro neoliberal, o que pode ser datado na década de 1970. Embora o teor ecológico e a percepção do papel das atividades humanas em relação à natureza tenham raízes mais antigas, será na Conferência de Estocolmo, em 1972, que o meio ambiente é colocado como uma “questão” de ordem global.

É na tentativa de superar algumas imprecisões conceituais e de contornar os nexos que melhor caracterizam estes conceitos que este capítulo se propõe, na perspectiva de estabelecer as bases de entendimento da produção da cidade atual. A respeito desta temática o trabalho não vislumbra apresentar novas contribuições, mas explorar as principais matrizes teórico-conceituais que viabilizem a compreensão dos significados implícitos à fase atual como indutora de novos modelos de urbanização, e a consecutiva inserção dos postulados ambientais nos circuitos econômicos e políticos globais. Com efeito, a proposta analítica neste capítulo inicial aponta para o reconhecimento do neoliberalismo e do ambientalismo como processos sociais que surgem à luz de uma nova contemporaneidade, ou, para alguns autores, de pós-modernidade, momento de efervescência cultural, social e de forte questionamento acerca dos padrões de desenvolvimento praticados nas décadas anteriores.

O processo histórico de surgimento das práticas neoliberais e do discurso ambiental revelará as contradições de base implícitas no discurso dos promotores do livre-mercado e dos defensores do meio ambiente, não obstante ambos os grupos

sociais se fortalecerem dentro de uma mesma conjuntura de crise, atrelada ao regime capitalista fordista. Se, de um lado, questiona-se a viabilidade deste modelo como mantenedor da lucratividade empresarial e como promotor da capacidade de inovação e mitigação das crises internas ao sistema, por outro lado, amplia-se o debate crítico do desenvolvimento econômico fordista e suas implicações nos ecossistemas planetários. Neste sentido, a formulação de elementos críticos em direção ao capitalismo do pós-guerra expõe um período de ruptura e crise deste próprio sistema, que, embora se renove, condiciona à práticas sociais que conduzem a um outro período de crise e renovação, seguindo o postulado de *paradigmas da ciências* de Kuhn (1970).

A teoria dos paradigmas de Kuhn, embora se desenvolva no campo da epistemologia, serve para elucidar o significado que neoliberalismo e o ambientalismo adquirem no limiar da década de 1980. Segundo Kuhn, um cientista se orienta seguindo determinado paradigma, o que significa a existência de subsídios teóricos gerais, leis e técnicas aplicadas por uma comunidade científica no processo analítico e investigativo, que rege e orienta esta comunidade para o desenvolvimento do conhecimento científico. Um paradigma, no sentido exposto por Kuhn, implica em incomensurabilidade e acriticismo das idéias que o compõem, até que se encontrem anomalias e inconsistências neste mesmo conjunto de ideias como indicadores constituintes de um período de crise e substituição por um novo paradigma. Este resgate em Thomas Kuhn (1970), na presente discussão, visa elucidar a dimensão exercida pelo espectro neoliberal e pelo discurso ambiental como entidades paradigmáticas, não no sentido integral exposto por Kuhn, mas por elaborarem visões de mundo e influírem decisivamente na constituição de um ideário específico construído no campo acadêmico e profissional.

Neste sentido, o neoliberalismo aparece como paradigma renovado, como projeto geopolítico e geoeconômico de caráter quase inquestionável, pois fundamenta ideologicamente os impulsos da globalização através da técnica, da fluidez, do livre-mercado, da abertura e desregulamentação das economias nacionais, do alargamento da esfera privada, do empreendedorismo em suas múltiplas escalas, da supremacia do capital financeiro, etc. Também se considera o ambientalismo como um paradigma, na

medida em que a deterioração ambiental assume repercussões planetárias, sobretudo como objeto de crescente debate e politização, elevado a uma “questão” que impelirá na formação de diferentes grupos sociais, moderados a radicais, a externar às inseguranças e ameaças trazidas pela poluição atmosférica e hídrica, e pela extração massiva de recursos naturais para dar sustentação à emergente sociedade de consumo. O paradigma ambiental assim constituído reforça a visão de unicidade entre o homem e a natureza, em substituição àquela que a coloca como meio para o desenvolvimento das ações humanas.

O avanço contemporâneo destes dois paradigmas significa, em outras palavras, no avanço paralelo de arcabouços conceituais ideologicamente concebidos na esteira de um novo período. Constitui um avanço paralelo na medida em que ambos se fortalecem e se reafirmam sem bases e diretrizes comuns, cujo antagonismo essencial se encontra em distintos projetos civilizatórios. Convém ressaltar que o movimento ambiental se sistematiza de modo a negar o crescimento ilimitado e que alimenta padrões insustentáveis de produção e consumo, aspectos que no neoliberalismo apenas se tornam mais intensos, uma vez que não altera nem mitiga os efeitos endêmicos ao capitalismo moderno, como fomentador do uso indiscriminado de recursos naturais e gerador incessante de externalidades sociais e ambientais oriundas da atividade econômica.

Entretanto, este paralelismo não encontrará justificação no momento em que ambos paradigmas rompem ou ignoram estes antagonismos de base e formulam um viés paradigmático aglutinador e consensual, medido por um conjunto de ideias sintetizadas pela noção de sustentabilidade, embora outros conceitos relativos gravitem em torno deste. A configuração de um paradigma em torno da sustentabilidade resguarda uma articulação entre livre-mercado e o discurso ambiental enquanto entidades interdependentes, em detrimento da visão excludente entre crescimento econômico e preservação. Tal interdependência infere uma relação de incorporação da agenda ambiental pelo livre-mercado, em que ambos constróem alicerces simbióticos conferidos na elaboração, pelo mercado, de estratégias que atendam as demandas trazidas pela natureza, permitindo, no tocante estas

transformações, estabelecerem as condições de manutenção dos sistemas naturais e do crescimento econômico numa perspectiva de longo prazo.

Esta abordagem paradigmática da sustentabilidade implica em algumas ressalvas, visto que sua utilização se baseia em distintas interpretações. Embora a compreensão da noção de sustentabilidade revele posicionamentos heterogêneos, constituídos pelo dissenso acerca dos meios e dos fins que fundamentam este conceito (se é que podemos assim denominá-lo, em virtude de sua significativa banalização e imprecisão). No entanto, é possível situar o rol de significados a partir de duas grandes leituras: a primeira que reconhece a sustentabilidade como entidade que deve estar definitivamente descolada do paradigma neoliberal; e outra que aponta para este paradigma, a partir de seus mecanismos internos, como formulador de caminhos possíveis ao alcance da sustentabilidade.

No caso da primeira leitura, o conceito se desenha no âmbito do paradigma ambiental e desempenha papel preponderante ao conduzir na formação de um referencial teórico-conceitual crítico, imbricado na sistematização de conhecimentos direcionados a repensar o desenvolvimento em suas inúmeras dimensões. Assim o exerce a partir da construção, por exemplo, das chamadas “economias sustentáveis”, o que consiste na transformação da economia em suas bases estruturais e que envolve, necessariamente, um condicionante restritivo às atividades sociais e econômicas, da mesma forma que à natureza é impelido restrições em suas dinâmicas internas para dar sustentação à vida moderna. Em outro aspecto, o teor associado à noção de sustentabilidade no âmbito do paradigma ambiental é o reforço das análises multidimensionais, pois inserem no contexto da sustentabilidade os aspectos ecológicos e econômicos, sobretudo, mas também àqueles de teor político e social como requisitos para a configuração de uma economia devidamente sustentável (BRÜSEKE, 1994). Estas e outras facetas do conceito de sustentabilidade erigidas de uma “questão ambiental” induzem, fundamentalmente, em não desqualificá-lo, pois resguarda teorias e práticas sociais expressivas para a reconstrução da sociedade contemporânea, tanto como mecanismo de transformação estrutural do capitalismo, quanto elemento de mitigação dos seus efeitos mais predatórios.

Na segunda leitura, a sustentabilidade adquire um teor estratégico na medida em que é incorporada pelas instituições neoliberais. É uma faceta inscrita no bojo dos agentes do mercado, permeada por um viés pactuador, consensual e imbuída de um senso de responsabilidade e comprometimento por parte das empresas e dos governos com a problemática ambiental. Com efeito, este discurso da sustentabilidade supõe que os mecanismos econômicos de mercado e as esferas de poder governamental fomentem cenários de menor impactação e conservação ambiental, por intermédio de mudanças tecnológicas na escala energética e métodos de gestão mais eficientes dos resíduos e da extração de recursos. O campo dos conflitos ambientais adquire um teor economicista, expressando a articulação entre o discurso ambiental, o que não necessariamente envolve o movimento ambientalista em si, e os agentes econômicos globais. A percepção valorativa da sustentabilidade se encontra na maior ou menor participação e influência da economia de mercado sobre as bases materiais da sociedade, em que os conflitos ambientais estariam associados à espaços que escapam à ação do mercado. Henri Acselrad expõe o seguinte sobre esta questão:

Pela ótica econômica, o conflito se associa pela distribuição de externalidades, decorrentes da dificuldade dos geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade por suas conseqüências e, de outra forma, remete ao acesso e uso dos recursos naturais, decorrente da dificuldade de ser definir a propriedade sobre estes recursos. [...], a teorização em pauta se vê aprisionada pela hegemonia das categorias mercantis: a gênese dos conflitos ambientais, afirma-se, estaria situada na 'falta' de mercado, de propriedade e de preços e não em processos sociais que se definem por si mesmos, sem se caracterizar pelo que, de uma ótica normativa, lhes falta para serem resolvidos (ACSELRAD, 2004, p. 16).

Sob esta abordagem é que se legitimam as ações do mercado como condicionantes de um futuro sustentável, dependendo assim do reconhecimento tácito de suas responsabilidades como geradores de externalidades e do maior controle sobre os recursos naturais, o que implica no alargamento da propriedade privada sobre os mesmos. A rigor, reforça-se uma visão interdependente entre economia e natureza, cujo significado não está em questionar o crescimento

econômico, a exploração da natureza e os padrões de consumo vigentes, mas sim em reconhecer estes problemas e criar os mecanismos mais eficientes e menos impactantes regidos dentro da lógica de mercado no capitalismo.

Em Veiga encontramos outra categorização a respeito da sustentabilidade, conforme a análise em três vertentes essenciais. O autor exprime, no tocante a visão econômica, vertentes associadas à sustentabilidade convencional, ecológica e àquela que defende uma terceira via. Na primeira a recuperação ambiental e a construção de cenários sustentáveis dependem exclusivamente do crescimento da renda per capita, que, ao alcançar determinado patamar, conduziria a mais melhorias do que deteriorações, visto que, nos períodos anteriores, o crescimento não podia ser influenciado por preocupações de proteção dos ecossistemas (VEIGA, 2010, p. 22). Ao contrário desta, o autor alude ao regime de sustentabilidade “estacionário”, caracterizado por um modelo de desenvolvimento em que a qualidade de vida da sociedade cresce independente da expansão do sistema econômico, não implicando, portanto, em crescimento. Por fim, a chamada terceira via aposta novamente na importância do crescimento, mas sem que os limites ecológicos fossem ultrapassados a partir da reconfiguração do processo produtivo, com menor demanda de energia (Ibidem, p.24). Esta composição exposta por Veiga acompanha a presente discussão, conforme analisamos anteriormente, mas o faz sob o enfoque eminentemente econômico em que, das três vertentes definidas, duas se alinham ao viés dogmático do crescimento, em detrimento de uma que prioriza um modelo estacionário. Nesta categorização podemos encontrar as engrenagens da sustentabilidade concebidas nas instituições macroeconômicas e políticas neoliberais, não obstante reflitam posturas mais ou menos radicais no que se refere à atitude diante da questão ambiental. O relevante, todavia, é perceber que as discontinuidades existentes em cada vertente não se distanciam do eixo central que caracteriza as duas leituras da sustentabilidade elaboradas anteriormente, cuja ruptura essencial aponta para a autoridade do mercado como eixo das mudanças fundamentais, ainda mais se se considera o mercado como entidade que gravita nos centros das esferas de governança e decisão política.

Portanto, a sustentabilidade como expressão de vanguarda do paradigma ambiental abriu espaço, em sua vaga e imprecisa definição, para a incorporação de seu conteúdo pelo mercado global e pelos Estados nacionais, conforme as demandas ambientais adquiriam maior relevo na esteira dos processos de desenvolvimento. Notadamente, se preserva sua dimensão contestadora, conduzida por movimentos sociais diversos que fundamentam seu discurso com base nos produtos gerados pelo crescimento econômico. Ademais, esta faceta do paradigma ambiental é ideologicamente estruturada na expressão residual do crescimento, sob a materialização espacial das externalidades oriundas dos sistemas lineares de extração, transformação, distribuição, consumo e rejeição dos recursos naturais. A emergência de uma crise ambiental imbricada à aceleração deste sistema linear na globalização neoliberal, não obstante tenha ampliado as arenas de questionamento do paradigma neoliberal como multiplicador das deteriorações em curso, condicionou a formação de um novo mercado de “soluções ambientais”, oferecendo um novo significado ao paradigma ambiental como eixo estruturante de uma nova fase do capitalismo neoliberal.

Neste sentido, o imperativo ambiental adquire outra postura, na medida em que institui, no tocante suas demandas, as determinações para o direcionamento de políticas empresariais e governamentais, deixando assim de se expressar como condição de externalidade residual ao se incorporar nas esferas políticas e econômicas hegemônicas. É na condição de indutor direto na produção do território que o paradigma ambiental expõe suas perspectivas atuais e futuras, assumindo-se como projeto de sobrevivência do neoliberalismo. Logo, se antes os dilemas e desafios ambientais elucidavam as “verdades inconvenientes” ao capital ao sinalizar suas contradições, quando apropriado pelo paradigma neoliberal, assume um projeto de continuidade deste mesmo modelo, oferecendo-o novo fôlego.

Nesta perspectiva que a sustentabilidade interfere no território nos dias atuais, sob o respaldo ideológico que o neoliberalismo fornece nas práticas empreendedoras competitivas do mercado, em seus inúmeros setores. Eis o que um membro de um comitê executivo de importante empresa multinacional declara, acerca da questão:

Com a vitória da livre iniciativa sobre o intervencionismo paternalista do governo, as empresas têm que assumir cada vez mais a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável sob a pena de perderem a liberdade adquirida, e assim comprometerem o crescimento econômico do país. Não há futuro para as empresas que não se conscientizarem de que devem preservar o meio ambiente para as gerações futuras e de que não é possível ter lucro em uma sociedade miserável. (DEGEN apud ALMEIDA, 2002).

Na mesma linha de pensamento, o presidente de uma grande empresa do ramo da construção civil atesta: *“os verdadeiros líderes empresariais devem desafiar suas organizações a buscar os benefícios econômicos de se construir de forma sustentável. Sustentabilidade dá lucro”* (ALMEIDA, 2010).

Estas declarações elucidam como as ações ambientais têm sido assumidas pelo mercado, tanto como elementos necessários à sobrevivência das empresas no âmbito concorrencial, quanto na sustentação da própria instituição mercantil perante o intervencionismo estatal, uma postura defensiva e que se distancia das exigências prementes da sustentabilidade trazidas pelo movimento ambiental. É digno de nota mencionar que as finalidades de rentabilidade e crescimento econômico não são questionadas, e sim, condicionadas pelo teor da preservação e de erradicação da pobreza, incutidas na primeira citação. Sem dúvida estes dois fatores são efetivamente cruciais, contudo, o que se questiona é reconhecer como os mecanismos de mercado são capazes de preencher estas lacunas, se considerarmos as regras atualmente impostas pelo ideário neoliberal, nas múltiplas escalas de poder.

Em particular, já não é possível mais desconsiderar o papel que o ambientalismo exerce nos processos de planejamento e gestão do território, nos agentes políticos, econômicos e não-governamentais. Inúmeros ramos da economia, desde os setores agrícolas e de transformação até as atividades de comércio, serviços e transportes, tem adotado políticas que, direta ou indiretamente, compõem elementos “verdes”. Em extensão, a cidade também passa a ser configurar de acordo com estas novas demandas, por intermédio do setor imobiliário, de agentes públicos e profissionais dos ramos do urbanismo e de engenharia. Nos subcapítulos seguintes aprofundaremos a discussão acerca das matrizes discursivas em torno do neoliberalismo e do ambientalismo, no sentido de contornar seus teores

paradigmáticos, seus significados no contexto da globalização e a crescente interlocução entre ambos nas esferas de governança internacional, sem desconsiderar, efetivamente, as contradições implícitas nesta articulação. Estes aspectos visam erigir os alicerces de sustentação da análise do capítulo posterior, cujo enfoque se volta integralmente à cidade contemporânea, construída na interferência constante de paradigmas globais no território.

1.2 O neoliberalismo como paradigma do desenvolvimento

O universo social criado pela globalização, estruturado nas amarras da pós-modernidade informacional e nos valores culturais do progresso técnico e dos desejos de consumo, apenas se sustenta com base em aparatos simbólicos incorporados no imaginário coletivo, no “senso comum”. No interior de uma complexidade verificada nas esferas econômicas da produção, distribuição e consumo, bem como nas instâncias políticas e sociais, na cultura e na tecnologia, é possível afirmar que a descontinuidade histórica expressa pela globalização apenas se consolida em função do conteúdo paradigmático incutido no campo da ideologia. Esta globalização em que o mercado e as grandes corporações multinacionais e financeiras se elevam como as instituições dominantes, exigiu um campo ideológico que assegurasse a busca pelo consenso e aceitação social. Com efeito, os elementos constitutivos deste período elaboram um paradigma que tem influído diretamente nas maneiras de ver, sentir e interpretar a realidade nas últimas quatro décadas. É o que a literatura recorrentemente denomina de neoliberalismo.

Dessa forma, enquanto argumento fundante deste trabalho, não é possível entender a sociedade atual e a produção do território sem levar em consideração a reafirmação hegemônica do pensamento neoliberal, cuja influência se espalha por quase todos os aspectos da vida cotidiana, desde o mundo do trabalho até as práticas políticas e de governança. Basicamente, seus defensores acreditam que o alcance de um desenvolvimento pleno das atividades econômicas somente pode ser alcançado a partir de mecanismos desreguladores de mercado, cujas lógicas e engrenagens de

auto-regulação permitiriam o alcance do bem-estar social, aspecto apenas atingido se se ampliam a frequência e o alcance espacial das trocas e transações mercantis.

O mercado mundial é, segundo o paradigma neoliberal, um palco de interações mútuas entre os diversos atores da sociedade internacional, mediado por princípios cooperativos que buscam, a partir dos melhores esforços, superar as desigualdades e alcançar o bem-estar comum (SEIXAS, 2004). A cada indivíduo é preservado o direito à liberdade para desenvolver o melhor do seu potencial e suas habilidades, de modo a transferir à sociedade os conhecimentos e produtos criados nestes processos de auto-determinação individual (RICARDO, 2000). Assim, o mercado é visto como um elemento de auto-regulação, cujas funções do Estado responderiam apenas às demandas de organização, coordenação e harmonização das ações individuais em suas teias complexas. Ao expor os princípios basilares do pensamento neoliberal, Seixas afirma *“que o resultado prático de sucessivas interações cooperativas incorreria, inexoravelmente, no desenvolvimento simétrico, em termos relativos, para todos os atores da sociedade internacional”* (SEIXAS, 2004, p.90, modificado).

Na visão de David Harvey (2008, p.12), que reserva um livro inteiro para discutir as implicações do neoliberalismo, o cerne deste ideário se define na busca pelo desenvolvimento das *“liberdades e capacidades empreendedoras individuais”* como caminhos para o bem-estar humano. Nesta reflexão, o autor enfatiza que a integralidade dessas liberdades exige uma *“estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio* (Ibidem, p.12)”, e que o papel do Estado se insere na criação e preservação desta mesma estrutura. Neste sentido, é importante observar que as práticas neoliberais, embora reforcem a instituição mercantil, apenas se definem e se concretizam sob a autoridade do Estado, conforme bem contornado por Harvey:

[O Estado] deve estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento adequado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (...), estes devem ser criados pela ação do Estado. (Ibidem, p.12).

Na verdade, este conjunto de princípios apresentados até aqui têm origem no pensamento liberal clássico, o que, segundo Milton Friedman, precursor do neoliberalismo, via na liberdade um meio para se atingir a igualdade e o bem-estar. Nem 150 anos de liberalização, com suas mazelas e contradições, impediu com que Friedman, em meados do século XX, resgatasse o pensamento liberal para constituir a teoria econômica que lhe renderia um prêmio Nobel. Com a obra “Capitalismo e Liberdade” (1962), Friedman postula o fortalecimento do pensamento liberal perante o “cerceamento” crescente de liberdade conduzida pelos governos nacionais, na esteira de um crescimento econômico e de um desenvolvimento tecnológico que passam a esboçar um mundo global. O “neo” liberalismo surge como ingrediente fundamental nos anos posteriores, formulando um tipo específico de globalização, como veremos posteriormente. Fiori afirma que, do ponto de vista essencial, não há nenhuma diferença entre o velho e novo liberalismo. O autor afirma que os pressupostos de *“despolitização dos mercados e a liberdade absoluta de circulação de indivíduos e de capitais, em paralelo à defesa do individualismo”* (FIORI, 1997, p.212, adaptado), se mantêm preservados como princípios fundamentais.

Convém afirmar que Friedman ratifica, no plano teórico, uma legitimação do ideário neoliberal. Entretanto, modelos teóricos dificilmente conseguem apreender uma totalidade complexa e rica que compõe a realidade objetiva. O liberalismo clássico já havia demonstrado suas inconsistências e anomalias oriundas de uma simplificação exacerbada da realidade. Se a validade de determinada teoria está no número de anomalias que a compõem, o que consiste em dizer, basicamente, que a melhor teoria é àquela com menor número de anomalias, e, por isso, mais capaz de explicar a realidade, o liberalismo demonstra lacunas essenciais para construir tal explicação. A desigualdade crescente, os períodos de crise, o desemprego e a pobreza, foram anomalias que contradisseram o mecanismo auto-regulatório e de alcance do bem-estar comum apenas pelo mercado. O neoliberalismo surge com força na incapacidade do regime fordista em responder às suas próprias anomalias, e o faz de modo a resgatar os postulados clássicos.

Logo, o neoliberalismo como teoria constituirá um paradigma incomensurável em vez de ser substituído por outro modelo explicativo da realidade econômica e social, mesmo diante das inconsistências de base que o velho liberalismo já havia demonstrado. Ao incorporar-se nas instituições dominantes do espectro político, econômico e midiático, o novo liberalismo se consolida como paradigma atual de desenvolvimento, formulando um modelo interpretativo da realidade e um padrão cultural que apenas se alicerça no campo da ideologia, pois ocultará suas anomalias e propugnará um discurso que exige a alienação e a derrocada do pensamento. Segundo Fiori (1997), é a partir de uma vitória ideológica que o neoliberalismo emerge a partir da década de 70, imprimindo rigoroso discurso crítico contra os fundamentos do capitalismo do *welfare state* e do Estado provedor. A este respeito, veremos que os conceitos imbricados ao neoliberalismo resguardam por si próprios, valores opostos àqueles propugnados pelo julgo estatal, sobretudo nos pressupostos de liberdades e capacidades empreendedoras individuais, defendendo, por outro lado, a promoção da livre iniciativa em detrimento de qualquer tipo de intervenção de juízos coletivos, controle social ou interferência nas esferas privadas do indivíduo. Este elemento também passa a determinar o viés ideológico do neoliberalismo, cujo cerne enquadra o Estado como agente que limita as liberdades individuais, inviabiliza os potenciais empreendedores, e impede a promoção do bem comum ao cercear o poder de autonomia do homem. Dessa forma, é importante a seguir delinear os fundamentos desta ideologia enquanto elemento cultural que engrena à globalização.

1.2.1 A dimensão ideológica do Neoliberalismo

“A verdade é que em nossas sociedades tudo está impregnado de ideologia” István Mészáros (2004, p.57)

Estas palavras de Mészáros sintetizam como a sociedade contemporânea, independente das escalas e dos lugares, se constrói mediante significados e valores específicos que se inscrevem como dominantes quando colocados como ideologia. É o

poder da ideologia, título da obra de Mézaros onde se encontra a afirmação acima, que permite com que um determinado discurso atinja o pináculo da dominação.

Segundo Althusser, na ideologia o homem expressa um conjunto de relações que visa ocultar ou representar de maneira lacunar as condições reais de existência, em que as relações reais cedem espaço para relações imaginárias, caracterizadas por exprimirem vontades, esperanças e expectativas que não se apresentam em realidade (Althusser, 1973). Não muito distante desta ideia, Chauí reforça que o cerne do entendimento da ideologia é a de manter os mecanismos de controle e poder de uma classe sobre outra a partir de um conjunto de ideias, símbolos e valores reinantes de explicação da práxis social. Estes elementos constitutivos da ideologia apontam para interpretações que procuram ocultar a história real e a prática imediata dos homens, utilizadas como determinações circunscritas a um discurso dominante e que comporta o que Chauí denomina de ilusão. Esta ilusão, longe de significar uma ficção ou fantasia, implica na abstração e inversão da realidade imediata por outra realidade concebida simbolicamente, segundo o poder de classe. Nas palavras de Chauí (1981, p.92) *“as idéias dominantes em uma sociedade numa época determinada não são todas as idéias existentes nessa sociedade, mas serão apenas as idéias da classe dominante dessa sociedade nessa época”*.

O conteúdo ideológico exige, portanto, um ponto de vista efetivamente estabelecido para que, na ausência de senso crítico, seus valores reinantes possam penetrar com facilidade no imaginário coletivo. A ausência de pensamento é uma condição crucial para que o teor ideológico se estabeleça, na medida em que inviabiliza, em graus variados, as tentativas de identificação dos pressupostos ocultos em seu discurso. Meszaros atesta que um discurso ideológico *“domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores”* (MESZAROS, 2004, p.58). A despeito de uma sociedade de classes, com inúmeras marcas culturais e comportamentais definidas, cujos indivíduos possuem finalidades e perspectivas representadas por valores absolutamente distintos, a ideologia visa imprimir uma universalização do pensamento. Mais além, constitui uma ideia que, embora construída a partir de um conjunto de valores dominantes, deve

expressar-se como a mais coerente e lógica para explicação da realidade, escurecendo a relação de dominação estabelecida entre classes e culturas (Chauí, 1981).

Este ponto é relevante porque o entendimento do neoliberalismo enquanto ideologia exige observá-lo como instrumento de readequação de um poder de classe. Harvey (2005) acredita que a virada histórica que eleva a ideologia neoliberal como pensamento dominante se situa nas estratégias de restauração de um poder de classe, a partir de setores capitalistas que, segundo o autor, representavam um liberalismo embutido nas institucionalidades do período fordista. A consolidação de um projeto visando restaurar o poder econômico e político de uma classe envolveu explorar não somente um contexto de crise daquele período, mas abraçar os movimentos sociais que passam a reafirmar a necessidade de se ampliar as liberdades individuais e a justiça social. O cotidiano das décadas de 60 e 70, caracterizado pelo alargamento das lutas em prol de direitos civis e da pacificação dos povos, do fim de conflitos armados, e ainda da própria justiça ambiental, propiciou o ambiente favorável para a consecução do projeto neoliberal perante a supremacia do poder centralizado proveniente do Estado. Embora, na prática, as diretrizes envolvendo os movimentos sociais da época se distanciassem do julgo neoliberal, a verdade é que a ideologia embutida em seu discurso acerca da liberdade individual permitiu maior penetração pelo senso comum. Segundo Harvey (2005, p.52), esta consolidação dependeu *“da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual”*.

Quais seriam, portanto, os significados que constroem a ideologia neoliberal? Onde estão as anomalias e as lacunas de seu discurso vigente? Uma delas, sem dúvida a mais importante e a que será discutida em alguns parágrafos, aponta para o conceito de liberdade. Uma liberdade transformada num mantra de defesa do sistema, em que a teoria e o conceito propriamente dito, a despeito de toda sua complexidade, adquirem uma relação interdependente.

Não é intenção entrar nestes detalhes conceituais, senão destacar que este conceito, em virtude de sua grande amplitude interpretativa, acaba sendo a mola propulsora de defesa do neoliberalismo e pilar essencial de formação da ideologia, onde prevalece um maniqueísmo raso que reforça a idéia de quanto mais Estado,

menos livre é sociedade. Um elemento crítico a ser destacado a respeito da liberdade reside na própria estrutura de classes do capitalismo. Se nos basearmos na contribuição de Althusser, as relações imaginárias inscritas no bojo da ideologia neoliberal preconizam a liberdade e a auto-realização individual, sem, entretanto, considerar as condições reais atribuídas ao capitalismo em atingir este objetivo. O sentido de liberdade inerente ao capitalismo nascente na Europa expõe uma separação entre esfera política (o Estado) e outra econômica (o mercado), no interior das relações entre capital e trabalho. De acordo com Wood (1995, p.34), essa separação significa que,

a apropriação do excedente de trabalho ocorre na esfera 'econômica' por meios 'econômicos'. [...] Em princípio, não há a necessidade de pressão 'extra-econômica' ou de coação explícita para forçar o operário expropriado abrir mão de sua mais-valia. Embora a força de coação da esfera política seja necessária para manter a propriedade privada e o poder de apropriação, a necessidade econômica oferece a compulsão imediata que força o trabalhador a transferir sua mais-valia para o capitalista a fim de ter acesso aos meios de produção.

Se o trabalhador é considerado livre é porque não estabelece uma relação de dependência ou coerção política que o impõe determinadas obrigações, assim como se realizavam em fases pré-capitalistas. A liberdade implica, segundo Wood, na “*relação contratual entre produtores ‘livres’ – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta dos meios de produção*” (WOOD, 1995, p.35). De maneira que, nas institucionalidades capitalistas, a liberdade em sua plenitude aponta para os setores sociais que dominam as escalas normativas e jurídicas, o que consiste no Estado e seu poder em estabelecer a propriedade privada dos meios de produção, sobretudo da terra. Ao se consolidar a propriedade privada, distanciando o homem da terra, da natureza e dos seus meios fundamentais de subsistência autônoma, o capitalismo nascente, embora acabasse com a instituição servil, instituiu uma liberdade contraditoriamente expressa pela coerção, medida nas “capacidades coercitivas de escolha” do trabalhador. Tal coerção se define no sentido de não haver outra escolha senão vender a força de trabalho, de

acordo com regras pré-estabelecidas pelo capitalista, o que consiste na liberdade de escolha dos locais onde não será livre. Dessa forma, a propriedade privada instaura um novo tipo de autoridade sobre os trabalhadores expropriados “livres”, na função de sustentar a atividade produtiva e o mercado capitalista pelo trabalho. Portanto, a liberdade no capitalismo se realiza somente dentro de certas institucionalidades que o caracterizam. Embora a condição do homem na sociedade capitalista ofereça liberdade de escolha no mercado, não é possível afirmar que as mesmas faculdades de decidir ou agir de acordo com suas próprias determinações seja uma condição humana, uma vez que o mecanismo estrutural do capitalismo visando à acumulação de capital exige uma divisão social do trabalho que implica na exploração/extração de mais-valia, na supressão de autonomia e independência individual.

Num segundo aspecto, convém reforçar que este mesmo teor ideológico se fundamenta sobre um sentido contraditório de liberdade, em que Karl Polanyi (2001) denominou de liberdade boa e outra ruim. Isto significa que a liberdade boa oferece os estímulos necessários para a preconização do neoliberalismo, o que, aliás, será intensamente explorado nos meios midiáticos: a liberdade de expressão, de organização, de associação, de escolha do próprio emprego. Entretanto, o componente ideológico se encontra no ocultamento da liberdade ruim, o que consiste, por exemplo, na liberdade de explorar o trabalhador, de usufruir de bens coletivos como forma de obter retornos privados, de utilizar tecnologias e inovações potencialmente lucrativas, mas que geram um ônus social e ambiental, etc. Assim como mencionado anteriormente, esta dualidade verificada por Polayni converge para um sentido de liberdade nos moldes capitalistas, conduzida a partir de estruturas desiguais de propriedade privada que limitam o acesso universal à tempo livre e a mobilidade espacial. Sob um sistema que se inscreve na esteira de conflitos entre capital e trabalho, a liberdade de empreendimento apenas se realiza sobre a subordinação e a limitação das liberdades alheias. Esta breve descrição elabora, portanto, como o papel da ideologia, no caso a neoliberal, serve apenas para encobrir as contradições de base do sistema capitalista e construir consensos por intermédio da criação de condições imaginárias de existência.

Neste sentido, a formulação de uma matriz cultural do livre-mercado exigiu explorar a relação entre “liberdade individual” e “liberdade de mercado”, ideologicamente tecida por uma retórica de interdependência entre ambas, argumento posteriormente empreendido para justificar o Estado neoliberal como promotor da democracia. Do mesmo modo, este discurso ideológico fundado sob um cenário contestador e de crise se reforça com o argumento da ineficiência do Estado, em virtude da incapacidade deste em equacionar o processo de estagnação econômica sofrida pelas maiores economias do mundo, seguida de inflação e desemprego.

Assim, a ideologia assume papel preponderante na transição histórica que alavanca a globalização neoliberal. Desde a crise do regime fordista até a década de 2000, os paradoxos do seu discurso estão por toda a parte, sobretudo nos países periféricos. Observa-se assim um mercado reinante, cujas liberdades para seu funcionamento são preservadas, em que há, por exemplo, uma produção de riquezas e um desenvolvimento tecnológico jamais antes vistos. Mesmo diante de um progresso material e econômico, o número de pobres e de famintos dobrou em 30 anos, as crises tornaram-se mais freqüentes e agudas, como àquelas que abateram a Ásia, a América Latina, e, mais recentemente com proporções alarmantes, os Estados Unidos e a Europa. Da mesma forma, o avanço técnico e material, bem como a aceleração dos ritmos de vida e do progresso imaterial oriundos de uma mentalidade competitiva, destronam gradativamente a qualidade do trabalho e tornam as pessoas escravas do “tempo”. A derrocada desta liberdade se conjuga com outra, de cerceamento dos fluxos de pessoas pelo globo, cujas fronteiras, pelo menos no plano retórico, expandem-se e abrem-se aos fluxos internacionais crescentes.

Sobre um mundo confusamente entendido, a ideologia neoliberal mobiliza valores, instintos e sensações para constituir o que Santos (2001) denomina de Globalização como fábula, a condição imaginária e ilusória de um mundo fabricado que se sustenta a partir de um consenso social amplo e que envolve não somente a questão da liberdade, mas, também, os valores do consumo, do individualismo, do produtivismo, do utilitarismo prático, da imagem, do espetáculo, da mídia. Assim como afirma Santos, o processo de generalização da mercadoria e a intensificação das competitividades exigiram a transformação de cidadãos em consumidores, a

instituição medular do neoliberalismo. Na verdade, como veremos adiante, o consumo será um dos focos centrais da transição histórica que culminará na era neoliberal, o que aponta para um componente cultural decisivo para sua consolidação. Estes exemplos destacam como a ideologia neoliberal adquire importância crucial no processo de transição entre a economia do Estado de Bem-Estar Social para a de livre-mercado, buscando legitimar a era da globalização econômica.

1.2.2 O significado da globalização neoliberal

“Na época da globalização do capitalismo, entra em cena a ideologia neoliberal, como seu ingrediente, produto e condição” Octavio Ianni (1995, p.83).

Eis o que deve ser reforçado até este ponto: o neoliberalismo como ideologia. Será a dimensão cultural da globalização fundada pela ideologia neoliberal que serve de alicerce para as dimensões políticas e econômicas que viriam a transcorrer na Europa e nos Estados Unidos a partir da década de 1970. Nas linhas a seguir é necessário circunscrever como a ideologia neoliberal emerge no contexto da economia capitalista, mas de forma a elucidar as instituições que a caracterizam e como as mesmas formulam um modelo específico de globalização. Notadamente, vale notar que mecanismos indutores de um processo de globalização já se configuravam antes do julgo neoliberal emergir com força, dentre eles o avanço da tecnologia e dos sistemas de informação, o aumento do comércio mundial em redes crescentemente mais complexas e a formação de grandes corporações transnacionais.

Assim como Ianni atesta na citação acima, este mesmo progresso tecnológico e de crescimento das transações comerciais, bem como o fortalecimento da grande corporação industrial e financeira, não somente indicam uma ampliação da interdependência entre países, mas suscitam ou condicionam no fortalecimento do neoliberalismo. Do mesmo modo, este, ao mesmo tempo em que é produto de um processo globalizante, engendra outro tipo de globalização que se alarga por dimensões políticas e culturais.

Em outras palavras, esta relação entre produto e condição significa inicialmente que o neoliberalismo se insere dentro uma trajetória histórica direcionada à globalização, sobretudo nas dimensões econômicas, ampliando tais dimensões para as esferas políticas e culturais, seguindo o teor da ideologia. Fomenta, dessa forma, à outra globalização, ao aprofundar e acelerar processos prévios, como a internacionalização do capital, as trocas comerciais e à produção de riquezas e tecnologia, conduzidas, entretanto, sob uma governança mundial escorada em decisões e anseios das grandes empresas, em detrimento dos interesses da esfera pública. Há, portanto, uma globalização que, na condição de processo, tem no neoliberalismo um ingrediente acelerador, e cujo protagonismo é transferido para o mercado mundial em detrimento do Estado. Neste sentido, a ideologia formula outra globalização que terá na grande corporação e nas políticas voltadas para o mercado seu fundamento principal. Isto significou, por outro lado, que, embora a corporação e o mercado adquiram seu protagonismo, este só pôde ser legitimado por um poder coercitivo do Estado que sustentará e viabilizará as melhores condições para o mercado atuar.

Logo, o neoliberalismo exigiu os arranjos institucionais que permitissem com que o Estado adquirisse uma nova posição de comando e organização do mercado, assumindo-se como ente competidor. Basicamente, a ação do Estado centrou-se em estabelecer as melhores condições para a ação de agentes privados em múltiplas escalas, especialmente a grande corporação. A ideologia será, neste sentido, incansavelmente utilizada para destronar o Estado keynesiano, cuja mediação exercida nos conflitos entre o capital e o trabalho passou a significar um ataque à liberdade de empreendedorismo. Todavia, esta repercussão da ideologia neoliberal não encontraria o eco necessário senão pela crise do sistema anterior, o que contribuiu, em certa medida, para a intensificação de um discurso de substituição integral desse sistema, ao contrário de interpretações direcionadas a buscar seu aprimoramento.

Convém sublinhar que, embora tenha entrado em crise na década de 1970, o desenvolvimento conseguido na era fordista possibilitou, nos anos em que prevaleceu, estabelecer uma relação integradora entre altas taxas de lucro e progressão nos benefícios sociais, com desenvolvimento tecnológico e elevação dos níveis de

subsistência da força de trabalho. As idéias liberais encontraram terreno fértil na gradativa incapacidade do regime fordista de produção e do Estado keynesiano em manter essas altas taxas de crescimento e produtividade marcadas nos anos 50 e 60. A crise desse sistema, de manutenção do pleno emprego e do consumo para atender uma produção industrial de massa, com pressões sobre a base fiscal para manter os altos gastos públicos, abre caminho para um novo tipo de globalização engrenada pelo teor neoliberal (HARVEY, 2005). Há, portanto, uma relação muito tênue com a queda nas taxas de lucro das grandes empresas, até então preservadas por rígidas políticas de preservação do pleno emprego e do consumo, com o contexto de transição que eleva o neoliberalismo como espectro ideológico em detrimento da matriz social-democrata.

O prevalecimento do pensamento neoliberal, à medida que progride, formula uma globalização construída com base no fortalecimento da esfera privada, reinante segundo o princípio de que a abertura à livre-empresa possibilitaria com que o mercado pudesse exercer funções e oferecer serviços anteriormente conduzidos pelo Estado, sobretudo no que tange a gestão dos bens e serviços públicos. A crise do modelo keynesiano cede lugar para um viés privado e individualista, crente que o avanço dos investimentos privados ampliaria a oferta não somente de serviços, mas também de empregos, que, por sua vez, formaria um mercado consumidor capaz de sustentar a dinâmica do mercado, inclusive como consumidor dos serviços anteriormente públicos. Margareth Thatcher, primeira-ministra britânica e precursora das políticas neoliberais, é elucidativa na demonstração dessa transição ao afirmar que sociedade não existe, e sim um mundo de indivíduos em competição permanente, um cenário altamente competitivo a nível global, onde cada país irá, até as últimas consequências, procurar fornecer as condições objetivas para se sobressair na esfera competitiva.

Por outro lado, o entendimento de como o neoliberalismo atingirá proporções paradigmáticas envolve não somente apontar a crise do modelo fordista, mas, observar sua plena e conveniente inserção nas diretrizes políticas e econômicas dos principais centros do capitalismo na década de 1970, Estados Unidos e Grã-Bretanha, cuja queda no regime de acumulação das empresas e o aumento dos gastos públicos sociais imprimiam desvantagens significativas na concorrência com as nascentes

potências econômicas do pós-guerra, Japão e Alemanha. Decorre uma dispersão irrestrita e impositiva à outros Estados Nacionais para adotarem políticas liberalizantes, a partir da abertura das fronteiras e da estabilização das moedas locais com vistas a atrair os crescentes e fluidos capitais, sobretudo norte-americanos. Ao longo dos anos que sucederam a crise do modelo fordista, a formulação de um paradigma neoliberal, em sua incomensurabilidade, implicou em promover a liberdade de empresa a partir da ampliação da capacidade competitiva dos agentes que entram em concorrência, derrubando barreiras comerciais, direitos trabalhistas, impostos incidentes sobre transações financeiras, bem como oferecendo isenções fiscais e outros mecanismos que permitissem a prática empreendedora e incentivasse a novos investimentos. Boxberger e Klimenta complementam que,

a economia impôs uma ampla libertação das determinações burocráticas, com a redução das despesas estatais e dos impostos empresariais. Do mesmo modo, o lucro das empresas seria investido em novos postos de trabalho e que os empregados recém-contratados aumentariam a demanda através de seus salários, possibilitando assim a contratação de novas forças de trabalho (BOXBERGER; KLIMENTA, 1999, p.42)

Estas transformações elucidam como o Estado altera sua função de modo a adequar-se ao modelo neoliberal, uma vez que é o Estado-Nação o agente que legitima e institui as bases internas e externas para a inserção dos capitais transnacionais. Octavio Ianni assevera que:

se é verdade que a globalização do mundo está em marcha, e tudo indica que sim, então começou o réquiem pelo Estado-Nação. Ele está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças (IANNI, 1994, p.82)

É o enfraquecimento do Estado-Nação por ele mesmo que tem incutido uma dimensão política associada à globalização, pois outros poderes e autoridades o

substituem nas esferas de governança internacional, principalmente as grandes corporações industriais e financeiras e os organismos intergovernamentais.

Neste sentido, a globalização em seu teor neoliberal impôs a instituição do agente privado e de um Estado que se formula segundo seus mesmos princípios. As duas engrenagens que modelam o território desta globalização estarão:

a) na *reificação da mercadoria*, pois o Estado deixa de produzir valores de uso que serão produzidos pelo seu valor de troca no mercado. Há automaticamente, na primazia do mercado, a tendência gradativa de generalização da forma-mercadoria que se aprofunda quanto menos o Estado interfere no funcionamento deste mercado, e este será um aspecto fundamental no período neoliberal. Um Estado que se comporta como um agente privado deixa de produzir valor de uso e de negar o próprio mercado em seus limites de atuação, como em períodos anteriores. Neste modelo, praticamente tudo se torna um ativo de acumulação e constitui um novo mercado de consumo, incluindo os recursos naturais do planeta, o conhecimento, a ciência, a cultura, a arte, as doenças, a terra, os ativos financeiros, as pessoas, os animais, o futuro, o passado, etc. Tudo é vendável e este aspecto deve ser ressaltado porque se tangencia com a perspectiva analítica deste trabalho, que enxerga na problemática ambiental outro ativo de acumulação que surge no período, segundo o conceito de sustentabilidade.

b) o *consumo destas mercadorias*, reconhecida como uma instituição do capitalismo neoliberal porque é o que permeia e dá sobrevivência ao sistema. Por representar uma etapa central no processo de reprodução do capital, e, levando em consideração um ciclo de reprodução cada vez mais acelerado, o consumo na era neoliberal é o que ratifica o domínio da mercadoria e da economia de mercado, colocando-se como aspecto fundamental nas diretrizes econômicas dos Estados e organismos supranacionais. A proliferação do consumo exigiu uma mudança cultural, ou, como expôs Harvey, uma cultura popular com base no libertarianismo individual e no consumo diferenciado para se estabelecer, o que tem consistido na dimensão cultural da globalização. Em outras palavras, a manutenção do processo de generalização da mercadoria dependeu que cidadãos, entes sociais cujos valores gravitam em torno de direitos sociais adquiridos, se modelassem como agentes

consumidores, ou entes cujos valores se realizam na esfera simbólica, pois deixa de operar na escala do real para enveredar-se por caminhos imaginários. Em outras palavras, o consumo por possibilidade e por necessidade cede espaço para um consumo movido pela criação de necessidades e de significados orientados à construir modelos diferenciados e exclusivos de estilos de vida. Assim, a dimensão cultural da globalização está no mundo do consumo, em que Featherstone (1997, p. 109, adaptado) circunscreve como um fenômeno que "*busca remodelar incessantemente o aspecto simbólico ou cultural da mercadoria, constituindo a **signomercadoria***".

Sob a égide neoliberal a globalização se redefine a partir de uma competitividade imbricada neste processo de alargamento da mercadoria, desde a etapa de produção até o consumo. No auge da liberdade, um conceito considerado uma planta rara para Milton Fridmann, o capital avançou sem considerar as soberanias nacionais, as heranças culturais e as riquezas naturais necessárias à sua própria sobrevivência. Segundo Fridmann, em crítica contundente ao Estado, o mesmo dizia que nossas próprias observações confirmavam que a grande ameaça à liberdade estava constituída na concentração de poder e seus males decorrentes. Paradoxalmente, Fridmann observou já na virada do século XXI, um aprofundamento do movimento de concentração de poder a partir da centralização do capital em pujantes e ínfimas corporações industriais e financeiras. Sede das grandes empresas, os países centrais ampliaram a diferença dos níveis de desigualdades na distribuição de riquezas produzidas no mundo nos últimos 30 anos, segundo o PNUD, passando de 44 para 1 em 1973, para 72 para 1 em 1992 (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1999, p.38).

A base material dessa desigualdade está, a princípio, na base produtiva que envolve o enfraquecimento da fronteira nacional e a exploração dos elementos potenciais à extração do lucro máximo. Fundamentalmente, corresponde a crescente mobilidade e fluidez exercida pelo capital, em sua maioria orientados por estratégias corporativas de externalização dos custos de produção, em que diferentes partes do processo produtivo serão distribuídas por diferentes territórios, de acordo com suas vantagens potenciais. Neste processo emergem tensões nas relações entre o capital e a força de trabalho disponível e entre o capital e o espaço de entorno, na medida em

que o processo econômico de extração do excedente demanda, para se manter e expandir, recursos que a totalidade social depende, dentre eles a terra, os recursos naturais e a renda do trabalho.

Por outro lado, boa parcela da base material de produção na era neoliberal irá se escorar na falta de regulação dos mercados financeiros globais, tornando a globalização neoliberal a era do capitalismo financeiro. Em outras palavras, o viés ideológico do neoliberalismo encontra no mercado financeiro o ápice de sua representação, na medida em que unifica os mercados globalmente sob um sistema de absoluta liberdade, o que significa propriamente em desregulamentação. Será a partir do mercado financeiro que os valores patrimoniais e os capitais oriundos das atividades produtivas serão negociados em bolsa sob a forma de ativos financeiros.

A tendência das empresas em abrir-se ao sistema financeiro é marcante já na década de 1980, e representa um mecanismo importante buscado pelas empresas para remediar a perda dos lucros no período de crise da década anterior. Ao longo desta década e das posteriores, os Estados Nacionais ampliam a desregulamentação das movimentações financeiras, na medida em que seus órgãos de regulação já vinham sendo dominados pelo teor da ideologia neoliberal, sobretudo através de grandes empresários, banqueiros e investidores. Segundo Eustáquio de Sene (2003, p.67), *as movimentações financeiras cresceram muito mais do que o produto mundial bruto, o fluxo de mercadorias e mais até do que o fluxo de capitais produtivos*. Citando Chesnais, o autor reforça que o fluxo financeiro é aquele que melhor representa a globalização neoliberal:

A esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais” (CHESNAIS apud SENE, 2003, p.67).

Dessa forma, o mercado financeiro constitui o centro nervoso da engrenagem neoliberal, dada sua fluidez, volatibilidade e abertura à especulação. Estes mercados,

por sua vez, têm determinado diretamente as políticas econômicas dos países, controlando as esferas de governança mundial, embora que de forma oculta.

A despeito do conjunto de contradições do sistema financeiro, sintetizadas na relação ilógica de produção infinita de riqueza imaterial sem um equivalente de riqueza material (a síntese da especulação), convém reforçar que o mesmo impõe a lei da rentabilidade máxima das aplicações financeiras, o que consiste na criação de valor para acionistas. Este elemento implicou na injeção maciça de novos capitais nas empresas, cujos lucros se reorientam para os investidores em forma de dividendos. O aprofundamento da competitividade no setor financeiro, em que as empresas buscam fundar o mais alto grau de valorização de seus ativos e assim atrair investidores, constitui a engrenagem fundamental de espoliação da base material da atividade econômica, na medida em que acelera a dominação das reservas naturais (commodities), das terras urbanas e rurais, e desvaloriza a força de trabalho (HARRIBEY, 2011). Os processos de sucateamento e privatização dos serviços públicos, a abertura das economias e liberalização dos mercados, o rebaixamento dos salários, o fechamento de postos de trabalho e os problemas sócio-ambientais possuem relação direta com as lógicas que movem o mercado financeiro. Em extensão, é importante complementar que a falta de regulação e controle dos mercados financeiros, embora possibilite a ampliação de capitais que atuam na legalidade, alarga práticas especulativas e permite o escoamento e o acúmulo de capitais surgidos na ilegalidade através de paraísos fiscais, locais onde existe maior proteção do dinheiro oriundo de crimes como sonegação de impostos, desvio de verbas públicas e outras formas de corrupção, tráfico de drogas, pessoas, animais, etc.

Neste sentido, o mercado, especialmente em seu viés financeiro, bem como o Estado neoliberal tornam-se expressões de uma doutrina que avança mais pelo parâmetro dogmático e religioso do que pelo empirismo ou pelo cientificismo. Como ressalta Marcio Pochmann (2011, p. 06), os últimos dois séculos foram marcados pela *“convivência com distintas crises no modo de produção capitalista”*, e será de um contexto de crise que o neoliberalismo encontrará as condições de se estabelecer. A partir daí, a generalização da mercadoria, os oligopólios e monopólios, a concentração do capital e da propriedade, as desigualdades territoriais, a pobreza extrema em todas

as suas manifestações, têm engendrado novas crises que se apresentam como condições para novas transformações. Entretanto, mesmo diante das incertezas geopolíticas dos quais o mercado comanda e de crises econômicas profundas que assolaram a economia mundial, o modelo neoliberal ainda ganha legitimidade na recente perspectiva histórica, conforme as esferas de decisão ainda estejam centralizadas em poderes relativamente ocultos, daqueles que expressam incertezas contra o que e a quem combater.

Tal legitimidade se fundamenta, portanto, com base nos elementos constitutivos de um *paradigma difundido pela ideologia* e circunscrito como atual modelo de “desenvolvimento”. Observa-se assim como os princípios empresariais e a razão de mercado, no tocante à ideologia, se estende a praticamente todos os setores da vida social, tanto como agente econômico, quanto como substituto ao Estado nas atribuições dentre os quais este deveria se comprometer. O paradigma em sua plenitude revela, inclusive, que eventuais problemas originados da prática mercantil são alvos ou atribuições em que o mercado deva se apropriar, uma vez que, como atesta a ideologia, o Estado é incompetente e desqualificado na oferta das condições de bem-estar e na resolução destes conflitos, tendo em vista sua ineficiência administrativa. Segundo Porto-Gonçalves (2006, 302), há uma visão que se fortalece, sobretudo a partir da década de 1990, de “*que o mercado, se operado livremente, é o único meio concebível de alcançar o desenvolvimento sustentável*”, um exemplo que está longe de ser o único, como o mesmo autor reitera.

Convém afirmar que este exemplo serve para retomar o nexos central que este trabalho busca desenvolver, de modo que, ao utilizar o termo “desenvolvimento sustentável”, o autor aponta para a temática ambiental como um instrumento crucial de resignificação do mercado. O surgimento do ambientalismo como movimento paradigmático que emerge quase no mesmo período ao neoliberal, sinaliza outra fase de representação e significação da realidade, com base nas contradições sociais e ambientais oriundas da economia capitalista. Este ambientalismo que se revela na esfera do processo econômico traz outra legibilidade à crítica do contexto histórico, antes restrita meramente as contradições sociais e culturais, e direciona a atenção para o aspecto da natureza que sustenta a civilização pós-moderna. Dessa forma, a

seguir ganha relevo uma discussão que visa analisar o movimento ambiental como elemento fortemente atrelado aos processos de expansão do capitalismo, de maneira à analisar suas origens, seu conteúdo crítico, seu fortalecimento nas esfera governamental, para, por fim, buscar suas vinculações com as institucionalidades neoliberais.

1.3 O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado

Não há uma demarcação cronológica precisa do momento que eleva a temática ambiental à centralidade das discussões sobre o desenvolvimento e a sociedade. Como afirmam Keeler e Burke (2010, p.28, adaptado), é quase impossível localizar o início de uma cronologia linear sobreposta a uma progressão periódica de vertentes e tendências. Por outro lado, podemos considerar a década de 1970 uma fase de eventos importantes e cruciais para o fortalecimento da temática ambiental, na medida em que a mesma passa a fundamentar uma questão de base civilizacional, e, por isso mesmo, de implicações políticas. Coincidentemente ou não, esta projeção adquirida se consolida no mesmo contexto de transição política e econômica que eleva a ideologia neoliberal como novo paradigma de "desenvolvimento", em que os mesmos atores políticos e órgãos de governança internacional que ganham legitimidade naquele período serão os que definirão as diretrizes, os princípios e as ações estratégicas de uma agenda ambiental.

Neste sentido, a compreensão de como esta temática é constituída na fase atual exige contornar algumas distinções basilares de suas origens, em virtude de inúmeras percepções que podem ser encontradas durante a trajetória histórica, segundo culturas e momentos específicos. Da mesma forma, a abordagem ambiental se revela como um campo de estudo abrangente, com raízes sociais, políticas, econômicas e científicas, o que nos orienta para uma discussão introdutória desses conhecimentos já produzidos, com ênfase, todavia, para o contexto sócio-histórico que se desenrola a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, e prossegue com o

emaranhado de ideias que se consolidaram em torno do conceito de sustentabilidade, cuja imprecisão demarca atualmente o que aqui se denomina de paradigma ambiental.

Como já mencionado, constitui um paradigma porque adquire uma margem consensual a partir da incomensurabilidade de suas afirmações, de modo a impor prerrogativas e princípios de reorientação dos padrões de vida estabelecidos pelo homem, e, principalmente, ao traçar alguns limites para as liberdades de empreendedorismo, um elemento medular para a atividade econômica segundo os pressupostos neoliberais, como observado anteriormente. Assim se define um paradigma que se infiltra no imaginário coletivo a fim de modelar um novo estilo de vida e novos padrões de comportamento humano, e, mais importante, que interfere nas decisões políticas e nas ações do mercado. Esta projeção paradigmática da temática ambiental somente pode ser entendida na contemporaneidade, por duas razões basicamente: uma é a agudização das pressões ambientais trazidas pelo crescimento econômico no período posterior à 2ª Guerra; o segundo é o enveredamento da crítica ambiental atrelada aos movimentos sociais para as esferas políticas e de decisão, o que exige entender como o poder se estabelece na fase neoliberal, quando esta incorporação da temática ambiental se desenhou.

1.3.1 O meio ambiente como instrumento de problematização: entre a crítica à visão mecanicista da natureza e o repensar do desenvolvimento

Após estas considerações iniciais, convém elucidar que o discurso ambiental se estabelece, em princípio, mediante um espectro psicológico orientado por preocupações de ordem individual e coletiva relativos à percepção que o homem possui em relação ao ambiente natural que o cerca. Estas preocupações já são suficientes para a configuração de um ambientalismo intrínseco ao indivíduo ou a determinadas coletividades e envolve, primordialmente, os elementos de ordem natural, já que os modos de vida, os comportamentos e a própria sobrevivência de populações ancestrais dependiam dos recursos que a natureza disponibilizava. Há, portanto, um ambientalismo que nasce atrelado às sociedades antigas, ou pelo aspecto da romantização da natureza, associadas aos primeiros naturalistas, ou pelo

aspecto metafísico, de glorificação da natureza como elemento que conecta e incorpora o homem com entidades divinas, ou pelo aspecto da sobrevivência, em que determinadas sociedades se mantinham e se constituíam de acordo com as possibilidades oferecidas pelo ambiente de entorno. O caráter histórico do ambientalismo e, por outro lado, a falta de uma percepção ambiental no transcorrer dos séculos tem demonstrado como os seres humanos possuem uma forte relação de dependência com a base ecológica que os mantém, uma vez que muitas sociedades primitivas entraram em colapso segundo determinações ambientais.

Os séculos XVIII e XIX assistiram, no desenrolar de duas revoluções industriais, a uma ruptura histórica de formação dos primeiros movimentos organizados em prol das demandas ambientais. Na Europa e, sobretudo na Inglaterra, as relações de romantização e de glorificação da natureza se modificam em função do progressivo conhecimento construído no campo das ciências naturais, o que responde às transformações culturais trazidas pelo iluminismo. No prevalecimento do pensamento racional rompem-se os limites de autodeterminação humana, anteriormente impostos pela religião, e a natureza, ao ser dominada, expressará o domínio da história pelo homem. As cidades inglesas nesses dois séculos condicionam à formação dos primeiros movimentos ambientais, uma vez que o conhecimento científico e a industrialização criaram e recriaram novos ambientes e destruíram antigas formas, assim como a descomunal explosão demográfica intensificou o crescimento das cidades e os conflitos em seu interior. Na cidade industrial, se por um lado criavam-se as bases para a artificialidade das fábricas, da máquina, do trabalho e da disciplina, por outro havia o enfrentamento das multidões, da pobreza, da insalubridade e das doenças. De acordo com Blainey (2004), entre 1750 e 1850, a população da Europa deu um salto em mais de 80%⁴³ e as cidades cresceram e tornaram-se tão grandes quanto às maiores da China. Embora possamos considerar este crescimento como resultado de um avanço das técnicas na área da saúde, o ambiente fabril dos espaços urbanos gerou áreas predominantemente insalubres, sujas, onde a grande massa de trabalhadores se amontoava em pequenas casas. Não havia infra-estrutura urbana básica para os novos

---

⁴³ Londres, por exemplo, passa de 864.845 habitantes em 1801 a 1.873.676 em 1841 e 4.232.118 em 1891. Ou seja, em menos de um século a população praticamente quintuplicou.

e antigos moradores e as cidades geralmente ficavam ao longo de um rio, cuja água poluída era utilizada para cozinhar e se lavar (BLAINEY, 2004).

Ao descrever a origem do movimento ambiental, Paul Hawken menciona que as primeiras organizações sociais voltadas para ideia de justiça ambiental inseriam em conjunto o elemento da justiça social, sabiamente consideradas como inseparáveis. A atuação desses primeiros movimentos já sinalizava de que modo a crítica ambiental surgiria no século seguinte, quando o teor social e econômico subsistia em face ao predomínio do aspecto natural, segundo as readaptações e modificações sofridas pela natureza na intensificação dos processos econômicos (HAWKEN apud KELLER e BURKE, 2010, p.30). Os ativismos nascem e se consolidam enquanto expressões sociais da modernidade que o capitalismo industrial formula, em resposta, por exemplo, tanto à poluição gerada pelas fábricas, quanto ao desemprego originado na substituição da energia humana pela mecânica no interior do processo produtivo.

O aprofundamento do projeto moderno sustenta um novo ambientalismo cuja efetiva notoriedade se realizará apenas em meados da década de 60. Antes disso, o conteúdo crítico implícito à expansão das forças produtivas no capitalismo se restringe em movimentos dispersos, de acordo com determinadas implicações locais. Mesmo assim, tal notoriedade se realiza apenas num contexto de mobilização amplo e que envolve múltiplos elementos constitutivos a fase de contracultura. Não há, neste sentido, um movimento ambiental institucionalizado, mas organizações sociais que incorporam a demanda ambiental como outro elemento integrante de uma crítica maior, de base civilizacional, direcionada à um Estado centralizador, aos conflitos armados e não armados imbricados à Guerra Fria, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, a pobreza, e, evidentemente, à degradação de ambientes naturais.

Por outro lado, esta época de contestação demarca uma importante descontinuidade no contexto histórico do ambientalismo, conforme seu discurso recebe maior atenção no campo político e científico. O conceito de ambiente e o saber ambientalista criam diferentes categorias de análise e compreensão a respeito das tramas sociais e dos conflitos decorrentes da modernidade, sem, entretanto, deixar de comportar elementos convergentes de problematização e crítica em diferentes campos do conhecimento que permeiam a racionalidade econômica e o progresso

técnico. Este conceito imprime, segundo Leff (2010, p.12), um sentido “questionador, transformador e recreativo nos domínios do saber, [...], questionando paradigmas estabelecidos e abastecendo as fontes e mananciais que irrigam o conhecimento”. A institucionalização de um movimento ambiental respondeu à internalização de um discurso crítico transversalmente construído segundo diversos campos disciplinares.

O destaque à crise ambiental correspondeu, essencialmente, à formação de um movimento social tecido sob uma nova racionalidade ambiental que enxerga no intercâmbio indissociável entre os elementos sociais e os processos ecológicos um fator crucial de sobrevivência da espécie humana (LEFF, 2010). Tal interpretação sinaliza uma ruptura na edificação do pensamento ambiental, e receberá novos contornos ao longo das décadas de modo a constituir uma faceta paradigmática, que impõe dilemas e obstáculos ao desenvolvimento concebido na modernidade. Assim como atesta Porto-Gonçalves (2006, p.51), *“até a década de 60, a dominação da natureza não era uma questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento”*. O significado implícito à modernidade torna a natureza um elemento de conteúdo esvaziado, pois desloca seu sentido universal para um campo subjetivo, segundo interpretações individuais que a enxergam de um ponto de vista meramente operacional (TAVOLARO, 2001). Horkheimer e Adorno apud Tavolaro (2010, p.65), acompanham da mesma interpretação a respeito desta visão moderna da natureza:

Devido a formalização da razão, todos os objetivos perderam, como uma miragem, o caráter da necessidade e objetividade. A magia transfere-se para o mero fazer, para o meio, em suma, para indústria. [...] A dominação sobrevive como um fim em si mesmo, sob a forma de poder econômico.

A partir da década 60, embora esta visão fragmentada e simplificadora perdure pelas décadas seguintes, a natureza formula uma *questão* que impõe desafios ao desenvolvimento, conforme se ampliam as interpretações acerca dos limites ao progresso material e à manutenção dos padrões de consumo consolidadas na era fordista. Mais além, esta outra percepção na relação homem-natureza constitui um discurso ambiental que incorpora, a partir da noção de “meio ambiente”, um elemento

chave de representação da problemática da civilização, na medida em que comporta as implicações sociais, culturais e econômicas que o pensamento racional e mecanicista engendrou na esteira da modernidade. Em outras palavras, o meio ambiente adquire uma importância paradigmática a partir da crescente compreensão em torno de uma crise ecológica, e que a mesma é constituída pelas mesmas engrenagens políticas e econômicas responsáveis pelas mazelas sociais estabelecidas desde o século XIX. Logo, o ambiente integra um conjunto sistêmico e multidimensional que envolve uma diversidade de valores que superam o aspecto puramente ecológico, de modo a abarcar os potenciais culturais, os processos sociais e políticos.

O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso (LEFF, 2010, p.17).

Neste sentido, a década de 1970 constitui um marco na história da perspectiva ambiental em função do fortalecimento de uma razão objetiva que universaliza a natureza como entidade em unicidade com o homem. Nesta década, o aprofundamento de uma crise ecológica acumulada em anos de crescimento econômico consolida um campo multidisciplinar em torno da questão ambiental que encontrará, nos anos posteriores, um vasto campo de pesquisa e investigação. O paradigma ambiental estruturado sob uma nova concepção de natureza tem na ciência um pólo irradiador que se expande para organizações não-governamentais e outros atores que representam a evolução do movimento ambientalista. Alain Touraine (1994) o inscreve como um relevante movimento *societal* que comportará diversos setores sociais.

Em paralelo à evolução de um “movimento societal ambiental”, a década de 1970 será marcada pela penetração da crítica ambiental na esfera política, onde será majoritariamente assumida pela Organização das Nações Unidas a partir da Conferência sobre o Meio Ambiente de 1972, realizada em Estocolmo, na Suécia. O

debate central já anunciava o teor discursivo predominante em todos os outros encontros posteriores, tendo como foco a questão do desenvolvimento. Sua problematização torna-se o eixo nodal que permeará todo o arcabouço institucional do ambientalismo no decorrer das diversas conferências ao longo de 40 anos, com vistas à construção de um sentido renovado e criterioso deste conceito, não obstante sua relativa complexidade. Especificamente à Estocolmo, convergem opiniões, sobretudo de representantes dos países mais ricos, que os padrões de desenvolvimento praticados nos anos anteriores não poderiam ser mantidos nas mesmas escalas, pois, baseados no relatório *Limites para o crescimento* (MEADOWS et al., 1973), haveria um entrave incondicional imposto pela escassez de recursos naturais necessários para manutenção da economia nos moldes capitalistas de produção e consumo. Por razões claras, a proposta de estagnação não foi aceita pelos países mais pobres, motivando um dos primeiros embates políticos associados à questão ambiental. De um lado defendia-se o “não desenvolvimento” inscrito à alegação do crescimento econômico zero e, de outro, justificava-se este desenvolvimento aos países pobres, não somente como caminho de superação da pobreza, mas como cumprimento de dívidas passadas implícitas à colonização e ao imperialismo.

Convém realizar um adendo importante a respeito destes primeiros conflitos, pois, embora possam assinalar o crescimento zero como instrumento de cristalização das desigualdades, algumas contribuições da época começam a sinalizar mudanças de postura que buscavam resignificar o desenvolvimento de acordo com a substituição de um modelo dominante por outras formas de desenvolver, segundo novos indicadores e valores. Uma dessas mudanças procurou, segundo José Eli da Veiga (2010), explorar a obsolescência do crescimento até então praticado, baseado em indicadores como o Produto Nacional Bruto. O autor menciona um dos trabalhos seminais publicados naquele período, cujo título questiona a efetividade do crescimento econômico, tendo em vista a obsolescência do mesmo como elemento que traz qualidade de vida às pessoas⁴⁴. Igualmente, neste mesmo trabalho, considerado por Veiga como um documento ancestral à vasta discussão conduzida em anos posteriores, já aparecia com relativa importância o termo “sustentável” como pressuposto qualificativo de um

---

⁴⁴ O referido trabalho intitula-se “Is growth obsolete?”. Foi publicado em 1972, por William D. Nordhaus e James Tobin.

desenvolvimento renovado, embora seu uso tenha sido expresso sob a perspectiva da sustentabilidade da produção, e não dos recursos.

Por conseguinte, surgirão movimentos paralelos no decorrer das décadas, orientados a buscar novas interpretações e medições para o desenvolvimento. O trabalho de Nordhaus e Tobin (1972) principia uma trajetória que, gradativamente, formula interpretações opostas daquelas associadas à economia convencional, onde a natureza é vista como externalidade, e, conforme progride, reafirma o pensamento da *sustentabilidade do desenvolvimento e da natureza*. Esta pode ser considerada a matriz norteadora da pesquisa e do debate político ambiental nas últimas três décadas, e avança no esforço analítico de construir indicadores e conceitos que aproximem a teoria ambiental da prática cotidiana, tendo em vista a perspectiva da sustentabilidade da produção e da natureza como elementos que trazem qualidade de vida humana. Neste sentido, problematiza-se a relevância dada ao PNB (Produto Nacional Bruto), o medidor principal do crescimento econômico, assim como se criam índices que cobrem inúmeras variáveis como o de Sustentabilidade Ambiental e o de Desempenho Ambiental, que avaliam de maneira composta a pressão exercida pelos humanos à determinados recursos (VEIGA, 2010).

Na perspectiva atual, Veiga (2010) menciona que o ponto de partida para as futuras políticas e teorias ambientais estão contidas no *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Segundo ele, o relatório demonstra com maior clareza e acuidade uma leitura do desenvolvimento que, em primeiro lugar, defende a substituição do PNB por outro indicador composto e muito mais sofisticado e, em segundo lugar, exige a pragmática definição de critérios para a sustentabilidade deste desenvolvimento, em detrimento de simplórios mecanismos artificiais que “buscam precificar coisas que não são mercadorias” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI apud VEIGA, 2010, p.47). O relatório resume bem o mote crítico na evolução do campo ambiental, onde a falta de critérios e definições objetivas para o desenvolvimento e para sustentabilidade acompanha uma relativa descaracterização destes conceitos, cuja abrangência possibilita inúmeras adequações e significados. Neste sentido, é preciso enfatizar que, independente das dissonâncias, um nexos elementar de formulação conceitual do desenvolvimento está

no rompimento do modelo mecanicista, como já mencionado. Mais além, redefinir um modelo de desenvolvimento impõe como estabelecê-lo por um longo prazo, de preferência um prazo indefinido, sua sustentabilidade.

Um dos autores que melhor buscaram criar parâmetros para a sustentabilidade do desenvolvimento é, talvez, Ignacy Sachs, um autor com vasta contribuição no campo da teoria ambiental. O termo *ecodesenvolvimento*, introduzido já na Conferência de Estocolmo e posteriormente desenvolvido por Sachs(1981; 1993), evoca um novo estilo de vida baseado no comportamento sincrônico entre os fatores sociais, ambientais e econômicos, deslocando a interpretação que enfoca o progresso social como subordinado ao aspecto da produção. A partir do conceito de *ecodesenvolvimento*, Sachs desenha um projeto de reconstituir a civilização, com base na integração solidária e na responsabilidade mútua dos povos, a partir de cinco dimensões da sustentabilidade do *ecodesenvolvimento*, assim resumidas: a) **Sustentabilidade Social** – implica na diminuição das diferenças sociais e na multiplicidade do desenvolvimento. Este não existe se não há incremento do emprego e renda e se a produção de bens não é dirigida prioritariamente às necessidades básicas; b) **Sustentabilidade Econômica** – alude ao aumento da produção e da riqueza social sem *a dependência externa*, com manejo eficiente de recursos, responsabilização das empresas por danos ambientais e que o resultado de uma jornada de trabalho seja suficiente para garantir qualidade mínima diária ao trabalhador; c) **Sustentabilidade Ecológica** – expressa o fortalecimento dos recursos potenciais do planeta, com a garantia de sua reprodução a partir da extração dos recursos mais renováveis e menos inofensivos ao ambiente; d) **Sustentabilidade espacial / geográfica** – reforça o potencial do planejamento territorial, cujo objetivo é tornar-se o espaço uma instância de equilíbrio entre a sociedade e a natureza, com base na desconcentração de populações e atividades produtivas. e) **Sustentabilidade Cultural** – que busca a preservação das raízes endógenas da produção, com soluções de desenvolvimento adaptadas à cada cultura (SACHS, 1993).

Estes múltiplos aspectos da sustentabilidade são igualmente reforçados por Leff (2011), quando agrega um sentido político sinalizado pelo fortalecimento da democracia. Este sentido comporta diretrizes direcionadas à maior equidade social,

diversidade cultural e equilíbrio regional como elementos que fundam maior autonomia e capacidade de autogestão das comunidades. Em outra contribuição do autor, são levantados dois pontos cruciais que se aglutinam nesta multiplicidade de fatores, indispensáveis, em sua visão, para a construção da sustentabilidade: a limitação do crescimento econômico e a gradativa desconstrução deste crescimento (ou decrescimento), enquanto processo que caracteriza uma transição para uma economia sustentável. Diz o autor:

Mas como desativar o crescimento de um processo em cuja estrutura originária e em cujo código genético está instaurado um motor que o impulsiona a crescer ou morrer? Como levar a termo esse propósito sem gerar como consequência uma recessão econômica com impactos socioambientais de alcance planetário? [...] Por isso, não devemos pensar apenas em termos de decrescimento, mas de uma transição para uma economia sustentável (LEFF, 2010, p.59).

Na tentativa de estabelecer um novo valor a sustentabilidade, Veiga (2010) acompanha o pensamento de Leff e enfatiza que o passo de caráter mais elementar está no combate à insustentabilidade. Não obstante o autor realize uma interessante problematização do conceito, buscando demonstrar seu valor real e as possibilidades de atingi-lo, não são poucos os momentos em que o autor chama a atenção para a necessidade de *um rompimento mental com uma macroeconomia inteiramente centrada no ininterrupto aumento do consumo* (VEIGA, 2010, p. 141). É o caráter cíclico do desenvolvimento o fundamento medular da afirmação de Veiga, caracterizando, talvez, o grande desafio que permeia o saber ambiental. Este aspecto também é destacado por Leff (2011, p. 413), quando afirma que a *“sustentabilidade anuncia o nascimento do que ainda não é, a partir do potencial do real, da canalização do possível e da forja da utopia”*. A sustentabilidade torna-se um qualificativo em processo, com motivações que visam inverter um processo econômico linear sem qualquer vinculação com cenários futuros.

Nesta trajetória que formula a teoria ambiental haverá pouco ou menor espaço para a negação do desenvolvimento, tendo em vista que, a rigor, seu significado

universal expressa a busca por melhorias na condição de vida humana. De fato, o que desenvolver, de que forma e a partir de quem, são eixos que tem conduzido o paradigma ambiental, através de um rol de contribuições que almejam erigir caminhos concretos para o redirecionamento da civilização. Neste processo alimenta-se um debate que institui uma base intelectual que sustenta um paradigma transformador, permeando as áreas do conhecimento, da política e da sociedade. De maneira que, a configuração de uma sensibilidade ambiental sustenta este novo paradigma constituído no processo de globalização, quando as visões em relação à natureza se modificam e as interpretações e indicadores relativos ao desenvolvimento estabelecem alternativas à vertentes paradigmáticas impostas pela economia do crescimento sem limites.

O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo (PÁDUA, 2010, p.82).

O meio técnico-científico será fundamental para a construção cultural da questão ambiental, a partir dos padrões normativos construídos na esfera política internacional. Como já citado, há desde a Conferência de Estocolmo um ponto de partida que estrutura um debate científico, cujas contribuições encontram abertura nas conferências internacionais, orientam os programas de novos partidos verdes e estimulam à formação de organismos não-governamentais. Neste processo, são elaborados um conjunto de princípios em face à temática ambiental, em que fóruns, protocolos e conferências fornecem a base para a instituição de um direito ambiental, inscrito em declarações, agendas e documentos oficiais (MONTBELLIER FILHO, 2008). O movimento ambiental em sua amplitude institucional adquire significação não somente como agente propositivo, mas, principalmente, no campo político, como agente regulador das ações humanas em múltiplas escalas. Impõe-se uma ordem

internacional e espaços de normatização e controle das práticas cotidianas, orientadas às grandes empresas, governos, instituições e indivíduos (RIBEIRO, 2010).

Neste sentido, é imperativo empreender uma reflexão acerca do fenômeno global como tempo presente da sustentabilidade e de recriação do desenvolvimento. Pádua recorre à dois vocábulos, criadora e criatura, para expressar a relação que àquele nascente ambientalismo adquire na contemporaneidade da globalização. A discussão ambiental torna-se uma criatura deste momento, porque são nos processos anteriores e atuais da globalização que surgem a crise ambiental, as externalidades negativas à natureza, os riscos ecológicos e as vulnerabilidades à sociedade. Por outro lado, é criadora ou impinge à potenciais criadores de uma outra globalização ao proclamar os valores universais da vida, da justiça, da sobrevivência, do compromisso futuro. A força criadora deste paradigma ambiental está em movimento constante e torna mais complexa as relações do homem com a realidade, com o conhecimento e com sua própria identidade (LEFF, 2010).

1.3.2 Racionalidade ambiental e econômica como pares antagônicos da globalização neoliberal

Portanto, se é possível sintetizar em algumas linhas a discussão da parte anterior, deve se destacado que a trajetória ambientalista resulta de diferentes processos que buscam construir uma nova razão ambiental, condicionante e orientadora de outros modelos de desenvolvimento, opostos àquele formulado pela razão mecanicista que fundamentou a sociedade capitalista durante o século XX. Entre 1970 e o ano 2000, a consolidação de um movimento ambiental conclama a crise de um sistema e da sociedade ocidental, concorrendo paralelamente com o fluxo acelerado e devastador do paradigma neoliberal. Este, ao expandir-se e trazer uma nova organização do espaço mundial, reitera a questão ambiental a partir de diversos sentidos: ético, filosófico, político, societal, visto que expõe uma continuidade crescentemente mais radicalizada da visão mecanicista em relação à natureza. Ao instaurar o reino universal da mercadoria e buscar o fluxo cada vez mais acelerado das mesmas, empreendendo neste processo alterações significativas nos ambientes

naturais e humanos, a ideologia neoliberal condiciona à maior devastação ambiental da história recente.

O contexto global principia a deflagração, de um lado, de uma ordem política e cultural estruturalmente orientada para o desenvolvimento econômico capitalista e do mercado, e, de outro, de reafirmação e fortalecimento da racionalidade ambiental a partir segmentos diversos da sociedade, alguns com forte competência organizativa e de relativa penetração nas esferas políticas. As duas racionalidades, a neoliberal e a ambiental, compõem sistemas de valores, práticas, comportamentos e ações que não encontram unidade ou possibilidade de integração, o que significa que a construção de uma exige a desconstrução da outra. Convém adiante fundamentar tal afirmação, partindo de pressupostos antagônicos que alicerçam ambas racionalidades, o que consiste em perceber as descontinuidades presentes em cada uma delas. Com efeito, o intuito é levantar elementos contraditórios entre um razão ambiental crítica fundada em problematizar o desenvolvimento concebido no capitalismo, como descrito na parte anterior, e, outra razão formulada por este mesmo modo de produção como engrenagem que tem moldado as sociedades modernas, sobretudo a partir das revoluções técnicas dos séculos XVIII e XIX. Mais além, o foco é explorar as peculiaridades intrínsecas ao período atual do capitalismo que reforçam estas contradições, segundo o ideário neoliberal.⁴⁵

De modo que o paradoxo mais elementar nesta trajetória paralela entre a racionalidade capitalista inscrita no paradigma neoliberal e a racionalidade ambiental, é que o primeiro promulga, como premissa basilar, que os agentes de mercado devam atuar com o menor número de amarras possíveis, sem barreiras impostas por mecanismos regulatórios, sejam eles políticos, econômicos e, da mesma forma, ambientais. O agente mercantil enriquece por meio de novas tecnologias e de território, onde estão os recursos para produzir, mão-de-obra para trabalhar e consumidores para completar o ciclo de acumulação. O acesso à tecnologia e territórios são os alvos mais elementares onde devem incidir aparatos não-

---

⁴⁵ Por isso mesmo em algumas passagens se menciona uma racionalidade neoliberal, porque, não obstante reitere com intensidade velhos mecanismos da economia capitalista, reforça novos que em outros momentos da história não eram tão presentes, tanto por aspectos ideológicos, quanto conjunturais.

regulatórios. Por outro lado, o movimento ambiental que caminha em paralelo ao paradigma neoliberal, tem buscado encontrar as brechas e caminhos de regular as ações humanas em escala internacional, como, por exemplo, evitar que novas regiões venham a ser exploradas a partir de planos de gestão e manejo ambiental, ou que compensações por danos ambientais sejam ratificadas e impostas aos países e empresas poluidoras. Enquanto um agente econômico busca a fluidez e concentra sua energia em extrair a riqueza imediata, presente, o agente ambiental é normativo e rígido, pois enfoca o presente tendo como referência um momento futuro. Igualmente, para o primeiro a natureza torna-se um recurso ou um meio para o alcance de uma riqueza compreendida em valor monetário, o que, para o segundo não adquire valor nenhum, uma vez que a natureza representa a realidade acabada da riqueza, sua própria materialidade.

Este sentido de riqueza também constitui outro paradoxo e um entrave para àqueles que acreditam na compatibilidade entre a economia fundada pela ideologia neoliberal e o meio ambiente. Para o agente ambiental, a riqueza, em um sentido amplo, reside estritamente na perspectiva da abundância de determinado recurso material da natureza ou de qualquer outro elemento imaterial que possibilita o bem-estar social cotidiano, como o lazer e a cultura. Por outro lado, contraditoriamente, o agente econômico enxerga a riqueza somente a partir da escassez de determinado recurso, visto que, será sua escassez o elemento fundamental que imprime valor de troca e significado econômico a um bem qualquer. Nesta lógica, a natureza obtém sentido quando compreendida como território, pois, para que adquira expressão monetária, se possível ao mais alto valor, deve ser controlada e privada, tornando-a escassa. Como construir caminhos de sustentabilidade da natureza com base no princípio da escassez, se o que influi para a insustentabilidade é a acelerada capacidade de exploração da natureza, segundo os ditames de um regime de precificação mercantil em boa parcela determinado justamente pela escassez? Neste sentido, Porto-Gonçalves (2004) afirma que o desafio ambiental para os tempos atuais e futuros está em incorporar a natureza com riqueza, como algo abundante, de modo a construir uma racionalidade ambiental que reoriente as ações humanas e o processo econômico. Tal desafio implica em encontrar os meios de adaptação do homem aos

regimes impostos pelo ambiente, revertendo assim o processo contrário que caracteriza a sociedade moderna.

Ainda podemos levantar outro elemento de dissociação da razão econômica neoliberal da razão ambiental, quando se observa a própria finalidade que engrena os agentes econômicos e ambientais. Com relação ao primeiro, a razão está na produtividade que o permite encontrar seu equilíbrio financeiro e, posteriormente, seu lucro. Da mesma forma, o Estado que atua em prol do agente econômico, o neoliberal, busca criar as condições para melhor produtividade e rentabilidade daqueles agentes, como forma de promover o crescimento econômico por intermédio da facilitação do investimento, de incentivo à produção e de ampliação do consumo. Sob um contexto em que diversos agentes econômicos estão em competição crescente, o domínio da natureza e de todos os seus recursos torna-se premissa crucial de prevalecimento na competição porque é sobre ela que recaem todos os processos posteriores da escala produtiva. Da mesma forma, levando em consideração um contexto de alto consumo, a alta produção que visa atendê-lo se transforma em fator destrutivo, porque não responde aos equilíbrios de manutenção dos sistemas naturais, que se realizam de maneira muito mais lenta do que os ciclos de acumulação almejados pelo agente econômico. Estas colocações servem para elucidar que o grau de exploração da natureza, nesta lógica, estará de acordo com a perspectiva do consumo ou do consumidor em geral. Para o agente ambiental esta lógica é inversa, uma vez que a natureza está referenciada pela etapa da produção. Para ele, a produção não deve estar subordinada ao consumo, e sim este deve estar subordinado à produção. Da mesma forma que o agente econômico, o agente ambiental não nega a exploração da natureza, mas o faz de modo a relevar uma série de aspectos sociais e ambientais como elementos integrantes de determinado ecossistema, definindo variáveis que apontam para um modelo de produção mais adequado e menos impactante, ambiental, cultural e socialmente. O modelo econômico engrenado pelo consumo, ou pela demanda, é justamente àquele preconizado pelo ideário neoliberal, que, como analisado em etapa anterior, inverte a lógica do regime fordista, cuja acumulação se realizava com base na oferta, na produção.

Igualmente, convém citar a respeito dos padrões de localização. Esta contradição se evidencia na esteira da globalização da economia, quando se confrontam o problema de gerenciamento (entenda-se rebaixamento) dos custos de produção, com uma crescente crise energética ou de acesso à fontes de energia limpa necessárias à manutenção do crescimento econômico. Neste sentido, a primeira representa o mote central que engrena o agente econômico neoliberal, sobretudo como agente consumidor de espaço, de localização. O acirramento das competitividades no mercado, associada à conjuntura de maior abertura econômica, traz nova reorganização e divisão do trabalho internacional que ampliam as distâncias entre os lugares de produção e os lugares de consumo, o que é mais definido como o processo de externalização dos custos de produção. Porto-Gonçalves afirma que no capitalismo, sobretudo nos últimos 40 anos, haverá *“sempre relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos lugares e, mais, tirando dos do lugar, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem”* (2004, p.290, grifo meu). Além do conflito geopolítico e espacial, reitera-se uma contradição ambiental, na medida em que o agente econômico busca, principalmente em conjunturas de alta competitividade que a economia neoliberal impõe, externalizar os custos de produção de acordo com o custo da mão-de-obra e do acesso a recursos naturais e tecnologia, mesmo que isto implique em maior consumo de energia. Cada etapa do processo produtivo se externaliza e se localiza em distintos lugares, exigindo, desde a primeira etapa até a conclusão final da mercadoria, um gasto específico de energia consumida para seu transporte. Assim, a tendência no agente econômico reside na ampliação do espaço e no conseqüente aumento de energia despendida no processo, o que, levando em consideração os atuais modais de transporte, significa um dispêndio em energia fóssil, poluente e não renovável. E é este consumo de energia que conta para o agente ambiental, pois visa, prioritariamente, evitar o desperdício, a partir de padrões de localização pensados segundo estratégias de proximidade entre os lugares de produção e consumo.

Com base nestas considerações, parece mais prudente acreditar que ambas as racionalidades apresentam mais rupturas do que compatibilidades. A crise ambiental demarca esta ambigüidade atrelada ao projeto moderno, conforme os limites e

esgotamentos impostos pelo planeta se confrontam com as finalidades ilimitadas de crescimento do agente econômico, sejam empresas ou Estados. Notadamente, a crise de uma civilização sinalizada pela degradação ambiental, sócio-cultural e econômica, assim como pela apropriação, monetarização e escasseamento de recursos naturais, imprimem um eixo de problematização que incentiva na criação de novas estratégias de desenvolvimento, como visto no subcapítulo anterior. É importante reiterar que mesmo em algumas estratégias mais radicais, o arcabouço teórico e as novas ideias relativas ao pensamento ambiental não refutam o agente econômico, mas visam estabelecer reformas estruturantes na prática econômica, sobretudo de redução das chamadas externalidades geradas pela atividade empresarial e de introduzir reformas no campo político e social que sinalizem uma nova democracia.

O valor da democracia concerne na redefinição de uma ordem institucional e de poder que permita com que a racionalidade ambiental torne-se um agente definidor e executor de políticas públicas em suas diversas escalas. Contudo, tais estratégias, algumas delas mencionadas na parte anterior, compõem matrizes discursivas críticas que, se não entram no ostracismo, são revertidas e redefinidas segundo uma ordem estabelecida nas esferas de poder dominante. Aqui reside o valor da democracia, porque, nas palavras de Leff (2004, p. 134),

a racionalidade ecológica e a racionalidade capitalista se dão através do confronto de diferentes valores potenciais, arraigados nas esferas institucionais e em paradigmas de conhecimento, através de processos de legitimação com que se defrontam diferentes classes, grupos e atores sociais.

Em outras palavras, a crise ambiental não se revela somente nas rupturas entre duas racionalidades, senão pelo fato de que os antagonismos entre ambas não se restringem apenas na esfera das ideias, mas também no campo político e institucional. Embora a dimensão contestadora do discurso ambiental tenha obtido penetração em organismos supranacionais ligados à ONU, o fato é que sua repercussão se dissolveu na correlação desigual de forças existente nas instituições internacionais, e, mais do que isso, sucumbiu a armadilha conjuntural que a globalização neoliberal impôs.

No primeiro caso, vale mencionar como exemplo que as medidas de cooperação internacional direcionadas à alterar o funcionamento do mercado e de determinadas empresas poluidoras são eminentemente vetadas por países que detém esta condição diferencial nos organismos de decisão ou, de outro modo, são inviabilizadas por processos de coalizão interna que buscam frear as medidas mais progressistas. No jogo político internacional, nem a decisão da maioria prevalece, pois estará de acordo com a posição geopolítica que determinado país, amparado sob o poder corporativo de empresas, pode exercer em relação aos seus próprios interesses. Como afirma Montibeller-Filho (2008, p.47), *“nem todo problema ambiental global envolve o mesmo nível de interesse dos países, fazendo com que a cooperação, que derivaria da interdependência das questões ambientais, não se verifique”*.

Da mesma forma, como estabelecer relações de cooperação entre países se o que engrena e dinamiza a economia no postulado neoliberal é a livre competição de indivíduos e empresas? Tal postulado, como sugerem, cria um ambiente cooperativo, pois possibilita que inúmeros indivíduos em competição permanente possam vender no mercado o melhor de suas habilidades. Logo, é um tipo de “cooperação” em que não há necessidade de ceder a qualquer interesse, mas apenas competir para dotar o seu melhor. Na cooperação enunciada pela crise ambiental está implícita, por outro lado, uma relação conjunta de perdas ou renúncias de determinados interesses, em sua maioria privados, que levam à determinados ganhos públicos (que também significa ganhos privados), compondo um sentido totalmente distinto de cooperação, por que leva em consideração a existência da perda e de um ganho coletivo, não individual. Como já reiterado no trabalho, o Estado neoliberal também é um agente econômico em franca competição e é nesta ambigüidade entre cooperação entre competição que se confrontam os Estados Nacionais na atualidade e que paralisam as tentativas de formulação e consolidação da racionalidade ambiental.

O agente econômico, por não considerar a perda, levanta automaticamente uma barreira no processo de transição para a sustentabilidade ambiental pela via da cooperação. Quem daria o primeiro passo para este processo de cooperação? Em particular, entende-se que o primeiro agente econômico a renunciar seu interesse e oferecer o primeiro passo em prol da sustentabilidade propugnada pela racionalidade

ambiental estaria, neste ato, comprometendo seu potencial competitivo e daí sua própria sobrevivência, a menos que outros agentes econômicos o seguissem na mesma iniciativa, o que caracterizaria um cenário pouco provável. Montibellier Filho (2008), em estudo sobre o mito do desenvolvimento sustentável e da posterior economia ecológica que o sucedeu, afirma que cada empresa, no geral, ao assumir custos ambientais para produzir de maneira ecologicamente correta, condiciona um processo de redução da escala produtiva, comprometendo seu lucro. O autor afirma ainda que não há interpretação consistente do funcionamento da economia capitalista acerca dos suportes a uma queda estrutural da taxa de lucro sem que se crie instabilidades estruturais internas. Com isso o autor conclui que o agente econômico, no tocante a crise ambiental, situa-se entre resistir à assumir os custos ambientais, ou, na hipótese de assumir, arriscar-se em ter uma queda efetiva da taxa de lucro. Validamente, o que a trajetória histórica tem demonstrado, como veremos adiante, é que as ações ambientais do agente econômico não implicarão em processos cooperativos, mas internalizam um acirramento das competições mercantis com base na tecnologia e na inovação, como forma de manter a taxa de excedente. Em outras palavras, não visualizam a crise ambiental um objeto de incentivo a cooperação nas esferas políticas ou de diminuição da produção, mas como instrumento que acirra o viés competidor como meio para se atingir a sustentabilidade da natureza e do desenvolvimento. A tecnologia ambiental será fonte irrestrita de reprodução do capital e o oferecerá fôlego renovado, pois permitirá nos anos posteriores à criação do conceito de desenvolvimento sustentável, expandir a taxa de lucros e ao mesmo tempo instituir uma resposta do mercado às crescentes imposições da sociedade e do senso comum em ser ambientalmente correto.

1.4 A questão ambiental transformada em ideologia: a retórica verde neoliberal e o conceito de desenvolvimento sustentável

Neste sentido, problematizar a crise ambiental e construir uma nova sustentabilidade constitui-se de maneira muito mais complexa do que se apresenta, e tampouco pode ser pensada à luz de relações ou acordos políticos, mas como

contradição estrutural que emana das relações de produção no capitalismo, mais precisamente no período neoliberal. As conferências internacionais são bem elucidativas, pois tem demonstrado que as políticas daí resultantes têm obtido ínfima magnitude prática, conforme se ampliam os descumprimentos dos tratados estabelecidos, um fator que se constitui mais como regra do que exceção. Mais do que isso, o repensar do desenvolvimento nestes encontros gradativamente deslocou o foco de discussão sob a qual estavam amparadas as estratégias ambientais críticas, pautadas pela primazia em problematizar as *causas e origens* da crise ambiental, para um campo de ações orientadas em combater os *efeitos* dessas causas, a partir do discurso ideológico das “responsabilidades comuns” e do desenvolvimento sustentável.

Convém ressaltar ainda que será neste processo político em torno das conferências que o conflito começa a ser plasmado pelo consenso. Embora o primeiro subsista, o faz de modo a preservar as estruturas de poder e as contradições geopolíticas que derivam de interesses econômicos diversos. Neste processo, a racionalidade ambiental se dissolve sob um paradigma emoldurado de acordo com inúmeras interpretações que pretenderam e pretendem dar uma resposta para a crise ambiental. Este paradigma terá no conceito de “desenvolvimento sustentável” um padrão normativo no direito ambiental internacional, que começa a adquirir consistência nos organismos não governamentais, nos Estados Nacionais, nas agências multilaterais e nas novas práticas de gestão no setor privado. O conceito começa a ganhar representatividade a partir do *Relatório Bruntland* (CMMAD, 1991), e pode ser considerado um ponto de partida para configuração de uma *estratégia ecológica do processo de globalização* (LEFF, 2010).

A definição proposta no relatório coloca o desenvolvimento sustentável como “processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”. Chega a esta conclusão reconhecendo a premente necessidade em diminuir as disparidades entre as nações e as relações desiguais de poder que se acentuam entre países do Norte e do Sul, bem como propõe alcançar diretrizes de contenção populacional, conservação dos recursos florísticos e faunísticos, desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, alteração das

matrizes energéticas, etc. Em suma, o texto enfatiza que a perspectiva de um desenvolvimento sustentável está calcada pela dimensão social, e que o crescimento econômico torna-se um rebatimento direto dessas medidas. De outro modo, Guilherme (2007, p.29, adaptado) afirma que o relatório *“propõe um crescimento por meio de um melhor rendimento dos recursos e de utilizar os frutos desse crescimento para reabilitar o meio natural e operacionalizar uma redistribuição de renda”*.

Os diferentes interesses entre países e classes sociais, assim como as díspares visões entre o agente ambiental e o econômico tem neste relatório um instrumento de apaziguamento. Entretanto, segundo Haavelmo e Hansen (1991), ao propor, por exemplo, aumentar a produção com menos recursos, o relatório implica aceitar que o padrão de consumo vigente no mundo deve ser mantido e expandido globalmente, e que o status do consumidor deve prevalecer. Segundo os mesmos autores é esperado com excesso de otimismo que a tecnologia pode capacitar o aumento da produção utilizando menos recursos, o que implica em trazer mudanças na escala produtiva apenas. Da mesma forma, o relatório peca ao afirmar a possibilidade de um crescimento econômico com sustentabilidade através do mercado, sem esmiuçar os caminhos e os mecanismos que o mercado se utilizaria para se adequar aos ciclos de funcionamento da natureza e das comunidades que dela dependem. Segundo Leff (2010, p.20), significaria avançar para os terrenos conflituosos que a razão econômica e ambiental se defrontam, como os *“tempos de ecológicos de produtividade e de regeneração da natureza, os valores culturais e humanos dos quais o capital explora e os critérios qualitativos que definem qualidade de vida”*. Pergunta-se também de quem partiriam as iniciativas e quais seriam os limites deste crescimento avalizado no relatório.

O mesmo conceito de desenvolvimento sustentável centraliza os debates e as negociações que se travaram em 1992, no Rio de Janeiro, onde se reforçou o princípio das responsabilidades comuns da crise ambiental, embora em níveis diferenciados (RIBEIRO, 2010). Também se produziu a chamada Agenda 21, o documento que comporta o conteúdo programático de regulamentação do desenvolvimento voltado para sustentabilidade. A agenda 21 formulada na ECO-92 constitui um importante diagnóstico acerca dos efeitos da degradação ambiental e impõe metas que envolvem

desde a proteção dos oceanos e da água doce até medidas mundiais em favor da mulher para se atingir o desenvolvimento sustentável. Os 40 capítulos do documento inscrevem com relativa precisão os elementos que compõem a crítica ambiental até a década de 1990, na medida em que incluiu as dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento, a conservação e o manejo dos recursos naturais e o fortalecimento de um planejamento participativo em âmbito global. Por outro lado, o documento enfatiza em diversas passagens o fortalecimento do crescimento econômico sem definir com exatidão os aspectos que o caracterizam, não obstante explore alguns meios para um crescimento qualitativo da economia. Da mesma forma, sinalizado na maioria das vezes aos países em desenvolvimento, o crescimento quantitativo também é estimulado pelo relatório, a ponto de ser considerado um requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável das nações, como demonstrado na seguinte passagem: ***Economic growth, social development and poverty eradication are the first and overriding priorities in developing countries and are themselves essential to meeting national and global sustainability objectives***⁴⁶ (AGENDA 21, 1992, p. 300, grifo meu). Nele estariam fundadas a superação da pobreza e o fortalecimento da capacidade financeira e institucional dos países como forma de alcançar os objetivos da sustentabilidade.

Há, neste sentido, um teor discursivo que evita os conflitos e engendra princípios que colocam a questão ambiental como instrumento de consensos e pactos mútuos, pois abarcou, sob véu das demandas mais fundamentais do movimento ambiental, diretrizes que atendiam os anseios do mercado, e, mais além, de um mercado livre:

Economic conditions, both domestic and international, that encourage **free trade and access to markets will help make economic growth** and environmental protection mutually supportive for all countries, particularly for developing countries and

---

⁴⁶ Crescimento Econômico, desenvolvimento social e erradicação da pobreza são as primeiras e primordiais prioridades para os países em desenvolvimento, sendo essenciais para o alcance dos objetivos de sustentabilidade nacional e global. (AGENDA 21, 1992, p.300, tradução nossa)

countries undergoing the process of transition to a market economy (AGENDA 21, 1992, p.300, grifo meu) ⁴⁷

Estes trechos extraídos do relatório são elucidativos em demonstrar as limitações que a noção de sustentabilidade começa a adquirir no âmbito da Rio-92, evento que configura posteriormente o discurso oficial e as linguagens mais comuns acerca do meio ambiente, segundo interpretações incutidas na noção de desenvolvimento sustentável.

No que se refere ao primeiro trecho extraído da agenda 21, duas considerações devem ser ressaltadas: a) o relatório aceita o crescimento dos países em desenvolvimento, embora não exponha com maior clareza quais seriam as condições deste crescimento. Esta informação é importante porque implica em compreender se o mesmo equivaleria ao nível atingido pelos principais países desenvolvidos (Aqui podemos considerar os países do G-7: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Japão), que, em conjunto consomem mais de 75% dos recursos naturais do planeta. Levando em consideração que estes países que fazem parte do centro do sistema capitalista abrigam, aproximadamente, 30% da população mundial e que a crise ambiental é em boa parcela fruto da atividade produtiva coordenada por estes países e voltada para atender suas demandas de consumo, como pensar em desenvolvimento sustentável promovendo o crescimento econômico daqueles países ainda não totalmente desenvolvidos (que abrigam os outros 70% da população)? O relatório conclama uma transição para uma nova economia sustentável reiterando velhas práticas medidas pelo crescimento econômico, o que tampouco pode negado aos países pobres, mas deve ser problematizado e referenciado a partir das realidades vividas nos centros da economia mundial, segundo seus ditames culturais construídos na moderna sociedade industrial. b) O relatório crê neste incentivo ao crescimento do mundo em desenvolvimento, desconsiderando que os recursos naturais expressam poderio econômico, uma vez que no tocante a competição de mercado é fundamental

---

⁴⁷ As condições econômicas, tanto nacionais como internacionais, que estimulem o livre comércio e acesso aos mercados contribuirão para que o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente se apoiem mutuamente em benefício de todos os países, particularmente dos países em desenvolvimento e àqueles que experimentam o processo de transição para uma economia de mercado. (AGENDA 21, 1992, p.300, tradução nossa)

o controle das áreas de produção e extração de commodities para o abastecimento das indústrias sediadas nos países mais ricos. Existe, neste sentido, uma inobservância acerca dos jogos e estratégias geopolíticas intrínsecas ao mercado neoliberal, onde os países ricos irão defender os interesses de empresas transnacionais que monopolizam os recursos minerais, terras agricultáveis, florestas, etc., cruciais para a manutenção de suas economias. Apenas como exemplo, o processo vertiginoso de crescimento da China faz parte de uma profunda apropriação de recursos naturais estratégicos da África. Isto significa que no atual modelo de desenvolvimento institui-se uma relação amparada pela dominação territorial, da natureza, cujo crescimento está subordinado.

Em seguida, de maneira contraditória o relatório prevê que o mesmo livre mercado que abre as fronteiras e permite a apropriação acelerada de recursos que poderiam ser utilizados para financiar o desenvolvimento de países pobres, é também o requisito estratégico para o crescimento econômico e para a proteção ambiental destes países, como explicitado no segundo trecho exposto anteriormente. Igualmente, consta no capítulo 30, cujo título é “fortalecer o papel das empresas e dos negócios”, o ponto que legitima o modelo econômico formulado na globalização, uma vez que reforça o papel do agente econômico como indutor do desenvolvimento sustentável, sobretudo do grande capital transnacional. Neste mesmo capítulo estão fundados os princípios do que viria se constituir posteriormente os chamados “mercados verdes” ou “mercados de soluções ambientais”. A respeito da legitimação do agente econômico do livre-mercado vale um destaque ao seguinte trecho:

A positive contribution of business and industry, including transnational corporations, to sustainable development can increasingly be achieved by using economic instruments such as free market mechanisms in which the prices of goods and services should increasingly reflect the environmental costs of their input, production, use, recycling and disposal subject to country-specific conditions (AGENDA 21, 1992, p.289)⁴⁸.

---

⁴⁸ Pode-se conseguir uma contribuição positiva do comércio e da indústria, inclusive das empresas transnacionais, para o desenvolvimento sustentável mediante a utilização de instrumentos econômicos como os mecanismos de livre mercado em que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições concretas de cada país. (AGENDA 21, 1992, p.289, tradução nossa)

O aspecto a ser ressaltado é que nestes e em outros trechos do relatório o caminho para o desenvolvimento sustentável não internaliza a crítica ao livre-mercado, tampouco considera suas engrenagens estruturais e a ideologia que interferem diretamente para a insustentabilidade. Ao contrário, o reitera como peça chave do processo de transição à sustentabilidade, cuja condição está apenas em integrar-se aos ditames do meio ambiente a partir de readaptações na esfera produtiva, na gestão, nas estratégias preventivas de menor impactação, etc.

The improvement of production systems through technologies and processes that utilize resources more efficiently and at the same time produce less wastes - **achieving more with less** - is an important pathway towards sustainability for business and industry. Similarly, **facilitating and encouraging inventiveness, competitiveness and voluntary initiatives are necessary for stimulating more varied, efficient and effective options** (Agenda 21, 1992, p, 289, grifo meu)⁴⁹.

Atentando-se para os trechos em destaque é possível verificar como a agenda 21 constitui um evento significativo na esteira do pensamento ambiental, de modo a ratificar, na esfera normativa internacional, as tendências expressas pelo mercado global. Não obstante, passa a influenciar todas as conferências posteriores das Nações Unidas a respeito do desenvolvimento social e ambiental.

De modo que, a partir deste momento, o valor ambiental estará no ato de se realizar mais com menos ou em facilitar e encorajar a competição mercantil, sem que se questione ou avalie como estes mecanismos podem agir sobre as desigualdades sociais ou sobre a manutenção dos recursos ecológicos da natureza. Em suma, o caráter ideológico da agenda 21 está na clara avaliação e definição dos inúmeros efeitos que compõem a crise ambiental, obscurecendo, por outro lado, suas causas. Assim como afirma Baudrillard (1992, p. 31, 32): *“uma sociedade excrescente cujo*

---

⁴⁹ O aperfeiçoamento dos sistemas de produção por meio de tecnologias e processos que utilizem os recursos de maneira mais eficiente e, ao mesmo tempo, produzam menos resíduos -- conseguindo mais com menos -- constitui um caminho importante na direção da sustentabilidade do comércio e da indústria. Da mesma forma, é necessário encorajar e estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas, eficientes e efetivas. (AGENDA 21, 1992, p.289, tradução nossa)

desenvolvimento é incontrolável e onde a acumulação de efeitos anda a par com o desaparecimento de suas causas”.

Este resultado somente poderia refletir a conjuntura política moldada nos últimos 40 anos, tanto pela correlação desigual de poderes entre países, quanto entre Estados Nacionais e a grande corporação. Ao ser conduzida nos órgãos de governança internacional vinculadas a ONU, a racionalidade ambiental acabou recaindo sobre uma ordem político-institucional que reverteu seu sentido original. Isto porque a ONU tem sido desde àquele período uma órgão financiado por países e agências multilaterais que já vinham promovendo as reformas estruturantes neoliberais na década de 1980 e 90 em diversos países. Neste sentido, a partir das conferências sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a ONU incorporou a temática e arbitrou sua visão específica a respeito do problema ambiental, definindo alternativas e “soluções” próprias. Após a *definição* da ONU, àqueles países mais poderosos e as agências multilaterais de financiamento⁵⁰ começaram a *determinar* as políticas territoriais imbricadas ao novo paradigma ambiental dominante, restando a muitos países que assinaram a Agenda 21 sua mera *execução*, sob o risco de não obterem novos empréstimos de estímulo as suas economias (RODRIGUES, 2011).

Assim, ao longo dos poucos anos que separam o relatório Bruntland da Agenda 21, bem como no decorrer dos anos seguintes, começa a se reafirmar uma dissolução do pensamento ambiental nascente nos movimento sociais, na academia e em alguns setores políticos. Logo se consolida uma interpretação dominante focada no crescimento econômico sustentável, em que bastaria a partir de então colocar a questão ambiental como elemento prioritário nos processos de gestão, buscar as inovações e práticas mais eficientes no trato com os recursos e com os resíduos, adotar códigos de conduta que promovam atividades ambientalmente corretas, incorporar os custos ambientais nos mecanismos de contabilidade e fixação dos preços, etc. O capital se expandiu e novas fronteiras comerciais se abriram com o nascente mercado verde permeado pelo conceito de desenvolvimento sustentável. O neoliberalismo imputou direitos de propriedade e preços aos bens naturais, de forma a

---

⁵⁰ Banco Mundial e o seu Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); o Fundo Monetário Internacional (FMI); Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

praticar o que já vinha realizando antes mesmo deste processo de “esverdeamento”, com a distinção de que agora passa a se utilizar da crise ambiental como justificativa para suas ações. Ampliar a propriedade privada sobre os recursos naturais significou expropriar pessoas e comunidades de seus territórios, explorar agricultores tradicionais e financeirizar a natureza no mercado de capitais. Assim se procedeu de modo a reconverter os ecossistemas terrestres em “capitais naturais” a serem assimilados pelo sistema econômico vigente.

Neste sentido, é válido constatar que os elementos intrínsecos a crise ambiental debatidos em 1992, não somente persistiram como aumentaram em número e intensidade, mesmo depois do fortalecimento dos mercados verdes. Isso porque muitos ramos da economia de mercado não impingiram qualquer indicador ambiental ou não se inseriram nos ditames do desenvolvimento sustentável e, àqueles que o fizeram, passaram a adotar medidas superficiais através de projetos verdes da moda: pontos de reciclagem, reaproveitamento de água da chuva, painéis fotovoltaicos, moinhos eólicos, etc. Qualquer elemento tecnológico, metodologia de trabalho ou gestão de produção que implicasse em menor impactação ambiental logo expressaria o teor sustentável da empresa e seu comprometimento maior com o meio ambiente. A partir dessas modificações gradativas, o mercado verde funda um novo ramo de marketing e publicidade centralizado pela sustentabilidade, o que aponta na direção de uma grande contradição porque reveste os padrões reais de produção e consumo das empresas, sob o véu do comprometimento do mercado com um bem maior. É a chamada lavagem verde cosmética (*greenwashing*), pois, de um lado, atua de modo superficial nos impactos empresariais em geral, e, de outro, é utilizada como instrumento de valoração monetária no contexto competitivo por intermédio da propaganda, onde mitigar ou atenuar impactos torna-se sinônimo de sustentabilidade, um conceito, como já discutido, indefinido e em constante construção.

De modo que uma das facetas do mercado verde é explorar ao máximo o potencial simbólico inerente ao meio ambiente e a sustentabilidade a partir dos instrumentos de marketing. Esse fenômeno se difunde em inúmeros ramos da economia: mineração, silvicultura, agricultura, indústria, comércio e serviços em geral, turismo, o mercado imobiliário, etc. A publicidade é um dos principais mecanismos

onde se assenta o teor político e ideológico dos mercados verdes, cujo resultado é ao mesmo tempo extraordinário e avassalador. Segundo Lander, a economia verde e as estratégias do desenvolvimento sustentável lograram, por intermédio da publicidade, em criar a ilusão que estavam,

tomando respostas efetivas em resposta a crise diagnosticada. Ao não questionar a lógica de acumulação capitalista e o modelo de sociedade industrial como causas fundamentais da destruição ambiental, operou como mecanismo legitimador da globalização neoliberal, que desse modo passou a se apresentar como sustentável, apesar de sua dinâmica devastadora (LANDER apud QUINTELA e CALDAS, 2012, p. 17).

O discurso ideológico passou a compor a premissa de que na gestão empresarial sustentável, tanto empresas, quanto o meio ambiente e as pessoas saem ganhando. Esta estratégia discursiva tornar-se-á um elemento consagrado nos eventos, fóruns e debates ambientais na década de 1990 e 2000, e sintetiza o componente ideológico primaz da sustentabilidade. É como se medidas pontuais e específicas a cada empresa, de implicações particulares, se convertessem em engrenagens de benfeitorias gerais, apenas pela dinâmica de mercado. Como afirma Leff, a ideologia é responsável por *“dissolver a contradição, a oposição e a alteridade, para oferecer-nos em seus excrementos retóricos uma revisão do mundo como expressão do capital”* (LEFF, 2011, p.25).

Eis que esta é a estratégia atual e presente do livre-mercado. Constitui um paradigma que amplia sua influência sobre ramos diversos da economia, sob um discurso de reconciliação entre os contrários do desenvolvimento: crescimento econômico e meio ambiente. Tal movimento deve ser observado como uma resposta de legitimação e resistência da economia de mercado, que, a cada disfunção interna ou desvio das condições normais de sua operação (medidas pelas crises econômicas sistemáticas e pelo aprofundamento da degradação ambiental, social e do homem), demonstra estar cingindo ao limite. É sobre esta compreensão da realidade que a leitura sobre o fenômeno urbano deve se ancorar. As cidades sofrerão, inevitavelmente, as conseqüências do potencial paradigmático de ambos os processos

da globalização neoliberal, primeiro pela ideologia que a move, e segundo pela mercantilização da natureza e de expansão dos mercados verdes.

O capítulo a seguir estará compreendido sob uma visão que enxerga as implicações destes paradigmas a partir de um discurso ambiental hegemônico para as cidades. Nas tramas de sua incomensurabilidade, tal discurso aporta generalidades e se molda segundo as instituições do mercado e, não de outra forma, pode ser considerado o eixo estruturante das práticas sociais e de transformação urbana, conforme ampliam seus canais de articulação com o território a partir dos agentes públicos e privados. As principais repercussões apontam para a reafirmação do urbanismo e do mercado imobiliário sustentável e dos grandes projetos moldados sobre pressupostos de forte apelo ambiental. Reconhecê-los e analisá-los é o que oferece prosseguimento a este trabalho.

CAPÍTULO II

**PARADIGMAS GLOBAIS NA CIDADE: A AGENDA
HEGEMÔNICA DA SUSTENTABILIDADE URBANA E SUAS
IMPLICAÇÕES NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA**

O paralelismo e a posterior articulação que caracterizam o contexto temporal dos paradigmas ambiental e neoliberal deixam registros marcantes no território urbano, como se este elucidasse a realidade objetiva que ambos imprimem no contexto social. Neste sentido, a crescente urbanização condiciona a institucionalização de uma questão ambiental, na medida em que a concentração demográfica nos grandes centros, os efeitos da dispersão urbana, a eclosão de conflitos por acesso a recursos naturais, a falta de infra-estruturas para atender as crescentes demandas, a poluição e o aumento do consumo de mercadorias, em conjunto atuando como vetores de uma problemática sobre o uso e ocupação do solo, engrenam um movimento de ambientalização das políticas públicas e contribuem para a incomensurabilidade da racionalidade ambiental. Neste sentido, este movimento de ambientalização caminha a passos largos até ser incorporado por outros atores sociais urbanos, que, de alguma forma, amplificam as iniciativas que tem como preocupação o futuro das cidades e, mais além, do planeta.

São preocupações que eclodem em meio a um forte crescimento da economia mundial, cuja repercussão urbana pode ser verificada, sobretudo, na acelerada suburbanização das cidades norte-americanas e na industrialização significativa ocorrida nos países periféricos, ambas componentes essenciais do modelo de dispersão urbana engrenada pelo automóvel. Essa economia dependente de combustíveis fósseis possibilitará e sustentará a brutal expansão da economia capitalista nos arautos da globalização neoliberal, de modo a permitir que novos territórios fossem incorporados na dinâmica global do capital. Deve-se ressaltar que não haverá mudança significativa na engrenagem essencial do capital quando o paradigma neoliberal prevalece como matriz do pensamento econômico, senão que o mesmo incute a quebra total de barreiras e entraves à fluidez do capital de modo a favorecer à aceleração sistemática da acumulação, o que apenas intensificará o aprofundamento de suas contradições. Isto significará na ampliação das rupturas entre o mundo do trabalho e do capital, na inversão de poderes no interior do espectro político mundial, na derrocada do espaço público em detrimento ao domínio incisivo da iniciativa privada sobre terras e meios de produção e, efetivamente, na

intensificação da exploração da natureza para fins econômicos. A realidade objetiva inscrita por estas rupturas reacende antigas e novas preocupações concernentes ao paradigma ambiental, pois revigoram a crítica anti-sistema e instauram o conceito de sustentabilidade. O teor destes eventos associados à radicalização da economia de mercado e suas conseqüências sociais apontará o espaço urbano como palco principal, de modo a reestruturá-lo no que se compreende como a cidade neoliberal.

O contexto social, econômico e cultural da globalização financeira configura esta cidade que fomenta a perspectiva dos pós-modernismo, que busca seu conteúdo global e seu viés empreendedor. Nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, os efeitos da liberalização repercutem na base fiscal das municipalidades, a medida que as atividades produtivas se deslocam para os países em que a mão-de-obra é mais barata. A externalização da produção, cujo vetor principal será a China, induz na queda no emprego industrial que será gradativamente substituído pelo setor terciário. As modificações estruturais trazidas pelo livre-mercado começam a impor, primeiro nos países centrais, à novos modelos de gestão urbana orientados à atrair tanto quanto possível os volumes de capitais excedentes de acordo com vantagens comparativas adequadas às necessidades de um novo capital transnacional.

Como Harvey (2006) atesta, o administrativismo ou gerenciamento urbano cede ao modelo de empreendedorismo, quando o Estado perde sua capacidade de controle sobre o capital à medida em que este encontra com maior facilidade terrenos mais férteis para se expandir. É incutida a competição típica da empresa capitalista ao setor público e será este modelo de gestão que começa a se interpor nos órgãos de governo e no planejamento desde então. O que deve ser ressaltado, por enquanto, é que o setor público adquire um papel de subordinação relativa ao agente privado e passará a atuar de modo a criar as condições mais vantajosas para que a empresa capitalista, o setor privado, possa ser atraída. Tal processo será multiescalar e multiespacial, caracterizado pela introdução de parcerias público-privadas, pela dispersão de planos estratégicos direcionados à tornar o poder público local um protagonista nas políticas econômica e social, pela flexibilização da legislação sobre o uso do solo (desregulamentação urbanística), e pela descentralização da gestão. Produz-se assim um privatismo do espaço que se evidencia como faceta moderna de

manipulação cultural, segundo o princípio medular que rege a economia de mercado, o consumo. A imagem da cidade conduz à uma representação simbólica de uma espaço compreendido como mercadoria e ativo financeiro, o que consistirá um instrumento essencial das políticas urbanas.

Dessa forma, o empreendedorismo urbano expressa na escala local o que o imperativo do crescimento econômico incute aos Estados Nacionais. Convém mencionar que a problemática ambiental urbana, sobretudo nos países periféricos, se agudiza em consonância às exigências deste crescimento econômico que o empreendedorismo está imbricado. Restringindo esta análise aos países periféricos, serão as pressões por terras e a tecnificação do meio rural e urbano que passam a emoldurar um território com focos de modernização e riqueza em meio à aglomerações precárias e de baixa renda . Em ambas as facetas deste território impõem-se uma questão ambiental que estará evidenciada, por exemplo, em contradições sociais associadas à dinamização dos fluxos migratórios e à ocupação inadequada do solo urbano, ou, ao alargamento do rodoviarismo e à dominação da terra urbana. Estes elementos passam a compor o debate ambiental contemporâneo que se desenvolverá em fóruns, conferências e campos de discussão política, onde começam a ser instituídas as receitas que devem reorientar as incertezas que emanam do território. Os canais de discussão estarão mais ou menos vinculados aos pressupostos inseridos nos consagrados documentos instituídos pela ONU e pelo Banco Mundial, como o Relatório Brundtland e a Agenda 21, de modo a compor um discurso hegemônico onde a sustentabilidade converte-se em horizonte para praticamente todos os males urbanos atuais, abrangendo desde questões relacionadas aos marcos regulatórios de uso e ocupação, até questões sociais e econômicas como o combate ao desemprego, qualificação de mão-de-obra, provisão de infra-estrutura, etc.

Portanto, o intuito dos parágrafos seguintes está em delinear uma discussão que desvende esta agenda hegemônica como elemento que engrena um movimento de fundo na construção da cidade contemporânea, segundo o marco paradigmático instituído pelo ambientalismo. Por meio desta análise, a abordagem apontará para o promissor mercado que a sustentabilidade cria mediante as ações dos poderes

públicos locais e de promotores imobiliários, num esforço analítico que visa demonstrar os indicativos espaciais que evidenciam a cidade sustentável como nova categoria de compreensão do território.

2.1 A Agenda Hegemônica do pensamento ambiental urbano e a emergência da “Cidade Sustentável”

O que aqui se denomina de agenda hegemônica do pensamento ambiental urbano ou, como será referida em alguns momentos durante a discussão, agenda hegemônica da sustentabilidade urbana, constitui o instrumento definidor e determinante de um devir histórico que terá no elemento ambiental um eixo orientador da produção urbana. Em particular, tal agenda deve ser considerada como espinha dorsal do paradigma ambiental a partir da década de 90 até os dias atuais, não somente porque influi na prática política e empresarial, mas também porque respalda, em certa medida, inúmeras reivindicações de ordem societal. O núcleo por onde gravitam o conjunto de medidas desta agenda estará sintetizado no tripé ambiental, social e econômico das cidades, com base nos fundamentos de fortalecimento do poder local e de modelos de governança intermediados pela participação popular e pela parceria com a iniciativa privada.

Da mesma forma, sob este tripé se estrutura um conteúdo razoavelmente fluido em razão das vastas fontes documentais que formulam a agenda hegemônica. Alguns mais críticos do que outros, de caráter interescalar e/ou multidisciplinar, a variabilidade da produção documental “sustentável” será tanto maior quanto mais a temática é estabelecida como princípio organizador de um novo modelo urbano. Isto significa que a agenda se retroalimenta ao grau de influência que exerce nos campos disciplinares que a tangencia, incrementando assim sua hegemonia. Por outro lado, sob um domínio que adquire dimensões “oceânicas”, a temática da sustentabilidade exige relativa atenção do observador acerca de generalidades que podem ofuscar a realidade do discurso em sua totalidade. Aqui, o interesse está em compreender os documentos nodais que instituem e são expressão dessa hegemonia, na medida em que influem direta e indiretamente nas políticas de planejamento e gestão urbana. Isto

deve levar em consideração o contexto formulado pela ONU-HABITAT, à organismos supranacionais cujas iniciativas incidem sobre a governança urbana local, ao Banco Mundial em seus relatórios anuais e em textos por ele patrocinados, e, por fim, à literatura que caminham em paralelo à conjuntura política da sustentabilidade, sobretudo àquela associada ao campo do planejamento urbano.

Dentro destes termos, é importante afirmar que esta agenda hegemônica engendra mais um modelo de cidade, a “sustentável”, como elemento que ganha nuances de um protótipo urbano que aponta para o futuro, a partir de um esforço intergeracional e integrado que busca erradicar os males intrínsecos ao tripé social, ambiental e econômico. Isto significa que é a cidade recebe tal qualificativo por estar incluída a um projeto de desenvolvimento sustentável consolidado pelo Relatório Bruntland e pela ECO-92, o que os coloca como fontes essenciais do discurso hegemônico. A ratificação desta matriz discursiva ganha eco e mais especificidade ao imperativo urbano na Segunda Conferência das Nações Unidas para os assentamentos humanos (HABITAT II), e, cinco anos depois, com a Conferência de Nova Iorque – Istambul + 5. Estes eventos demarcam o protagonismo da ONU como ator principal no contexto histórico de formulação da “cidade sustentável”, e serão sucedidos por outros de importância relativa, como a Conferência de Johannesburgo de 2002, o Congresso mundial sobre a ação 21 local, na cidade de Atenas em 2003, o Fórum Urbano Mundial de Barcelona em 2004 e o de Vancouver em 2006, este último também denominado de Vancouver+30 e/ou Istambul+10, em referência às duas últimas HABITAT’s realizadas em 1976 e 1996, respectivamente (LE GOIX e VEYRET, 2011) (Ver quadro 1 abaixo)

Por intermédio do debate político reafirmado por estes e outros eventos, conforma-se uma estrutura de construção da matriz discursiva à nível mundial que somente terá implicação ao nível local mediante canais de interlocução com os principais agentes de produção do espaço urbano. Sob a pauta dirigida por àquelas Conferências, ganham destaque determinadas agências que prefiguram um movimento internacional de adequação das cidades à matriz discursiva estabelecida pela agenda nascente, dentre elas o *Internacional Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI), o *United Cities and Local Governments* (UCLG), o grupo C40, mais

voltado para as exigências climáticas, e o grupo *Villes créatives*, com o intuito de reforçar o papel das parcerias público-privadas. No âmbito do ICLEI e do UCLG, convém mencionar que ambos comportam mais de 1000 cidades-membro que imprimem iniciativas de sensibilização e mobilização às municipalidades em torno do imperativo sustentável, mais especificamente sobre as chamadas Agendas 21 locais. Outros canais são representados por organizações à nível nacional e continental, como, por exemplo, o Comitê *Énergie-Cités* e o Comitê 21, que englobam uma rede de cidades européias interligadas sob mesmas estratégias de execução do postulado hegemônico da sustentabilidade, e, igualmente, vale mencionar o papel exercido pelas agências de consultoria em planejamento, sobretudo a que promulga o chamado planejamento estratégico para as cidades no século XXI.

Antes de entrar na abordagem acerca da agenda hegemônica, vale mencionar também a função crucial dos meios de comunicação como canais não somente de difusão da agenda, mas também de formulação de um “caldo de cultura” permeado por uma retórica de defesa e propagação dos postulados sustentáveis.

Sua função será primordial, embora não a única, de disseminação do elemento pactuador e legitimador das práticas mercantis no que tange à esfera privada, materializada sobre ações de publicidade e propaganda ambiental. O valor midiático adquirido pela sustentabilidade é elemento basilar que caracteriza a articulação entre o paradigma neoliberal e o ambiental, pois incute um valor ideológico ao conceito ao omitir anomalias e inconsistências da agenda hegemônica sobre a realidade da crise ambiental e social, e reforçar, por outro lado, uma linguagem de homogeneização das responsabilidades, de sacrifício de todos em prol de um “bem comum”, e que os caminhos de mitigação dessa crise se encontram em soluções em que todos ganham (*win-win*). Neste sentido, estes podem ser considerados alguns dos principais agentes que produzem, consolidam e difundem a agenda hegemônica, o que significa dizer, em outras palavras, que definem e determinam as condições de base de atuação do planejamento local.

QUADRO 1 - A ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL PARA AS CIDADES: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

SIGLAS

OMS: Organização Mundial da Saúde

IULA: União Internacional de Autoridades Locais

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Esta determinação se desenha tanto por uma obrigação implícita à realidade constituída pela economia neoliberal, quanto por uma imposição que vale para muitas municipalidades de países periféricos que dependem de financiamento do Banco

Mundial. Assim, a agenda perpetrada por um discurso ambiental dominante atravessa as escalas, os conflitos e os agentes sociais em sua complexidade, e integra-se às transformações que a globalização neoliberal já imprimia ao território.

2.2 Gênese e nexos basilares da agenda ambiental hegemônica

Os dilemas ambientais e sociais sentidos na cidade internalizam o discurso fundante da agenda ambiental hegemônica, o que, por isso mesmo, reserva ao espaço urbano uma posição nuclear nos debates e estratégias em torno da matriz sustentável. Este qualificativo, não obstante, impõe outro desafio que está simplesmente em desvendá-lo à luz das cidades, uma tarefa mais do que necessária tendo em vista sua recorrente utilização sob contextos infinitamente variados. Neste ponto é preciso novamente enfatizar um aspecto que já pôde ser discutido no primeiro capítulo, segundo o qual argumenta-se que sustentabilidade não existe enquanto realidade objetiva, mas apenas no plano da ideia enquanto objeto de problematização e em constante construção. É preciso enfatizar que em todas as passagens onde o termo é mencionado, e isso se aplica ao longo dos outros capítulos, o valor semântico compreendido e implícito em sua utilização denota uma expressão ideologizada, estabelecida verticalmente seguindo valores dominantes. O papel de uma agenda hegemônica da sustentabilidade reside no estabelecimento desta ideologia, na medida em que oferece poucas margens de questionamento à quem a explora com menos atenção. Sua aceitação será quase automática. A interpretação crítica a respeito desta agenda se distribui ao longo dos parágrafos, notadamente na parte final deste capítulo. Por agora, vale deter-se sobre seus pressupostos e argumentos.

Existem alguns nexos no conteúdo da agenda que a caracterizam, oferecendo-lhe um significado mais preciso por onde irão gravitar inúmeros outros documentos da matriz hegemônica. Em linhas gerais, analisar estes nexos é sublinhar uma visão conceitual dominante do termo sustentabilidade enquanto instrumento de classificação interestelar do espaço, desde a cidade até o próprio indivíduo.

A premissa que servirá de alicerce para tal conceituação corresponde ao

reconhecimento dos dilemas urbanos consolidados no último quarto do século XX e no século XXI, o que consiste em observar uma sustentabilidade que se edifica sob uma multiplicidade de fatores que definem tais dilemas. Desse modo, ganha relevo a crítica social que se desenha neste período polarizado por questões em torno da pobreza urbana, do déficit habitacional, da falta de infraestrutura, emprego e renda, da degradação do ambiente natural urbano, e outros aspectos cujo enfrentamento passa a denotar uma política “sustentável”. Não há distinção, neste sentido, do que os consagrados documentos expressos pelo Relatório Bruntland e a Agenda 21 já promulgavam, em que o termo emerge como eixo de convergência de múltiplas políticas voltadas para variados fins, embora sua raiz histórica esteja inscrita pela esfera ambiental.

Nestes dois documentos especificamente há um chamado global em torno dos desafios impostos pelo crescimento urbano e pelas críticas condições de vida das populações das grandes metrópoles do terceiro mundo. Frear os ritmos de urbanização e a concentração demográfica são duas premissas de uma questão urbana que fortalece o debate do desenvolvimento sustentável. De acordo com Charlot-Valdieu e Outrequin (2011), antes mesmo da Rio-92 o termo “cidade sustentável” já havia surgido nas diretrizes do programa Homem e Biosfera da Unesco, para, naquele evento, ser alvo de ações e programas específicos atrelados à AGENDA 21. Nesta, a cidade se vincula à inúmeros capítulos dentre os 40 estabelecidos, valendo destacar os capítulos sete, vinte e oito e trinta, onde estão prescritos, respectivamente, a promoção do desenvolvimento sustentável para os assentamentos humanos, as iniciativas concernentes às autoridades locais em apoio à execução da agenda e o fortalecimento do papel do comércio e da indústria. Embora estes capítulos tenham vinculação mais direta ao contexto urbano, vale mencionar que alguns outros fornecem subsídios importantes para a formulação dos nexos mais elementares da cidade sustentável no âmbito geral do discurso hegemônico. Reconhecem-se assim dois nexos que constituem o núcleo deste discurso.

O primeiro sinaliza a importância do caráter relacional dos aspectos econômico, social e ambiental da cidade enquanto leitura que oferece significado à noção de sustentabilidade, de modo a constituir um princípio orientador não somente das

políticas públicas, mas também das estratégias empresariais. Neste princípio, o pilar que alicerça o aspecto social da sustentabilidade se desenha por meio da inserção e equidade social, bem como a saúde das populações, o que, em articulação com as dimensões econômica e ambiental, resultaria num modelo de cidade mais eqüitativo e habitável, respectivamente. Em outras palavras, a partir de um pilar econômico que preconiza a capacidade produtiva, a inovação e a pesquisa, e por um pilar ambiental que comporta a qualidade do ambiente e a preservação dos recursos, ganha configuração uma dimensão social da cidade sustentável sintetizada pelo viés eqüitativo e habitável, segundo princípios de solidariedade e qualidade de vida (Figura 1). Em adição, ainda faltaria o viés resultante entre o pilar econômico e ambiental, o da cidade viável, caracterizada pela definição de modelos de produção e consumo que comportem as demandas econômicas e do ambiente. Em síntese, a cidade sustentável é àquela que internaliza a dimensão eqüitativa, habitável e viável, sob a estrutura basilar das exigências sociais, ambientais e econômicas. Charlot-Valdieu e Outrequin (2011), destacam ainda três aspectos que também se incorporaram à este modelo predominante ao longo dos anos: cultura, educação e participação como ingredientes de conscientização e direcionamento deste modelo.

Figura 1 – Pilares da Cidade Sustentável – Concepção dominante

As seções da Agenda 21 resumem estas dimensões acima mencionadas, mas é no relatório da HABITAT de 1996 que se definem com mais clareza os atributos fundamentais da sustentabilidade para um mundo cada vez mais urbanizado. Em sua conclusão, o documento reitera que o chamado desenvolvimento sustentável instituído pela AGENDA 21 não se volta apenas para a *“proteção ambiental, mas concebe um novo modelo de crescimento econômico que prevê maior justiça e oportunidade as populações, sem destruir o ambiente natural”* (Global Report on Human Settlements – HABITAT, 1996, p.423, adaptado). Mesmo focada na questão dos assentamentos humanos a Agenda HABITAT incorpora o discurso sustentável e reproduz, à luz da temática habitacional, os mesmos comprometimentos atrelados ao tripé. Ao analisar a Agenda Habitat, Rodrigues elucida uma passagem que demonstra tal abordagem, cujo foco centra-se mais no horizonte do que no próprio caminho:

No comprometemos a fazer com que os assentamentos humanos sejam sustentáveis em um mundo em processo de urbanização, [...], oferecendo a todas as pessoas, em particular as que pertencem a grupos vulneráveis e desfavorecidos, as mesmas oportunidades de levar uma vida saudável, segura e produtiva em harmonia com a natureza, [...], e que garanta o desenvolvimento econômico e social e a proteção do meio ambiente, contribuindo assim à consecução dos objetivos do desenvolvimento nacional sustentável (AGENDA HABITAT apud RODRIGUES, 2011, p.220, tradução nossa)

Da mesma forma, em relatório de 2009 vinculado à HABITAT denominado *“Planejando Cidades Sustentáveis: Orientações Políticas”*, estão elencados os objetivos fundadores do tripé econômico, ambiental e social enquanto eixos nodais da Rio-92 e da Habitat 2. Nele, uma cidade *ambientalmente* sustentável requer, essencialmente: a) mitigação das emissões de gases poluentes que exercem influencia para as mudanças climáticas globais; b) minimização da expansão horizontal urbana e incentivo a maior densidade do ambiente construído em paralelo ao desenvolvimento do transporte público de massa; c) Gradual diminuição e conservação dos recursos naturais não renováveis; d) redução dos rejeitos e do consumo de energia por indivíduo; e)

desenvolvimento de métodos de manejo dos resíduos de forma menos impactante, sobretudo procedimentos de reciclagem; f) redução da pegada ecológica da cidade, o que se refere à quantidade de recursos materiais e energéticos necessários à manutenção da vida urbana. Na *dimensão econômica*, o principal aspecto está no desenvolvimento econômico local operado sob os ditames de um processo eficiente de produção a partir de variados empreendimentos, sejam pequenos ou grandes, formais ou informais. Isto requer de tal forma, para o relatório: a) oferta de infraestrutura e serviços confiáveis, o que inclui suprimento de água e energia, manejo de lixo, acessibilidade, oferta de transporte e comunicações; b) acesso à terra urbana bem localizada e viabilização de mecanismos que garantam sua posse com segurança; c) fortalecimento de instituições financeiras e mercados com vistas à mobilizar investimentos e créditos; d) qualificação de mão-de-obra com vistas à atender a exigências do mercado; e) viabilização de uma sistema jurídico que assegure a competitividade e os direitos à propriedade. Por fim, a incorporação da *dimensão social* reconhece a necessidade basilar dos direitos fundamentais das populações, considerada a partir da: a) igualdade no acesso à serviços; b) integração social e combate à discriminação de modo à oferecer na escala física do espaço possibilidades de interrelação social; c) acessibilidade urbana à deficientes e idosos; d) prevenção, redução e eliminação da violência do crime (UN-HABITAT, 2009).

Neste sentido, o núcleo ideológico da sustentabilidade urbana remete a esta estrutura. Ela resume as diretrizes, políticas e ações que promovem a matriz discursiva dominante a partir de então, faltando, entretanto, citar um segundo ponto que a complementa. Este se refere à importância do aspecto político como mecanismo de viabilização destes princípios, instituídos nos marcos da chamada agenda 21 local. Esta dimensão acompanha um novo modo de ação política que começa a tomar forma no processo de globalização, quando o poder local adquire maior autonomia e protagonismo em resposta às questões que a economia neoliberal engendra. O poder local estará inserido em posição de vanguarda como promotor da estratégia sustentável na escala urbana e, neste processo, a cidade constitui um meio crucial para o horizonte sustentável do desenvolvimento. De acordo com o texto final da Agenda 21, basilar e orientador de inúmeros outros documentos seguintes no que tange o

aspecto político, o objetivo global expresso pela cidade sustentável estará baseado em atividades de cooperação técnica, em parcerias entre o setor público, privado e comunitário e na participação da população no processo de tomada de decisão (Agenda 21, 1992). Da mesma forma, há um imperativo essencial inscrito pela boa governança e pela construção do consenso, o que significa, segundo o texto da Agenda, na viabilização crescente de canais de diálogo entre administradores, organizações locais e empresas privadas para adotar a Agenda 21 local. Na visão de Gilbert et al (1996, p. 15), o próprio termo “governança” estará incluído como questão chave no discurso sustentável, porque, diferentemente de “governo”, implica no *“fortalecimento dos métodos de administração a partir do reforço às instituições de decisão coletiva, de modo a fortalecer parcerias, garantir justas representações de diferentes interesses e uma arbitragem adequada entre elas”*. Outros autores auxiliam na compreensão dessa visão política agregada à agenda hegemônica, a partir da ideia que o poder local pode participar como um novo regulador político mundial (EMELIANOFF, 2011). Low et al(2000) enfatiza que a cidade torna-se um agente chave da governança ambiental global e, Bulkelly e Betsill (2003), acrescentam a necessidade premente e indispensável de considerar a maneira complexa em que a governança ambiental global se traduz entre as escalas local, nacional e mundial.

Em trabalho denominado “Futuro Urbano 21 – Agenda Global para as cidades do século XXI”, Hall e Pfeiffer reproduzem o *mainstream* do discurso corrente, e, embora desenvolvam outra compreensão a respeito de suas estratégias, não se distanciarão do que a concepção dominante promulga. Mais além, vislumbram na boa governança o alicerce crucial da concepção sustentável:

Boa governança, vista como um esforço integrado por parte do poder local, sociedade civil e setor privado, aponta para o desenvolvimento sustentável como seu objetivo principal. O esforço deve envolver pessoas, grupos, empresas e agências locais. [...] A boa governança agirá como força política e motora que mantém os diferentes elementos da sustentabilidade em equilíbrio, integrando-os nas políticas e assegurando que todos os agentes locais compartilhem das responsabilidades e benefícios. Sustentabilidade como princípio e boa governança como prática tornam-se os aspectos indissociáveis do desenvolvimento urbano (HALL e PFEIFFER, 2000, p. 164) (Figura 2).

Assim se define a cidade sustentável como categoria que, embora não formalize uma definição estrita de acordo com as diferentes realidades locais, demarca critérios convergentes em direção do combate a pobreza, equidade social, qualidade ambiental, preservação dos recursos e do patrimônio urbano, combate a expansão exacerbada do ambiente construído, incentivo ao uso misto do solo e à maior densidade, fortalecimento do ambiente econômico e das dinâmicas comerciais, etc. Todos estes aspectos devem, igualmente, como ressalta Lê Goix e Veyret (2011), ser construídos não de outra forma senão pela negociação, concertação, discussão entre os diversos atores sociais urbanos, cuja pauta está inscrita por questões de responsabilidades mútuas.

Figura 2 – Boa Governança e os elementos da cidade sustentável, segundo Hall e Pfeiffer

Fonte: HALL e PFEIFFER, 2000.

2.3 Canais de articulação da agenda hegemônica na política urbana

Em linhas gerais, o que deve ser destacado até aqui é este núcleo discursivo que substantia a concepção sustentável para as cidades e que emoldura outras leituras mais ou menos convergentes de acordo com as finalidades dos estudos que surgiram desde então. Em particular, afirma-se que este núcleo fundamenta uma uniformidade oculta na diversidade de interpretações que compõem o discurso hegemônico da sustentabilidade. Seu conteúdo é invariavelmente composto por um debate norteado pelo combate às mazelas sociais e ambientais, com base no fortalecimento das estruturas econômicas de mercado e na reorientação do poder político. Todavia, este apelo progressista merece redobrada atenção tendo em vista os métodos em que estarão baseados os modelos de intervenção urbana sustentável, pois repercutem os processos econômicos atrelados ao modelo neoliberal. Isto significa que o discurso nascente começa a configurar um processo de articulação entre o paradigma ambiental crítico e o paradigma do livre-mercado, obscurecendo, de um lado, as contradições que emanam de ambas as racionalidades e, reiterando, de outro, as facetas positivas que emergem na relação economia-ambiente. Deixando esta análise crítica para mais adiante, convém neste ponto reforçar tal argumentação a partir de alguns documentos ligados ao Banco Mundial.

2.3.1 Banco Mundial e a gestão urbana empreendedora.

Mais atual, porém pouco inovador, o primeiro deles intitula-se “*Eco² Cities Guide - Ecological Cities as Economic Cities*”, de Moffatt et al (2012), o que, como o próprio título atesta, constitui um guia para o planejamento segundo a égide do Banco Mundial. Prevalece neste documento o termo “*Ecocities*”, embora durante todo o texto o mesmo esteja amparado pelo termo “sustentável”, como é possível observar em várias passagens. Da mesma forma, o conceito central de *Ecocities* não se distancia do *mainstream* atribuído à Agenda construída no contexto das conferências:

As *Ecocities* implicam na melhora do bem estar dos cidadãos e da sociedade através de um processo de gestão e planejamento urbano integrado, aproveitando os benefícios que o sistema ecológico fornece e, ao mesmo tempo, protegendo-o e garantindo-o às futuras

gerações. Seu potencial econômico cria valor e oportunidades para cidadãos, empresários e sociedade a partir de uma atividade econômica sustentável baseada na produção, na inclusão e na eficiência (MOFFATT et al, 2012, p.7, tradução nossa).

Mais adiante, o texto sublinha que as *Ecocities* são construídas pelo que chamam de “sinergia” e “interdependência” entre sustentabilidade econômica e ambiental. Para isso argumenta que tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento existem demonstrações de cidades inovadoras no fortalecimento da capacidade econômica a partir do manejo adequado dos recursos ambientais. Consequentemente, segundo o relatório, as cidades viabilizam maior qualidade de vida aos cidadãos, melhoram seu potencial competitivo e conseguem atrair mais investimentos (MOFFATT et al, 2012). Os autores prosseguem afirmando que tal concepção não implica num modelo fragmentado de práticas ambientais, mas encoraja uma análise holística que abraça soluções integradas, pautadas por um sólido processo participativo em distintos níveis de decisão.

Contraditoriamente, a cidade que ilustra a capa do relatório será Curitiba, e, ao final, lêem-se palavras do ex-prefeito que enfatizam a “aptidão criadora e inspiradora da cidade, conclamando outras ao desafio do século XXI: a sustentabilidade”. Não de outra forma, este exemplo torna-se emblemático acerca da carga ideológica que o discurso hegemônico adquire, emprestando as mazelas do desenvolvimento à construção simbólica de um cenário de eficácia e perfeição. Vêem-se, neste sentido, as demonstrações de um novo protagonismo da cidade com as demandas do mundo contemporâneo, mediante diretrizes que passam a imprimir o compromisso do agente local com a sustentabilidade preconizada pela agenda hegemônica. Como observado neste documento acerca das *Ecocities*, tal compromisso opera por meio da identificação de *win-win situations* e leva em conta pactos voluntários de acordo com os interesses de cada parte.

Este é o mote de outros dois relatórios sobre o tema que circunscrevem a própria visão institucional do Banco Mundial. Intitulam-se “*A strategic view of urban and local government issues: implications for the Bank*” (Banco Mundial, 1999), e “*Cities in transition: World Bank urban and local government strategy*” (Banco

Mundial, 2000). A matriz da visão e das ações estratégicas em direção à cidade sustentável aponta para as tendências em curso desde a década de 1980: descentralização da gestão, parcerias público-privadas e o enfoque abrangente relacionado aos aspectos econômico, ambiental e social. Em ambos os relatórios podem ser encontrados quatro elementos essenciais da cidade sustentável: *Livability*, Competitividade, Boa Governança e *Bankability*. Em síntese, *Livability* corresponde às condições relacionadas à qualidade de vida implícitas ao ambiente social e ambiental urbanos. A Competitividade internaliza a base econômica de acordo com os níveis de emprego, renda e, sobretudo, novos investimentos. As principais condicionantes apontam os níveis de produtividade segundo a liberalização e integração dos mercados, de modo a torná-los mais competitivos. Boa Governança implica na mais adequada representação dos setores da sociedade nos processo de decisão, transparência e integridade dos governos locais. E, por fim, *Bankability*, diz respeito a um sistema financeiro local estável e responsável, associado à maior credibilidade das municipalidades em receber novos investimentos.

A respeito das perspectivas do Banco Mundial, merece uma última consideração o trabalho elaborado por Fernando Rojas (1998) e analisado com primazia por Fabrício Oliveira (2009), intitulado “Sustainable Cities”. Oliveira enxerga com perspicácia os significados atrelados à concepção sustentável do Banco Mundial, e correlaciona seus fundamentos ao chamado planejamento estratégico para as cidades de Borja e Castells (1997). Na visão de Rojas, o desafio da sustentabilidade para as cidades desempenha uma relação de interdependência com a sua capacidade competitiva, onde ganham relevo relações de complementariedade que formulam o cerne do discurso ambiental na economia de mercado. Em outras palavras, incute-se a importância seminal do processo competitivo das empresas como fundamento norteador das políticas urbanas, aspectos inevitáveis que exigem, mediante visões estratégicas, compatibilizar os desejos do crescimento com o princípio de sustentabilidade. Esta é uma relação expressa pelo modelo empreendedor de gestão e os mecanismos que o poder local vai explorar para fortalecer sua competitividade serão inúmeros, dentre eles, redução de custos para empresas, oferta de terrenos, infraestrutura, etc. (HARVEY, 2006).

O que deve ser destacado a partir do trabalho de Rojas é que nele se resguarda uma interpretação ressonante dentre o rol de trabalhos que tratam acerca da estratégia sustentável, cuja tendência é apontá-la como novo atributo que se arrola ao movimento de competição intra-urbana. Ela se transforma em outro tipo de vantagem comparativa que influirá tanto no fluxo de investimentos, quanto nas oferta de consumo. Em se tratando de investimentos, as *Sustainable Cities* de Rojas são os locais de descentralização administrativa, parcerias público-privadas, boa governança, consenso, experimentação, desenvolvimento institucional, desregulamentação, etc. Em suma, quase nada de inovador às outras contribuições do Banco Mundial. Mais adiante, segundo Oliveira, Rojas lista recomendações para a gestão urbana com vistas à atração de investimentos que englobam:

Reformas legais que facilitem a participação das empresas e da sociedade civil nos projetos da cidade, documentação e disseminação das “boas”/“melhores”práticas dos governos locais, desenvolvimento institucional que facilite a “harmonização das prioridades da cidade com agendas e políticas nacionais”, e construção de “canais participativos para desenvolver alianças capazes de combater a pobreza assim como a marginalidade social, política e econômica”(OLIVEIRA apud ROJAS, p. 206, 2009).

Em Rojas e nos outros documentos do Banco Mundial parece estar claro as interpretações que se aglutinam ao discurso sustentável predominante, verificados como requisitos ao processo competitivo à qual a cidade estará “inevitavelmente” inserida, segundo as assertivas liberais. Tais interpretações acompanham as diretrizes construídas no contexto das conferências ambientais, não obstante elaborem uma resposta própria e institucional do Banco. Com base nestes elementos se interpõe uma visão neoliberal da estratégia sustentável do desenvolvimento em que cada cidade estaria mais ou menos adequada às articulações da economia global.

2.3.2 O Conselho Internacional para as iniciativas ambientais locais – ICLEI

Igualmente, esta visão encontrará outros mecanismos de dispersão, dentre eles

merece destaque o papel exercido pelo *Internacional Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI), também reconhecido como *Local Governments for Sustainability*. Segundo a própria visão estratégia da instituição, o ICLEI corresponde à um movimento internacional de governos locais associados, cuja finalidade é desenvolver políticas alicerçadas na Agenda 21, o que inclui procedimentos de consultoria, treinamento, troca de informações e suporte ao governos locais com vistas à implementar o “desenvolvimento sustentável”. Neste sentido, o ICLEI pode ser considerado um dos movimentos mais significativos na consolidação da agenda hegemônica na esfera política local, exercendo forte papel descentralizador dos princípios vinculados a Agenda 21.

Assim como o Banco Mundial, o ICLEI constitui ao mesmo tempo um agente definidor e determinante da agenda hegemônica, embora em ambos a definição do discurso sustentável esteja sensivelmente amparada pelo núcleo estratégico elaborado nas conferências. A aparente distinção entre a função exercida pelo Banco Mundial e o ICLEI é que este enfoca na implementação de planos estratégicos referenciados pela Agenda 21 local, tornando uma expressão menos identitária se compararmos aos receituários produzidos pelo Banco Mundial no âmbito da política urbana. Neste sentido, o ICLEI irá espelhar a interpretação tradicional da estratégia sustentável derivada da ECO-92, incorporando em suas iniciativas um rol de formulações posteriores intrínsecas à matriz hegemônica, reverberando-a para mais de 1200 municipalidades em 70 países, de acordo com seu relatório anual (ICLEI, 2012). Os pressupostos básicos contidos nas ações do ICLEI são elucidados com maior precisão em dois documentos produzidos pela própria instituição: O *ICLEI Stratetig Plan* de 2010-2015 (2011) e o *2006 year in review – local action moves the world* (2006).

O primeiro documento demonstra os objetivos por onde os poderes locais devam se alinhar em face aos desafios da “cidade sustentável”: 1) Nesta visão estratégica o primeiro objetivo releva a **integração das políticas sustentáveis**, o que consiste no fortalecimento de políticas, na criação de ferramentas e de modelos de inovação baseados nas demandas na Agenda 21, dentre eles, como exemplo, desenvolver indicadores de *performance* de sustentabilidade e expandir a consciência e a transparência a respeito da pegada ecológica da cidade. 2) Em seguida, surge a

preocupação com a **eficiência da cidade no manejo dos recursos naturais**, cujas ações competem integrar pesquisas em tecnologia sustentável e promover programas específicos instituídos pelo ICLEI, como o *Eco-Budget* e *Eco-efficiency*. 3) O terceiro objetivo é **encorajar cidades para o compromisso da biodiversidade urbana**, de acordo com programas específicos, mas também sob àqueles de tutela do ICLEI, sobretudo o *"BiodiverCities"* e o *"Cities in Biodiversity Hotspots"*. 4) Na mesma direção, o quarto objetivo conclama em reduzir as emissões de gases poluentes por meio de políticas e investimentos em infraestrutura, além de outros programas pilotos como o *Cities for Climate Protection*. 5) O quinto objetivo diz respeito ao fortalecimento do que denominam de **comunidade resilientes**, cujo significado está em diminuir os graus de vulnerabilidade das cidades para os riscos à qual estão mais expostas, sejam econômicos ou naturais. 6) Segundo a própria visão estratégica da ICLEI, boa parte dos objetivos anteriores depende do sexto objetivo, que consiste **em priorizar os investimentos em infraestruturas "verdes"**, o que comporta não somente o componente tecnológico do equipamento urbano, mas a maneira como esta tecnologia é planejada e integrada para criar um modelo mais funcional possível. 7) O sétimo objetivo vislumbra **desenvolver e viabilizar uma economia local fundada sobre princípios sustentáveis**, mediados por empresas que incorporem as demandas ambientais, a partir de processos de produção e consumo mais conscientes e adaptados as exigência do século XXI. 8) Por fim, o último objetivo do ICLEI é constituir na esteira destas transformações **comunidades com altos índices de qualidade de vida**, onde os governos locais devem centralizar seus esforços em medidas de boa governança, cultura, educação, saúde e espaços públicos (ICLEI, 2011).

Estes oito objetivos resumem a pauta do quinquênio 2010-2015 do ICLEI, e foram descritos de forma a extrair o essencial do seu discurso. Eles orientarão diversas iniciativas promovidas pelo ICLEI, as quais podem ser verificadas no segundo documento citado anteriormente. No rol de medidas estarão incluídos, por exemplo, campanhas de proteção do clima a partir das denominadas CCP's (Cities for Climate Protection), cujas ações nas municipalidades associadas se voltam para o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento de emissões de gases poluentes. Este exemplo do CCP serve para demonstrar como o ICLEI atua no âmbito

internacional, buscando articular seus princípios à distintas conjunturas sociais com base no intercâmbio de informações entre as cidades membro. Em torno da Agenda 21 gravitam esta e outras iniciativas que envolvem questões ligadas a segurança, governança participativa, gestão de riscos, e inúmeros outros elementos do cotidiano local.

Em suma, ao analisar com atenção as finalidades do ICLEI observa-se o mesmo arcabouço que alicerça as premissas do desenvolvimento sustentável, o que demonstra não somente um forte alinhamento ao conteúdo da Agenda 21, mas uma cristalização dos mesmos princípios que posteriormente serão criticados na conferência Rio+20. Aqui, o ponto que deve ser elucidado é que, a despeito das iniciativas de cunho progressistas, como o compromisso com a biodiversidade e o aumento da capacidade de resiliência urbana, há um apelo incessante em torno do qualificativo sustentável como condição basilar de transformação social. Tal apelo é o mesmo que permeia a agenda hegemônica ao longo dos anos e revela dois aspectos: a constituição de uma “marca” sustentável segundo os moldes de certificação empresarial, e a concepção pactuadora que demarca o paradigma ambiental neste momento, conforme já destacado no capítulo anterior. Também é válido ressaltar que o ICLEI reitera um modelo de interpretação que tende a dissipar sob uma mesma marca as incertezas que se interpõe ao espaço contemporâneo, não obstante as distintas viabilidades que a caracterizam. Em outras palavras, trabalha-se, por exemplo, com um ideal de qualidade de vida muito mais incerto, mas que se agrega à realidade do discurso ao mesmo modo que a priorização de infraestruturas mais adequadas e menos impactantes à cidade, o que implica num grau muito maior de certeza e viabilidade. O apelo à qualidade de vida, da mesma forma que o princípio de *liveability* do Banco Mundial, imprimem vigor a matriz discursiva dominante, embora sua vinculação com a *práxis social* ganhe traços bem menos claros do que medidas de tecnificação verde.

Portanto, enquanto outro canal de relativa importância da agenda hegemônica, O ICLEI complementa os pressupostos do Banco Mundial e das conferências no intuito de demonstrar o sistema interpretativo que emerge na década de 1990 em torno da questão ambiental. Este sistema comportará atores múltiplos e diversos que passam a

definir os rumos da política ambiental urbana nos anos seguintes, em que pauta será reforçar a visão interdependente entre economia-sociedade-ambiente à luz de novos modos de governança, e onde a crítica social e ambiental se vê amparada por um modelo econômico mais “humanizado”.

2.4 A Sustentabilidade em sua dimensão de consumo: o papel do agente privado

2.4.1 O Green Business enquanto oportunidade e tendência do mercado imobiliário

Ainda falta comentar sobre o valor de consumo associado à sustentabilidade urbana, como outra vantagem que a destaca dentre as categorias que permeiam a gestão empreendedora e o próprio mercado. Este é um fenômeno que se dispersa rapidamente na medida em que a agenda hegemônica adquire espaço e canais de difusão, dos quais vale destacar a mídia e as agências multilaterais que influem direta e indiretamente sobre o planejamento urbano. A mídia e os mecanismos de marketing representam a consolidação dos chamados “mercados verdes”, enquanto setor da economia que cresce em grande proporção desde a década de 1990, como observado brevemente no capítulo 1. Na cidade este fenômeno se direciona ao ambiente construído, desde o processo de concepção à execução dos projetos. Em outros termos, o simbolismo que emana dos princípios da agenda hegemônica constrói uma “razão” emoldurada pelo qualificativo sustentável que a torna, por si só, uma mercadoria de consumo. Se a mesma é condição e vantagem para atração de investimentos é, igualmente, expressão de um mercado que cresce sob a tintura ideológica da transformação social e ambiental.

Neste sentido, é importante esclarecer que não será apenas o empreendedorismo e as conseqüências que o mesmo implica na gestão das cidades o mote principal desta penetração da questão ambiental na produção urbana. O mesmo representa apenas uma faceta do processo, caracteriza pela ação do poder público e seus mecanismos de gestão. Em particular, o fundamento principal dessa articulação

se apóia sobre a ação do mercado, do agente privado, ou quando atua de maneira independente ou em parceria com o poder público. A literatura crítica sobre a temática parece não oferecer a mesma atenção ao papel do promotor imobiliário privado na condução de projetos urbanos que agregam a agenda hegemônica da sustentabilidade, e ela, ao contrário, exerce função preponderante na prefiguração desta hegemonia. Compõem os grandes consultores internacionais que irão auxiliar na elaboração dos planos estratégicos conduzidos pelo poder público, mas, sobretudo, representam o empreendedor imobiliário, a grande incorporadora, os escritórios de arquitetura e urbanismo e outros grupos empresariais da construção civil. São agentes que evocam o modelo da cidade-sustentável segundo as diretrizes que a agenda hegemônica começa a constituir, cada um com suas distintas estratégias.

A década de 1990 pode ser considerada um período de acelerada expansão de projetos e planos que operam sob os pressupostos ambientais. Este fenômeno do chamado “*green business*” sinalizava já naquela década a emergência de um novo setor da economia com expressiva perspectiva de crescimento, sintetizado a partir dos termos “oportunidade” e “tendência”. O sentido de oportunidade tem significado, de um lado, a saída que os mercados verdes passaram a constituir para muitos capitais ociosos no âmbito do processo de acumulação, e, de outro, numa perspectiva nova de diferenciação no curso da economia competitiva. Visto como uma chance, o mercado da sustentabilidade começa a constituir-se como setor chave de desenvolvimento econômico em escala global, e àquela oportunidade passa a fundamentar o discurso da tendência inevitável da economia para o século XXI.

A despeito da natureza do fenômeno, o importante é observar a crescente influência que o mesmo tem exercido nos agentes privados vinculados à indústria da construção, e para isso basta olhar o desenvolvimento de setores da economia à ele vinculados, tais como: empresas de consultorias ambiental e urbana, empresas de tecnologia ambiental na construção, de certificação, de gestão ambiental ligadas ao processo da construção, etc. Mais além, se se observa com mais atenção a dimensão espacial desta influência da agenda hegemônica na configuração de novas formas urbanas em escala global, percebe-se que àquela tendência não somente existe como se fortalece anualmente, segundo as repercussões e evidências espaciais que podem

ser vistas nas cidades européias, norte-americanas e brasileiras, por exemplo. Na verdade, o desafio mais premente na investigação deste fenômeno reside na tentativa de dimensioná-lo e captá-lo à luz das variabilidades existentes na complexa rede de intervenções urbanas sustentáveis pelo mundo, o que aqui não se ousa avaliar, senão enfocar casos específicos que serão analisados nos capítulos seguintes. No entanto, convém nesta etapa da discussão demonstrar o panorama geral do processo, segundo elementos e atores importantes vinculados à indústria da construção e da concepção urbanística.

2.4.2 Estados Unidos: O New American Urbanism e o USGBC

No âmbito desse dimensionamento, podemos apontar evidências interessantes nos Estados Unidos, Europa e Brasil, tendo em vista o grau de influência que as mesmas têm exercido no ambiente construído nestes contextos ao longo das décadas de 1990 e 2000. Nos Estados Unidos trata-se de levar em consideração na esfera da concepção urbanística a dispersão de intervenções baseadas na Carta do Novo Urbanismo Americano (1993), onde estão instituídos princípios para edificação de comunidades sustentáveis (*Sustainable Neighborhoods*), segundo diferentes escalas de intervenção. O princípio da sustentabilidade será capturado como conceito motriz para o desenvolvimento de projetos que procuram mitigar os efeitos do padrão suburbano nos Estados Unidos, e assim serão feitos, ou por intermédio de projetos para novas áreas de expansão, ou por planos de reestruturação urbana mediante a recuperação de áreas degradadas. Dessa forma, promotores privados vinculados ao *Congress for the New Urbanism* (1993), conduzirão suas ações com base em concepções que visam constituir comunidades mistas, densas, multicentralizadas, diversas em seus aspectos econômicos e sociais e, sobretudo, que possuam identidade e um senso de lugar. Os prédios devem, basicamente, estar vinculados ao seu entorno, devem incentivar e contribuir para a segurança e acessibilidade dos ambientes, bem como ser eficientes no manejo dos recursos ambientais. De acordo com Keith e Del Rio (2003), baseados em artigo da Revista Time, nos 5 primeiros anos após a institucionalização do CNU já haviam sido construídos mais de 100 projetos, e outros 200 já constavam nas

pranchetas dos escritórios de arquitetura. Neste sentido, as características implícitas ao New Urbanism têm incentivado no âmbito arquitetônico e urbano a proliferação das denominadas “comunidades sustentáveis”, não somente a partir das orientações da carta deste movimento urbanístico, mas também pela vinculação dos projetos com o sistema LEED (Liderança em Projeto de Energia e Ambiental) para o desenvolvimento de bairros. Isto significa considerar o papel das certificações que acompanham os processos de implementação dos projetos, segundo o Conselho da Edificação Sustentável dos Estados Unidos (USGBC).

A este respeito, convém mencionar que a partir da USGBC estarão implícitos outros indicativos que auxiliam na demonstração do fenômeno da sustentabilidade como formadora de um mercado crescente para novos investimentos do setor da construção civil. Isto implica afirmar que as ações do New Urbanism, embora constituam demonstração elucidativa desse processo, não permitem captar a natureza holística e geral que todo um mercado pode abarcar, ainda mais se consideramos um contexto tão complexo como o dos Estados Unidos. O que se quer enfatizar é a dispersão continuada de projetos independentes, por intermédio de inúmeros escritórios e empresas que se apropriam de uma ou de outra forma das nuances vinculadas a matriz discursiva da sustentabilidade, e assim o fazem, principalmente, na esfera da certificação da USGBC, cujas ações se ampliam para vários outros países tendo por base suas respectivas sucursais, como, por exemplo, a *Green Building Council Brasil*.

De acordo com Keller e Burke, o LEED constitui um certificado da USGBC que foi “criado com o objetivo de produzir um sistema de certificação nacional consensual voltado para o mercado, dedicado especialmente as edificações de alto desempenho” (2010, p.264). Os autores apresentam alguns números que demonstram à luz das certificações a evolução e a consolidação dos mercados verdes, e isso leva em conta a disseminação de estratégias empresariais, novas tecnologias e um mercado de trabalho especializado. Desde o surgimento do sistema LEED nos Estados Unidos até o ano de 2008 (10 anos), 55 mil profissionais receberam títulos que lhes conferiam aptidão nas técnicas de edificação sustentável, e, igualmente, aproximadamente 20 mil projetos estariam, ou em vias de certificação, ou à espera de resultados de

avaliações técnicas até 2008 (Keller e Burke, 2010).

2.4.3 O WGBC e a expansão mundial da edificação “verde”

Na escala internacional, o USGBC passou a ser instituído pelo Conselho Mundial de Edificações Sustentáveis (WGBC - *World Green Building Council*), uma instituição gerida por líderes comerciais vinculados aos conselhos nacionais do *Green Building*. O perfil e grandeza dos mercados verdes também podem ser relativamente considerados segundo números da WGBC e da McGraw Hill Construction, gigante do setor da construção nos Estados Unidos. Em pesquisa desenvolvida em 2008, com base em 700 profissionais da indústria da construção civil em 45 países, constatou-se que 94% das empresas adotarão até 2013 algum tipo de projeto ambientalmente sustentável, o que demonstra, no comparativo com o ano de 2003, um expressivo crescimento de quase 300%. Tal aumento incute um dado relevante, pois se associa com as expectativas que os empreendedores possuem ao vincular suas empresas às marcas “verdes”, o que, segundo eles, amplia as perspectivas de lucro em tempo relativamente rápido, como pode ser verificado por 56% dos entrevistados. (McGrawHill; WGBC, 2008)

Estes e outros números sinalizam, portanto, uma tendência que se revela na esfera econômica e urbana ao redor do mundo, conduzida por capitais crescentemente mais fluidos e livres para buscar seus canais de reinvestimento. No contexto da globalização neoliberal, as possibilidades criadas com a temática da sustentabilidade também se tornam globais, e isso pode ser demonstrado nos números da WCBG. Da mesma forma, outros padrões nacionais de certificação elucidam o teor global dos projetos “sustentáveis”, dentre eles o sistema japonês CASBEE, sigla em inglês para Sistema de Avaliação Abrangente para a Eficiência Ambiental de Edificações, o sistema BREEAM (Método de Avaliação Ambiental de Edificações), desenvolvido no Reino Unido, assim como o *Green Star* na Austrália, o HKBEAM em Hong Kong, o HQE na França, etc. Todos constituem sistemas de certificação nacional similares ao USGBC, embora o BREEAM também tenha implicação internacional, sobretudo na Europa.

Dessa forma, ao observar os sistemas de certificação torna-se possível enxergar redes espaciais que começam a se configurar no âmbito global, por onde fluem ao mesmo tempo às correntes interpretativas incorporadas ao paradigma ambiental e a matriz dominante da sustentabilidade, e os anseios dos promotores privados associados à produção da cidade. Entende-se que o rol de medidas associadas às construções sustentáveis resulta de um mesmo movimento de fundo, embora os fundamentos por ele constituídos venham a ser posteriormente reinterpretados segundo diferentes contextos e visões. Em cada um dos países surgem diretrizes de orientação ao processo construtivo, e, ao avaliar o rol de sistemas de certificação é possível verificar preocupações que convergem essencialmente ao grau de eficiência energética da edificação, do tipo de material utilizado, a gestão dos resíduos, além de outros elementos relativos à qualidade do ambiente interno, sistema de transporte, acessibilidade, inovação, níveis de ruído, o uso e a ocupação do terreno, dentre outros aspectos que, em conjunto, engendram um índice quantitativo de sustentabilidade. No caso do *Green Building*, por exemplo, confere-se uma certificação em quatro níveis – certificado, prata, ouro e platina, de acordo com determinada pontuação obtida a partir de categorias atreladas ao projeto.

Neste sentido, ao considerar a variedade de selos e certificados ambientais existentes e sua vinculação com os empreendimentos ao redor do mundo, estamos, a priori, buscando levantar as evidências de como a questão ambiental altera e cria mercados no contexto atual da globalização. A despeito das considerações sobre o mercado da construção, esta mesma implicação deve ser apontada para as certificadoras enquanto entidades que instituem outro mercado que caminha em conjunto à indústria da construção e do ramo imobiliário. O que se busca enfatizar neste ponto é a gama variada de tipos de selos que surgem em resposta às necessidades específicas associadas ao projeto construtivo, o que significa destacar certificadoras exclusivas para hospitais, escolas e indústrias, sobretudo.

2.4.4 Apontamentos iniciais do contexto europeu e brasileiro

Dentre outras evidências relevantes à discussão, também é válido introduzir alguns elementos das cidades européias e brasileiras, cuja análise se realizará nos capítulos seguintes. Nas primeiras, o que aqui se considera mais elucidativo para a presente discussão são os indicativos trazidos pelos “*Ecoquartiers*”. O termo em francês designa empreendimentos construídos sob princípios ecológicos que ultrapassam a escala da edificação e abarcam visões mais abrangentes relativas ao bairro ou a uma respectiva coletividade. Da mesma forma que o *New Urbanism* nos Estados Unidos, os *Ecoquartiers* imprimem uma marca que ganha atratividade crescente do setor da construção, como pode ser constatado na ampliação do número de projetos na França e em outros países europeus. Em outros termos, a leitura do espaço urbano europeu a partir da década de 1990 deve perpassar pela investigação em torno dos *Ecoquartiers*, vislumbrado no âmbito da expansão urbana como elemento espacial que abriga os ideais da “cidade sustentável”. Segundo Lefèvre e Sabard (2009), estes bairros incutem uma visão idealizada da cidade do futuro, em que todos os melhoramentos possíveis voltados ao bem-estar dos cidadãos devam ser levados em consideração. Nesta mesma linha de reflexão, o presidente da federação nacional de cidades médias francesas, enxerga no *Ecoquartier* um modelo que *busca captar a dimensão holística da problemática ambiental, o que não se trata apenas em construir prédios “verdes” ou planejar uma ciclovias, mas responder aos diversos componentes implícitos ao desenvolvimento sustentável* (BROC-BOURG, 2011, p.5). O mesmo também faz uma constatação do crescimento dos *Ecoquartiers* no contexto urbano francês, e demonstra que em 2009 foram apresentados 160 novos projetos dessa natureza, ao passo que, em 2011, este número ampliou-se para 393. Isto revela uma adesão relativa por parte das prefeituras e empresários pela “*démarche*” *EcoQuartiers* e, mais importante, agrega novas evidências à compreensão de um território que se reconfigura nas engrenagens do imperativo ambiental.

Por fim, apenas com o objetivo de tecer algumas linhas sobre o cenário brasileiro, os agentes citados até aqui devem, igualmente, ser destacados na tentativa de caracterização dos indicativos espaciais de um mercado verde no Brasil. Mesmo longe de ser o único canal por onde o discurso ambiental penetra nas estratégias empresariais, a certificação do *Green Building*, ao lado do certificado AQUA, oferecem

evidências consistentes da evolução desses mercados, tendo em vista o número de empreendimentos em processo ou com certificados efetivados. Segundo a *Green Building Brasil*, em março de 2012, 500 empreendimentos já possuíam registro no conselho, porém somente 44 tinham certificação LEED deferida, o que corresponde a 434 unidades acumuladas e quase 24 milhões de metros quadrados construídos. No caso do AQUA, existem 51 empreendimentos certificados no Brasil, dentre bairros, edifícios residenciais, comerciais, hospitalares e educacionais (Fundação Vanzolini, 2012). Segundo matéria do “O Globo” de outubro de 2011, os chamados prédios verdes serão quase metade dos lançamentos comerciais no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Curitiba (RJ – 40,8% do total ou 144 mil m² / SP – 47,2% do total ou 446,3 mil m² / CTB – 48,3% do total ou 7,8 mil m²), e, ainda de acordo com a matéria, o *Green Building* já ratificou um protocolo de entendimentos com o Comitê Olímpico Brasileiro a fim de que todas as obras dos jogos olímpicos sejam certificadas.

Portanto, deve ser enfatizado que esta exposição de determinadas evidências concernentes à diferentes contextos urbanos serve de amparo às reflexões conduzidas no decorrer deste trabalho e, sinalizam as práticas cada vez mais recorrentes que operam nos mercados associados à produção do espaço urbano. Tais práticas estarão vinculadas a um discurso relativamente consolidado e representará a tônica de muitos planejadores, empresários, prefeitos, e outros agentes que compõem o cerne da “cidade sustentável”. Deste discurso derivam, pelo menos em boa parte, as engrenagens que reacendem o debate acerca da cidade contemporânea lócus de reprodução ideológica. A dimensão destas práticas que permeiam o território sinaliza um desafio imposto pela racionalidade ambiental, cujos significados suscitam a reflexão crítica do modo que tal racionalidade, na condição de paradigma, pode condicionar àquele território à luz de seus dilemas e contradições, seja transformando-o, ou reproduzindo-o.

2.5 As cidades do mercado “verde” como tendência da urbanização contemporânea: uma perspectiva crítica

2.5.1 Saber ambiental e globalização nas cidades: a reciprocidade entre comércio e ambiente

Na trajetória analítica desenvolvida até este ponto, surge a necessidade de se retomar o debate central em torno da cidade sustentável. Neste debate torna-se premente reiterar o qualificativo sustentável como noção que se desenvolve na esteira de um curto período de intensa problematização concernente às condições materiais de reprodução social e dos rumos da sociedade capitalista. A partir da década de 1990 estarão formalmente constituídos conceitos, diretrizes, políticas, ações e estratégias centralizadas pelo viés sustentável, segundo formulações que passam a ser legitimadas no bojo de instituições nacionais e supranacionais, por governos, mercados, ONG's, e outros agentes que consolidam o que aqui se compreende como matriz hegemônica do pensamento ambiental. Todos exprimem inquietações quanto ao futuro e evocam seus cenários mais desejáveis enquanto expressões da “cidade sustentável”.

Não é possível ignorar, por outro lado, que tal representação do pensamento ambiental hegemônico, embora internalize a perspectiva do avanço tecnológico, do aprimoramento da cadeia de produção e de manejo dos recursos, de eficiência energética, dentre outros fatores que em conjunto incutem a concepção do desenvolvimento sustentável e seu viés reformador, constitui-se em matriz interpretativa que apenas se agrega a um contexto histórico ditado e consolidado pelo livre-mercado, pouco alterando suas contradições estruturais. O esforço analítico desenvolvido até aqui tem buscado visualizar esta perspectiva neoliberal como àquela que se evidencia no vasto acervo documental que a agenda hegemônica da sustentabilidade pode comportar, de modo a fundamentar ideologicamente inúmeras recomendações e direcionamentos que pautam o debate ambiental contemporâneo. O viés reformador expresso no combate à pobreza e à degradação ambiental se desqualifica na inobservância crítica dos mecanismos de mercado e no conservadorismo de idéias prontas e acabadas que configuram a égide neoliberal. Apesar de apontar o futuro e propagar um novo urbano tecido pela tecnologia e pela “sinergia” entre economia e ambiente, o núcleo discursivo desta agenda ambiental acaba por recair sob antigas instituições do capitalismo, aceitando passivamente as amarras do cenário “inevitável” e o “fim da história” que a globalização neoliberal

constituiu (FUKUYAMA, 1989).

O que precisa ser devidamente contornado perante os argumentos até aqui desenvolvidos é que a produção da cidade responderá, da mesma forma que inúmeros outros segmentos do mercado, à reciprocidade entre comércio e meio ambiente. De um lado, este meio ambiente significa um todo formado pelos dilemas sociais e ambientais, bem como pelos recursos que a natureza pode oferecer ao comércio mundial e/ou local, permitindo assim sua reprodução. Por outro lado, o comércio constitui a economia que se apropria destes recursos naturais e do discurso crítico dos dilemas ambientais para promover medidas de menor impactação, geração de emprego e renda, dentre outros fatores que contribuam para a superação daqueles dilemas. Voltando a Agenda 21, fica claro já no capítulo 2 que àquela chamada reciprocidade estará montada sobre o imperativo ideológico do livre-comércio e aos valores que delem fazem parte, como pode ser analisado no capítulo anterior:

Cabe à economia internacional oferecer um clima propício à realização das metas relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, das seguintes maneiras: (a) **Promoção do desenvolvimento sustentável por meio da liberalização do comércio**; (b) **Estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente**; (c) Oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional; (d) Estímulo a políticas macroeconômicas favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento (AGENDA 21, 1992, p.7, grifo meu).

Esta passagem elucida o cerne da visão dominante que irá influenciar as posteriores práticas em sustentabilidade, cuja noção emerge como princípio objetivo onde devem incidir políticas, programas e mecanismos de planejamento baseado em vieses estratégicos que compatibilizem as exigências do desenvolvimento (comércio) e do ambiente. Oliveira ressalta a importância dos textos patrocinados ou produzidos por agências multilaterais, sobretudo o Banco Mundial e àquele originado na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II. Na visão de Oliveira (2009, p.193), as políticas se difundem sob proposições apoiadas em *critérios de eficácia e de melhoria das performances diante do ambiente externo, e de*

um compromisso com a temporalidade que compatibiliza as necessidades do presente às das gerações futuras.

Da mesma forma que o empreendedorismo inaugura, em seu processo competitivo, o teor do marketing urbano que incute ao poder local estabelecer vínculos com os fluxos globais em expansão, ditando assim a máxima da "cidade global" (SASSEN, 1996), a "cidade sustentável" surge como produto do empreendedorismo e como condicionante ao teor competitivo, mas cuja imagem estará vinculado às imposições de uma questão ambiental. A apropriação do discurso ambiental pelo mercado sedimenta seu viés paradigmático e influirá, ao longo de poucos anos, no âmbito político da produção do espaço urbano. Entretanto, assim o fará por meio de institucionalidades em que o discurso teórico-ideológico do livre-mercado orienta, tornando-se, da mesma forma, uma expressão inviesada, restrita e ideológica, segundo concepções muito abrangentes de sustentabilidade. Como afirma Compans, tudo é possível para um conceito definido de forma muito abrangente, vaga e imprecisa, que, *hipoteticamente, sugere um novo padrão de acumulação, consumo e distribuição de riqueza, no "intuito de 'que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor'"* (COMPANS, 2009, p. 122, grifo meu).

2.5.2 Cidade global ou Cidade Sustentável?

Mais além, Compans (2009) faz uma constatação importante no que se refere aos agentes que formulam o discurso da cidade sustentável, dentre os quais, para autora, serão os mesmos que, no plano supranacional, nacional e local, atuam para a disseminação da cidade global. Compans afirma o seguinte a este respeito:

Mais surpreendente ainda é o fato de que governos de países signatários da Agenda 21, documento que reuniu um conjunto de premissas e recomendações para a alteração dos vetores de desenvolvimento em favor de modelos mais sustentáveis, aprovado durante a UNCED –, e que a estão efetivamente implantando nos níveis nacional e local, desenvolvam paralelamente, planos, programas e projetos para suas cidades, aspirando a vê-las ascender

à categoria de “cidades globais” (COMPANS, 2009, p.124).

Este paradoxo é alvo de problematização por parte da autora, dos quais dois elementos merecem destaque. Um deles já tem sido discutido no decorrer deste trabalho e se refere à visão da sustentabilidade como condição e produto da competitividade, o que quer dizer, em outros termos, em uma relação de interdependência que exclui a contradição entre ambas. Na dimensão urbana, as marcas desta complementaridade são observadas na abordagem do planejamento estratégico de Borja e Castells (1997), que, essencialmente, remetem aos pressupostos da gestão urbana empreendedora. Neste sentido, as condições exigidas pelo contexto global de adequação das infra-estruturas, de conectividade aos fluxos globais de mercadorias, pessoas e informações, se somam àquelas de capacitação da força de trabalho para a produção e gestão do sistema econômico. Sobre estes recursos humanos estaria implícita importante vantagem comparativa no bojo da competitividade, configurada, de um lado, pela qualificação e nível educacional das pessoas e, de outro, pela qualidade de vida que possuem em seus respectivos cotidianos. Para Borja e Castells (1997), este fator da qualidade de vida estará intrinsecamente associado ao desenvolvimento sustentável de uma cidade, uma vez que internaliza não somente os aspectos de moradia, saúde, educação, segurança, etc, mas também enfatiza o aumento da riqueza material, do lazer da cultura. A rigor, Borja e Castells aludem ao discurso corrente que reforça o viés integralista e holístico do desenvolvimento sustentável, na medida em que fomentam a participação cívica e a coesão social. Em última análise, desta visão vemos um posicionamento que não se descola do paradigma neoliberal na tentativa de construir um conceito de sustentabilidade, cuja pauta não está em negá-lo, mas em considerar o aprimoramento das instituições que expressam a economia de mercado. Portanto, estaria se buscando não uma “cidade global”, ou uma “cidade sustentável”, mas uma “cidade global sustentável”.

Contudo, desta perspectiva se revela outro elemento, verificado por Cyria Emelianoff (1997), atribuído às distintas representações espaço-temporais entre o espaço urbano global e sustentável. Estas distintas representações remetem as divergências no âmbito das racionalidades que permeiam o pensamento econômico e

ambiental, o qual se tentou desenvolver no capítulo anterior. De modo a articular àquela discussão à contribuição de Emelianoff, podemos afirmar que a cidade global externaliza a racionalidade econômica em sua plenitude porque privilegia a dimensão dos fluxos em curto prazo, em redes globais desterritorializadas, onde o tempo é suprimido segundo as tecnologias de informação, enquanto que, a cidade sustentável alude à racionalidade ambiental porque resgata a dimensão ecológica e cultural, o tempo em longo prazo e a relação interescolar do território, reintroduzindo as escalas de tempo subordinadas aos fluxos da natureza em suas dinâmicas próprias. Não obstante estas clivagens de ordem espaço-temporal, Emelianoff igualmente assinala à tendência opostas imbricadas à organização espacial nas cidades global e sustentável. Basicamente, a autora enfatiza que a cidade global possui uma tendência à fragmentação no qual não se vislumbra para um modelo de cidade sustentável, onde àquela, indutora de uma morfologia dual entre o que é periférico e central, público e privado, dinâmico e inerte, é substituída pela contínua integração destes elementos na cidade sustentável. Dessa forma, a autora apresenta um posicionamento, compartilhado pelo autor, de perspectivas urbanas diametralmente opostas, não obstante as duas adjetivações tenham sido promulgadas na esteira de um mesmo contexto histórico, a partir dos mesmos agentes e contextos.

2.5.3 A subjetividade da concepção sustentável

Com efeito, é preciso mencionar também que Emelianoff, apesar de trabalhar com a adjetivação “sustentável” para caracterizar determinada organização social e urbana, enfatiza, antagonicamente, que inexistente uma realidade “de fato” sustentável se se considera os atuais padrões de desenvolvimento. Na visão de Emelianoff (2011), a sustentabilidade do desenvolvimento e da cidade não pode ser concebido de outra maneira senão como um processo de modificações graduais, um horizonte político e societal que vai de encontro à uma visão que a coloca como realidade tangível. Este posicionamento de Emelianoff é importante e merece duas considerações.

O primeiro é reafirmar a intangibilidade com o real desta sustentabilidade que

tem se propagado com tanta ênfase desde os primeiros encontros relativos à temática. Efetivamente, no plano da ideia existem inúmeras definições que procuram lhe oferecer significado, embora nenhuma se constitua em materialidade com o real, e sim como expressão de um ideal desejado. Essa informação é importante porque revela na esteira das transformações territoriais e urbanas, a contradição em transformar a natureza subjetiva implícita à noção de sustentabilidade em realidade concreta, fenômeno sintetizado pela reiterada adjetivação da cidade, do urbanismo, da empresa e de outros elementos espaciais. Retomando Althusser (1973), é neste ponto que se encontra o cerne de seu caráter ideológico e simbólico na medida em que representa relações imaginárias, vontades, esperanças e probabilidades que não se constituem em realidade, não impedindo, por outro lado, que seja utilizada como expressão de uma materialidade final em muitos projetos urbanos.

O outro ponto que Emelianoff levanta resume em certa medida o mote que caracteriza a agenda hegemônica, associado ao princípio de mudanças graduais que respeitem as temporalidades específicas de cada cidade. Esta perspectiva é aceitável sob o ponto de vista da sustentabilidade como processo, mas, por outro lado, internaliza a pedra angular que tem impedido avanços efetivamente significativos na esfera social e ambiental tão promulgados pela agenda hegemônica. Em outras palavras, não se problematizam os elementos que se devem ser os alvos de uma transformação gradual, como os desequilíbrios nas relações de poder, os múltiplos interesses políticos e econômicos que fragmentam uma visão unificadora de civilização, uma estrutura econômica cuja racionalidade é análoga à que gerou a crise ambiental, etc. Nenhuma dessas questões será considerada nos documentos que instituem a agenda hegemônica da sustentabilidade.

Em particular, estas lacunas do discurso hegemônico elaboram o ponto de partida para qualquer debate em torno das perspectivas de futuro incutidas pelo termo “sustentável”. Da mesma forma, a agenda não fomenta um debate em torno de novos padrões de articulação entre sociedade e natureza, mas, ao contrário, reforça as instituições sociais que estruturam o sistema vigente, tais como àquelas que regulam, por exemplo, o uso e o controle dos recursos naturais ou da propriedade (GUIMARÃES, 1997).

Uma contribuição necessária ao debate é desenvolvida por Henri Acselrad (2009), em artigo que sintetiza a problemática incutida pelo paradigma sustentável e sua dimensão urbana. Nele, o autor enfatiza que àquela concepção hegemônica embute a necessidade de duração das cidades, mas num sentido em que os recursos materiais e os fluxos de energia sirvam à acumulação de capital. Dessa forma, nas palavras do autor, *“uma cidade insustentável seria aquela ameaçada pela queda de produtividade física, utilitária do meio urbano para o capital”* (ACSELRAD, 2009, p.24), o que consiste em reduzir a complexidade dos dilemas urbanos ao processo de modernização e da técnica, sobretudo no ambiente construído. Em outros termos, o autor enfatiza que a essência circunscrita ao modelo de cidade sustentável reside na simples necessidade em ajustar ecologicamente os fluxos urbanos, sob uma visão em que a cidade é pensada à luz da economia de espaço, matéria e energia, e onde estes atributos serviriam para a mera constituição simbólica de “sustentabilidade” e para o processo de competitividade intra-urbana. O autor é preciso em descrever, neste sentido, os propósitos atrelados à marca sustentável na cidade, visto que, a despeito de todos os apelos éticos, morais e progressistas incutidos no discurso hegemônico e nos projetos urbanos sustentáveis ao longo dos anos, é inegável o quase nulo número de projetos oriundos do mercado e de poder público (dentre aqueles levantados para esta pesquisa), baseados em padrões democráticos de desenvolvimento que levem em conta as mazelas sociais, históricas e culturais do crescimento econômico.

Há, na verdade, projetos que espelham a crescente relação de parceria entre o agente público e privado, ou outros que representam as tendências do mercado em geral. Em ambos os casos a engrenagem que sustentará a evolução dos projetos não terá nos dilemas de ordem ambiental e social a sua preocupação nuclear, e sim na reiteradamente mencionada competição que caracteriza o mercado e as instâncias de governança, expressa essencialmente pelas novas condições de continuidade do processo de acumulação que um projeto com a marca sustentável pode implicar. Em outras palavras, Acselrad enfatiza que a matriz discursiva hegemônica formula e institui uma sustentabilidade que funciona como oportunidade contínua de se prolongar as perspectivas de competitividade, o que significa, em última instância, na sustentabilidade do processo de acumulação (ACSELRAD, 2009).

2.5.4 As implicações territoriais do discurso hegemônico e suas variabilidades

Nesta direção é necessário, no entanto, considerar alguns elementos relevantes se se pretende realizar uma leitura mais consistente a respeito das implicações que a agenda hegemônica infere no espaço urbano. Parece claro que a noção de sustentabilidade implícita em seu discurso não promove mudanças substanciais no padrão de desenvolvimento atual, embora suas repercussões espaciais venham a ser cada vez mais crescentes. Na prática, o discurso engrena um sistema complexo de ações que interferem no espaço, o que dificulta uma legibilidade plena das transformações territoriais em curso, não obstante seja possível enxergar determinados nexos que as caracterizam.

Neste sentido, a matriz discursiva promulgada pela agenda ambiental hegemônica engrena um movimento de fundo que configura variabilidades nos modelos de intervenção “sustentáveis”, de acordo com os diferentes agentes, os tipos de projeto, suas escalas e finalidades. Majoritariamente, podemos considerar o papel do agente privado imobiliário como aquele que captura desse discurso hegemônico a importância da tecnologia ambiental e explora, do mesmo modo, a perspectiva avalizada por este discurso de importância de novos investimentos privados como alicerce da sustentabilidade econômica que as cidades demandam, necessária para o desenvolvimento urbano sustentável.

Desse modo, sob uma mesma tacada os agentes privados encontram canais para reabsorção do capital excedente e um instrumento de legitimação. Aqui, o resultado incide diretamente no território sob a forma de novos bairros, loteamentos e condomínios sustentáveis de escalas absolutamente variáveis, ao contrário das intervenções comportadas pelo poder público local, que podem abranger não somente o plano físico e territorial, mas também uma gama muito maior de ações, como visto ao longo deste capítulo. Apenas para reiterar, caberá ao poder local buscar um tipo de planejamento urbano para a sustentabilidade mediante alguns elementos como: o consenso e a participação popular; a reorientação de investimentos públicos a fim de

buscar tecnologias mais limpas; a definição de políticas ambientais setoriais e/ou metropolitanas; a criação de projetos de mobilidade urbana; a busca de novos padrões de governança que priorizem os modelos de parceria com a iniciativa privada e que reforcem as decisões coletivas.

Convém enfatizar alguns pontos importantes a respeito das variabilidades espaciais implícitas aos projetos de intervenção, sobretudo no que tange o poder local. O exercício da atividade pública em relação a gestão da agenda hegemônica se depara com um receituário cuja abrangência e complexidade oferecem pouca praticidade e objetividade à ação governamental. Concebe-se uma estratégia argumentativa que, de um lado, releva as mais prementes demandas da sociedade urbanas, e, de outro, justifica a necessidade de atuação do capital como agente financiador e fomentador de tais demandas, a partir de processos de inovação, criação de novos produtos, serviços, postos de trabalho, etc.

Assim, dentre as variabilidades de ações inscritas ao julgo do poder local, a principal delas apontará para mecanismos que favoreçam a ação de capitais que investem em tecnologias sustentáveis, à luz sempre, reiterando, do que a agenda hegemônica respalda como tal. Como aqui se engloba tudo, desde a crítica ambiental nascente nos movimentos sociais até as exigências do capital, excluindo assim a contradição e o conflito para dar espaço ao consenso, prevalecerá a objetividade que o modelo empreendedor já vinha imprimindo nas prefeituras, ou seja, tornar a sustentabilidade um mecanismo competitivo ao expressar-se como mais uma vantagem comparativa e um qualificativo que impulsiona a imagem da cidade. Dentre as tantas práticas que tem emergido a partir da agenda hegemônica da sustentabilidade, será a variabilidade intrínseca ao papel do agente privado e de suas relações com o poder público o foco prioritário das abordagens seguintes, uma vez que representa na escala local a reafirmação do paradigma ambiental como princípio organizador do território no século XXI.

Este adendo a respeito das variabilidades se faz necessário porque leva em conta as múltiplas interpretações que emergem com a dispersão da matriz discursiva, que poderá ecoar ou não segundo as variadas concepções incutidas na sociedade. Logo surgem inúmeros tipos de intervenção, desde aquelas de alto potencial

tecnológico promovidos pelo grande empreendedor imobiliário, até pequenas intervenções em escala comunitária concebidas em determinadas organizações de bairro.

Neste sentido, a matriz interpretativa moldada pelo discurso hegemônico torna-se essencial para a compreensão de uma conformação territorial que vai se estabelecendo ao longo do tempo a partir dos seus canais de influência, na medida em que baseia múltiplos campos de ação social na cidade. Isto significa que o mesmo impulsiona um movimento dialético de produção do espaço, onde as formas urbanas concebidas segundo seus princípios serão acompanhadas de outras que buscam, senão negá-lo, mas adaptá-lo aos anseios e concepções que surgem no bojo da sociedade. O mais importante aqui é enfatizar que tal matriz hegemônica imprime mudanças no tecido urbano de modo a repercutir estes fragmentos em seu sistema interpretativo, o que, em última instância, constitui transformações que não representam um projeto de estrutural de civilização, mas visões descentralizadas e imbuídas de determinações individuais a partir de objetivos variados.

Portanto, deve-se ressaltar a importância destas variabilidades na leitura que se busca realizar do espaço urbano contemporâneo. Isso leva em conta não somente as escalas, mas, sobretudo, distintas organizações sociais em diferentes países onde é possível verificar um grau maior ou menor de regulação do uso do solo ou de envolvimento que as populações possuem para com a questão ambiental.

2.5.5 O paradoxo da cidade neoliberal-sustentável

Entretanto, o contexto atribuído à globalização neoliberal, em que pese os diferentes centros urbanos, induz na observação atenta ao modo como a cidade é produzida nesta época, segundo seus agentes e suas instituições dominantes. A matriz discursiva da sustentabilidade é criada no bojo deste arcabouço institucional e a ele servirá como mecanismo simbólico, de reprodução e legitimação. Deste processo resulta a constituição do que podemos chamar de “cidade neoliberal-sustentável”, uma categoria que se expressa como paradoxo em função das contradições que estão

implicadas na relação entre sustentabilidade e o livre-mercado, algumas delas já bem debatidas até aqui. Em outras palavras, este modelo de cidade se inscreve e é resultante da unificação das matrizes hegemônicas urbanas que se consolidam na globalização: primeiro, uma cidade deve buscar ser global; depois, necessitar incutir outras demandas que a tornem sustentável; como resultado, aparece a cidade global-sustentável como elemento de convergência entre ambas as categorizações e que passa a conduzir seu processo de transformação. Não obstante, em vez de considerar uma cidade global-sustentável, este trabalho prioriza o termo cidade neoliberal-sustentável por entender que o termo neoliberal é mais abrangente e preciso na captura das estruturas que regem o espaço urbano em sua multiplicidade. Isto significa que uma cidade pode ou não ser considerada global, tendo em vista os atributos que o mercado global passa a exigir, ao passo que toda e qualquer cidade internaliza o projeto neoliberal, pois estará diretamente e sob determinados níveis influenciada pelo paradigma. Ela assim o é em função das dimensões políticas, econômicas e culturais que a globalização formula e que terá implicações nas políticas urbanas, nas relações sociais e de troca, nas visões de mundo dos seus habitantes, etc.

De fato, de um lado, a cidade neoliberal-sustentável deve ser observada como realidade abstrata porque estará amparada sobre uma contradição de termos, mas, por outro lado, necessita ser analisada como tendência discursiva dominante, bem como uma obra ideológica e de representação que prevalece na produção da cidade. Já foi abordado em outras passagens que àquela contradição de termos será interpretada no âmbito do mercado em geral, incluindo tanto o financeiro, quanto o imobiliário, sob um vínculo de complementaridade. No entanto, a cidade neoliberal-sustentável enquanto categoria analítica que internaliza tal relação deve ser enxergada como um simulacro, na medida em que ratifica na esfera da ideologia o esposamento entre o que é e o que poderia ser.

Os capítulos posteriores trazem, neste sentido, análises em torno de como o discurso da sustentabilidade interfere para a reconfiguração das cidades, menos em suas estruturas e processos, mas em suas formas. As evidências são inumeráveis e alcançam uma abrangência que torna difícil realizar uma completa avaliação do processo em ambos os recortes espaciais definidos. Por outro lado, a intenção está em

demonstrar tais evidências a partir de elementos considerados de relevante implicação territorial, e, em extensão, visa trazer argumentos que problematizem esta crescente articulação da temática ambiental com as esferas hegemônicas de produção urbana.

Capítulo III

A CAMPANHA “SUSTENTÁVEL” NA EUROPA E O FENÔMENO “ÉCOQUARTIER”

Como forma de iniciar este capítulo torna-se necessário reforçar a ideia de que a matriz discursiva em torno da sustentabilidade urbana se consolidará, conforme as evidências tecidas no capítulo 2, revelando, dessa forma, as facetas da “cidade neoliberal-sustentável”. Sua expressividade é multiespacial e interescalar, composta de determinadas variáveis que nos impele a relativizar as práticas vinculadas ao conceito de sustentabilidade incutido no pensamento hegemônico. Essa relativização, no entanto, não diminui a repercussão espacial dos grandes projetos evidenciados pelo mercado e pelo Estado entre os anos 1990 e 2010. Na verdade, ambos como produtores essenciais do espaço urbano constituem os agentes centrais que alçam a questão ambiental à condição de paradigma do século XXI, o que significa, em outras palavras, que os mesmos formulam, dispersam e consolidam àquele conteúdo discursivo, tornando-o matriz ideológica e política que conduz a criação (ou reprodução) de uma outra cidade.

Em particular, neste trabalho afirma-se que tal reformulação trazida no bojo do discurso hegemônico não modifica as estruturas que já influíam na produção da cidade, tampouco trazem modificações significativas no tocante às demandas ambientais. Isto serve para elucidar que a expansão de novos empreendimentos e políticas “sustentáveis”, não importando aqui o país, a cidade ou região, estará acompanhada de um turbilhão de problemas sociais, ambientais e econômicos que surgem como externalidades à sociedade de consumo. Com efeito, na cidade neoliberal-sustentável será constatada uma progressão acelerada de empreendimentos considerados “sustentáveis” com alto potencial tecnológico e de forte apelo reformista, típicas matrizes de modernização ecológica e de “bom” urbanismo, com medidas de amenização de impacto até elogiáveis. Por outro lado, tais empreendimentos são, da mesma forma, expressão de uma lógica empresarial de apropriação e financeirização do espaço que acelera os ritmos da urbanização, o desperdício de terras urbanizáveis e a dispersão do espaço construído. O que se observa como tendência geral é a configuração de projetos isolados, variavelmente integrados ao tecido urbano, que ignoram as interrelações espaciais e escalares como componentes fundamentais de um mundo que busca ser “sustentável”.

O contexto urbano que centraliza a abordagem será o europeu, o que não significa analisar o continente como um todo, mas verificar no modelo de cidade europeia demonstrações que evidenciem, o tanto quanto possível, empreendimentos de caráter ambiental amparados no discurso hegemônico da sustentabilidade. Assim, para evitar generalizações excessivas, o trabalho prioriza uma análise sobre o espaço urbano francês, sem, por outro lado, ignorar evidências em outros países que venham ser elucidativas para o objetivo do trabalho. A finalidade é realizar uma leitura de modo a considerar as dimensões políticas, econômicas e culturais que extrapolam fronteiras e reconfiguram as cidades com base nas visões de mundo impostas pela globalização. Com isso pretende-se oferecer uma legibilidade de um território urbano que não se restringe à fronteiras políticas, mas que se redefine sob um discurso único e mais abrangente acerca da questão ambiental, tornando-se assim mais homogêneo.

Dessa forma, o território em sua integralidade deve ser foco de atenção porque os próprios meios de difusão da agenda hegemônica levam em conta os pactos territoriais que se desenrolam naquele continente desde a criação do mercado comum europeu e, posteriormente com a União Europeia. Tais meios de difusão, sobretudo a Carta de Aalborg (1994), trazem para a Europa, a partir de suas especificidades, o compromisso político com o imperativo do desenvolvimento sustentável e suas implicações urbanas. Seus desdobramentos serão enormes e fazem do continente um lugar de significativo destaque no que diz respeito à estas questões. Da mesma forma, pode-se considerar que a própria estruturação da matriz discursiva em torno do desenvolvimento sustentável tenha instituído programas e estratégias que já vinham se desenhando na Europa a partir das políticas da Comissão Europeia para o Meio Ambiente. Um avanço expresso, por exemplo, na existência de políticas integradas e de projetos de cooperação entre os Estados-Membro, no estabelecimento de princípios de “sustentabilidade” para as cidades, na evolução dos procedimentos de construção e de ocupação do solo, etc. Não obstante cada país não deixe de apresentar uma experiência própria, ou a partir de suas legislações específicas, ou de acordo com a maneira com que o mercado interno se articula com tais questões, é válido afirmar que estas especificidades “bebem da mesma fonte” e acabam por convergir em muitos aspectos.

Estas palavras servem, neste sentido, para dimensionar as transformações territoriais que o paradigma ambiental tem incentivado na Europa desde a década de 1990, o que, por isso mesmo, resguarda uma complexidade difícil de capturar, sobretudo porque as variabilidades encontradas nos modelos de intervenção são grandes. Dito isso, é importante reiterar que, após uma breve avaliação acerca da matriz discursiva sustentável europeia e seus respectivos agentes, o foco da discussão dirige as atenções para os chamados “*Écoquartiers*”, já introduzidos brevemente no capítulo anterior. Esta opção é válida porque elucida um fenômeno de repercussão no contexto urbano atual da Europa e, mais além, representa um vetor essencial da evolução de formas urbanas moldadas pelo mercado imobiliário “sustentável”.

3.1 A Campanha Sustentável em nível Europeu: do discurso à transformação do território

A história da urbanização na Europa culmina, hoje, com a importante influência da “Cidade Sustentável”, cuja expressividade é crescente e se inscreve em todos os âmbitos sociais e de ação coletiva. É uma categoria que se agrega não somente na esfera política e às determinações do empreendedorismo urbano, mas se expressa diretamente no âmbito das empresas e dos indivíduos. Constitui-se, dessa forma, em categoria múltipla e fluida porque resguarda um arcabouço ideológico que se adequa segundo distintos fins e agentes, não importando os conflitos que caracterizam as sociedades urbanas, mesmo àquelas mais avançadas. Nesta trama tecida pela concepção “sustentável” a Europa adquire um papel de destaque em razão das válidas implicações do crescimento urbano, mas, sobretudo, pelas genuínas formas de expressão que tal conceito adquire nos processos de intervenção.

Não por acaso àquela concepção será incorporada com inúmeros desdobramentos, tornando-se um objetivo primário dos gestores públicos e de promotores privados. O fato é que após a instituição da Agenda 21, a Europa endossa o conceito de sustentabilidade através de incontáveis diretrizes, legislações e outros documentos vinculados à União Europeia, cuja base aponta para os direcionamentos da Carta de Aalborg (1994), produzida na primeira conferência europeia sobre a

“Cidade Sustentável”. Os princípios construídos durante este evento servirão de guia para os eventos posteriores e faz de seu documento final uma referência estratégica para as políticas públicas e outros modos de ação local.

Não obstante a Carta de Aalborg represente, na Europa, um ponto de partida por onde irão fluir os ditames de um debate global, é válido mencionar que tal debate principia de um trabalho anterior, que se refere, segundo Beatley (2000), ao relatório “*The Green Paper on the Urban Environment*”, publicado em 1990 sob a responsabilidade da Comissão Europeia. O documento antecipa o chamado global trazido pela Agenda 21 no que diz respeito aos espaços urbanos, conclamando por uma abordagem mais integrada e holística do planejamento e a necessidade de enxergar as cidades como parte fundamental dos problemas ambientais globais. Este relatório sinalizaria, neste sentido, o papel fundamental da Comissão Europeia na condução do panorama político-institucional ligado à sustentabilidade, sobretudo a partir da criação do “*Grupo de Experts sobre o ambiente urbano*”. Através deste grupo, formado por representantes de inúmeras municipalidades, se institui um debate mais específico e estrito que busca integrar a dimensão urbana no campo da política ambiental.

3.1.1 Carta de Aalborg

Neste sentido, a **Carta de Aalborg** (1994), juntamente com o relatório “**Cidades Europeias Sustentáveis**” (1996), elaborado sob a égide do Grupo de Experts da Comissão Europeia, constituem os eixos estruturantes do conteúdo discursivo que formula a “Cidade Sustentável” na Europa. Ambos os documentos merecem breves considerações, especialmente como forma de observar como se desdobram os pressupostos hegemônicos da sustentabilidade discutidos no capítulo anterior. No que tange a Carta de Aalborg, o leitor encontrará uma declaração calcada por uma tomada de consciência da cidade europeia como entidade essencial do desenvolvimento sustentável, compreendido como horizonte que conjuga os anseios de justiça social, economias sustentáveis e sustentabilidade ambiental. Em seguida, no âmbito das

estratégias, pressupõe uma visão em que a cidade é a maior unidade com capacidade de equacionar com eficiência os desequilíbrios sociais, políticos, econômicos e ambientais do mundo moderno, e, para isso, seria necessário que cada uma encontrasse um caminho próprio de alcance da sustentabilidade a partir de suas próprias experiências. Ao redesenhar este novo horizonte, a declaração chama a atenção para nove elementos essenciais: 1) Sustentabilidade como um Processo Criativo, Local e Equilibrado; 2) Negociação Aberta como Método de Resolução de Problemas; 3) A Economia Urbana para a Sustentabilidade; 4) Equidade Social; 5) Padrões de Uso Sustentável do Território; 6) Padrões de Mobilidade Urbana; 7) Responsabilidade pelo Clima Mundial; 8) A Auto Gestão no plano local, condição necessária da Sustentabilidade; 9) Os Cidadãos como Protagonistas da Sustentabilidade e o Envolvimento da Comunidade.

Em poucas páginas a Carta de Aalborg funda o movimento europeu em prol da cidade sustentável e é sob sua polarização que se desenvolvem as campanhas voltadas para esse fim. Sua finalidade residiu na construção de direcionamentos gerais, subdivididos em 3 eixos principais: um primeiro de reconhecimento dos dilemas urbanos e a necessidade de um respectivo pacto comum em prol de um futuro sustentável; um segundo que preconiza a difusão da declaração de Aalborg no contexto europeu como um todo; e, por fim, um chamado à participação local da Agenda 21 para a Europa. Neste sentido, o ato de ratificação reuniu mais de 400 assinaturas provenientes de autoridades locais, que reunidas fundariam um significativo movimento de organizações e outros grupos ativamente envolvidos na promoção de “sustentabilidade”. A legitimidade de seu discurso estava posta e se infiltra na escala do imaginário coletivo com base na convergência de ações e no pacto de conflitos.

3.1.2 Relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”

Os direcionamentos da carta passam a fundamentar, dois anos após, o Relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”, no qual estarão definidas em detalhes um vasto número de recomendações às municipalidades. O intuito de sua elaboração, assim como consta nas páginas iniciais, é aplicar o conceito de sustentabilidade em

zonas urbanas, levando em consideração não somente a cidade em sua plenitude, mas também a escala do bairro, os centros, periferias, outras estruturas intra-urbanas e sua região. Em sua perspectiva, os princípios que formulam a sustentabilidade para as cidade são: 1) Princípio de Gestão Urbana; 2) de Integração Política; 3) de pensamento ecossistêmico; 4) de cooperação e parceria. (Para maior detalhes, ver Quadro 2).

Quadro 2: Princípios de Sustentabilidade urbana para as Cidades Européias

1.Princípio de Gestão Urbana

A ecogestão é um processo essencialmente político que influi sobre a administração da cidade. A gestão sustentável do meio urbano requer uma gama de instrumentos que respondem às preocupações ecológicas, sociais e econômicas de modo a fornecer o fundamento necessário para integração. Utilizá-los significa formular uma política de sustentabilidade urbana muito mais vasta, forte e ambiciosa.

2.Princípio de integração Política

As ações de coordenação e integração supõem a combinação de subsidiariedade e uma noção ampla de divisão de responsabilidades. A integração deve se realizar horizontalmente, a fim de se concretizar a sinergia entre as dimensões social, ambiental e econômica da sustentabilidade e, verticalmente, entre todos os níveis de poder comunitário, nacional, regional e local de modo a reforçar a coerência das políticas e intervenções.

3.Princípio de Pensamento Ecossistêmico

A cidade é um sistema complexo caracterizado por dinâmicas de mudança e evolução contínua. Considera elementos como a energia, os recursos naturais e a produção de resíduos, componentes de uma cadeia de atividades que requerem manutenção, restauração, estímulo a fim de favorecer o desenvolvimento sustentável. A regulação do tráfego e dos transportes é outro aspecto do pensamento ecossistêmico. A abordagem das redes duais que define uma estrutura de desenvolvimento urbano no plano local e regional se funda sobre o princípio do pensamento ecossistêmico. Este comporta igualmente uma dimensão social que configura cada cidade como um ecossistema social.

4.Princípio de Cooperação e Parceria

O desenvolvimento sustentável é objeto de uma partilha de responsabilidades. A cooperação e as parcerias entre diferentes níveis, organizações e interesses são essenciais. A gestão sustentável é um processo de educação cujos elementos primordiais são a aprendizagem pela prática, o compartilhamento de conhecimentos, treinamento, formação profissional, trabalhos interdisciplinares, consultas e participações da comunidade, sensibilização.

Fonte: Comissão Européia, Cidades Européias Sustentáveis, 1996.

Somente com base nestes princípios seria possível criar condições para a sustentabilidade se realizar. O relatório se desdobra na definição de opções políticas

inscritas em campos considerados prioritários, relativos à gestão dos recursos naturais, aos fatores econômicos da sustentabilidade, à acessibilidade e ao planejamento espacial, examinados respectivamente nos capítulos 4, 5, 6 e 7. Resumidamente, com relação à gestão do recursos, está implícito a necessidade de redução do consumo de energia, de recursos materiais da natureza (sobretudo não-renováveis e os que se renovam de forma lenta), de resíduos (reutilizando ou reciclando quantas vezes possível), dos níveis de poluição do ar, da água e do solo e, em oposição, de aumento das áreas verdes e naturais de modo a proteger a diversidade biológica do meio urbano. No tocante ao desenvolvimento econômico, é recomendado que Estados-Membro devam criar as condições para que as empresas possam prosperar ao adotar um procedimento mais ecológico, de acordo com leis de estímulo, sistemas tarifários, incitações às normas de fabricação, etc. Em última instância, se deseja que as autoridades locais explorem as soluções que incentivem a criação de empregos e de investimentos em função das intervenções que “praticuem” sustentabilidade. Na acessibilidade é visado assegurar um modelo de mobilidade que compatibilize os anseios de proteção do meio ambiente urbano e de viabilidade econômica, dois aspectos entendidos como dependentes das condições de tráfego e do planejamento dos transportes. O respeito a tal objetivo deve enxergar o planejamento dos transportes de maneira integrada com os relativos ambiental e espacial. Por fim, do planejamento espacial deve implicar uma nova organização do espaço que se adapte às estruturas da política ambiental em nível regional e nacional, de forma a encorajar novos arranjos pautados pela concentração e economia de espaço. Do mesmo modo, o plano deve se alicerçar sobre objetivos estratégicos nos níveis de qualidade ambiental, crescimento econômico e progresso social (Comissão Européia, 1996).

3.1.3 Evidências de um discurso em marcha

Portanto, pode-se afirmar que nesta leitura trazida pelo relatório “Cidade Europeias Sustentáveis” estará contido o panorama geral das práticas consideradas “sustentáveis” promovidas na Europa dali em diante. Isto significa que tal documento, juntamente com a Carta de Aalborg, constitui um eixo norteador de tais práticas, pois

carrega o cerne da matriz interpretiva que se consolida no âmbito da Eco-92. É inegável, por outro lado, a existência de muitos avanços decorrentes das experiências e estudos que a concepção sustentável engendrou nos anos que se seguiram, mas, a despeito de todas estas contribuições, nenhum foi capaz de trazer algo estruturalmente novo no bojo da matriz discursiva.

Dentro desta argumentação o que deve ser destacado é a repercussão crescentemente mais intensa dos postulados intrínsecos à ambos os documentos. Isto significa que os mesmos inauguram em meados dos anos de 1990 uma campanha que deveria ser abraçada em escala coletiva, pois este era o chamado da Agenda 21 reforçado na Carta de Aalborg: *a ação local é o cerne do desenvolvimento sustentável*. Especificamente ao espaço urbano, conjugam-se as ações do poder público, das associações de bairro, de ONG's e outros movimentos sociais e do mercado imobiliário. Outras evidências interessantes ficam à cargo da Comissão Europeia de desenvolvimento, aos já mencionados ICLEI e Banco Mundial, às consultorias de planejamento e outras organizações como a *Eurocities*, o movimento *Ecocités*, o Conselho Europeu de Regiões e Municipalidades (CEMR - *Council of European Municipalities and Regions*), a Organização de Cidades Unidas (UTO - *United Towns Organizations*).

Neste contexto, as iniciativas locais encontram respaldo político e aceitação social verificado na abertura de canais de suporte e financiamento vinculados às instituições supranacionais da UE. Em adição, os conteúdos dos programas se tornam instrumentos de disseminação de informações por intermédio de parcerias entre cidades, de modo a formar uma rede de intercâmbios que dinamizam e constróem os alicerces da "Cidade Sustentável". Este título se consolida como rótulo aos novos processos de inovação, tecnologias e formas de organização política e remeterá, inevitavelmente, a ideia de um futuro que não pode esperar. Surgem neste imperativo programas específicos que comportam procedimentos ligados à redução de energia no transporte (Ex. THERMIE, EEW2), mobilidade urbana (Ex. JUPITER), regeneração urbana (Ex. PACTE, RECITE), difusão de informações e recomendações em sustentabilidade (Ex. ENGAGE), levantamento de fundos à projetos considerados sustentáveis (Ex. SF-Energy Invest), redução de energia no processo da construção (Ex.

Act2, AIDA, SMARTSPACES), auditorias de avaliação do planejamento urbano para a sustentabilidade (Ex. ADVANCE), dentre outras iniciativas.

Estes indicativos são, no entanto, apenas a “ponta do iceberg”. As repercussões serão cada vez maiores à medida que novas coletividades urbanas se enveredam às concepções do discurso do Rio e de Aalborg, e assim passam a criar suas próprias experiências. Os “ecos” dessa campanha podem ser pontuados na participação dos eventos que se seguiram, sobretudo a “Conferência Européia para a Cidade Sustentável”, que registrou em Dunquerque, no ano de 2010, mais de 2500 representantes de municipalidades (Emelianoff, 2010)(Os principais eventos da Campanha Sustentável Européia podem ser verificados no quadro 3).

Neste sentido, de forma a resgatar os argumentos centrais deste trabalho, é possível afirmar que os preceitos construídos ao longo desse eventos demarcam a sustentabilidade como um atributo que cresce e influi direta e indiretamente nas dinâmicas urbanas atuais. Seu papel como indutor das práticas de planejamento local são significativas, o que representa uma faceta que deverá ser partilhada em igual relevância com o mercado imobiliário. Isto quer dizer que a mesma cria um mercado que se revela promissor em função dos aspectos que sustentabilidade instiga como foco de investimento, gerando outra dinâmica espacial que transcende os ditames da política urbana para estabelecer-se segundo a racionalidade econômica. Como exemplo, em estudo realizado pelo *Comitê 21*, um dos organismos que promovem a campanha “sustentável” na França, está previsto uma injeção de, aproximadamente, 450 bilhões de euros em investimentos para o período de 2009 até 2020, principalmente no setor da construção e de infraestruturas (Comitê 21, 2011).

Efetivamente, estes números apenas descrevem, sob um aspecto, a confluência dos postulados ambientais ao fluxo de capital e às estruturas de governança, tornando-se parte integrante dos nexos consolidados na cidade neoliberal. O próprio Comitê 21 preconiza que, na corrida para a competitividade, o desenvolvimento sustentável tornou-se um fator de diferenciação, cujos domínios um amplo número de cidades e regiões buscam associar-se. Vale lembrar que esta instituição, criada em 1995, reúne membros de estabelecimentos públicos e privados, empresas,

associações, e visa, fundamentalmente, estabelecer mecanismos de promoção de “sustentabilidade” na França.

QUADRO 3 - A ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL PARA AS CIDADES NA EUROPA: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

1990	Publicação do Livro Verde sobre o ambiente urbano “O futuro do ambiente Urbano Europeu”. Sublinha a necessária cooperação e troca de informações entre as cidades europeias.
1991	
1992	Conselho Europeu lança o projeto “cidades sustentáveis” com o objetivo de promover uma reflexão acerca da sustentabilidade nas aglomerações europeias, suscitar o intercâmbio de experiências e expandir as melhores práticas de sustentabilidade em escala local.
1993	
1994	Primeira Conferência Europeia sobre a “Cidade Sustentável” organizada em Aalborg, na Dinamarca, sob a égide da Comissão Europeia, do ICLEI, de associações urbanas e governos locais. Ela demarca o engajamento dos signatários em favor da criação de um programa estratégico local à longo prazo (Agenda 21).
1995	
1996	2ª Conferência Europeia de Cidades Sustentáveis, que visou instituir uma carta de ações para o estabelecimento e das diretrizes da Carta de Aalborg.
1997	Execução de Conferência Regionais com vistas à preparação da Conferência de Hannover (2000).
1998	Conferência de Turku - 1998 (Finlândia) Conferência de Sofia - 1998 (Bulgária) Conferência de Sevilla - 1999 (Espanha) Conferência de Haia - 1999 (Holanda)
1999	
2000	A Campanha Europeia para Cidade Sustentável organiza a Conferência de Hannover, com vistas a levantar os progressos realizados em matéria de sustentabilidade urbana. 250 prefeituras de 36 Estados Europeus se engajam no chamado de Hannover, sobretudo nos eixos de governança, políticas integradas e métodos de avaliação.

O mesmo estudo mencionado logo acima, o comitê defende que esta é a tendência para um mercado promissor e, cita, como exemplo, o empreendimento Advancity, nos arredores de Paris. Ali, se desenvolve um pólo para a competitividade que mobiliza atores de diversos domínios ligados ao setor da construção, da mobilidade e da gestão, voltados para o aprimoramento de tecnologias e para a pesquisa em inovação da “Cidade Sustentável”.

Este exemplo sinaliza uma cidade européia que se reconfigura à luz destes pressupostos e este aspecto consiste na observação dos grandes projetos urbanos que tem sido empreendidos com os mesmos fins. Dimensionar esta nova configuração remete, portanto, à observação dos “écoquartiers”, na medida em que constituem modos de intervenção elucidativos para a demonstração de como a “Campanha das Cidades Sustentáveis” evolui como processo que age sobre o território. Isto consiste em observar um fenômeno que descreve intervenções de diversas escalas, voltadas para performance ecológica do ambiente construído e uma série de outras preocupações urbanísticas e arquitetônicas amparadas por critérios ambientais.

No bojo da mediatização da concepção “sustentável”, o écoquartier surge como protótipo da cidade do futuro e, reforça um projeto de território marcado não somente pela dimensão tecnológica, mas pelo fortalecimento da participação e da integração social. Isto significa que o écoquartier incorpora na dimensão do bairro os anseios intrínsecos ao movimento em prol da sustentabilidade, cuja expressão inscreve uma organização de moradores que se identificam com um modo de vida que concilie os pilares social, econômico e ambiental do desenvolvimento urbano. Entretanto, entre a idealização e a realidade concreta abrem-se brechas à um debate crítico envolvendo tais “Bairros Sustentáveis”, simplesmente porque são parte constituinte dos arranjos institucionais e administrativos que regem a urbanização contemporânea formatada pela ideologia do livre-mercado. Nos parágrafos seguintes estes antagonismos serão delineados, com base na compreensão dos modos de intervenção “écoquartiers” e na sua amplitude em termos numéricos e espaciais. Somente dessa forma poderá ser realizada uma análise de contraposição aos preceitos da “Cidade Sustentável” na Europa, levando em conta o contexto em que tem sido estabelecida.

3.2 Os écoquartiers

“Os Écoquartiers são a vitrine das cidades que se vislumbram sustentáveis”(Lefèvre, 2008)

Será a partir desta visão que os écoquartiers começam a empreender um papel de relativa importância no âmbito da expansão urbana européia. Com a Campanha Sustentável em crescente legitimidade, o écoquartier surgirá como elemento espacial que internaliza as questões da sustentabilidade urbana e as oferece uma dimensão territorial sem precedentes. Isto se verifica não somente do âmbito da regulamentação e dos dispositivos legais, mas também se traduz pelo engajamento dos atores urbanos na reapropriação plena do espaço político. Como já visto, este é um aspecto emblemático e muito presente no discurso da sustentabilidade, e estará acompanhado, no rol de intervenções que se estabelecem ao longo dos anos, sob as exigências dos pilares ambiental, social e econômico.

Em todo o caso, o ponto a ser enfatizado é que o écoquartier constitui a realização concreta dos anseios que envolvem a “Cidade Sustentável”, na medida em que se torna a materialização de suas próprias diretrizes. Isto significa também que o écoquartier representa um campo aberto de experimentação dos postulados ambientais na esfera do projeto urbanístico e arquitetônico, o que significa para muitos o germe da cidade do amanhã e a superação do projeto moderno, consumidor de espaço e de energia. Nesta visão otimista, oriunda daqueles que vêem no imperativo sustentável, da maneira em que é constituído, uma perspectiva transformadora, o surgimento de um novo bairro com inclinações reformadoras, progressista do ponto de vista social, incorporador de novas tecnologias ambientais, pólo de atratividade econômica e centro de concertação popular, deve ser o mote para a reconfiguração do seu entorno e da cidade como um todo. Tais bairros deve incutir um novo modelo urbano.

Cada cidade busca seu écoquartier, cada empresário da construção busca vincular-se a seus princípios e cada morador objetiva residir nestes novos pólos de pós-modernidade. O écoquartier é, como consta na citação, uma vitrine em que todos buscam se associar, pois é foco de investimento, de lucro e de identidade. Ainda restrito à citação, convém mencionar que a mesma foi extraída de um texto vinculado ao Ministério de Ecologia, Desenvolvimento e Gestão Sustentável da França (MEEDDAT), e elucida como os écoquartiers se tornam uma referência conceitual na

condução das políticas ministeriais, sobretudo no que chamam políticas de transição para um “futuro sustentável” na França, orientadas ao setor da construção, do transporte e da energia.

3.2.1 O que é um écoquartier?

Compreender a definição de um écoquartiers deve levar em consideração, em primeiro lugar, a inexistência de um conceito acadêmico mais consagrado. Segundo Souami (2008), na França, responsáveis políticos, técnicos e especialistas não atribuem uma significado mais estrito dos écoquartiers, não obstante divulguem e construam consensos sobre a importâncias dos mesmos para a sustentabilidade, sem que muitos, por outro lado, saibam realmente o que isso signifique. Ainda segundo o autor, “nenhum rejeitará o termo e muitos colocarão sob o vocábulo um objeto urbano concreto e preciso” (SOUAMI, p.20, 2008).

Neste sentido, a intenção neste ponto não corresponde à um exercício de conceituação, mas de apreensão dos modelos designados e partilhados pelos múltiplos atores que promovem os écoquartiers na esfera territorial urbana. Há, contudo, a existência de um debate no campo terminológico acerca da necessidade de distinção entre “écoquartiers”, o que para alguns é a designação avançada das utopias ecológicas e uma tipologia que prioriza a questão ambiental apenas, e de “Bairro Sustentável”, que imprime uma visão mais holística e sistêmica da sustentabilidade ao comportar os fatores sociais e econômicos (GHEZIEL e HELIOT, 2010). Esse embate terminológico não parece cabível aqui, sobretudo porque ambos os termos não são excludentes e representam as “faces de uma mesma moeda”. Do mesmo modo, os fundamentos do écoquartier propagados no âmbito político e das organizações sociais incluem as demandas do aspecto econômico e social da sustentabilidade, tratando o mesmo como um protótipo de Bairro Sustentável. Também é válido atestar que o rol das intervenções serão similares aos primeiros empreendimentos deste tipo que se desenvolvem fora da França, especialmente nos países da Escandinávia e na Alemanha, onde se preza o termo “Sustainable Neighborhood” ou “Bairro

Sustentável”. A distinção é de que na França se disseminou o termo *écoquartier* em função de sua utilização nos textos dos Ministério de Ecologia, do Comitê 21, nas ações do mercado e das coletividades locais.

Essa associação pode ser verificada na leitura de alguns autores envolvidos na compreensão do *écoquartier*, dentre eles Le Goix e Veyret (2011) e Charlot-Valdieu e Outrequin (2011), que oferecem alguns subsídios para o contorno de seus alicerces mais elementares. Na visão dos primeiros, um *écoquartier* somente pode ser caracterizado como tal se se constitui como um lugar que: a) comporta participação e engajamento; b) incentiva um sentimento de pertencimento e identidade em seus habitantes; c) possui zoneamento misto; d) possui coesão e diversidade; e) viabiliza equidade e acessibilidade; f) abriga numerosos serviços; g) resguarda um economia florescente; h) induz à uma vida de qualidade. Do mesmo modo, deve responder às exigências ambientais ao nível da tecnologia de menor impacto, com elementos que favoreçam a economia de energia e água, a reciclagem dos resíduos domésticos, o uso de materiais que atenuam impactos, etc.

Na tentativa de definição, Charlot-Valdieu e Outrequin se utilizam da visão trazida pelo Conselho Europeu de Urbanistas, no qual enxergam o bairro como um horizonte essencial de resignificação urbana. Nele deve estar assegurado: a) um *coerência social* moldada por novos modos de governança, pela manutenção da cultura e da identidade, pela coesão entre as gerações, pelo equilíbrio entre os interesses gerais e particulares, pela acessibilidade à equipamentos e serviços; b) uma *coerência econômica* através da criação de vantagens comparativas para atração de investimentos e pela diversidade de atividades; c) uma *coerência ambiental* medida pela gestão dos recursos naturais; d) uma *coerência espacial* a partir de uma configuração menos horizontal, funcional aos deslocamentos e com uso misto. O *écoquartier*, na abordagem dos autores, é um lugar de aliança entre:

Equidade social, ecologia e economia, no intuito de favorecer um ambiente construído aceitável sobre o plano do ambiente e da saúde. A qualidade de um bairro depende de um ambiente atrativo, bem como da integração social, da flexibilidade de seus equipamentos e de uma oferta de habitações decentes para seus habitantes. Isto implica também no desenvolvimento de empresas responsáveis

(notadamente no plano social e ambiental), oferecendo aos moradores, empregados e outros usuários um ambiente e uma estrutura social segura (CHARLOT-VALDIEU E OUTREQUIN, p. 20, 2011, tradução do autor)

Mais adiante, os autores ainda enfatizam que o bairro compatível com um futuro sustentável comporta as necessidades de residência, trabalho e lazer, a preservação dos recursos, as demandas por mobilidade e os interesses econômicos. Neste sentido, parece um consenso, que, para a configuração de um contexto sustentável, deve ser levado em conta esta perspectiva holística fundada pelo equilíbrio entre o fator econômico, social e ambiental, e uma coerência espacial, urbanística, arquitetônica e política que os ampare. Isto se constata em Sallez (2007), Nappi-Choulet e Driant (2007), Chancel (2010), e Da Cunha (2011), que, por exemplo, afirma que o écoquartier *“testemunha a densificação qualificada, a diversidade morfológica, funcional e social, a valorização do espaço público, a renaturalização do habitat e a gestão ecológica dos recursos materiais, a participação, [...]”* (DA CUNHA, 2011, p.192).

Estes aspectos se rebatem na interpretação atribuída ao MEEDDAT, o que demonstra, pela perspectiva institucional, como os conteúdos que estruturam o qualificativo sustentável tornam-se unânimes na formação do discurso. E aqui o que se questiona não é a legitimidade do conteúdo, mas as possibilidades que o mesmo cria para a afirmação de todo e qualquer tipo de discurso. Logo, no tocante ao écoquartier, o ministério formula um discurso segundo o qual cada intervenção responde, a partir de projetos-piloto, à abordagem do desenvolvimento sustentável. Em termos gerais, um écoquartier tem por objetivo proporcionar moradias para todos num contexto de alta qualidade de vida, onde devem ser considerados os vínculos com transporte, a densidade, a diversidade social, a ecoconstrução, a participação civil e o dinamismo econômico (MEEDDAT, 2011). Desde 2008, os princípios fundadores deste tipo de intervenção estão elencados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Princípios para a implementação de um écoquartier

1) Forma global e interativa de pensar;
2) Controle do crescimento urbano

3) Reorganização da mobilidade;
4) Implantação em continuidade com a urbanização existente;
5) Concepção que integra nove parâmetros principais: criação de empregos; modos de transporte alternativo; ecoconstrução; proteção dos espaços naturais; governança participativa; opção energética; sistema alternativo de saneamento; luta contra a poluição sonora; prevenção de riscos;
6) Densificação gerada pela invenção de novas formas urbanas;
7) Ecoconstrução ou Ecorenovação que leva em conta a qualidade urbana, social, de uso, ambiental e sanitária e econômica;
8) Governança em parceria e gestão ambiental;
9) Mobilização de um esforço unificado para a edificação de um Écoquartiers;
10) Legislação à serviço do projeto (MEEDDAT, 2008).

Fonte: MEEDDAT. Ministère de l'écologie, de l'énergie, du développement durable et de l'aménagement du territoire.

Um aspecto fundamental implícito nas orientações do ministério é a necessidade de um processo interativo e transversal entre os diferentes atores envolvidos na sua execução, convidando empreendedores, gestores públicos e a sociedade civil à trabalhar em parceria, conforme uma nova forma de pensar e agir. Igualmente, estas dez estratégias comportam, invariavelmente, a exigência trazida pelo fator da densidade urbana, porque envolve não somente a questão do menor consumo de espaço, mas viabiliza acessibilidade, mobilidade, menor consumo de energia, e favorece para as interações sociais.

Portanto, a partir da contribuição do ministério e de alguns autores torna-se possível enxergar os nexos que envolvem a construção de um écoquartier e a formação do discurso que permeia a campanha da “Cidade Sustentável”. De um ponto de vista mais estrito, para os promotores dessa campanha, o inimigo número um de sua concretização é a configuração de um habitat difuso, porque influi diretamente nas questões de energia e mobilidade, bem como para um processo de integração social e de dinamismo econômico. Do mesmo modo, neste espaço compacto e misto em

funções devem estar reunidos espaços verdes de proximidade em companhia de construções de “alta qualidade ambiental”.

Estes princípios governarão numerosas intervenções em espaços novos ou já consolidados, próximos ou mais afastados dos centros urbanos mais densos e, quase sempre, abrangem a escala de um bairro, não obstante existam empreendimentos de muito maior extensão e densidade populacional do que outros. Esta noção de bairro é, na verdade, complicada de mensurar, mas nesta abordagem deve se compreendida como área legalmente integrada à determinada municipalidade, com atributos históricos, geográficos e urbanísticos que a diferenciam de outrem. Com efeito, o écoquartier torna-se um bairro de relativa identidade porque expressa não somente uma intervenção em espaços novos periféricos, mas, sobretudo, surge como fruto de um processo de reabilitação de bairros antigos e de reconversão de áreas portuárias, industriais e ferroviárias.

3.2.2 O Norte da Europa e o surgimento de uma primeira geração de écoquartiers

Estes elementos são cruciais para se compreender as novas intervenções que surgiram ao longo dos 20 anos que sucederam a Carta de Aalborg. Eles são parte fundante de um movimento de dispersão dos postulados sustentáveis à luz do pensamento arquitetônico e urbanístico, de modo a nutrir, inclusive, um campo de conhecimento originalmente chamado de “Urbanismo Sustentável”. Neste, o écoquartier abriu um campo de problematização inegável, oferecendo ao Urbanismo um lugar no contexto paradigmático do pensamento ambiental.

A história do écoquartier merece, entretanto, uma consideração histórica porque suas concepções se originam num contexto anterior à década de 1990. Na conjuntura atual de promoção do écoquartier, tanto urbanistas quanto gestores o enxergam como um avanço em comparação às primeiras tentativas de construção de um bairro ecológico, compreendidos na década de 1970 como células de proteção dos espaços naturais urbanos, e cujos protagonistas eram ativistas ambientais e outros grupos de habitantes inclinados à esta causa. Constituíam associações organizadas à

exigir das municipalidades os meios para a consecução dos seus projetos, essencialmente os terrenos, onde certas concepções de convivência em comunidade e de relação imediata com a natureza eram desenvolvidos. Tal tradição é nascente das contestações anti-sistema que entraram em ebulição na década de 1960, e fundava-se na idéia de que a urbanização e a cidade eram predatórias aos recursos naturais (EMELIANOFF, 2011) (SOUAMI, 2011).

Não obstante, a década de 1990 constitui uma ruptura neste processo, tanto conceitualmente, quanto quantitativamente. Como já analisado, a formulação da matriz de pensamento ambiental hegemônico e o paradigma incorporado ao qualificativo sustentável favorece para a apropriação irrestrita da questão ambiental à múltiplos agentes, legitimando seus projetos com base num discurso em que a construção da cidade é constitutiva ao equilíbrio entre meio ambiente, desenvolvimento social e crescimento econômico. Disso provêm dois aspectos considerados essenciais: a expansão da política ambiental tangenciada à questões urbanísticas e o surgimento de uma nova indústria verde vinculada ao setor da construção civil e do mercado imobiliário. Neste processo, governos locais, instituições supranacionais, o mercado e, mais importante, a mídia, configuram uma dimensão territorial e política da questão ambiental cujo subproduto principal aponta para o écoquartier.

Este momento assiste, portanto, ao surgimento dos primeiros empreendimentos altamente mediatizados, representados como aplicações exemplares de um protótipo da “Cidade Sustentável”. Dentre os mais elucidativos, estão **Hammarby**, em Estocolmo, projetado na perspectiva de atrair os jogos olímpicos de 2004, o quartier **Bo01** (Vastra Hamnen) de Malmo, e o quartier de **Kronsberg** em Hannover, projetados para a exposição europeia de Ecoconstrução e para a exposição universal de Hannover-2000, respectivamente. Outros exemplos que podem ser incluídos dentre os precursores são: o quartier **BedZed** de Sutton, a tríade **Vauban**, **Rieselfeld** e **Weingarten** em Freiburg, **Vesterbro** em Copenhagen, **Eco-Viiki** em Helsinki e **EVA-Lanxmeer**, em Culemborg, Holanda (COMITE ÉNERGIE CITIES, 2008).

Todos fazem parte de uma primeira geração de écoquartiers, particularmente datados, desde a definição até a execução dos projetos, entre meados dos anos 1990

até meados dos anos 2000. Em estudo sobre estes primeiros Écoquartiers, Lefèvre (2008), menciona que o caractere mais inovador dos mesmos reside no uso de tecnologias no processo de construção, e é neste aspecto que tais empreendimentos funcionam como verdadeiros projetos-piloto, na medida em que se expressam como laboratórios a céu aberto para a chamada ecoconstrução. Cada Écoquartier incute uma experiência que será única em função do processo de construção, dos agentes mobilizados, das dimensões espaciais, dos objetivos e dos resultados, mas, no que tange ao aparato tecnológico, suas características tornam-se mais homogêneas. Em qualquer um destes casos, há uma preocupação com: a existência de uma rede de distribuição de calor; de coleta e reciclagem dos resíduos domésticos, de um sistema de gestão de água da chuva, de um sistema de geração de energia alternativo, de sistemas internos aos apartamentos voltados à economia de água, de iluminação de baixo consumo. Salvo estes aspectos ligados à tecnologia, convém mencionar que este conjunto de écoquartiers também oferecem uma atenção mais acentuada à questão da conectividade com o espaço urbano de entorno e ao planejamento de transportes, aos espaços verdes e de lazer, à lugares de integração social e ao uso misto.

Tabela 2 – Principais écoquartiers da primeira geração

Operação	Tipologia do Empreendimento		População Flutuante	Unidades habitacionais	Dimensões (ha)
	Novo	Reabilit.			
Bairro - Cidade - País					
BedZed – Beddington – Reino Unido	X		244	82	1,7
Bo01 – Malmo - Suécia	X		10 mil	800	12
Vesterbro – Copenhagen - Dinamarca		X	34 mil	4 mil	35
Vauban – Freiburg - Alemanha	X		3,6 mil	420	38

Kronsberg – Hannover – Alemanha	X		15 mil	6 mil	70
Hammarby Sjostad – Estocolmo - Suécia	X		30 mil	8 mil	200
Eco Viikki – Helsinki – Finlândia	X		2 mil	-	23
EVA – Lanxmeer – Culemborg – Holanda	X		-	250	24

Fonte: Quartier Durable – Guide d’expériences européennes, 2005, adaptado.

O autor se regozija com as perspectivas trazidas por estes novos bairros, vistos como pólos de aprendizagem constante e de superação da cidade tradicional. Contudo, admite que os mesmos não deixam de apresentar deficiências e limitações, dentre eles a ideia compartilhada por muitos técnicos de que tais experiências são relativamente custosas e se dirigem à uma parcela privilegiada da população. Sobre Hammarby, na Suécia, o autor é forçado a constatar que “somente uma população distinta possui os recursos financeiros que lhe permitem ascender aos padrões do desenvolvimento sustentável” (LEFÈVRE, 2008, p.300). Da mesma forma, não exclui outros exemplos que apresentam esta mesma limitação, como o Bo01 de Malmo, e questiona como fazer para transferir uma cultura ambiental particularmente elitista para as esferas mais populares, levando em conta o custo das tecnologias ambientais e a dificuldade do setor da construção em torná-las mais acessíveis às populações de menor renda (LEFÈVRE, 2008). Igualmente, sua função como projetos-piloto não parece ter evoluído para além disso, restando-lhes um papel de modelos reduzidos de boas práticas porque não passam, essencialmente, de ilhas perdidas no território urbanizado.

Esta preocupação já demonstrava, sob um aspecto, como o “mantra” da sustentabilidade estava submetido à grandes limitações. Entretanto, o discurso

hegemônico e os promotores da “Cidade Sustentável” não deixam de impor, verticalmente, uma posição no qual dizem ser estratégica e de longo prazo, mas que, em particular, expressa uma visão absolutamente reduzida que esconde às complexas relações escalares e espaciais que estão atreladas à noção de sustentabilidade, sobretudo na cidade. Nada disso importa quando se fala por ideologia, e para os atores políticos e econômicos da matriz hegemônica o mais crucial é torná-la um jargão que recai sobre o imaginário coletivo como um dado da história.

O exemplo destes primeiros écoquartiers expressará desde o início este reducionismo, na medida em que cada um terá uma implicação sócio-espacial diferente, objetivos diferentes e resultados que irão espelhar estas especificidades buscadas em cada caso. Em alguns deles, tais resultados são atingidos por completo, outros parcialmente e outros nem chegam a um grau satisfatório, como, por exemplo, o objetivo de participação social no Quartier de Vesterbro, em Copenhague, cujo processo transcorreu em boa parte da operação sob a tutela de técnicos. O que se quer dizer é que “sustentabilidade”, o que quer que isso signifique, não implica em variabilidades e tampouco é expressa sob uma colcha de retalhos formada por ações desconexas.

Souami (2008) levanta algumas incongruências até então demonstradas no âmbito da implantação destes écoquartiers da primeira geração, referente a já mencionada restrição de seu perímetro no tocante a totalidade do espaço urbano, mas também aos limites globais que esta restrição ocasiona. Isto significa que se admitidas certas atitudes válidas do écoquartiers, como àquelas que auxiliam para o desempenho ecológico e para a atenuação de impactos ambientais, isso não impede que as pessoas que ali residam participem de um contexto mais abrangente e largo de localizações e deslocamentos que concernem a cidade em sua totalidade, tornando-os novamente em agentes de um modo de vida tradicional. Para o cotidiano, se preza a bicicleta e o veículo leve sobre trilhos, mas, para distâncias mais longas, triunfam meios poluentes como o automóvel e o avião. Esta desconsideração de escalas geográficas é um aspecto crucial da formulação ideológica do desenvolvimento sustentável e permeará qualquer análise crítica que possa realizar sobre esta temática.

Convém também ressaltar que em todos os aspectos relativamente progressistas do ponto de vista técnico, organizacional e conceitual do écoquartier, os padrões encontrados nas intervenções da primeira geração são os mais avançados e íntegros à Campanha da Cidade Sustentável, o que significa que pouco do que se produziu na década de 2000 e o que continua se produzindo na década de 2010 possa ser visto como uma referência. Parece um consenso entre os autores que se dedicam mais exaustivamente à avaliação do écoquartier, como SABARD (2009), LEFÈVRE (2008, 2009), EMELIANOFF (2011), e SOUAMI (2008), que existe um afastamento do que consideram “as melhores práticas” imbricadas ao modelo norte-europeu, se observados os empreendimentos que surgem na França, Espanha, Itália e países do leste.

3.2.3 O caso francês: do écoquartier ao ÉcoQuartier

A França é um bom exemplo e, a partir destas linhas, merecerá maior consideração porque oferece subsídios interessantes para a avaliação dos écoquartiers. Esta análise ganha relevância pela crescente expansão de projetos no território francês, o que revela uma dimensão quantitativa que somente ratifica a influência da Campanha Sustentável na produção urbana.

O teor desta campanha recairá sobre o território francês a partir de circunstâncias relativamente diferentes em comparação à Alemanha e a Escandinávia. Não por acaso estas regiões da Europa serão as primeiras à colocar em evidência os bairros “sustentáveis”, tendo em vista que suas cidades já desenvolviam esforços anteriores associados à questão ecológica na construção, e, posteriormente, avançando para questões mais abrangentes ligados ao aspecto espacial em sua integralidade. Não serão poucas as cidade alemãs e suecas, por exemplo, que, logo após a promulgação da Agenda 21 global, irão inscrever suas próprias Agenda locais e impulsionar um movimento acelerado de incorporação da questão ambiental na esteira da urbanização. Sabard e Lefèvre descrevem (2009) que precisou alguns anos para que na França houvesse alguma implicação territorial dos pressupostos

ambientais, e, para que isso ocorresse, tiveram que se suceder outros dispositivos até que as coletividades passassem progressivamente ao que chamam de “ecogestão”. Dentre os dispositivos estariam legislações, planos municipais, e, finalmente, as Agendas 21 locais. A concepção dos primeiros écoquartiers dependeu, somente no começo dos anos 2000, da concertação de diversos agentes, como empresários dispostos a investir nas novas tecnologias construtivas, profissionais da construção especializados em tais inovações e os gestores urbanos. O écoquartier começa a se instituir quando estes agentes passam a enxergar suas ações em relação de interdependência, dos quais alguns estarão imbuídos pelo processo construtivo, e outros pela gestão do uso e da ocupação do solo urbano.

O começo daquela década sinaliza as primeiras etapas de écoquartiers pioneiros e de maior renome, como o projeto da ZAC de Bonne, em Grenoble, e o bairro da Confluence, em Lyon. Constituem, entretanto, apenas indicativos do que começava se desenrolar ao longo dos anos, quando uma leva de novas intervenções emergem de um canto à outro do território, impulsionados pelo teor discursivo da Cidade Sustentável. Celebra-se “*l’urbanisme durable*” e o écoquartier como sua materialização. Seus defensores o definem como a “ecologia na vida cotidiana de uma cidade funcional”, um “pólo que pode induzir à novos modos de vida”, a “cidade do amanhã para um cidadão do amanhã”. Contudo, logo começam à surgir críticas apoiadas pelas limitações dos projetos e pelos resultados por ele engendrados, comparativamente regressivos aos modelos escandinavos. Segundo Souami (2008), são bairros erguidos de maneira tradicional onde os promotores imobiliários e as comunidades integravam as preocupações ambientais nos projetos e na realização. Não passam, neste sentido, de bairros com dimensões modestas, pequenos setores de cidade que definem alguns objetivos voltados para a qualidade ambiental dos edifícios, mas não incluem preocupações mais abrangentes de ordem participativa ou engajamento financeiro de maior envergadura. Isso alude às ações que se desenrolam por todo o território francês, onde diferentes utilizações arbitrárias da problemática ambiental engendram um contexto complexo de variabilidades, muitas delas sem utilizar qualquer medida ambiental mais relevante.

Não há, como é de se esperar, qualquer projeto de sociedade incutido na expansão destes écoquartiers, mas guetos de ecologistas e grandes oportunidades de negócios incentivados pela vitrine da sustentabilidade. Não obstante, o MEEDDAT ampliará, pelo campo da política urbana, as possibilidades para que o écoquartier se torne um elemento de repercussão nacional e de promoção do “desenvolvimento sustentável” na França, e lança uma campanha às municipalidades com a finalidade de incentivar o surgimento de novos bairros mais exemplares.

É preciso enfatizar que o MEEDDAT centraliza no âmbito nacional os princípios norteadores da Campanha Sustentável Européia. O écoquartier passa a se inscrever no chamado plano de ações para a “Cidade Sustentável”, criado em 2008 para guiar às novas políticas urbanas. O teor das ações está contido no “*Plan Ville Durable et la démarche Écoquartier*”, com as seguintes palavras:

Este plano Cidade Sustentável constitui uma alavanca essencial para a mutação da sociedade francesa em direção a um novo modelo de desenvolvimento: visa favorecer a emergência de uma nova forma de conceber, construir, fazer evoluir e gerir a cidade. É, com efeito, na cidade que se concentram as urgências em matéria de desenvolvimento sustentável, seja pelo domínio ambiental, sócio-cultural ou econômico. As questões são múltiplas, da expansão horizontal urbana à qualidade do ar, do tratamento das águas à saturação do tráfego rodoviário, do melhoramento da qualidade de vida ao respeito com as gerações futuras. Este plano visa conceber e colocar em prática uma visão global da cidade sustentável, compartilhada por todos: habitantes, governantes, gestores, construtores, urbanistas, arquitetos, paisagistas, mas também empresários da construção, do transporte, comerciantes (MEEDDAT, 2011, p.4, tradução do autor).

Em última instância, o viés institucional do MEEDDAT celebra a sustentabilidade e a coloca no cerne da questão urbana francesa por intermédio de grandes eixos de ação expressos na recuperação da natureza urbana, no incentivo ao transporte coletivo e na chamada de novos projetos écoquartier. Ali estariam os instrumentos para um desenvolvimento urbano pleno, um eixo transformador das cidades em prol da erradicação dos problemas ambientais e dos conflitos de interesse, um incentivo

aos setores econômicos e à concertação social. No plano do discurso achava-se a peça que faltava no quebra-cabeça.

Por outro lado, a progressão da concepção sustentável na França revelará, a partir da observação de alguns documentos, uma interpretação que a insere como fator crucial de competitividade para os setores econômicos nacionais, o que significa que a mesma é compreendida sob as estruturas do mercado, e isso pode ser constatado, por exemplo, no relatório do ministério intitulado: *Guide du Développement Durable à l'intention de pôles de compétitivité*. O MEEDDAT lança uma estratégia nacional centralizada pelo imperativo do desenvolvimento sustentável no intuito de criar novas perspectivas aos setores de mercado e aos governos locais, dotando-os de vantagens competitivas a partir do desenvolvimento de ecotecnologias. O intuito será buscar diminuir a distância para os países que entraram nessa corrida primeiro e, dentre àquelas estratégias, estão incluídas medidas diretamente ligadas ao território urbano, como a definição de um certificado para as construções “verdes” (HQE – *Haute Qualité Environnementale*) e incentivos para a criação de pólos urbanos formado por empresas de alta capacidade competitiva no mercado.

Nesta política de ambigüidades o écoquartier é visto como estratégia crucial e, partir de 2008, aponta para uma categoria de intervenção que somente poderia ser justificada se respeitado certos parâmetros estabelecidos em nível ministerial. Isto significa que no rol de empreendimentos que surgem ao longo das políticas “sustentáveis” do ministério, apenas alguns serão considerados écoquartiers legítimos, na medida em que recebem uma certificação que os demarca como mais uma experiência que segue as diretrizes nacionais. O selo que ratifica o empreendimento é denominado de ÉcoQuartier, com “q” maiúsculo, e até o alcance deste grau de certificação cada coletividade engajada neste processo deve ratificar a “*Charte des Écoquartiers*”, e, posteriormente à definição do projeto, submeter à avaliação nacional.

Figura 3 – Selo écoQuartier

Fonte: Portal do MEEDDAT

Dessa forma, projetos novos e as intervenções anteriores às diretivas do MEEDDAT procuram se adequar às recomendações da *Charte des Écoquartiers*, com vistas à adquirir a certificação. Esta carta se referencia pelos documentos de Aalborg, pelo acordo de Bristol de 2005⁵¹, pela Carta de Leipzig⁵², e pelas leis de implicação nacional relativas à promoção da “Cidade Sustentável⁵³”. Dali em diante, as municipalidades signatárias deveriam seguir vinte engajamentos associados ao processo de elaboração e execução do projeto, onde devem ser levados em consideração elementos que ampliem a qualidade de vida e que atuem para o melhoramento do cotidiano das pessoas, que favoreçam à maior dinamização territorial e que respondam às exigências ambientais e climáticas (Ver quadro abaixo).

---

⁵¹ Adotado em 2005 com a finalidade de instaurar uma rede de intercâmbios entre cidades europeias voltadas para a edificação de bairros sustentáveis

⁵² Assinada por ministros de Estados-Membro da EU, cujo intuito foi ratificar a importância de uma cidade sustentável e solidária no continente europeu.

⁵³ Fazem parte a Carta do Meio Ambiente de 2004, a Lei SRU de 2000, que define certos parâmetros de renovação urbana, o Código Nacional do Meio Ambiente de 2010 e o Código de Urbanismo de 2011.

Quadro 4: 20 ENGAJAMENTOS DE UM PROJETO ÉCOQUARTIER			
Inovar o Projeto	Melhorar o cotidiano	Desenvolver o território	Responder às exigências ambientais
Realizar um projeto que responda às necessidades de todos, com base nos recursos e nas restrições do território.	Priorizar a implantação sobre a cidade existente e propor uma densidade adaptada à luta contra a expansão urbana	Contribuir ao desenvolvimento econômico local, equilibrado e solidário.	Criar um Urbanismo que se adapte às mudanças climáticas e aos riscos.
Formalizar e exercer um processo de experimentação do écoquartier e uma governança abrangente.	Fomentar as condições para a diversidade social e intergeracional, para a vida em comunidade e para a solidariedade.	Favorecer a diversidade de funções sob a ótica de um território de curtas distâncias.	Visionar a soberania energética e a diversificação das fontes em prol de energias renováveis e de recuperação.
Integrar a perspectiva dos custos globais do momento da escolha do investimento.	Assegurar um modo de vida saudável e seguro.	Otimizar o consumo de recursos materiais, desenvolver setores locais e incentivar as mobilidades curtas.	Limitar a produção de resíduos, desenvolver setores de valorização e reciclagem.
Levar em consideração as práticas dos usuários no momento da concepção.	Incentivar uma qualidade arquitetural e urbana que concilie intensidade e qualidade de vida.	Privilegiar modais mais leves e o transporte público com o intuito de reduzir a dependência do automóvel.	Preservar os recursos hídricos e assegurar uma gestão qualitativa e econômica.
Promover métodos de avaliação e de melhoramento continuado.	Valorizar o patrimônio local (natural e construído), a história e a identidade do bairro.	Favorecer para um fluxo de intercâmbios em rede com o objetivo de expandir serviços inovadores.	Preservar e valorizar a biodiversidade, os solos e os meios naturais.

Fonte: La Charte des Écoquartiers, 2008.

A carta e todo o processo de certificação revelaram um movimento entusiástico pelo écoquartier no âmbito das coletividades. Segundo Crepon, diretor de Habitat, Urbanismo e Paisagem do ministério, na primeira chamada nacional de projetos para a cidade sustentável realizada em 2009, foram enviados e apresentados um total de 160 projetos em diferentes níveis de execução, dentre os quais 27 foram considerados aptos à certificação écoquartier. Dentre estes, a *Caserne de Bonne*, em Grenoble, levou o prêmio nacional (Figura 4). Dois anos depois, na chamada de 2011, os écoquartiers de *Roubaix-Tourcoing-Wattrelos* (Figura 5), em Lille, e *Nancy-Maxeville-Laxou* (Figura 6), em Nancy, receberam o prêmio nacional dentre 78 projetos certificados e 393 apresentados ao ministério, o que somente ilustra o teor evolutivo que estas intervenções vêm adquirindo no decorrer dos anos (CREPON, 2011, p.5) (Ver lista dos écoquartiers apresentados em 2011 no anexo A).

Figura 4 – La Caserne de Bonne, Grenoble

Fonte: Arquivo do Autor

Figura 5 – Roubaix-Tourcoing-Wattrelos na aglomeração de Lille

Fonte: RevueVertigo. Disponível: <http://vertigo.revues.org/>. Acesso em: 07 de julho de 2012

Figura 6 – Nancy-Maxeville-Laxou

Fonte: Revue des collectivités locales. Disponível em: revuedescollectiviteslocales.com. Acesso em: 07 de julho de 2012

3.3 Principais écoquartiers Franceses

Neste sentido, sob um número que cresce a cada ano, será normal a constatação de que os écoquartiers apresentem inúmeras variabilidades entre si, no qual uns podem ser mais efetivos do que outros no tocante à resolução das demandas instituídas pelo ministério. Para este trabalho foram levantados 60 écoquartiers que têm sido desenvolvidos na França ao longo dos anos, sobretudo a partir de 2005, e em

todos eles haverá uma resposta diferente dos princípios que operam o discurso sustentável. Os dados foram extraídos de Souami (2008), do site do MEEDDAT, e do dossiê “écoquartiers em France” da revista Le Monde.

Tabela 3 – Principais écoquartiers construídos ou em fase de construção na França

Nome	Cidade	Superfície (em hec)	Unidades residências e/ou Comerciais	População Flutuante	Tipo	Implementação
<i>Gare de Rungis</i>	Paris XIII	3,8	300	750	Novo	Entrega 2011
<i>Clichy-Batignoles</i>	Paris XVII	50	3.500	9.000	Novo	Em curso até 2020
<i>Seine et Arché</i>	Nanterre	124	3.500	6.000	Novo	Obras iniciadas em 2008
<i>Les Temps Durable</i>	Limeil-Brévanes	9,5	1.000	2.300	Novo	Obras iniciadas em 2008
<i>Le Raquet</i>	Douai, Lambes-lez-Douai et Sin-le-noble	166	4000	12.000	Novo	Em curso até 2029
<i>Rives de la Haute-Deule</i>	Lille et Lomme	100	600	1.500	Novo	Em curso até 2025
<i>Grand Large</i>	Dunquerque	18	1.000	3.500	Novo	Obras iniciadas em 2008
<i>Le Grand Hameau</i>	Le Havre	28	1.000	2.500	Novo	Em curso até 2014
<i>Mayenne/Capucins</i>	Angers et Avrillé	240	10.000	25.000	Novo	Em curso até 2023
<i>Île de Nantes</i>	Nantes	150	7.000	15.000	Novo	Em curso até 2028
<i>La Courrouze</i>	Rennes	115	5.000	10.000	Novo	Em curso até 2028
<i>Confluence</i>	Lyon	150	4.000	20.000	Novo	Em Curso até 2030
<i>Caserne de Bonne</i>	Grenoble	8,5	850	2.500	Novo	Entrega 2010
<i>Centre</i>	Echirolles	19,2	800	1.800	Novo	Entrega 2010
<i>Saint Jean des Jardins</i>	Chalôn-sur-Saône	5	180	450	Novo	Entrega em 2007

<i>Bourtzwiller</i>	Mulhouse		5.280	13.500	Renovação	Entrega 2010
<i>Quartier du Théâtre</i>	Narbonne	13	650	450	Novo	Entrega 2009
<i>La Mérigotte</i>	Poitiers	25	1.600	1.200	Novo	Obras iniciadas em 2008
<i>Le Plateau de Haye</i>	Nancy, Laxou et Maxéville	440	14.000	15.000	Novo	
<i>L'Union</i>	Roubaix, Tourcoing et Wattrelos	80	1.400	3.000	Misto	
<i>Fluvial</i>	L'Ile-Saint-Denis	22	1.000			Entrega em 2015
<i>Vidal</i>	Rémire-Montjoly	80	1.500			
<i>Seguin Rives de Seine</i>	Boulogne-Billancourt	74	5.600	25.000		
<i>Cap Azur</i>	Roquebrune-Cap Martin	100			Renovação	
<i>NouveauMons</i>	Mons-en-Baroeul	100		12.000	Renovação	Entrega 2014
<i>Parc Marianne</i>	Montpellier	29	2.400	5.400		Entrega 2012
<i>Grisettes</i>	Montpellier					
<i>Vidailhan</i>	Balma	31	3.800		Renovação	
<i>Cannes Maria</i>	Cannes	1	270		Novo	Entrega 2013
<i>Monconseil</i>	Tours	20	1300		Novo	
<i>Baudens</i>	Bourges	5	350		Renovação	
<i>Champ de Foire</i>	Clisson	6	260		Renovação	
<i>Maison Neuve</i>	Guérande	30	600		Novo	
<i>La Duchère</i>	Lyon	120	1.700	12.000	Misto	Em curso até 2016
<i>Mulhouse-Wolf-Wagner</i>	Mulhouse	10	600		Misto	Entrega 2011
<i>Fort d'Issy</i>	Issy-les-Moulineaux	12	1.500		Novo	Entrega 2015
<i>Hoche-Sernam</i>	Nîmes	20	1.000			

<i>Manufacture Plaine Achille</i>	Saint Etienne	100	1.000			
<i>Les Petites Greves</i>	Douzy	23	320		Novo	
<i>Saint-Germain</i>	Vitteaux	3	75		Novo	Entrega 2009
<i>Vigneret</i>	Châteaurenard	12	300			
<i>Bois des Granges</i>	Claye-Souilly	25	800	2.000	Novo	Entrega 2013
<i>La Clémentière</i>	Granville	35	750	1.500	Novo	
<i>ZAC des Perrières</i>	La Chapelle-sur-Erdre	51	1.050	3.000	Novo	
<i>La Prairie au Duc</i>	Nantes	18	380		Novo	Entrega 2014
<i>ZAC du Seque</i>	Bayonne	14	625	1.100		Entrega 2012
<i>Ginko</i>	Bordeaux	33	250		Novo	Entrega 2009
<i>ZAC des Pielles</i>	Frontignan	8	477			
<i>Fréquel Fontarabie</i>	Paris	1	105		Misto	Entrega 2012
<i>Villeneuve</i>	Cognin	24	1.200		Novo	Em curso até 2016
<i>Nancy Grand-Coeur</i>	Nancy	11	700			
<i>Danube</i>	Strasbourg	7	750		Novo	Em curso até 2015
<i>La Muette</i>	Garges-lès – Gonesse		775		Novo	Entrega 2012
<i>ZAC Bottière Chénaie</i>	Nantes	35	1.600	5.000	Novo	Entrega 2007
<i>Dauphinot-Rémafer</i>	Reims	13	620		Novo	
<i>12ème Escadre d'Aviation</i>	Reims	20	1.200	3.000	Novo	
<i>Foch Roosevelt</i>	Meaux	80	1.500		Novo	
<i>Pou de les Colobres</i>	Perpignan	35	2.000		Novo	
<i>Les Rives d'Allier</i>	Vichy	17	1.300		Misto	

Fonte: MEEDDAT. Ministère de l'écologie, de l'énergie, du développement durable et de l'aménagement du territoire, 2013.

Uns conseguem se equilibrar por um caminho estreito de possibilidades que envolvem as demandas integradas do meio ambiente, da economia e da sociedade, e, mesmo àqueles que o fazem, demonstram, entre eles mesmos, distintos níveis de efetividade. Todos praticamente se definem pelos dispositivos tecnológicos, relativamente similares no conjunto de empreendimentos, mas incorporados com maior ou menor integridade dependendo das circunstâncias imbricadas ao nível de investimento e ao comprometimento real que determinadas coletividades irão exercer para com seu projeto. Isto significa que praticamente todos se utilizam das tecnologias ambientais, mas de diferentes maneiras e com distintos níveis de eficiência.

No caso da energia, por exemplo, podem ser utilizados distintos mecanismos de produção, como os eólicos, os geotérmicos, os solares e, por vezes, a utilização de mais de uma fonte que produzirá energia em redes coletivas ou individuais. A economia de energia também varia substancialmente de caso a caso, e pode apresentar diferenças de mais de 400% nos níveis de consumo, como verificado, por exemplo, na comparação entre o écoquartier de *Saint-Jean des Jardins* (Consumo de 130kWh/m²/ano por edificação), e *Clichy-Batignolles* (30kWh/m²/ano por edificação). No caso da água, a captação da chuva será uma prática básica da engenharia, mas o modo de captação e o tratamento pode ser diferenciado, com experiências que se utilizam de mecanismos tradicionais de despoluição, enquanto outros recorrem a técnicas biológicas através do uso de plantas, por exemplo. Da mesma forma, variam os casos em que a captação é auxiliada por procedimentos que favoreçam a permeabilidade do solo, como telhados e outras superfícies vegetalizadas. No tocante aos resíduos será contínuo o reaproveitamento de materiais utilizados no processo construtivo ou gerados de uma demolição, assim como a reciclagem do lixo doméstico através de variados sistemas de coleta, alguns deles apoiados por sistemas de aspiração subterrânea. Outros procedimentos serão variavelmente utilizados segundo cada caso, como o estabelecimento de jardins familiares, locais de compostagem, parques lúdicos de educação ambiental, hortas, e, inclusive, pontos de informação na internet sobre os níveis de consumo de energia do imóvel. Reitera-se que nenhum destes aspectos são gerais, mas particularidades imbricadas ao processo tecnológico e conceitual dos empreendimentos.

Figura 7 – Clichy-Batignolles

Fonte: Ville de Paris. Disponível em : <http://www.paris.fr>. Acesso em: 07 de julho de 2012

Figura 8 – Monconseil, Tours

Fonte: Monconseil. Disponível em www.monconseil.tours.fr. Acesso em: 09 de julho de 2012

Importante também será observar as dimensões diferenciadas de cada écoquartier e o modo como os mesmos foram concebidos. Na quase totalidade dos casos levantados, são obras construídas em espaços novos, que vem a substituir terras agrícolas, antigos espaços ferroviários, pistas de pouso semi-abandonadas, áreas ambientalmente degradadas, etc. Os planos contarão quase sempre com o zoneamento misto, de modo a delimitar edificações residenciais, comerciais e outros que conjugam os dois usos. Em extensão, se preconizam espaços verdes e de lazer com a finalidade de estabelecer uma célula urbana mais ou menos independente do espaço

de entorno, de modo a comportar as necessidades de moradia, trabalho, lazer e circulação. As dimensões ambientais, econômicas e sociais devem estar implícitas no zoneamento, e seus efeitos são expressões básicas das limitações dos écoquartiers, sobretudo na parte social e ambiental. Aqui retornamos à discussão desenvolvida acerca dos écoquartiers da primeira geração, onde a materialização dos princípios da cidade sustentável esteve marcada mais por mitos do que por realidades.

Neste sentido, convém ressaltar alguns argumentos críticos atrelados ao nível do projeto. Ganha notoriedade, por exemplo, como os campos da tecnologia e da concepção ambiental na educação, embora positivos, operam sob um mecanismo interessante de fundamentação ideológica tecida pela sustentabilidade, pois são objetividades que ajudam a mascarar o rol de subjetividades incutidas pelo conceito. Deixando esta leitura para uma posterior discussão, o que interessa no momento é ressaltar que estes elementos aludem à demonstração de um "écoquartier que funciona", porém, dentro de certos (alguns) parâmetros associados à exigência ambiental atual. Em outros aspectos tal eficiência encontra barreiras em função dos vínculos que o mesmo possui com uma complexa gama de relações externas e extra-territoriais articuladas ao espaço urbano em que está inserido. O écoquartier constitui-se como produto deste contexto, só que com outra roupagem.

Figura 9 – 34 hectares do écoquartier de la Clémentière, Grandville

Fonte: Granville. Disponível em: <http://www.ville-granville.fr/ecoquartier.asp>. Acesso em: 09 de julho de 2012

Figura 10 – 115 hectares do écoquartier de la Courrouze, Rennes

Fonte: La Courrouze. Disponível em : <http://www.lacourrouze.fr/>. Acesso em: 11 de julho de 2012

Veja-se a questão da mobilidade, por exemplo. É possível afirmar que existe uma relativa integração entre écoquartier e as redes de transporte existente, com consideração de passeios públicos e ciclovias. Por outro lado, há enormes disparidades relativas à atribuição dada ao automóvel e sua relação com o cotidiano, conforme observado pela circulação e pelo número de vagas por habitação. Em alguns casos, a limitação de vagas corresponde à duas por habitação (*Le Grand Hameua* – Le Havre, *Confluence* – Lyon, *Île de Nantes* - Nantes), enquanto em outras é inferior à uma vaga (*Rives de la Haute-Deule* – Lille, *Les Temps Durables* – Limeil).

Sob o aspecto da mobilidade recai, de início, o não banimento do automóvel no cotidiano, uma vez que já foi afirmado acerca dos relativos escandinavos que existe uma descontinuidade escalar expressa entre o empreendimento e a cidade "tradicional" que está ao seu redor, àquela que expressa a insustentabilidade a ser combatida. A despeito desta desconsideração escalar, a necessidade expressa pela mobilidade apresenta outro elemento relevante para a avaliação do écoquartier, que se articula aos objetivos de dinamização econômica e criação de empregos, bem como pelo uso misto. A configuração de zonas comerciais é constatatadamente uma prerrogativa da maioria dos projetos e podem ser utilizadas para vários fins, dentre eles para viabilizar imóveis de escritórios, lojas e até galerias comerciais. Em visita ao quartier de Lyon, *Confluence*, o resultado da edificação de uma grande galeria

comercial (Um típico shopping, para usar o termo relativo no Brasil, mas com dimensões um pouco menores) no interior do bairro passou a engendrar um significativo fluxo de automóveis em suas proximidades, ainda que a circulação fosse limitada nas dependências do bairro (Ver Figuras 11 à 13). Há, na verdade, um efeito gerador de tráfego que passa a afetar determinados bairros vizinhos e uma contribuição para emissão de gases poluentes que contraria os princípios de um écoquartier. Este é um exemplo analisado com mais atenção neste trabalho porque funcionou como estudo de caso dentre os muitos existentes. Sua constatação alude à outros tantos écoquartiers que, embora não tenham sofrido uma análise mais próxima, deixam implícitas as inconsistências que o universo da sustentabilidade cria e o modo como o discurso ambiental se concretiza no espaço urbano. Instiga, por outro lado, observar que a *Confluence* é considerado um modelo (LE MONITEUR, 2010) para os padrões estabelecidos atualmente na França, um quartier celebrado pelos cidadãos de Lyon. Contudo, como dizem os promotores da Cidade Sustentável na Europa, não há problema porque estamos num caminho de evoluções contínuas no campo da concepção e da prática. O futuro dirá.

Figura 11 – Confluence

Fonte: Arquivo do autor

Figura 12 – Galeria Comercial do bairro

Fonte: Arquivo do autor

Figura 13 – Tráfego nos arredores

Fonte: Arquivo do autor

O caminho parece estar sempre orientado pelo tripé das demandas sociais, econômicas e ambientais, que, por sua vez, são incentivadas pelo zoneamento misto. A função residencial, comercial e, por vezes, industrial, devem ajudar a resolver o problema de dinamização econômica e auxiliar para a formação de centralidades urbanas adequadas à atender às aspirações do capital, do trabalho e dos fluxos em geral. Todos os projetos observados comportam o zoneamento misto, mas as densidades e os usos variam de acordo com as dimensões dos projetos. Nas áreas comerciais é possível encontrar pólos de lazer e consumo, prédios de escritórios, hotéis, centros educacionais, de pesquisa e tecnologia, teatros, cinemas, etc. Como atestado *in loco* na Confluence e também em Grenoble com o quartier *de Bonne*, o aspecto econômico é equacionado a partir da criação de empregos e de benefícios que estão associados ao crescimento dos investimentos comerciais nos bairros. Em boa parte dos outros casos levantados existe uma mesma preocupação, o que não deve significar, por outro lado, e como preconiza a agenda ministerial, que os mesmos incentivem para um "desenvolvimento econômico local, equilibrado e solidário". Ambientalmente surge um antagonismo concernente ao fluxo de consumidores que passam a compor o cotidiano dos bairros, atraídos por setores que estão longe de exercer alguma mudança em prol do meio ambiente, tais como redes de restaurantes *fast-food*, grandes lojas de departamento, de equipamentos eletrônicos e outros.

No tocante às áreas residenciais, o elemento de destaque aponta para a diversidade social dos moradores. Ela será incentivada por uma ação conjunta dos empreendedores e gestores na construção de mecanismos de acesso da população de menor renda ao empreendimento, em que parte dos imóveis, ou são subvencionados para facilitar o acesso à propriedade, ou sofrem uma política de redução dos aluguéis. O restante integra-se ao valor estabelecido pelo mercado. É possível afirmar que praticamente todos os écoquartiers possuem alguma diretriz que aponte nesta direção, mas os fazem em diferentes níveis. Há casos em que 50% dos imóveis são utilizados para fins de redução de aluguéis ou subvenção (*La Courroze, Mayenne/Capucins, Île de Nantes*), enquanto outros não passam de 10% ou 20% (*Centre/Echirolles, Quartier du Théâtre, La Mériotte*). Em que pesem tais diferenças, há algumas questões de fundo que afetam este fator da diversidade social, um aspecto

que encontra limitações em razão de sua própria subjetividade. Há integração nesta diversidade? Será que colocar lado-a-lado pessoas de origens sociais diferentes configura uma diversidade social?

As tentativas de inserir pessoas de menor renda não excluem a outra parte que estará imbricada aos interesses do mercado e dos gestores públicos. É sabido que qualquer intervenção que adote o discurso da sustentabilidade estará amparada por uma rede interestelar de auxílios e financiamentos, a começar pelo Comitê de Meio Ambiente da União Europeia que auxilia as municipalidades para o desenvolvimento de seus projetos. Para o promotor público o *écoquartier* incute um importante valor imagético e simbólico de valorização do território, o que significa uma alavanca ao mesmo tempo política. Nesta competitividade é preciso estar mobilizado com as coletividades de modo a mostrar as vantagens para àqueles que contribuem financeiramente para a execução do *écoquartier* (organismos nacionais, supranacionais e o mercado). O interesse da municipalidade é satisfeito através da valorização do território e da respectiva promoção política à ela associada. O mercado igualmente será atraído porque não arca com os custos da diversidade social e ainda terá um novo produto imobiliário em que poderá investir, sem contar a questão da valorização da imagem que o *écoquartier* incita.

Diante das considerações realizadas acima, e ressaltando algumas iniciativas mais arrojadas no campo tecnológico, a maior abertura à participação (o que não significa participação efetiva), e os atributos urbanísticos, cabe questionar em que difere um *écoquartier* de um modelo tradicional de intervenção urbana na cidade neoliberal. Tal questionamento é plausível tendo em vista que esta cidade tradicional integrou-se na malha discursiva da sustentabilidade como entidade que contribuía para a precarização das condições ambientais e sociais. O *quartier de Bonne* em Grenoble, referência francesa e europeia, pioneiro no padrão *écoquartier* e ganhador do prêmio nacional de 2009, é elucidativo nesta demonstração (Ver Figuras 14 à 20). Fruto de um projeto de reabilitação de um antigo quartel militar, o bairro foi construído nos arredores do centro antigo de modo a comportar edificações residenciais, pólos comerciais de lazer e serviços, escolas, parque urbano, hotel quatro estrelas, cinema, estacionamento subterrâneo e uma área reservada para futuros

equipamentos. Todos os aspectos tecnológicos da construção, diversidade social e mobilidade são levando em conta, assim como os aspectos da qualidade arquitetural, da otimização dos fluxos e da preservação de espaços novos. Responde ao quê estas iniciativas? Ao desenvolvimento sustentável urbano? A resposta é sim na perspectiva do discurso hegemônico, pois são iniciativas que se situam dentro de um caminho de constantes evoluções, e, por isso mesmo são legítimas. Mas a adequação a cultura do automóvel e a abertura as dimensões culturais do livre-mercado, como a centralização de atividades comerciais de alto consumo e da consolidação de valores individuais à ele associados, indica uma perspectiva que aponta em outra direção. A sede pela busca de uma certificação ou diploma ambiental, como fica constatado no caso do selo ÉcoQuartier, e os prêmios instituídos no campo empresarial e governamental da sustentabilidade, apenas atestam uma visão que acirra competições em torno da questão ambiental, tanto na esfera pública quanto na privada, e reafirmam um consumismo verde que está longe de significar um fenômeno que realmente traga transformações efetivas ao espaço urbano.

Figura 14 – Galeria comercial

Figura 15 – Fachada externa

Figura 16 – Corredor Central

Fonte das Figuras 14, 15 e 16: Arquivo do Autor

Figura 17 – Pátio interno

Fonte: Arquivo do Autor

Figura 18 – Área verde central

Fonte: Arquivo do Autor

Figura 19 – Localização do écoquartier em Grenoble

Fonte: Le Moniteur. Disponível em: <http://www.lemoniteur.fr/> Acesso em: 15 de julho de 2012

Figura 20 – Projeto da Caserne de Bonne

Fonte: Le Monde. Disponível em: <http://www.lemoniteur.fr/> Acesso em: 15 de julho de 2012

Neste sentido, estes são fatores que procuram demonstrar como as resultantes espaciais impingidas no âmbito da Campanha Sustentável não representam um movimento antagônico à processos territoriais anteriores, estabelecidos dentro de uma matriz interpretativa neoliberal que se impregna nas decisões políticas, no processo econômico e no campo das concepções mentais e da cultura. Esta matriz fundamenta um contexto estrutural que acaba sendo desconsiderado entre os autores que crêem no discurso da sustentabilidade, inclusive naqueles que se debruçam criticamente. É como se houvesse, a partir das tramas da ideologia neoliberal, vetores possíveis de ação sustentável, sem enxergar, por outro lado, que este próprio qualificativo necessita ser repensado à luz de novas instrumentalizações.

3.4 Elementos estruturais da (in)sustentabilidade no espaço europeu

Portanto, ao chegar na parte final deste capítulo, o que deve ser enfatizado é esta evolutiva participação do écoquartier como elemento que reflete no âmbito do pensamento urbanístico e arquitetônico às diretrizes nodais do imperativo sustentável. Mais importante é assinalar sua crescente participação nos processos de remodelação territorial ao longo das décadas de 2000 e 2010, na esteira da irrefreável campanha da “Cidade Sustentável” na Europa. Ele não será único elemento desse processo, mas faz parte de um conjunto de outras evidências que demonstram como a cidade será dominada por um amplo campo de ações “politicamente corretas” centralizadas pela questão ambiental.

Há razões estruturais que serão abordadas daqui em diante que permitem mitificar não somente a existência de um processo em prol do desenvolvimento sustentável na cidade européia, mas também essas tentativas supostamente extraordinárias pintadas de verde, que não abrangem nada de excepcional porque não se descolam do julgo institucional estabelecido. As evidências expressas no écoquartier, somadas às outras implícitas ao paradigma da sustentabilidade na cidade, são frutos de um teor discurso imposto verticalmente e sem qualquer respaldo social. Por um lado, ratificam-se os pontos de partida e os meios de instrumentalização e, por outro, define-se um fim que orientará as estratégias para um novo cenário urbano.

3.4.1 O conflito de interesses

A criação de um ambiente de pactuação e consenso já anunciava, de imediato, a inobservância de interesses antagônicos. Sobre cada indivíduo recai uma sustentabilidade que se adéqua à seus interesses particulares, enquanto é evidente admitir que na miríade de interesses que envolvem as relações sociais somente sobra espaço para uma perspectiva de sustentabilidade, àquela que inclui um interesse único, o de todos. Para as comunidades que vivem e participam da vida social de um

écoquartier há a satisfação de um interesse pessoal a partir do sentimento de estar contribuindo de alguma forma para os problemas ambientais. Não se pode afirmar, ao contrário, que isso se caracterize nas esferas políticas, embora a publicidade se encarregue na tentativa de induzir a opinião pública nessa direção. Para os governos municipais, o écoquartier se conjuga ao modelo de gestão empreendedora já consolidada no âmbito da cidade neoliberal e cumpre um papel importante para a consecução de interesses associados ao marketing urbano e a construção da imagem da cidade. Os empreendimentos da primeira geração já demonstravam isso, quando surgem como resultado de projetos políticos e econômicos ligados à grandes eventos. Para o promotor privado, proprietários fundiários, construtores e incorporadores, qualquer atenuação de impactos ambientais ou benefício social que certo empreendimento venha a induzir, estará subsumido ao ganho, em valores econômicos, que estes aspectos venham a incentivar no tocante ao investimento, do contrário não se assumiriam. Do mesmo modo, se este ganho não o coloca em condições de competitividade o investimento perderia atratividade, o que consiste em compreender que, para o empresário, o sentido mais bem aceito de sustentabilidade intrínseca à matriz hegemônica é econômico, ou a garantia da reprodução do capital, a multiplicação infinita dos ganhos. Somente assim tornar-se-ia possível o estabelecimento das outras esferas que compõem o paradigma sustentável, o ambiental e o social.

3.4.2 Um espaço marginal

A reprodução infinita dos ganhos implica no fator do crescimento econômico, aspecto jamais problematizado pela agenda hegemônica da sustentabilidade e que engrena o processo de urbanização. Cluzet (2007) atesta que esta urbanização contínua a serviço do crescimento econômico na França se intensificou nos últimos 30 anos. O espaço ganhou um valor marginal na era neoliberal a partir da maior permissividade no processo de construção em espaços novos da periferia, espaços naturais e rurais. Segundo o autor, após ter conhecido um crescimento demográfico urbano significativo sobre um espaço mais concentrado, com 75% de crescimento

demográfico e 25% de expansão das aglomerações, a França sofreu uma inversão deste fenômeno entre 1980 e 2007, de modo a apresentar um crescimento de 25 % da população, mas uma expansão urbana de 75% (CLUZET, 2007). Segundo Cluzet, uma razão nuclear para esta expansão reside na desregulamentação dos parâmetros urbanísticos e na descentralização da gestão segundo diretivas independentes a cada uma das 36 mil comunes que integram o território francês. O planejamento da década de 1970 se desenha sob um marco regulatório baseado nos chamados *schémas directeurs d'aménagement et d'urbanisme* (SDAU), assim como nos *plans d'occupation des sols* (POS) e nas *zones d'aménagement concerté* (ZAC). Tais mecanismos aludem à um planejamento mais ativo voltado à gestão eficaz do setor produtivo, colapsado pouco à pouco no contexto da globalização neoliberal. Em 2000, a alteração dos SDAU's para os chamados *schémas de cohérence territoriale* (SCOT), e dos POS pelos *plans locaux d'urbanisme* (PLU), não obstante visem reforçar o potencial regulador e coordenador da urbanização, acabam por sinalizar seu enfraquecimento. Não significa que o planejamento tenha sido abandonado, mas mudado sua natureza fundamental: regular e cumprir com tal regulação.

À época já são marcantes os vetores de um planejamento que se distancia das finalidades de controle da ocupação para operar sob o julgo de relações de força e poder. No momento da elaboração do plano todos se felicitam por um momento de concertação mútua em prol do desenvolvimento da cidade, mas ninguém espera ter seus projetos individuais impugnados a partir das arbitragens do plano. O respeito à autonomia comunal e os votos consensuais das coletividades logo perdem espaço no momento de operacionalização, quando a quebra de um ou outro interesse torna-se inevitável. De fato, apesar da Europa ainda demonstrar um relativo processo regulatório de ocupação, tais dispositivos são crescentemente transgredidos quando algum interesse de mercado está em jogo. O investimento privado e os supostos benefícios econômicos e sociais nele imbricados são compreendidos nas esferas de poder quase como uma obrigação, uma necessidade instituída estruturalmente pela concorrência territorial. Uma cidade institucionalmente regida por um mercado devorador de espaço e que busca diminuir, o tanto quanto possível, o tempo entre a injeção e o retorno do investimento pode ser sustentável? E que tipo de

desenvolvimento sustentável por ser concebido se o planejamento urbano não passa de uma concha de retalhos instituída por 36 mil comunes diferentes e sem qualquer integração?

Àquele crescimento exposto por Cluzet também demonstra, a partir do exemplo francês, como a centralização no indivíduo e a glorificação da esfera privada se traduz no aumento do espaço edificado. A habitação individual se expande e torna-se um elemento de consumo fundamental, muitas vezes como signo de status. A superfície urbanizada cresce à medida que esta mesma veia de consumo se traduz na crescente motorização das famílias e no aumento de duplas ou triplas residências. O mesmo autor cita que a França conta com um aumento de 20% na taxa de residências individuais nos últimos 25 anos, a maioria delas localizadas em áreas periféricas das aglomerações (CLUZET, 2007). O contexto europeu constitui apenas a amostra de como se desenrola um processo de deslegitimação do interesse coletivo na configuração do território, face aos interesses imediatos dos promotores privados, dos proprietários fundiários, dos gestores e do indivíduo comum. A miríade de interesses privados internaliza um interesse comum em âmbito social? A Europa talvez seja o espaço mais representativo desta derrocada do interesse coletivo e público nos últimos 30 anos, dinamizado pela liberalização das trocas e pela concorrência entre territórios cujas repercussões tem se mostrado drásticas para o continente na esfera econômica, social e ambiental. Dois séculos de conquistas sociais são gradativamente subsumidos aos ditames do mercado, e não há uma instância de governança supranacional que leve em conta as causas da insustentabilidade da civilização. Na ausência de uma esfera reguladora eficaz, o mercado oferece suas soluções cosméticas e auxilia para uma “desculpalização” das ações individuais por meio de suas tecnologias, discursos e certificações.

Com a campanha da sustentabilidade à todo vapor, os líderes europeus procuram demonstrar seus esforços incorporados nos écoquartiers e nos mais diversos campos da ecoconstrução, energia, transporte e urbanismo. Como verificado no levantamento das intervenções realizadas, são muitos os casos novos que auxiliam na expansão da mancha urbana, sem contar outros que vêm acompanhados de processos de renovação. Criam-se mais cidades “sustentáveis”, multiplicam-se os grandes

congressos e os colóquios técnicos em sustentabilidade urbana, ergue-se uma nova perspectiva para o ramo da construção, elaboram-se leis de incentivo à tecnologia verde ou de supressão de determinado produto impactante. Tudo isso será em vão se a única hipótese de dizer “não” for negligenciada no ato do gestão, sobretudo contra às ambições de um proprietário que visa extrair a renda da terra ou ao empreendedor em plena concorrência de mercado. De acordo com a base de dados estatísticos do MEEDDAT (Sitadel), observa-se um gradativo crescimento no número de unidades e de metros quadrados construídas para fins residenciais entre 1991 e 2011, cujo aumento aproximado gira em torno dos 50%.

Tabela 4 – Unidades e m² construídos na França nos últimos 20 anos

	Unidades	m ²
1991	306.477	29.681.330
2001	327.068	35.527.154
2011	455.679	42.899.599

Fonte: Sitadel. Base de dados do MEEDDAT

Ainda segundo a base, o número anual de permissões para construção registrou entre 2002 e 2012 uma média de 370.000 autorizações em toda França metropolitana. No tocante às construções comerciais os dados são expostos por CLUZET, que se vale dos valores estatísticos do CDEC (Commision départementale d'équipement commercial). Segundo ele, a França ganhou mais de 3,5 milhões de metros quadrados em 2005, contra apenas 1 milhão registrado em 1997. Somente em 2007 foram autorizados, aproximadamente, 7 milhões de metros quadrados em novos projetos. É instigante constatar, por outro lado, que estes números não vêm acompanhados de um aumento significativo da população, que sofreu um leve aumento ao longo de 20 anos, passando de 57 milhões para 62 milhões de habitantes, segundo dados do INSEE (Institut national de la statistique et des études économiques).

3.4.3 Imóveis vazios

Não obstante, este avanço das construções é contraposto com a constatação do aumento gradativo do déficit habitacional transcorrido entre a década de 1990 e 2000, ao ponto de órgãos oficiais e especialistas do setor afirmarem que, em 2010, tal déficit atingia quase 1 milhão de moradias. São inúmeras as explicações para a insuficiência crônica por novas habitações, mas as mais recorrentes encontram justificativa na escassez de terras urbanizáveis, na modificação do perfil familiar com a diminuição dos membros por família, na pequena acessibilidade à financiamento da casa própria e na ausência de uma política habitacional em nível nacional realmente efetiva. De fato, na visão de autores e outras fontes analisadas, há uma demanda em que a oferta de mercado não tem conseguido atender, de modo a favorecer a disparada dos preços nos grandes aglomerados urbanos (DRIANT, 2011) (PORTAIL DU GOUVERNEMENT, 2013) (CLUZET, 2007). Logo se observa que o mercado não se auto-regula, mas, ao contrário, trabalha com a escassez para reproduzir melhor os seus ganhos. A constatação de Cluzet, mas, principalmente, de Treguier (2011), especialista em mercado imobiliário da revista *Le Nouvel Observateur*, oferece, no entanto, uma compreensão melhor acabada acerca deste fenômeno do déficit:

Mas, se falta um milhão de habitações na França, como explicar que existe do mesmo modo e ao mesmo tempo mais de 2 milhões de habitações vazias. As estatísticas oficiais são claras: De 33 milhões de habitações na França, quase 2,5 são declaradas inocupadas. E este número de vacância aumentou em mais 400 mil em dez anos. Se nosso país possui necessidades crescentes que não são satisfeitas, como explicar, neste caso, tal aumento? (TRIGUIER, 2011, tradução do autor)

Estes números são confirmados por Fonteneau (2013), que demonstra os dados inferidos pelo INSEE no levantamento sobre a repartição dos usos habitacionais. Os números estão expostos na tabela abaixo, com especial destaque para os dados de vacância na última linha.

Tabela 5 – Repartição dos usos habitacionais e imóveis vazios

					em %		Em número
	2000	2003	2006	2009	2010	2011	
Número de habitações (x1000)	29 613	30 664	31 776	32 951	33 315	33 681	
Residências principais	83,2	83,7	83,9	83,6	83,6	84%	28 123 635
Residências secundárias e habitação ocasional	9,9	9,8	9,7	9,5	9,5	9%	3 166 014
Habitações Vazias	6,9	6,5	6,4	6,9	7	7%	2.391 351

Fonte: FONTENEAU (2013), a partir da base do INSEE.

Em breve palavras, o que se conclui é que as finalidades do mercado estão muito além das preocupações de um déficit habitacional, e sim são conduzidas por uma atividade especulativa incontrolável e notadamente insustentável à longo prazo. A França assiste, neste sentido, ao drama de uma crise econômica que se abate sobre o emprego, renda e todo sistema de proteção social, e que dificulta o acesso à moradia das pessoas que não conseguem se inserir no mercado formal. Por outro lado, o mercado imobiliário, com seus valores eminentes de troca, dinamiza um setor fortemente especulativo e inócuo do ponto de vista social, motor de uma expansão urbana cada vez mais acelerada. O “desenvolvimento” urbano aqui revela unicamente uma batalha frenética entre grupos econômicos pela apropriação da cidade, agentes que, por sua natureza, são indiferente à qualquer tipo de planejamento e todas as formas de preservação de identidade local.

3.4.4 A financeirização da produção urbana

Na cidade neoliberal, o consumo desenfreado por novos espaços e o fenômeno da especulação se justificam pelo crescimento dos interesses de investidores e do mercado financeiro na produção da cidade. A Europa assistiu nos últimos 30 anos ao aumento exponencial de uma dívida bancária associada ao setor imobiliário, ao mesmo tempo em que empresas clamam por capitais de investidores

nos mercados financeiros. Esta crescente capitalização das empresas deve gerar apenas um resultado: o retorno do investimento no mais curto prazo. A financeirização da produção do espaço urbano constitui o fenômeno mais premente da cidade neoliberal. Nas palavras de Halbert e Le Goix (2012):

O papel dos mercados financeiros na economia contemporânea aumentou em função das reformas neoliberais das décadas de 1970 e 1980. [...] a reprodução de espaços urbanos compelidos à intensas recomposições sociais (decohabitação, envelhecimento, etc), e econômicas (desindustrialização, terciarização, etc), demandaram novos capitais e em grande quantidade. [...] A financeirização da produção urbana se realiza pela emergência de uma racionalidade financeira no bojo dos atores que fabricam e vivem a cidade cotidianamente. Famílias, empresas e coletividades são cada vez mais encorajadas, ou forçadas, segundo distintas perspectivas, a recorrer por dispositivos financeiros a fim de conservar um lugar na cidade (HALBERT e LE GOIX, 2012, p.40, tradução do autor).

Neste sentido, a representatividade adquirida por grandes projetos residenciais e comerciais na Europa, dos quais estão incluídos écoquartiers e outros empreendimentos sustentáveis, demarca os ditames de um setor imobiliário altamente competitivo, cujas empresas de incorporação e construção se amparam no mercado financeiro a fim de maximizar seus ganhos e dos acionistas que nelas injetam seus capitais. A necessidade de responder os anseios do mercado financeiro alarga significativamente o processo de apropriação de terras, o que repercute diretamente nas dinâmicas internas da cidade. Escassez de terras e sua conseqüente sobrevalorização são dois efeitos muito comuns deste processo. Como é possível conceber, sob tais condições estruturais, que esta mesma cidade também resguarde um projeto de sustentabilidade para as futuras gerações, preconizando em seu discurso justiça social, menor consumo de espaço, valorização do patrimônio natural e cultural, etc? Tal questionamento se soma à observação de que projetos écoquartier e outros empreendimentos que se apropriam da matriz discursiva ambiental também são parte constituinte deste mesmo modelo de urbanização, e tampouco expressam uma mudança de direção ou alternativa.

Tal afirmação pode ser verificada a partir de outro elemento que serve como eixo de elucidação à respeito da cidade neoliberal. Trata-se do congresso anual realizado em Cannes, denominado de *Marché international des professionnels de l'immobilier* (MIPIM), que reúne durante alguns dias autoridades locais de grandes e médias cidades do mundo no objetivo de vender seus projetos à investidores do setor imobiliário. O pequeno balneário da Côte d'azur constitui-se lugar incontornável para coletividades locais ao redor do mundo, que se precipitam até a cidade a fim de apresentar seus projetos à investidores internacionais, bancos e sociedades imobiliárias. O planejamento da cidade não está em questão aqui, mas contratos de alta rentabilidade de curto à médio prazo. É como se a autoridade local abdicasse do seu papel de organizador do espaço, transferindo tal atribuição aos agentes de mercado. Se a cidade busca revitalizar um bairro, refazer um centro, construir equipamentos e centros comerciais, encontrará em Cannes interlocutores abertos à consecução dos projetos, contanto que certas condições sejam estabelecidas: direito de gestão dos equipamentos ou bairros construídos, isenções fiscais e outros tipos de facilidades. A mercantilização de bairros inteiros, sobretudo os de melhor localização e de potencial de valorização, tornou-se fator número 1 do processo de gestão urbana. A urbanização ganha um valor objetivo: um produto, um custo, um lucro. E nada de ambientalistas e sociedades organizadas para acabar com a festa.

Como exemplo, ao levar em consideração somente as cidades francesas, o portal do MIPIM ilustra que, na edição de 2013, a região de *Île de France* foi responsável por um estande de mais de 1200 m² onde os promotores da cidade de Paris buscaram destacar os principais projetos em vias de desenvolvimento, dentre eles o "*Grand Paris*". Do mesmo modo, cidades como Estrasburgo, Bordeaux, Mulhouse, Besançon, Montpellier, Grenoble, Nantes e Lyon também apresentaram seus projetos potenciais, nos quais é possível apontar como exemplo o *the europtmist* (Estrasburgo), *la cite internationale de la gastronomie* (Dijon), *the new hélios* (Montpellier), *Hikari Project* (Lyon) (Ver figuras 21 à 24). Este último faz parte do écoquartier da Confluence, já mencionada anteriormente, e representa um setor residencial com edificações mistas e de relativa independência energética, que serve como demonstração do potencial sustentável de Lyon nos eventos internacionais. No

caso do *Grand Paris* é importante ressaltar que o mesmo inscreve incontáveis outros projetos em vias de implantação na capital francesa, tornando-a caso exemplar deste padrão de financeirização. Dentre a gama de projetos estão incluídos alguns écoquartiers (*Clichy Batignolles, Seine de Saint-Ouen, Sycomore, Montévran*), assim como empreendimentos que não agregam a certificação écoquartier, mas que adotam o discurso ambiental com recorrência, como a *Cité Descartes*, alçado como um promissor bairro sustentável de negócios.

Figura 21 – La cité internationale de la gastronomie, Dijón

Fonte: Ville de Dijon. Disponível em: <http://www.citedelagastronomie-dijon.fr/> Acesso em: 16 de julho de 2012

Figura 22 – Cité Descartes e a “Ville durable” de Paris

Fonte: Cluster Descartes. Disponível em: <http://cluster-descartes.fr/> Acesso em: 16 de julho de 2012

Figura 23 – Projeto Hikari, no écoquartier de la Confluence

Fonte: Arquivo do Autor

Figura 24 – Mapa da economia verde em Estrasburgo, parte do programa de Europtimist

Fonte: The europtimist. Disponível em: <http://www.europtimist.eu>

O que deve ficar claro é esta maneira direta ou indireta de incorporação do discurso ambiental no conjunto dos grandes projetos promulgados no MIPIM, apesar dos diferentes mecanismos de apropriação do discurso. Mais importante, por outro lado, é atestar que a soma de projetos de interesse privado não compõe um projeto de ordem global, mas, ao contrário, favorece para uma configuração urbana calcada sob uma dualidade. De um lado, um espaço hipermediatizado formado por bairros amparados por tecnologias e concepções pós-modernas, e, de outro, um território de entorno subordinado aos interesses de um agente privado que se baseia apenas em critérios de rentabilidade à curto prazo. O MIPIM revela, da mesma forma, que intervenções em prol do discurso “sustentável”, sobretudo écoquartiers, estão longe de revelar um modelo urbano alternativo ou uma reinversão do que a cidade neoliberal tem produzido. Em particular, é possível afirmar que internalizam uma resposta espacial que se adequa aos parâmetros sociais, econômicos e políticos vinculados à um circuito competitivo e de financeirização da produção urbana. Em outras palavras, remetem aos novos espaços do espetáculo buscado pelas esferas de planejamento, reciclagens urbanas superficiais que se incorporam de subjetividades do discurso hegemônico para legitimar projetos econômicos e políticos.

3.4.5 O aprofundamento das urgências ambientais e sociais

Por fim, em breves parágrafos considera-se importante também destacar que esta dinâmica de urbanização estabelecida na Europa nas últimas décadas não deixa de estar acompanhada de uma dramática depreciação das condições sociais e de trabalho, ao mesmo tempo em que há a manutenção de impactos ambientais, quando não um aumento. Este processo é contemporâneo ao estabelecimento, fortalecimento e consolidação do discurso da sustentabilidade no continente, quando este se vincula nos marcos legais, nas políticas e em outras práticas sociais.

Uma alegação deve ser feita aqui: a lógica que impulsiona a derrocada do estado de bem estar social na Europa é a mesma que reproduz este território da “sustentabilidade”, pois ambas são manifestações espaciais das ações de mesmos

agentes, e que se baseiam sob uma mesma ideologia. Há, decerto, um grave descolamento entre os floreios da matriz hegemônica da sustentabilidade e a realidade cotidiana. Na efervescente campanha pela “Cidade Sustentável” parece que há espaço somente para o fenômeno técnico, para a inovação, ou, melhor dizendo, para chamadas objetividades do discurso. Proliferam-se novos empreendimentos considerados fecundas zonas de transformação e experimentação, redutos de diversidade, eficiência, mobilidade e acessibilidade, enquanto que, em toda França Metropolitana, as mesmas cidades que assistem esta dinâmica de hipermediatização da sustentabilidade também sofrem com o exponencial aumento do desemprego e da pobreza. Uma breve caminhada pelas ruas das principais cidades será o suficiente para realizar uma constatação desta afirmação.

No final das contas, é a cidade o lugar onde se repercutem com mais clareza as implicações macroeconômicas da globalização neoliberal. Será ali que a derrocada do Estado de bem estar social se torna mais evidente, bem como o aumento dos custos de vida engendrados pela privatização são mais sentidos. A privatização, desregulamentação e liberalização que caracterizam o domínio irrestrito do mercado não significam mais uma competição entre nações, mas, sobretudo, uma disputa de classe. Em qualquer país europeu, haverá um número crescente de setores da população que passam a sofrer com as agruras da competição internacional, não obstante uma pequena parcela se beneficie das políticas de livre-mercado.

Desde a consolidação do livre-mercado, a Europa se mostrou um lugar desvantajoso para o capital. Os altos encargos sociais, impostos, proteções e sindicatos organizados orientaram seu setor produtivo para o exterior, sobretudo para a Ásia. A pressão competitiva, fomentadora da criação da zona do euro, torna-se a justificativa primaz para demissões em massa e para o corte de benefícios sociais. Significa, não de outra maneira, na derrocada da secular civilização européia em nome da lei da maximização dos ganhos.

A atual conjuntura assiste a hegemonia das políticas de austeridade fiscal dos Estados, presos a massivas relações de endividamento bancário com investidores internacionais. Cortes dos recursos para a saúde e educação, restrições nos sistemas de seguridade, reformas nos sistemas de aposentadoria, diminuição salarial, aumento

de impostos, privatização das infraestruturas públicas e outras medidas fazem parte de um processo irrestrito voltado para o cumprimento de uma dívida pública impagável. O resultado em médio prazo aponta para o aumento da desigualdade social, do desemprego e da insegurança. Em outros termos, a competição extraterritorial e as políticas de austeridade conduzem a Europa à reorganização do seu território e de suas cidades, onde a lógica de privatização, desregulação e liberalização se realizam por meio dos grandes projetos de urbanização. Como visto na parte sobre a financeirização, atualmente pululam inumeráveis projetos que captam investimentos do mercado de capitais e reforçam a polarização do território.

No tocante a esfera ambiental também não se verifica uma mitigação de impactos de amplitude realmente efetiva, não obstante o oceânico marco regulatório criado desde a década de 1990. É possível admitir importantes esforços na tentativa de amenizar os gastos de energia e a emissão de gases poluentes, mas os resultados são quase sempre insuficientes. O Comitê 21, por exemplo, demonstra que a poluição nas cidades do Sul da França, onde notadamente se verificam maiores taxas, não houve uma significativa diminuição do nível de partículas em suspensão na atmosfera. Da mesma forma, o relatório da agência europeia para o meio ambiente demonstrou, em 2011, que a taxa mínima de poluição ocasionada por ozônio, por exemplo, havia sido ultrapassada em todos os países membro da União Europeia durante o ano de 2010. No que tange o setor energético, a despeito dos altos investimentos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, são ainda o petróleo e o gás natural as duas matrizes predominantes que engrenam a economia europeia. A dependência destas fontes é especialmente notada em todos os modais de transporte de passageiros e de carga, na indústria e nas residências (EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY, 2012).

Diante de todas estas considerações, o debate sob o qual este capítulo se debruçou deve ser concluído de modo a ressaltar que a Europa representa um espaço elucidativo para a compreensão das contradições inerentes à esta cidade qualificada como “sustentável”. O espaço urbano europeu, embora comporte relevantes centros de concepção, difusão e execução dos pressupostos “sustentáveis”, são, igualmente, centros que manifestam em diferentes níveis as agruras da economia neoliberal,

sobretudo se observamos as implicações econômicas e sociais ocorridas no continente entre as décadas de 1990 e 2000. Neste ponto convém ressaltar que não estamos dissociando uma dinâmica de outra, em que o modelo de cidade “sustentável” torna-se a negação ou reação de um processo de deterioração da vida nas cidades, mas, pelo contrário, ela é parte constituinte porque não internaliza uma alternativa à racionalidade econômica neoliberal e colabora para a distorção do pensamento ambiental como mecanismo de transformação efetiva da vida urbana. Por esta e outras razões admite-se que a cidade contemporânea não está em crise, mas antecipa uma catástrofe, pois anula suas possibilidades de mudança e evolução sob o véu das “cidades sustentáveis” e todas as representações simbólicas a ela associadas.

Capítulo IV

A QUESTÃO AMBIENTAL E O MERCADO IMOBILIÁRIO NO BRASIL: O CASO DO AGLOMERADO URBANO DE FLORIANÓPOLIS-SC

A notoriedade adquirida pelas práticas “sustentáveis” no Brasil, especialmente no que se refere às novas territorialidades urbanas marcadas pelo discurso simbólico da temática ambiental, deve ser enxergada segundo os propósitos do agente econômico privado. Esta afirmação inicial é necessária como forma de contrapor as distintas formas de como se articulam os paradigmas neoliberal e ambiental nas cidades pelo mundo, notadamente àquelas verificadas no capítulo precedente e a que será vista neste capítulo.

Como visto, na Europa forma-se um discurso institucionalizado de acordo com as premissas de Alborg e da Comissão Européia, cujo teor atravessa as escalas políticas e de governança a fim de estabelecer uma rede de ações estratégicas norteadas pelo viés “sustentável”. Trata-se do que foi chamado de “Campanha Sustentável Européia”, conduzida no âmbito dos setores público e privado na edificação de bairros sustentáveis ou *écoquartiers*. Isto significa que ambos são agentes ativos que colocam a questão ambiental no centro das ações sobre a cidade, a ponto de estabelecerem processos diretos de intervenção sobre o território e, dessa maneira, influir para a produção e reprodução do espaço segundo uma nova narrativa. Utilizam-se, neste sentido, de vias de apropriação da “sustentabilidade” que se demonstram “práticas”, no sentido exposto por Acselrad (2010), uma vez que se apresentam como projetos de modernização ecológica e de construção de uma justiça ecológica urbana, mas que, em geral, constituem vias simbólicas que apenas remetem à construção discursiva da questão ambiental.

No Brasil é possível afirmar que essa mesma narrativa trazida pelo discurso hegemônico engendra um processo semelhante com relação ao viés institucional da sustentabilidade, e aqui englobam as ações do Ministério do Meio Ambiente e das Cidades, bem como de inúmeras ONG’s. Com base nestes agentes o paradigma ambiental flui na esteira de inúmeras políticas públicas ambientais e urbanas e sob uma miríade de outras ações locais. Entretanto, no que tange a escala urbana, urbanística e de produção da cidade, o que prevalecerá será o papel exercido pelo grande promotor imobiliário privado, um agente que “pega carona” com as novas oportunidades trazidas pela sustentabilidade, e assim o fará de modo fervoroso e

irrestrito. Usam e abusam de todos os artifícios possíveis e segundo distintos estratégias. Diferentemente dos *écoquartiers*, não há para os empreendimentos “sustentáveis” no Brasil uma carta de princípios ou determinadas diretrizes que orientam os planos de intervenção, tampouco seguem normas e regulamentações explícitas por um órgão ministerial relativas ao trato ambiental para o uso e ocupação do solo urbano. Da mesma forma, não representam, pelo menos em sua maioria, empreendimentos de iniciativa mista entre o promotor público e o empresário, característica primaz das intervenções francesas a partir dos modelos baseados nas ZAC's (*Zone d'Aménagement Concertés*).

Ocorre, neste sentido, um processo de incorporação de um paradigma ambiental que se adaptará a uma ordem urbana estabelecida segundo cada contexto. Em ambos os contextos referidos, Europa e Brasil, a matriz interpretativa neoliberal cria novos e aprofunda antigos dilemas, e é certo que independente do lugar que exerce influência, colaborará decisivamente para a banalização do espaço por intermédio dos interesses crescentes do capital imobiliário. Igualmente podemos citar que em ambos os contextos urbanos, a cidade se molda às modificações que a ideologia incute nas ações dos principais produtores do espaço, muitos deles já reiteradamente discutidos ao longo dos outros capítulos. De fato, o que precisa ser enfatizado são as especificidades que a cidade brasileira tem a apresentar nesta articulação paradigmática inscrita por uma questão ambiental e uma ideologia neoliberal, o que, em particular, revela importantes antagonismos no modo como a noção de sustentabilidade é capturada.

Tais especificidades são marcadas pela história e expressam uma ordem urbana que revela as disparidades sociais da população, refletidas por uma cultura patrimonialista e por um forte controle sobre o uso da terra. De um lado, uma urbanização controlada sob a tutela de leis, investimentos e infraestruturas em setores específicos de ocupação da elite e da classe média, e, de outro, àquela marcada pelo quase abandono, caracterizada pela autoconstrução. Basicamente, a urbanização no Brasil fundamenta uma problemática ambiental, para isso basta observar como o rico patrimônio ecológico que caracteriza os biomas brasileiros foi perdido no avanço do espaço construído e, da mesma forma, como este continua a afetar os ecossistemas

que a fazem de entorno. Mas aqui reside apenas um aspecto e deve ser somado a alguns outros, como a dívida social tão claramente observada em cada rincão das periferias pobres ou nos centros vazios e abandonados, ou, aos ataques ao próprio direito à cidade, o de “ir e vir”, de residir legalmente e com qualidade, o de participar e decidir em conjunto os rumos da cidade, dentre outros. Todos estes aspectos dever estar incluídos numa visão de sustentabilidade urbana.

De modo que esta ordem que rege a urbanização do Brasil inscreve ao mesmo tempo um processo insustentável à longo prazo, e isso pode ser verificado especialmente nas grandes metrópoles e nas cidades médias. À medida que o paradigma neoliberal se insere ao contexto brasileiro, àquela ordem não somente é mantida, como terá seus efeitos intensificados, e, mais além, serão acompanhadas de novas formas urbanas vinculadas às dinâmicas que a globalização neoliberal enseja e que resignificam o papel do paradigma ambiental na constituição do território. Estas dinâmicas são estabelecidas a partir de três aspectos principais: um que se refere à influência macroeconômica do livre-mercado na cidade brasileira, outro associado à política urbana baseada na gestão empreendedora e, por último, àquele ligado à intensificação da competição no bojo do mercado imobiliário, o que aponta para um prevailecimento do espaço privado e para o crescente domínio de terras urbanizáveis.

É possível afirmar, dessa forma, que a cidade sofrerá importantes alterações desde a década de 1980 resultantes desses aspectos, e institui um modelo de cidade neoliberal no Brasil que é, ao mesmo tempo, um retrato do que a globalização neoliberal imprime ao mundo, isto é, seletiva em suas benesses. Segundo Massey, isso implica em duas verdades: *“uma geografia sem fronteiras e de mobilidade e uma geografia de disciplina de fronteiras”* (MASSEY, 2008, p 132), o que significa numa geografia da modernidade, da quebra de fronteiras e da mobilidade para os negócios e para a tecnologia, e uma geografia da exclusão, tanto econômica, quanto política, que imprime a rigidez e o aprisionamento das mobilidades.

Na proposta analítica deste trabalho, o que se considera mais elucidativo são os aspectos associados aos elementos do empreendedorismo e, sobretudo, de ação do mercado imobiliário, uma vez que estes têm papel preponderante nos processos de expansão da urbanização. O antagonismo imbricado à ação do mercado imobiliário

privado reside, portanto, não somente num mecanismo estrutural que imprime ao espaço perdas em prol de uma “sustentabilidade urbana”, mas como esta será celebrada e apropriada como categoria que estará em relação de interdependência com o mercado.

Aqui está o cerne de um antagonismo marcado por uma noção de sustentabilidade que nasce como categoria de unificação de esforços e de consensos mútuos, mas que tem ignorado às brechas marcadas por múltiplos interesses responsáveis por adotar um modelo mais “adequado” de sustentabilidade segundo distintas conveniências. Isto se refere, no Brasil, a contradição em verificar que o mercado e o promotor público atuam, na maioria das vezes, e, quando se trata de empreender grandes projetos urbanos, em dissonância com os interesses da sociedade civil. Não obstante, tanto àqueles quanto esta usufruem do termo e acabam por dissipar, ao menos no plano do discurso, as diferenças anteriores. Como já afirmado, na crença de que somente há espaço para um modelo de sustentabilidade possível, considerada aqui como uma “sustentabilidade pura”, esta só se justifica quando abarca o interesse comum e resguarda uma perspectiva civilizacional, portanto, coletiva. Nas brechas do discurso hegemônico, compreendido aqui, novamente, como àquele que não problematiza as causas da “insustentabilidade” urbana e que legitima a ação do mercado, abre-se espaço para a “sustentabilidade ideológica”, restrita à um modelo estratégico típico da cidade neoliberal.

Estes antagonismos serão mais cuidadosamente verificados a partir do estudo de caso do aglomerado urbano de Florianópolis, cujas especificidades oferecem elementos elucidativos à discussão. Antes, porém, o capítulo tece uma breve discussão de como o pensamento hegemônico neoliberal molda uma cidade conflitiva do ponto de vista ambiental e social e, mais além, verifica como o discurso ambiental hegemônico aporta neste modelo de urbanização a partir das ações do empreendedor privado, sem deixar de expor as principais evidências espaciais no território brasileiro.

4.1 A cidade brasileira face à ideologia neoliberal

Os dilemas urbanos no Brasil não começaram na década de 1980, mas é certo que, desde então, os desafios que a cidade brasileira enfrenta são bem mais prementes. É possível afirmar que os antigos problemas subsistem e se agravam de maneira particular a partir daquela década, assim como novos elementos surgem a fim de tecer um espaço conflituoso em vários aspectos associados à qualidade de vida das pessoas. Esse agravamento das condições de vida na cidade se expressa, fundamentalmente, no fenômeno da auto-segregação do espaço, o que, aliás, inscreve uma particularidade do contexto brasileiro no que tange o debate da sustentabilidade urbana. A auto-segregação se aprofunda e revela um padrão intra-urbano altamente regressivo do ponto de vista ambiental, social e econômico, segundo alguns aspectos determinantes.

Ela se intensifica, à começar, pelo aumento da pobreza e da informalidade detectadas ao longo dos anos 80, verificadas pelo aumento dos processos de autoconstrução nas periferias ou de ocupação de edifícios não utilizados nas áreas centrais, bem como no aumento de populações miseráveis sem residência fixa. Decerto, a ocupação das periferias condiciona a uma expansão horizontal do espaço construído notadamente insustentável do ponto de vista ambiental, visto que passam a ocupar novas áreas verdes, despender uma grande quantidade de energia no trajeto moradia-trabalho-moradia e a pressionar o ambiente de entorno a partir da geração de resíduos poluentes. Mesmo considerada uma forma cristalizada na história da cidade brasileira, observa-se, segundo alguns autores, a expansão brutal da favela a partir da década de 1980. Segundo Maricato (1996), nos anos 80 e 90 a população moradora em favelas cresceu mais do que a própria população urbana, sendo que, em 1991, quase 3,5% da população brasileira residia em favelas, um aumento de quase 70% com relação ao começo da década de 1980, quando àquele número girava em torno de 1,9%. Ao ler Mike Davis (2006), que demonstra uma série de dados sobre a pobreza urbana nas cidades do terceiro-mundo, é possível afirmar que a globalização neoliberal não somente reforçou, mas institui a morfologia espacial da favela como forma urbana predominante.

No Brasil as influências partem de diversos espectros, dentre os quais ganham destaque as mudanças no mundo do trabalho, na indústria e no campo, bem como os fatores macroeconômicos vinculados aos planos de ajustes estruturais ligados ao Consenso de Washington. No campo, destacam-se um comércio de *commodities* cada vez mais vinculado ao mercado financeiro e a conseqüente espiral concentradora de terras para fins especulativos, associado também a maior abertura para aquisição de terras por estrangeiros. O latifúndio se mantém, mas adquire a roupagem de uma nova “empresa rural”, moderna, tecnificada, globalizada, mas que embute o atraso, na medida em que empurra para os centros urbanos a população que não se incorpora na esteira das transformações. Convém afirmar também que este processo de acirramento das competições se conjuga aos modelos de reestruturação empresarial e produtiva dos capitais transnacionais que atuam no país, segundo relações de trabalho flexibilizadas de acordo com oscilações do mercado, bem como através da mecanização do processo produtivo. Embora sustente um modelo de modernização da indústria, o resultado mais aparente residiu na precarização das condições de trabalho, com a diminuição do nível de emprego formal em detrimento daqueles de caráter informal. Mike Davis afirma que o impacto geral na base econômica e nos empregos urbanos através da liberalização encontra forte “correlação entre a expansão do setor informal e o encolhimento do emprego no setor público e do proletariado formal” (DAVIS, 2006, p.180). Ademais, como se trata de um país periférico há que se observar também o papel das relações de endividamento externo e os planos estruturais relacionados ao Consenso de Washington, cuja pauta centrada no corte de gastos públicos favoreceu para a redução dos programas governamentais em políticas públicas urbanas, dentre elas voltadas à habitação.

Estes aspectos, porém, resguardam apenas uma dimensão do modo como a cidade se reconfigura desde então, sem contar que suas implicações serão muitas variadas de acordo com cada cidade. Os pontos de convergência entre elas, entretanto, residem na constatação de que praticamente todas se tornam um palco livre por onde fluirão as estratégias econômicas do mercado, e assim ocorre porque não há mediação correlata por parte do poder público em equacionar o interesse desse mercado (aqui deve ser compreendido como o grande capital, especialmente o

imobiliário), com o interesse geral. Isto significa numa população passiva que apenas observa a paisagem ao seu redor se transformando segundo ditames que lhes são alheios, e, àquele que deveria ser um agente normativo e regulador deste processo como o poder público não o é, e acaba por contribuir para os desequilíbrios que caracterizam a produção urbana no Brasil. O mesmo se subordina ao mercado e atuará como ele, uma vez que o poder político, na cidade neoliberal, só se mantém se articulado com um forte poder econômico que lhe respalde.

Carlos Vainer (2000) institui de maneira precisa de que forma a ideologia colonizará a política, segundo um protótipo de cidade que se orienta para tornar-se uma **mercadoria**, com a venda de imagens, localizações e outros elementos simbólicos, bem como uma **empresa**, que seria gerida nos limites da eficácia, da produtividade e da competitividade, e, por fim, como **pátria**, necessária para a legitimação e justificação do privatismo implícito à empresa e à mercadoria, de forma a agregar a população e criar o consenso para que os desejos do capital ocorram sem impedimentos. No Brasil e no exterior o que ocorre, basicamente, é que a engrenagem competitiva de mercado predomina nas ações do poder público local e dos empresários, em que o primeiro adota um modelo de gestão estratégica com vistas a oferecer os equipamentos urbanos e as condições técnicas, materiais e humanas necessárias para a ação do segundo.

Esta dimensão política tem sido discutida reiteradamente ao longo deste trabalho e, no Brasil, produz um conjunto de estratégias no âmbito da política urbana similares ao que já se processa na Europa. A política urbana empreendedora constitui um nexo elementar da cidade neoliberal e traz uma especificidade nova ao contexto urbano brasileiro. Ela engrena uma dinâmica de riqueza jamais antes vista e que nega a cidade real, não se articulando a ela e tampouco criando vínculos sociais e culturais que lhe traria coesão. A grande expansão dos mercados de construção e incorporação desde a década de 1980 somente pode ser explicada, aliás, se compreendidas estas facetas da política urbana neoliberal. A representatividade adquirida por condomínios e loteamentos, residenciais e comerciais, é o que demarca o prevalecimento do agente privado como produtor da cidade neoliberal, segundo os ditames de um mercado imobiliário altamente competitivo e monopolizado, cujas empresas de incorporação e

construção se amparam ao mercado financeiro buscando maximizar seus ganhos e dos acionistas que nela injetam seus capitais. A necessidade de responder os anseios do mercado financeiro alarga significativamente o processo de concentração fundiária nos principais centros urbanos, o que repercute diretamente nas dinâmicas internas da cidade segundo os valores da terra. Em estudo publicado em 2008 extraído do Portal da Revista Piauí, Maricato demonstra que somente 30% da população urbana estará incluída no mercado residencial:

Ele deixa de fora, em muitas cidades, até mesmo parte da classe média que ganha entre cinco e sete salários mínimos. Essas pessoas, legalmente empregadas, podem ser encontradas morando ilegalmente em favelas de São Paulo e do Rio. Grande parte da população urbana, sem qualquer alternativa legal, invade terra para morar. As terras que não interessam ao mercado imobiliário e são ocupadas pela população de baixa renda são exatamente as áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação de proteção ambiental (MARICATO, 2008).

O avanço do privatismo perpassa, neste sentido, na voracidade do agente imobiliário em seu contínuo consumo de espaço para investimentos e/ou especulação. Tais investimentos correspondem a empreendimentos residenciais verticais geralmente situados às margens de centros decadentes e empreendimentos residenciais horizontais localizados nas franjas urbanas (KOVARICK, 1994). A incorporação de terras por parte do mercado se amplia com o aumento gradativo da liquidez para a compra de bens urbanizáveis medida pelo incremento das classes médias e altas. Tal voracidade na procura por terras estrutura um padrão espacial conduzido pela valorização continuada dos terrenos, em que populações de baixa renda e boa parte das classes médias não estarão incluídas. Dentro deste modelo de estruturação, o espaço urbano representa em si um espaço político, onde a crescente dominação implicará em vantagens econômicas.

Dessa forma, uma cidade em fragmentos se desenha à luz da inocuidade do setor público e dos mecanismos de planejamento em controlar a avidez do mercado. Tais fragmentos expressarão um padrão de segregação por setores de classe muito bem definidos. Em metrópoles maiores, mas também em inúmeras outras, a

fragmentação se protagoniza na formação de territórios de dominação e exclusão, onde ao homem é imposto um espaço altamente restritivo e rígido, subordinado aos desejos privados de agentes imobiliários. No período atual, a reprodução do espaço aponta para rupturas encontradas entre o que é público e privado, ou entre o que é regular e irregular do ponto vista jurídico, ou, ainda, entre espaços de concentração de riqueza (infra-estrutura, empregos, investimentos, etc), e de pobreza (CARLOS, 2004).

A deterioração da qualidade de vida urbana, sobretudo a partir do aumento da criminalidade, passa a constituir uma versão particular de declínio do homem público e um centralismo no universo individual. O mercado explora esta narrativa do crime ou dos problemas ambientais para o desenvolvimento de estratégias de marketing visando novos signos de exclusividade. Neste processo, condomínios, shoppings e outros projetos específicos se dispersam mediante a “venda” de amenidades naturais, tão degradadas na cidade real, ou de conforto, com acesso a segurança e espaços comerciais diversificados e privativos (SOUZA, 2005). Como exemplos, citamos Alphaville e o projeto urbanístico Panamby, na Grande São Paulo, a Barra da Tijuca, no Rio, e, especificamente nos arredores de Florianópolis, onde se detém maior conhecimento por parte do autor, vemos a Cidade Pedra Branca, Jurerê Internacional, alguns loteamentos específicos na Lagoa da Conceição, o Sapiens Park, etc.

A cidade neoliberal é a cidade-discurso e está permeada de simbolismos. Se não é a cidade-global, é a cidade-modelo ou a cidade-sustentável. O Rio, por exemplo, preparou um aparato sócio-institucional que a concebe como a cidade-símbolo do Brasil para receber os capitais de grandes eventos. Em São Paulo, a região da Marginal Pinheiros se tornou a aposta do poder público para a edificação de um centro financeiro de alcance global, recebendo, segundo Nobre e Bonfim (2002), no decorrer das últimas três décadas, a maior parte das obras e investimentos públicos realizados pelos governos estadual e municipal. Em Florianópolis, a estratégia político-empresarial da municipalidade está em explorar o universo dos pólos tecnológicos e informacionais, como o projeto Sapiens Park, e, da mesma forma, busca impulsionar o turismo de luxo.

Em suma, estes fatores servem apenas como demonstração de que a racionalidade que comanda as ações dos principais produtores do espaço incute uma

série de desafios para a sustentabilidade da cidade brasileira. Sua legibilidade do ponto de vista ambiental reside, por exemplo, num modelo de cidade horizontalizada que prioriza o modal rodoviário, na ausência de infraestruturas básicas de saneamento ou na ocupação em áreas ambientalmente frágeis. Pelo ponto de vista social ganha relevo os índices de pobreza, o aumento da violência, a deterioração do patrimônio e dos serviços públicos, a erosão da cidadania, a derrocada da civilidade e da integração social, o culto ao exclusivismo, dentre outros.

A mesma vitrine que a noção de sustentabilidade impingiu na execução de projetos urbanos na Europa, também será explorada no Brasil, mas, como já dito, pelas ações dos grandes empreendedores privados. O intuito é continuar a explorar o rol de evidências espaciais que dão expressão concreta à retórica do discurso hegemônico da sustentabilidade, levando-o em conta como tendência do mercado imobiliário no Brasil, e, em muitos casos, como elemento agregador e/ou substituto ao discurso da segurança. O viés pautado pela segurança e pelo conforto torna-se insuficiente à luz da repercussão trazida por àquele permeado pelo imperativo ambiental, o que induz à alteração da lógica discursiva que tem predominado nas estratégias dos empreendedores. A proliferação continuada de condomínios fechados e de grandes centros comerciais tem cada vez mais dificuldade em abrigar o exclusivismo, e é sobre a sustentabilidade que o mercado busca, sob suas plaquetas publicitárias, não somente retomá-lo, mas levar ao encontro do empresário e do morador um sentimento de responsabilidade ambiental.

4.2 O discurso ambiental e sua apropriação pelo mercado imobiliário no Brasil: um panorama

Sustentabilidade é o modo como são geradas e compartilhadas riquezas, de forma economicamente viável, ecologicamente sustentável, socialmente responsável, respeitando a cultura local e garantindo que as gerações futuras também possam gerar e compartilhar riquezas (Concepção Geral de Sustentabilidade de uma grande incorporadora que atua no Brasil).

A citação acima fornece o núcleo do discurso apropriado pelo mercado imobiliário no Brasil, o que corresponde essencialmente ao mote que permeia a matriz discursiva hegemônica vista no capítulo 2. A atenção sobre esta interpretação poupará muitas linhas que buscariam daqui em diante explorar as especificidades do mesmo no Brasil, um trabalho particularmente infértil uma vez que estas praticamente não existem. Dessa forma, abre-se espaço para o uso indiscriminado de termos como “integralidade”, “sinergia”, “eficiência”, “responsabilidade”, “respeito”, e outros elementos que visam harmonizar o fator ambiental, social e econômico como engrenagens de uma máquina em perfeito funcionamento. Mera reprodução do que já se processa no exterior.

Dito isto, é necessário reforçar a afirmação de que empreendimentos que se apropriam do discurso ambiental constituem a mais visível tendência da indústria da construção no Brasil, e isto pode ser verificado no âmbito dos novos lançamentos. Não importa aqui se representam uma parcela minoritária de tudo o que o mercado tem produzido desde o ano 2000, mas sim sua tendência de crescimento verificada desde então, à medida que a noção de sustentabilidade ganha espaço na mídia e na esfera política. Da mesma forma, é preciso considerar o aspecto das variabilidades, notada em intervenções que comportam uma lista extensa de tecnologias ambientais em comparação à outras, ou àquelas que possuem certificação em detrimento de outras que seguem o padrão tradicional de edificação, mas que, não obstante, se utilizam indiretamente do discurso ambiental em instrumentos de marketing.

Como explorado no capítulo 2, por se tratar de um agente privado o foco recairá quase sempre sobre o uso da tecnologia da construção, não obstante um ou outro empreendimento mais progressista promova certas medidas de integração com a comunidade de entorno, como atividades sócio-educativas. Não importa, dessa forma, se cada um promove suficientemente mecanismos que permitam o alcance de um desenvolvimento sustentável, mas sim de que este se consagre sob as pequenas ações conduzidas sob a vanguarda do agente econômico. A lógica discursiva após a década de 1990, ao introduzir o termo “desenvolvimento”, reposiciona o papel do agente privado de modo que este se torne, ao mesmo tempo, um agente estruturador de um novo cenário futuro. A sustentabilidade enquanto ideologia parte dessa

premissa e, de fato, impulsionará a proliferação de empreendimentos que usufruem dessa narrativa ao longo de pouco mais de 10 anos. Neste período entre o ano 2000 e 2014 a expansão de loteamentos, condomínios horizontais e verticais, centros e galerias comerciais, receberá uma influência que nasce de uma cultura do “verde” veiculada na mídia digital e televisiva. Boa parte do setor empresarial do ramo da construção, assim como boa parte das autoridades políticas não irão falar que a sustentabilidade não estará na sua agenda.

O que importa mencionar é que no Brasil as ações em torno da mesma se realizam em torno de ações desconexas, desprovida de qualquer articulação entre setores de governo, do empresariado e da sociedade civil. Na Europa, a despeito de todas as críticas realizadas no capítulo precedente, os modelos de intervenção baseados nos *écoquartiers* seguiam parâmetros pré-estabelecidos e faziam parte de uma política nacional associada às diretivas da União Européia. Pode-se dizer que àquele mesmo discurso que caminha com determinada coerência escalar e espacial na Europa, em que cada coletividade formada por gestores públicos, empresários e moradores desenvolve um projeto específico de bairro “sustentável”, no Brasil seguirá ao gosto das individualidades de cada empreendedor, tampouco alterando o predatório modelo de urbanização fragmentado e disperso. Não importa aqui se este ou àquele empreendedor atuam com boas intenções ou por puro oportunismo, mas que o paradigma ambiental internalizado nas ações desses agentes apenas se insere à ordem urbana pré-existente, em vez de engendrar um princípio novo de organização do espaço.

O fato é que não haverá qualquer ação em “sustentabilidade” por parte do mercado imobiliário sem que esta não garanta, em longo prazo, ganhos econômicos e de competitividade. Este é o fator mais importante e se pauta na crença de que a empresa que não se adequar às novas exigências corre o risco de ser excluída do mercado. No que tange o ramo da construção no Brasil, é notório a formação de um consolidado mercado da “sustentabilidade” que envolve setores da incorporação, empresas de inovação e tecnologia da construção, escritórios de arquitetura e consultoria, agências certificadoras, escolas para formação de profissionais capacitados, etc. Informações levantadas para esta pesquisa com empresários do setor

expõem uma perspectiva geral de crescimento do interesse de novos compradores que buscam residir num “condomínio sustentável”. Os impulsos de tal crescimento no Brasil contam com o senso de responsabilidade em residir em unidades habitacionais adequadas às demandas do ambiente, e, vale dizer, tal adequação somente diz respeito ao aspecto construído, jamais à cultura de consumo do morador ou ao padrão espacial que o empreendimento incute. Da mesma forma, tal senso de responsabilidade é potencializado ou estará acompanhado de preocupações econômicas de longo prazo, uma delas concernente à economia de água e energia garantidas pelos sistemas tecnológicos, assim como com os custos de uma possível adequação de um imóvel convencional exigida nos âmbitos das autoridades públicas.

4.2.1 As certificadoras em atuação no Brasil

“É fácil vender alguma coisa como sustentável. As empresas incorporam tecnologias ambientais, obtêm certificação e chamam de sustentável” (Ângela Maria Gabriella Rossi, Prof. da Escola Politécnica da UFRJ)

Os principais agentes que canalizam o discurso ambiental hegemônico e reconvertem em mudanças no mercado imobiliário apontam para as duas principais agências de certificação em “construção sustentável”, segundo sua própria denominação, além do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), uma OSCIP que articula lideranças empresariais com o objetivo de difundir o que chamam de “boas práticas em sustentabilidade” na construção civil. O foco sobre as certificadoras é notadamente mais preponderante, tendo em vista que o selo de qualidade é o ponto por onde convergem os objetivos fundamentais do setor, e por onde é possível enxergar também seu crescimento. São elas que atestarão o potencial “sustentável” da construção e que, conseqüentemente, influirão para a agregação de valor à empresa. A formação de profissionais capacitados no setor e o surgimento, por exemplo, de escritórios de arquitetura e consultoria que adicionam a palavra “sustentável” em sua marca, atuam de modo a se referenciar pelos critérios exigidos pelas instituições certificadoras.

Neste sentido, as duas principais em atuação no Brasil constituem o *Green Building Council Brasil* e a *Fundação Vansolini*, com base na concessão dos certificados LEED e AQUA, respectivamente. Outros selos que certificam empreendimentos no Brasil são o BREEAM, selo britânico bem difundido na Europa, o Procel Edifica da Eletrobrás e o Casa Azul da Caixa Econômica Federal.

Tabela 6 – Certificadoras da construção “sustentável” no Brasil

Certificadora	País de Origem	Selo	Custo Médio	
Green Building Council	Estados Unidos	LEED	5 e 50mil m ² \$ 0,45 p/m ²	Ed>50mil m ² \$ 25 mil
Fundação Vansolini	Brasil	AQUA	Em torno de R\$ 3,5 p/ m ²	
Building Research Establishment	Grã Bretanha	BREEAM	Sem Dados	
Eletrobrás	Brasil	PROCEL	R\$ 20 mil	
Caixa Econômica Federal	Brasil	CASA AZUL	Taxa de Análise máx R\$328	

Fontes: **GBC Brasil**. Disponível em: <http://www.gbcbrazil.org.br/?p=faq> / **Revista Técnica**. Disponível em: <http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/162/artigo286744-1.aspx> / **Sinduscon-SP**. Disponível em: http://www.sindusconsp.com.br/envios/2012/eventos/casa_azul/seloCasaAzul.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2013.

Com exceção do PROCEL que está associado apenas à eficiência energética, todos os selos comportam uma série de exigências segundo diferentes metodologias de avaliação e classificação do “potencial sustentável” da edificação. Antes de observá-las é preciso mencionar que a imprecisão relativa à noção de sustentabilidade em termos conceituais e de aplicabilidade denota a subjetividade destes processos de avaliação. Em outros termos, há quase uma inobservância generalizada de dois problemas associados aos processos de certificação e isso não se restringe apenas ao Brasil: um de caráter semântico à respeito do termo “sustentabilidade” imbricado às relações humanas; outro que se apropria de uma ideia deturpada do termo e a

trabalha de maneira subjetiva, tanto por denominações qualitativas (Bom, Muito Bom, Excelente, etc), como quantitativas (definidos por um sistema de pontos ou porcentagem). Da mesma forma, em cada agência podem ser encontrados diferentes critérios de avaliação, e, quando há similitudes, cada critério pode ainda ser interpretado conforme diferentes níveis de importância. Isto significa que para uma determinada agência um empreendimento pode apresentar um conceito bom, mas para outra pode ser insuficiente ou excelente em função dos diferentes métodos e critérios adotados. Tomando como exemplo o selo AQUA e LEED, é possível verificar preocupações comuns ligadas à racionalização do uso da água, consumo de materiais, gestão no canteiro de obras, qualidade do ambiente interno e saúde dos ocupantes, eficiência energética e poluição por emissões, qualidade da implantação e gestão do empreendimento. O AQUA realiza uma ponderação equilibrada entre todos estes critérios, ao passo que para o processo LEED o fator da eficiência de energia e o consumo de materiais recebem peso dobrado na avaliação.

Em que pesem estas variações metodológicas, vale notar que estes critérios são igualmente relevados nos procedimentos para a certificação BREEAM e CASA AZUL. Como no Brasil apenas sete empreendimentos recebem estes selos, um número muito incipiente se comparado com as proporções do LEED e AQUA, não há razão para se aprofundar nas particularidades de cada um, senão apontar os empreendimentos por eles certificados. Apesar de ser o primeiro selo criado no mundo, o BREEAM certifica apenas um empreendimento localizado no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, idealizado por um conjunto de arquitetos cuja finalidade é edificar um loteamento “modelo de desenvolvimento sustentável” (Ver Figura 25 abaixo).

As exigências do BREEAM partem desde o gerenciamento da obra, com parâmetros que levam em conta o comportamento sócio-ambiental dos construtores e o monitoramento de impactos, até a saúde e bem estar dos moradores, como parâmetros de ventilação natural, iluminação interna e externa, desempenho acústico, dentre outros. Ao fim, o nível de sustentabilidade avalizado no processo BREEAM, especificamente para este empreendimento brasileiro, comporta, além dos dois supramencionados, os fatores associados ao consumo de energia, água e materiais, transporte, uso da terra e geração de poluição (Ver Tabela – Anexo B)

Figura 25 – Lotes 01 e 08 do projeto Movimento Terras, certificado BREEAM

Fonte: Movimento Terras. Disponível em: <http://www.movimentoterras.com.br/> Acesso em 20 de setembro de 2013

O selo CASA AZUL constitui um modelo de certificação criado pela Caixa Econômica Federal a ser incorporado no programas habitacionais financiados pela instituição. Com critérios similares aos outros, certificou seis empreendimentos até o ano de 2013: Condomínios E e G – Complexo Paraisópolis, Edifício Hab 2 – Complexo Chapéu Mangueira/Babilônia, Ville Barcelona, Residencial Guaratinguetá, Residencial Parque Jequitibá e Residencial Bonelli. Com exceção dos dois primeiros, aplicados em programas de urbanização de favelas, o selo aponta para intervenções de pequeno à médio porte de uso residencial. É o caso do residencial Bonelli, localizado em Joinville, Santa Catarina, o primeiro a alcançar o “selo ouro” em razão do cumprimento de todos os critérios obrigatórios e mais doze opcionais definidos em seis categorias de

avaliação (Qualidade urbana, projeto e conforto, eficiência energética, conservação de materiais, gestão da água e práticas sociais). (Ver Tabela – Anexo C)

Figura 26 – Publicidade com o selo Casa Azul

Fonte: Rogga S&A. Disponível em: <http://www.roggasa.com.br/institucional/sustentabilidade>. Acesso em 24 de setembro de 2013

Nada pode ser comparado, no entanto, ao processo do GBC e da Fundação Vansolini, cujos critérios têm orientado um número significativo de novos investimentos em “prédios verdes” e “bairros sustentáveis”. Em números fornecidos pelas próprias agências, até o ano de 2012 já existiam 145 edifícios certificados no Brasil, 66 com o selo AQUA e 79 com o LEED, sendo que este ainda possui 640 processos em aberto com vistas à certificação, dentre os quais 291 são não sigilosos e 270 tramitam em regime de confidencialidade. De fato, o CBG Brasil se apresenta como a principal certificadora no Brasil, seguindo os parâmetros da USGBC. É aplicado em quase todos os tipos de construção, como novas construções e grandes reformas estruturais, edifícios que buscam readaptar-se segundo os critérios exigidos, interiores comerciais, escolas, hospitais e escalas que extrapolam o nível do edifício, notadamente o planejamento de bairros. Cada um deste comporta um selo específico que estabelece distintas variações metodológicas, sem, no entanto, desviar dos critérios essenciais da certificação LEED (Ver anexo D). Cada categoria pode observada no quadro abaixo.

Tabela 7 – Categorias de certificação LEED segundo diferentes tipologias

Categoria	Descrição
LEED NC	Novas construções
LEED EB-O&M	Edifícios existentes: operações e manutenção
LEED CI	Interiores comerciais
LEED CS	Core & Shell (CS) - núcleo e fechamentos
LEED Schools	Escolas
LEED Retail NC & CI	Varejo
LEED Healthcare	Saúde
LEED ND	Desenvolvimento de vizinhança (Bairros)

Fonte: GBC Brasil. Disponível em: <http://www.gbcbrazil.org.br/?p=certificacao>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

O sistema funciona a partir de um regime de pontuação definido de acordo com o cumprimento de cada critério, no qual indica o nível de “excelência” em sustentabilidade do empreendimento a partir de quatro níveis: certificado, prata, ouro e platina. No anexo E está disponível a relação de empreendimentos certificados com o selo LEED até o ano de 2013, de modo a enfocar sua localização, categoria, nível atingido e a pontuação. O anexo F contém os empreendimentos registrados não sigilosos, que podem ou não serem certificados no futuro.

No que tange ao selo AQUA (Alta Qualidade Ambiental), a Fundação Vansolini se ampara no sistema francês do HQE (Haut Qualité Environmental), selo adotado nas edificações presentes nos *écoquartiers*. É baseado em 14 critérios cujo empreendedor necessita se deter logo na fase do projeto, e o selo somente é garantido se atingidas, dentre os 14 critérios, um mínimo de 3 excelentes, 4 ótimos e 7 bons. Abaixo estão relacionados os critérios AQUA e, no anexo G, está exposto todos os empreendimentos por ele certificados até o ano de 2013.

Tabela 8 – Critérios de certificação AQUA

1	Relação do edifício com o seu entorno
2	Escolha integrada de produtos, sistemas e processos construtivos
3	Canteiro de obras com baixo impacto ambiental
4	Gestão da energia
5	Gestão da água
6	Gestão dos resíduos de uso e operação do edifício
7	Manutenção - Permanência do desempenho ambiental
8	Conforto higrotérmico
9	Conforto acústico
10	Conforto visual
11	Conforto olfativo
12	Qualidade sanitária dos ambientes
13	Qualidade sanitária do ar
14	Qualidade sanitária da água

Fonte: Fundação Vansolini. Disponível em: www.vanzolini.org.br/download. Acesso em 25 de setembro de 2013

4.2.2 Tramas e tendências em curso no Brasil: explorando alguns casos exemplares

Sobre diversas tipologias, é importante constatar que a tendência da “sustentabilidade” na concepção de qualquer empreendimento é fenômeno que se evidencia por praticamente todas as regiões do Brasil. Se considerar apenas a projeção de certificações LEED, pelo menos 20 Estados possuem ao menos um novo empreendimento baseados nos critérios do GBC. O mais importante, porém, é ressaltar o crescimento anual da procura por certificados e a dispersão territorial que os empreendimentos vêm adquirindo, tendo em vista que as principais metrópoles já apresentam um caso elucidativo em que o discurso ambiental é utilizado como modelo identitário de condomínios, loteamento, edifícios, etc. Neste sentido, é relevante delinear que o fenômeno está imbricado à várias tipologias de construção e escalas, e

não necessariamente deve estar vinculado à uma agência certificadora, mas simplesmente ao discurso e as narrativas que ele aporta.

O aumento da procura por certificados torna-se, neste sentido, um medidor de como o empresário embarca nessa “demanda” instituída pelo mercado. Porque é este sentido que engrena o processo, a de que há uma constatação de que tais empreendimentos possuem viabilidade econômica, na medida em que representam um diferencial que alicerça uma boa fonte de lucros. Com efeito, é válido realizar uma verificação em torno de algumas cidades brasileiras e quais exemplos as mesmas oferecem como demonstração, tanto pela dispersão do discurso ambiental no mercado imobiliário, quanto pelas contradições que o mesmo internaliza em razão dos conflitos que engendra ao espaço urbano em sua integralidade. O foco de maior interesse está em explorar projetos de grande impacto no âmbito urbano, sobretudo àqueles horizontais e que exercem significativa pressão sobre o mercado de terras. Em outras palavras, diz respeito à condomínios residenciais de grande porte voltados para classes médias e altas, grandes loteamentos, centro de consumo e lazer, resorts, pólos tecnológicos, etc.

Cada região brasileira apresenta casos de relevância que poderiam engendrar uma análise específica, e, do mesmo modo, seria inviável apontar com precisão a totalidade de empreendimento que surgem anualmente. Uma das afirmações deste trabalho busca justamente reforçar o caráter processual de um fenômeno em crescimento acelerado, o que, de certa forma, inviabiliza um levantamento mais acuidado na escala brasileira. Para isso elencou-se apenas uma capital e seu aglomerado de entorno, Florianópolis, que será observada mais adiante. Neste ponto caberá apenas realizar uma leitura que aponte exemplos elucidativos de como o discurso ambiental se tangencia ao modelo identitário de urbanização no Brasil, o que consiste em apresentar uma parcela amostral do que se processa no território como um todo.

E, embora este capítulo tenha começado com afirmação de que é setor privado o principal agente dispensor de empreendimentos, o que de fato é uma constatação se se observa a lista daqueles certificados, deve ser destacado o papel do setor público em alguns grandes projetos de implicação metropolitana, um deles considerado de

relativa importância: o projeto do setor noroeste, em Brasília. Denominado de Setor Noroeste Ecovila, constitui um projeto de configuração de um bairro para 40 mil habitantes, formado por 20 quadras com 220 prédios residenciais e 24 quadras com 195 prédios comerciais. A estratégia do pioneirismo não estará ausente, pois se autodenomina o “primeiro bairro ecológico do Brasil”, um rótulo muito comum em empreendimentos “sustentáveis”. Aqui, todos os prédios seguirão os padrões gerais exigidos pelas certificadoras, de modo a compor um bairro alimentado por corredores de ônibus e ciclovias, com jardins e áreas verdes e, de acordo com o próprio portal do projeto, com amplas áreas de estacionamento.

Figura 27 – Imagem do Setor Noroeste

Fonte: Bairro Noroeste. Disponível em: <http://www.bairronoroeste.com.br/noroeste/o-projeto-do-noroeste>. Acesso em: 30 de setembro de 2013

Vendido como o bairro mais privilegiado de Brasília pela alta tecnologia e pela infraestrutura, proporciona, na visão do empreendedor, “a união perfeita para quem quer a comodidade e o prazer de morar em uma ecovila”. A abusiva associação com a questão ambiental esconde, por outro lado, os inúmeros problemas e irregularidades com os órgãos ambientais para a obtenção de licenças de construção. Segundo o movimento Cerrado Vivo, a área constituía uma das últimas reservas de cerrado de Brasília e, ao ser tomada pelas construções, viu as tribos indígenas ali estabelecidas serem gradativamente deslocadas para outros locais. As irregularidades na

implantação são conhecidas da população brasileira, e envolvem casos de corrupção nos setores de licenciamento e favorecimento às grandes construtoras. O próprio Ministério Público do Distrito Federal entrou com pedidos de paralisação das obras em função dos danos ambientais, à ordem urbanística e ao patrimônio tombado do Distrito Federal (Portal Correio Braziliense, agosto de 2013).

Assim como o setor noroeste, outras intervenções de grandes proporções se espalham pelo território de modo a impor seus próprios ditames de “sustentabilidade”. Um exemplo se refere à Reserva do Paiva, na grande Recife, empreendimento do grupo Odebretch que consome 530 hectares do que resta de Mata Atlântica ao longo de quase nove quilômetros de praias do litoral sul pernambucano (Em alguns pontos construído quase à beira da praia). O projeto urbanístico conta com condomínios residenciais e empresariais, hotéis, marina, clubes esportivos, shopping, campo de golfe, e outros equipamentos que procuram, na retórica do empreendedor, erguer o *“primeiro bairro planejado de Pernambuco, onde é possível viver com a melhor infraestrutura, sofisticação e o máximo de qualidade de vida em **total harmonia** com o meio ambiente”* (Portal da Reserva do Paiva, 2013, grifo meu)

Figura 28 – Panorama de uma parcela da Reserva do Paiva

Fonte: ORI. Disponível em: www.orealizacoes.com.br/Novos-Destinos-Urbanos-Conceito.aspx?id=21. Acesso em 01 de outubro de 2013

Em cada empreendimento que forma o complexo imobiliário da Reserva do Paiva existe uma vinculação direta com as preocupações ambientais, e isso pode ser verificado em suas placas publicitárias. A própria adoção do termo “Reserva” incute a noção de preservação daquela área, e exprime ao mesmo tempo de que a mesma seria conduzida com base nas ações ambientais trazidas pelo empreendimento. Entretanto, o que se observa neste caso é a coalizão da indústria do turismo de luxo e do setor imobiliário residencial “jogando com a carta” da preservação a fim de estabelecer seus interesses na área. O exclusivismo e o padrão de segregação sócioespacial será marcante neste processo, a partir de uma elite consumista que se desloca do centro urbano do Recife por intermédio de um modelo rodoviarista de dispersão urbana. Um contrasenso que se complementa com a constatação realizada por Vuailat (2012), de que o grupo Odebretch, além de construir o complexo, propôs criar mecanismos de segurança em todo trajeto entre o Aeroporto do Recife e a Reserva do Paiva, dentre eles a instalação de um pedágio, câmeras de vigilância e rondas de segurança realizadas por empresas privadas.

A Reserva do Paiva alude, dessa forma, ao setor de turismo e as implicações que grandes redes hoteleiras e de lazer trazem para a análise da apropriação do discurso ambiental no setor da construção. Convém levantar brevemente que um dos produtos mais exemplares desta indústria são os “ecoresorts”, substitutos aos tradicionais “resorts”, por adotarem um ou outro princípio ambiental. Chama atenção, neste sentido, o crescimento desse tipo de empreendimento ao longo da costa brasileira, em sua maioria localizados nas áreas contíguas a faixa praial, bem como em áreas rurais. Independente do sítio, o que deve ser enfatizado é que por se constituírem como equipamentos de forte proximidade com amenidades naturais, permitem com que grupos empresariais explorem as oportunidades e vantagens da utilização do discurso ambiental e todas as variações terminológicas a ele associadas, neste caso com o uso do radical “eco”. Aqui, ainda que em alguns casos não exista investimentos no aparato tecnológico, haverá incentivos à programas de recuperação ambiental, à criação de centros de conservação e programas de conscientização desenvolvidas junto ao espaço de entorno dos empreendimentos. Portanto, esta é

umas das formas por meio do qual a indústria do turismo busca se readequar e se inserir nas exigências que o discurso ambiental hegemônico impõe globalmente, e as evidências no Brasil são inumeráveis. Uma breve pesquisa na internet é suficiente para demonstrar essa afirmação, como ilustrado nas figuras a seguir.

Figura 29 – Vila Galé Ecoresort

Fonte: <http://leconcierge.uol.com.br/blog/post/1004,VILA-GALE-ECO-RESORT--RESORT-SUSTENTAVEL>. Acesso em 02 de outubro de 2013

Figura 30 – Ecoresort Ibiquá

Fonte: <http://ibiqua.com.br/site/conteudo/ibiqua-sustentavel>. Acesso em 02 de outubro de 2013

Figura 31 – Santa Clara Ecoresort

Fonte: http://www.santaclaraecoresort.com.br/resort_sustentabilidade.php. Acesso em 02 de outubro de 2013

Figura 32 – Oscar Inn Ecoresort

Fonte: <http://www.oscarinn.com.br/hotel-aguas-de-lindoia/sustentabilidade/>. Acesso em 02 de outubro de 2013

A Associação Brasileira de Resorts viabiliza uma parcela amostral de empreendimentos que adotam princípios ambientais em seu portal na internet, reunindo 47 dos principais resorts do Brasil cuja adesão somente está condicionada se o empreendedor investe em “ações em prol do planeta” (Ver resorts no anexo H). Tanto nos resorts associados quanto em outros observados para esta pesquisa, a variável ambiental é mencionada ao menos uma vez, sobretudo pelo termo “sustentabilidade” ou pelo prefixo “eco”.

Relevando as distintas funções, o resort apenas replica a tendência observada nos empreendimentos comerciais e residenciais dos centros urbanos, ressaltando que terá sua estratégia reforçada ao se assimilar diretamente com um espaço natural de entorno que lhe dá sentido enquanto investimento turístico. O importante, por outro lado, é destacar que o fator ambiental funciona como instrumento que conecta as diferentes formas urbanas em torno de uma mesma matriz discursiva. Voltando-se para o setor residencial, o uso de novas técnicas e métodos de construção é explorado por intermédio de termos como “inovação”, “evolução”, “projeto inteligente”, e outros que já citamos como “sinergia”, “harmonia”, etc. Com o intuito de evidenciar mais casos, foram levantados outros empreendimentos de uso residencial e a maneira como tratam o componente ambiental em suas estratégias (com exceção da CLAVI EccoTower que é comercial, mas cujo slogan é exemplar). Alguns destes já estão elencados nas listas em anexo, em razão de já terem sido certificados.

Tabela 9 – O tratamento discursivo em alguns empreendimentos

Nome do Empreendimento	Costrutora/Incorporadora	Certificação	Slogan
Cidade Universitária Pedra Branca	Pedra Branca Ltda		Urbanismo Sustentável
CLAVI EccoTower	Clavi	Aqua	Sustentabilidade em perfeito equilíbrio com a sofisticação.
Ecogarden	Ecoingá		Qualidade de vida e segurança com muito mais liberdade e harmonia com o meio ambiente.
Ecovalley	Ecoingá		Um bairro inovador na região mais promissora da cidade.
VivaVerde Jacira Reis	Grupo Cristal	Aqua	Viva Verde é assim. Inteligente no projeto e econômico no morar.
Euroville	Euroamérica		Euroamérica, construindo sonhos e preservando a vida
Ecolife Tatuapé	Ecoesfera empreendimentos sustentáveis		Gestão Consciente de Negócios Imobiliários Sustentáveis
Ecolife Vila Maria			
Ecolife Vergueiro			
Ecolife Morumbi			
Ecoway Carrão			
Ecoway Vila Nova Cachoeirinha			
Ecolife Vila Leopoldina			
Ecolife Santana			
Ecolife Independência			
Ecolife Jaguaré			
Ecoone Araucárias			
Ecolife Recreio			
Ecolife Freguesia			
Ecoway Mapendi			
Ecolife Campestre			
Ecolife Parque Prado			
Ecoway Mansões Santo Antônio			
Ecolife Jardim Botânico			
Evolution Ecologic Residence	Ecomundo	Leed e Aqua	Respire fundo: você está diante de um empreendimento que preza pelo verde.
Infinet Ecologic Residence	Ecomundo	Leed e Aqua	Um Apartamento que você e o mundo sempre quiseram.
Reserva Anauá	Casoi	Aqua	Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
Reserva do Paiva	Odebrecht	Aqua	Venha morar em um empreendimento onde o meio ambiente é pensado por inteiro
Movimento Terras		Breeam	Em busca da Sustentabilidade

Alameda dos Ipês	Abramar		A evolução em morar em Itajaí
Ecovillagio	Loft		Diferenciais ecológicos únicos, como a sensação de cuidar da natureza
Ecovila Resort Residencial	Concreplan		Um empreendimento pioneiro no Brasil quando o assunto é sustentabilidade. Com segurança, lazer e contato com a natureza, tendo a bela Praia Grande como pano de fundo.
Veredas do Lago Azul	Breseghele		Aqui tecnologia faz parte da natureza

Fonte: Sites dos respectivos empreendimentos

Aqui estão elencados, neste sentido, alguns casos que exemplificam a retórica que permeia o discurso ambiental no bojo do mercado imobiliário no Brasil. A “cultura da sustentabilidade” e as interpretações que recaem sobre ela acabam, dessa forma, ganhando novos territórios como resultado do próprio avanço do capital na busca por novos investimentos. Antes do que uma perspectiva portadora de uma nova ética, é posta do avesso a fim de atender e de se adequar ao *status quo* dominante. Cifras bilionárias, arranjos políticos, poder e favorecimento nas esferas decisórias, apelo ao consumo e aos signos de riqueza, busca pela diferenciação, aversão a tudo que se vincule ao público e coletivo, são elementos estruturais que engrenam ou estão mais ou menos associados à indústria da construção e a concepção de um empreendimento imobiliário. Os mesmos solapam qualquer tentativa de alteração de uma ordem estabelecida no tecido social e urbano, porém, àquela indústria abusa dessa nova roupagem de transformação no qual a noção de “sustentabilidade” aporta. A racionalidade ambiental, vista aqui como subordinada à econômica, acaba por transparecer a ideia que é ela quem comanda o mercado, pois estará reiteradamente colocada na gestão das empresas, moldando-as à determinadas ações positivas ou induzindo-as à alguns processos de reformulação. Tais mudanças mascaram o papel no qual o paradigma ambiental passa a desempenhar nas cidades, e isso inscreve uma territorialidade marcada pelo discurso porque auxilia para o exercício do poder e das relações econômicas que visam controlar e influenciar as pessoas de maneira simbólica (HAESBAERT, 2004).

Portanto, estes são alguns elementos trazidos com a finalidade de oferecer uma leitura de como a cidade brasileira responde as influências que os paradigmas neoliberal e ambiental impelem ao fenômeno urbano. Evidentemente que uma lógica ambiental alternativa estará sempre presente na miríade de pequenas ações coletivas e individuais da população, mas é sob o desempenho do médio e grande empresário da construção, arquitetos, empreiteiros, consultores e outros agentes econômicos que, em conjunto com as viabilidades empenhadas pelos governos locais, opera-se uma transformação responsável por trazer uma nova tendência ao espaço e à urbanização. Não àquela vista na Europa, de certa concertação em torno de um novo modelo urbano centrado pela sustentabilidade, no qual, como visto, também não está alheio à limitações e reducionismos, mas que resguarda um conteúdo programático em diferentes escalas. No Brasil recai a pura “sustentação da insustentabilidade”, para utilizar o termo cunhado por Carlos Walter Porto Gonçalves, uma “maquiagem” verde desempenhada ao bel-prazer de cada político ou empresário.

Em que pesem os argumentos e evidências trazidas até aqui, caberá nesta parte final demonstrar uma realidade particular inscrita neste fenômeno que se generaliza em graus variados e sob diferentes formas em muitos países. Um aglomerado específico pautado por constantes conflitos entre a população local e o setor da construção, o que, em outras palavras, remete à contínua luta pela preservação de um ambiente natural face os interesses econômicos de exploração da renda da terra. Trata-se de Florianópolis e alguns municípios de entorno, embora sobre estes apenas será interessante avaliar determinados empreendimentos de relativa importância para a análise, uma vez que o foco principal enxerga a Ilha de Santa Catarina, por si só, uma evidência seminal.

4.3 O Aglomerado urbano de Florianópolis e seus territórios de (in)sustentabilidade

O rebatimento empírico das discussões até aqui desenvolvidas encontra nas implicações territoriais do aglomerado urbano de Florianópolis um espaço elucidativo, tendo em vista que o avanço da urbanização sobre esta região tem demonstrado

indicativos palpáveis de profundas contradições sócio-ambientais expressas em conflitos contínuos entre a sociedade civil e o setor imobiliário.

Considerada um núcleo de porte médio, Florianópolis e os principais municípios⁵⁴ de entorno abrigam um contingente populacional aproximado de 1 milhão de habitantes (Figura 33). Embora este número caracterize um aglomerado de porte pequeno a médio se comparado com outros no Brasil, também esconde um ponto fundamental que coloca essa região como área de especial interesse para os estudos relativos à organização espacial e do território. Seu processo de urbanização, mesmo seguindo um padrão equivalente ao restante do país, encontrará uma peculiaridade inserida na imagem conferida à paisagem urbana, na atratividade potencial da cidade na exploração de vantagens específicas para a representação do “viver bem”. Neste ponto reside uma especificidade associada ao contexto que envolve a Ilha de Santa Catarina e o continente, sobretudo nos bairros mais próximos à costa, e, como resguarda importantes componentes simbólicos para moradores e turistas, atrai um mercado imobiliário sedento por ativos com alto potencial de valorização e acumulação. Paradoxalmente, o avanço dos mercados “verdes” no setor da construção e da incorporação imobiliária se expande na mesma proporção que a problemática ambiental urbana, em que o discurso ecológico se insere direta ou indiretamente em diferentes empreendimentos, de acordo com os respectivos estratagemas desenhados pelos empresários.

Embora resguarde especificidades, o aglomerado expõe uma urbanização que ganha contornos representativos associados ao período neoliberal. Isto consiste em visualizar fragmentos que se formam a partir de dinâmicas opostas verificadas pela ação do capital imobiliário, em detrimento à dinâmica das populações tradicionais, do cidadão “comum” em seu cotidiano. Da mesma forma, aponta para fragmentos entre espaços públicos e privados, o que configura um campo de conflitos emoldurado, basicamente, por lutas entre a preservação da base ecológica, em detrimento do assédio crescente por novas áreas de exploração imobiliária.

---

⁵⁴ Sobretudo São José, Palhoça, Biguaçu e Governador Celso Ramos.

Figura 33 – O aglomerado urbano de Florianópolis em destaque

Fonte: Estado de Santa Catarina. Mapa interativo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>. Acesso em: 20/08/2011

Em outras palavras, tais enfrentamentos passam a expressar as contradições entre a preservação do espaço público, não somente enquanto espaço de socialização cotidiana, mas também como espaço de interação entre o homem e a própria natureza, e o avanço acelerado da esfera privada institucionalizada nas ações do mercado imobiliário e seu crescente domínio sobre terras de grande potencial para investimentos, muitos delas de fragilidade ambiental.

4.3.1 Formação do aglomerado urbano de Florianópolis: nexos e particularidades na dualidade Ilha - Continente

Não é possível ignorar os elementos geográficos na indução da urbanização da capital catarinense. De fato, competiu ao Estado, em Florianópolis, única capital situada sobre uma ilha costeira (diferentemente de Vitória e São Luis, que se situam em ilhas fluviais), planejar e gerir uma cidade sobre um espaço confinado pelas águas

do oceano atlântico e outros elementos físico-naturais como lagoas, a laguna da conceição, dunas, morros, restingas, mangues, etc.

Esse aspecto necessita ser mencionado na medida em que a Ilha de Santa Catarina, com a cidade de Florianópolis, e o continente analisado neste trabalho, com parte de Florianópolis, mais os municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e Governador Celso Ramos, se configuram a partir de estruturas distintas a partir de seus aspectos fundiários, urbanísticos, geográficos, econômicos, demográficos, etc. Como já mencionado, os aspectos naturais da Ilha influem decisivamente no processo de urbanização e transformam-se em fatores simbólicos de exploração da imagem da cidade. Com efeito, a complexidade do espaço insular infere uma diferenciação que necessita ser destacada, pois proporciona melhor legibilidade ao contexto da região conurbada.

De maneira geral, a dicotomia ilha-continente se apresenta como uma ruptura importante no contexto metropolitano, tendo em vista dois elementos essenciais: um é a concentração de riquezas na Ilha, o que consiste na predominância de investimentos públicos e privados no centro e em balneários específicos; e outro que implica em perfis migratórios heterogêneos segundo a renda e o nível cultural dos novos moradores. Embora ilha e continente comportem contingentes similares de baixa renda, como trabalhadores da construção civil e de setores de serviços em geral, na ilha ainda precisa ser considerado um contingente migratório de camadas de maior rendimento, como aposentados, profissionais autônomos, estudantes universitários, empresários do setor hoteleiro e do turismo.

A expansão da migração possui uma relação direta com o avanço da urbanização e com a expansão demográfica do aglomerado, ocorrida somente após a abertura de rodovias federais (BR-101 e BR-282) sobre o Estado de Santa Catarina na década de 1970, o que permitiu maior integração com o interior e com outros Estados, sobretudo Paraná e Rio Grande do Sul. Com relação ao continente este processo é bem elucidativo quando se visualiza os dados populacionais levantados pelo IBGE. De fato, o quadro demográfico nos três principais municípios vizinhos à capital apresentou forte crescimento desde a década de 1970, como pode ser visto com o município de Palhoça, por exemplo, onde de 1970 à 2007 recebeu um contingente de 107 mil

habitantes, aproximadamente (1970 - 21 mil / 2007 - 128 mil). O que se evidenciava durante esta fase era a concentração dos investimentos públicos e privados na Ilha e o conseqüente aumento dos preços dos terrenos, redirecionando os focos migratórios para o continente, que se urbaniza rapidamente com a expansão de novos loteamentos periféricos às rodovias principais, compostos por migrantes de baixa renda. SUGAI (2002, p.76) atesta acerca dos processos de ocupação no continente.

Os investimentos continuavam sendo efetivados prioritariamente na Ilha assim como a oferta de empregos, mas o crescimento populacional, [...], ocorrido de forma predatória e especulativa, ocorria na parte continental: atividades imobiliárias ilegais, proliferação dos loteamentos clandestinos, ocupação das áreas de mangue e dos baixos alagáveis, carência de infra-estruturas e serviços urbanos, poluição dos rios, desmatamento de encostas, etc..

A partir da dispersão continuada de assentamentos de baixa renda no continente começa a se configurar um tecido urbano fragmentado através da integração quase nula de diferentes focos de urbanização, cujas conexões predominantes passam a se restringir ao centro da Ilha de Santa Catarina, lugar de concentração dos postos de trabalho. Porém, a estrutura urbana no continente ganhará uma nova conformação e os conflitos daí decorrentes passam a expressar a segregação sócio-espacial entre pólos de riqueza, por intermédio da ação do mercado imobiliário, e de aglomerados de população de baixa renda, que se expandem mais na década de 1990 e 2000. Atualmente, os municípios do continente se caracterizam, de um lado, pela continuidade da ocupação irregular e pela manutenção da precarização e das carências já existentes em loteamentos de baixa renda, e, de outro, pela intervenção maciça de investimentos públicos e privados em setores específicos onde o mercado imobiliário vislumbra seu potencial de acumulação.

Tomando como exemplo o município de Palhoça, é digno de nota observar que o teor social da problemática urbana é, igualmente, ambiental. Segundo dados da prefeitura de 2008, o município possuía 29 assentamentos não regularizados, em que se incluíam 13 em total desconformidade com as condições de infraestrutura e de

inserção ao espaço urbano. Se observarmos as infraestruturas básicas (acesso a rede de esgoto, energia elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo), cinco assentamentos apresentavam problemas no abastecimento de água, verificados em conexões clandestinas elaboradas pelos próprios moradores nas fontes de abastecimento próximas. Dentre todos, apenas um estava conectado a rede coletora de esgoto e outros dois ainda não abrangiam a rede de coleta de lixo, um levantamento que confirma os números do Censo de 2000 do IBGE, cujo resultado demonstrava que o acesso a rede coletora de esgoto por domicílio particulares permanentes em Palhoça não passava de 4%, em detrimento dos 20% verificados como média no Estado de Santa Catarina. Apesar das deficiências na infra-estrutura, a ocupação acelerada e sem controle associada à terrenos vulneráveis é o maior indicativo que configura a formação dos territórios de pobreza em Palhoça, responsáveis pela formação de áreas de risco tanto para os recursos naturais do locais ocupados quanto para os moradores. Dentre os treze assentamentos, doze demonstraram indicativos de risco para a natureza local em razão de 3 meios principais de impactação detectados: a não ocorrência de infra-estrutura de saneamento e coleta de lixo e o conseqüente escoamento de resíduos domésticos para rios, mangues, córregos e o mar; aterramento de mangues e restingas; e desmatamento de encostas de morros. Por outro lado, nove assentamentos apresentaram risco aos moradores, em decorrência da ocupação em: encostas muito íngremes passíveis de deslizamento; áreas próximas ao mar que se alagam em função da variação de marés (água invade a tubulação); áreas próximas a rios e córregos passíveis de alagamento.

Contrastando com esta dinâmica de pobreza, o município se posiciona como recente fronteira de expansão de investimentos imobiliários na região, sem contar os incentivos que o governo local viabilizou para a atração de indústria de tecnologia. No tocante ao mercado imobiliário, novos empreendimentos passaram a se localizar num eixo econômico relativamente importante, que liga o centro da cidade ao loteamento Pagani, e este até o loteamento Pedra Branca. Sobre tudo nestes três pontos da cidade, o município tem recebido investimentos de grupos empresariais locais e de outros Estados. Na verdade, o espaço que compreende a área central, os

loteamentos Pagani e Pedra Branca e os bairros de entorno ao limite municipal com São José (Jardim Eldorado, Brejarú, Ponte do Imaruím), vem se modificando rapidamente desde o ano 2000. Será nestes bairros que uma nova dinâmica econômica se fundamenta a partir do surgimento de condomínios de luxo, grandes empreendimentos multifuncionais, indústrias de tecnologia e projetos de reurbanização.

Antes do uma particularidade isolada acerca de um município, este breve olhar sobre a realidade em Palhoça denota um princípio organizador da urbanização no aglomerado de Florianópolis. Um princípio apoiado na primazia de um mercado livre de terras que se encarrega em distribuir desigualmente as populações, cuja falta de regulação urbanística e a escassez ou a inaplicabilidade de políticas habitacionais voltadas para população de baixa renda, impôs, ao longo de 30 anos, desafios sociais e ambientais crescentes a serem travados pelo poder público. Neste sentido, Palhoça e outros municípios do continente configuram dicotomias espaciais refletidas em espaços dinâmicos, porém em vias de gentrificação, e espaços dependentes de políticas sociais, o que revela conflitos direcionados à melhores condições de habitação, acesso a emprego e serviços urbanos de qualidade.

Convém reafirmar que os elementos necessários à compreensão do território continental respondem ao desenvolvimento orientado para Florianópolis, o que consiste em observar a abertura de novos eixos de ligação e a concentração de empregos e serviços na ilha como elemento indutor do contingente migratório. Salvo algumas exceções, apenas a partir da década de 1980 que os municípios do continente começam a mudar de função de “cidades-dormitório” para cidades com relativa autonomia, conforme se estabelecem novos investimentos públicos e privados. Notadamente, o que se observa durante esse período é a reorientação de parte dos investimentos imobiliários concentrados na capital para as franjas da região conurbada, em função de novas vantagens oferecidas pelo preço da terra e seu potencial de valorização, em consonância com a oferta crescente de serviços e comércios mais especializados. Àquela dinâmica de riquezas anteriormente descrita em Palhoça se insere neste processo de reconfiguração econômica do continente, a partir das tendências que já vinha ocorrendo no espaço insular.

4.3.2 A questão urbana na Ilha de Santa Catarina

Esta urbanização centralizada pela Ilha de Santa Catarina elabora singularidades interessantes no plano sócio-espacial, sobretudo na dimensão dos conflitos. Se aqui se considera que a compreensão do município de Florianópolis exige um olhar sobre seus conflitos internos, é por que estes expressam o cotidiano vivenciado por boa parte da população e remetem a uma leitura mais precisa da realidade metropolitana, tendo em vista os aspectos espaciais, econômicos, sociais e ambientais.

Pode-se afirmar que a esfera destes conflitos na Ilha se concentra na luta por espaços públicos, ou, em outras palavras, em lutas que buscam ampliar os lugares voltados para o uso comum e para a preservação, visto que boa parte da ilha comporta ecossistemas de potencial ambiental e paisagístico. É preciso destacar que estas respectivas lutas resultam de um espaço insular transformado em instrumento de apropriação por parte de elites locais e nacionais, a partir do potencial expresso na venda de signos, imagens, desígnios e desejos associados à qualidade de vida urbana. Como explicita Vainer (2000, p.79), *“a venda da cidade, é necessariamente, a venda de atributos específicos que constituem, [...], insumos valorizados pelo capital nacional e transnacional”*. Sob a égide de um Estado predominantemente formado pelas elites urbanas locais, Florianópolis passa a representar um perfeito rebatimento do período neoliberal na cidade, quando o governo passa a promulgar, no Brasil e no exterior, as potencialidades locais mais favoráveis para os fins de acumulação de capital. A potencialidade explorada pelos governos reside na promoção dos aspectos naturais característicos de uma ilha com mais de 100 praias, complexos lagunares e lacustres, dunas, restingas, morros preservados, promontórios, etc.

Dessa forma, a compreensão do processo de ocupação na ilha, nos últimos 40 anos, exige um olhar cuidadoso sobre o papel exercido pelo mercado imobiliário, visto que as ações de promotores imobiliários, sobretudo grandes incorporadoras e construtoras, interferem decisivamente no território a partir da geração de novas dinâmicas econômicas e espaciais. Isto consistiu na modificação incisiva dos preços dos

terrenos, na concentração dos fluxos demográficos, na explosão de automóveis, em alguns casos na apropriação privada de espaços públicos, na alteração da legislação para fins de ocupação, na fragmentação do tecido urbano, etc. Embora sofram grande resistência da sociedade civil, não tem havido barreiras para conter a rede tentacular de novos licenciamentos para construção na Ilha de Santa Catarina, o que representa, atualmente, a principal contradição enfrentada pelos moradores. De que modo, portanto, o mercado imobiliário interfere neste espaço?

Segundo Campos (2006), a Ilha sofreu três grandes fases de expansão imobiliária nas décadas de 1970, 1990 e 2000. O fator migratório, como já mencionado, exerce influência essencial para a aceleração da urbanização e favorece a atividade imobiliária num primeiro momento. Os indicativos de um contingente migratório de alta renda estão, de acordo com SUGAI (2002), citando o Censo do IBGE de 2000, no aumento do PIB per capita do município, na expansão de novos grupos de investimentos do setor imobiliário de alto padrão, na ampliação de serviços e comércio de luxo e na própria paisagem urbana evidenciada pelo surgimento de novos bairros de alta renda.

Não por acaso a ilha passa a atrair novos moradores, uma vez que se tornou sede de boa parte das instituições públicas do Estado de Santa Catarina e da União. Logo, a criação da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade do Estado de Santa Catarina, da Eletrosul, e de alguns outros edifícios públicos estaduais e municipais alavancou a urbanização para o interior da Ilha, primeiramente no bairro da Trindade e depois nos bairros do Córrego Grande e Itacorubi. Notadamente, as universidades passaram a atrair uma nova população universitária de renda média e a Eletrosul, de imediato, segundo Corrêa (2005), atraiu mais de 2.000 engenheiros e outros profissionais para atuarem na sede nacional da empresa, no bairro do Pantanal. Tal desenvolvimento orientado majoritariamente pelo setor público começa a repercutir diretamente na dinâmica imobiliária da Ilha, conforme averiguado por Campos, e, apresenta nos bairros do Centro, da Trindade, do Itacorubi, em direção aos balneários do norte da Ilha as transformações mais significativas. Corrêa cita o caso da Avenida Beira-Mar Norte, uma importante via de ligação entre o centro e o norte da Ilha:

Esta avenida logo atraiu grandes edifícios de apartamentos, constituindo-se em área nobre da cidade, com fácil acesso ao centro, ao mesmo tempo em que permitiu o trânsito direto entre o norte da ilha e o continente, sem a necessidade de passar pelo centro da cidade (CORREA, 2005, p.355)

Posteriormente, aos principais balneários da Ilha e na Lagoa da Conceição foram disponibilizados os recursos necessários para a atratividade do setor imobiliário: a construção de infra-estruturas, a venda de uma cidade atraente e segura e a promoção de cidade-modelo no Brasil. Os investimentos públicos efetuados durante as décadas de 1990 e 2000 se concentraram, portanto, no eixo centro-norte, onde o governo local induziu, a partir de alguns mecanismos (dentre eles podemos citar as alterações na lei de zoneamento), na expansão de grandes empreendimentos turísticos, como hotéis, resorts e parques temáticos, bem como na formação de novos pólos econômicos formados por empresas de tecnologia, institutos de pesquisa e instituições públicas centrais, como a nova sede do governo do Estado de Santa Catarina.

Tais alterações se completam com a atração de investimentos do setor imobiliário residencial, próximos das principais praias e centralidades importantes, sobretudo no balneário de Jurerê, com o empreendimento do Grupo Habitasul, Jurerê Internacional. Campos, em seu estudo sobre a dinâmica imobiliária de Florianópolis, complementa:

Florianópolis se tornou uma espécie de “modismo, de grife”. Passou a ser um sonho de consumo de todas as classes sociais e, principalmente, de turistas e empresários paulistas, gaúchos, cariocas, paranaenses, e de aposentados de outros países, como da Argentina e do Uruguai. Muitos empresários paulistas e de outras cidades têm estabelecido suas moradias em Florianópolis e nas cidades vizinhas, resguardando a tranquilidade para sua família, viajando durante a semana para trabalhar (CAMPOS, 2006, p.144).

Outras partes da ilha sofreram com o mesmo avanço do mercado imobiliário, embora nestes locais, em oposição ao eixo centro-norte, a gama de investimentos

tenham se restringido predominantemente em produtos para fins residenciais. Os bairros que sofreram significativas alterações foram o Campeche, Córrego Grande, Lagoa da Conceição e Rio Tavares. São bairros que receberam um contingente importante de migrantes de média e alta renda desde o ano 2000, na esteira do crescimento dos investimentos, do turismo e do marketing urbano associado ao discurso das belezas naturais e da qualidade de vida.

Em trabalho a respeito de loteamentos e condomínios em Florianópolis, Lisete Terezinha de Oliveira (1999) reforça a idéia de que a dispersão de condomínios, ao contrário de loteamentos, representa um elemento espacial relativamente recente na Ilha. Segundo ela, a partir de 1978 é que começam a ser aprovados os primeiros condomínios. Desde então, até o ano de 1996, recorte temporal analisado pela autora, foram aprovados 108 condomínios que vieram a reforçar um processo de ocupação realizado por loteamentos nas décadas anteriores (158 aprovados entre a década de 40 e 80) (OLIVEIRA, 1999). Um novo tipo de cidade se desenha a partir de então, e evidencia um processo mais abrangente que rompe com os limites intrínsecos à realidade florianopolitana, o que significa destacar a expansão de condomínios fechados pelas metrópoles brasileiras a partir da década de 1980. Os condomínios constituem um padrão renovado de moradia, associado à busca por mais segurança, exclusividade, privacidade e conforto, reafirmando-se como “refúgio” das ameaças que as cidades em geral, sobretudo as metrópoles, tendem a impelir na vida cotidiana das classes médias. Espacialmente, configuram limites rígidos e conflituosos entre o público e o privado, alteram sensivelmente a dinâmica urbana de onde se instalam, pressionam o mercado de terras e inviabilizam o acesso pleno à totalidade da cidade. Especificamente ao contexto de Florianópolis, Oliveira complementa que os condomínios intensificam um fenômeno iniciado pelos primeiros loteamentos, de intensificação de uma estrutura dispersa, polinucleada e descontínua. E continua:

A natureza e a beleza natural redescobertas tornam-se capazes de movimentar e atrair capitais que invadem todo o território da ilha e, implantados pontualmente, redefinem o papel, o valor do uso e o valor de troca de cada um de seus lugares ocupados ou vazios (OLIVEIRA, 1999, p.113).

Do mesmo modo, o avanço de novos condomínios exerce função preponderante na problemática ambiental da ilha. O teor ambiental, em conjunto com os aspectos sociais, econômicos, urbanísticos e demográficos resultantes deste novo padrão espacial originado dos condomínios, elabora um contexto de lutas e resistências da sociedade civil em que cada entidade ou grupo social exerce pressões determinantes para a definição das políticas públicas e dos investimentos urbanos. Dentre os grupos de maior conflito estão as empresas da construção civil e de ambientalistas que defendem, em sua linha mais radical, o cancelamento de todo e qualquer novo licenciamento para construções na ilha.

Carneiro (1987) descreve como o cotidiano da Ilha, já em 1977, na primeira fase de maior atividade imobiliária, se pautava por resistências da população contra a perda de áreas verdes e públicas. O autor enfatiza, por exemplo, as denúncias sobre novas construções que estariam influenciando na dinâmica das dunas do Santinho, ou, em outros casos, de empreendimentos instalados sobre áreas verdes, de mata nativa, em encostas de morro, zonas de restinga e de costões, etc. Na esteira da ocupação desenfreada a prefeitura procurou frear o avanço das construções ao criar novas áreas de preservação permanente e parques urbanos, dentre eles: o Parque municipal da Lagoa do Peri, os mangues do Saco Grande, Ratones, Aeroporto e Itacorubi, as lagoinhas do leste e da Ponta Sul, as encostas de morros com declive superior a 30 graus, etc. (CARNEIRO, 1987). Mesmo assim, tais mecanismos não garantem a preservação visto que a ocupação já havia chegado antes em muitas destas áreas de potencial ambiental, e, igualmente, nos casos em que existem as condições ambientais e legais de manutenção das áreas, ainda incidem as modificações na legislação com vistas a flexibilizá-la, transformando áreas de preservação permanente em áreas de preservação com uso limitado. Esta flexibilização do zoneamento revela inúmeras alterações desde a promulgação do plano diretor de 1997, onde áreas definidas para uso comunitário e de lazer foram substituídas por áreas residenciais predominantes e áreas comerciais de baixa densidade. Igualmente, apenas as praias e os morros são os elementos que adquirem a função principal na vivência coletiva e de lazer, em detrimento da falta de equipamentos construídos pelos últimos governos, como parques urbanos, praças, locais para a prática de esportes, etc.

Os desafios impostos à ocupação na ilha revelam, desde o ano 2000, a intensificação do número de novos empreendimentos. Convém observar que o recorte temporal apresentado por Oliveira (1999) analisa este processo apenas até o ano de 1996, um período anterior ao boom imobiliário caracterizado por CAMPOS (2009). A verdade é que nem mesmo uma sociedade civil organizada e mobilizada em torno de certas diretrizes de preservação tem conseguido amenizar os interesses crescentes de um mercado imobiliário cada vez mais competitivo e capitalizado, sedento por terras com alto potencial de valorização, como àquelas encontradas nos balneários insulares e nas novas centralidades urbanas. Desde a década de 1980 grandes empreendimentos tem se concentrado em locais de relativo interesse ambiental e paisagístico, impedindo, em certos casos, o acesso coletivo aos mesmos. Na Lagoa da Conceição, boa parte do seu entorno sofreu com o avanço da urbanização pautada na edificação de empreendimentos de luxo às margens da laguna⁵⁵, restando apenas a vertente sul da laguna grande e a vertente leste da laguna pequena um contato imediato com o público. No Santinho, sua vertente sul, no costão que divide esta praia com a orla do Moçambique, antes um espaço usufruído por banhistas e pescadores, acabou sendo tomada por um dos maiores resorts de praia do Brasil, cujos empreendedores também construíram o primeiro campo de golfe no setor norte da Ilha, após intensa disputa com a populações locais. No centro, a tradicional ponta do coral será tomada por um grande estabelecimento do ramo hoteleiro após o antigo prefeito liberar o alvará de construção do dia para a noite, atitude que vai de encontro ao anseio popular de transformar àquela área num espaço público e de lazer.

Segundo o Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Santa Catarina, em dados expostos pelo Diário Catarinense no ano de 2011, a área liberada para novas construções na Ilha aumentou em 232%, com destaque para os balneários dos Ingleses, Canasvieiras e Campeche, onde 211 mil metros quadrados foram construídos somente nos 3 primeiros meses daquele ano (Diário Catarinense, 2011). Esse é apenas um registro do que a mídia local revela acerca da expansão urbana, cujo motor aponta para um efervescente processo de competição entre as empresas do setor em função

---

⁵⁵ Embora seja tradicionalmente denominada de Lagoa da Conceição, o correto, de acordo com a conceituação encontrada na geologia e na hidrologia, é o termo **laguna**, em função de suas águas se associarem a dinâmica hidrológica do Oceano Atlântico pelo Canal da Barra.

da escassez de terras. O que ainda resta de terras urbanizáveis, possíveis espaços a serem utilizados para o bem público, torna-se alvo primordial de intervenção do mercado, sem contar a pressão sobre àquelas que, em princípio, não se incentiva a ocupação, como APP's. Escassez de terras associada à alta procura assinala uma cobiça avassaladora ocasionada pelas perspectivas de ganho quase garantidas por parte do empresário, um fenômeno que engendra uma alta dos preços no qual poucos conseguem pagar.

Dessa forma, esta caracterização revela um processo que está longe de ser sustentável, ao contrário, exerce forte pressão não somente sobre os elementos ambientais, mas também sobre a população que não está inserida na dinâmica de expansão da riqueza e dos produtos oferecido pelo mercado. Qual o melhor remédio para a resolução destes conflitos senão àquele do consenso, da pactuação, do compromisso?

4.4 O discurso ambiental e sua inserção nos recentes projetos na ilha e no continente

O boom imobiliário verificado por Campos a partir do ano 2000 sinalizará os primeiros indícios de assimilação da variante ambiental nos projetos que surgiram dali em diante. Os pressupostos intrínsecos ao discurso hegemônico se inserem nas estratégias da indústria da construção de forma gradativa e mais lenta do que o ritmo de novos lançamentos anuais desde então, não obstante um breve olhar sobre os produtos lançados pelas principais construtoras nos últimos anos demonstre que essa diferença de ritmo tem diminuído. Tal tendência, como enunciado nas evidências brasileiras, responde de um modo mais simples à projetos que em quase nada se diferenciam de intervenções tradicionais, mas que adotam certas medidas de menor impactação. Em seguida, outros se utilizam de um rol mais complexo de tecnologias, enquanto que outros conduzem estratégias mais arrojadas, de âmbito não somente ecológico, mas social. De fato, todos buscam trazer uma resposta ou uma contribuição amparada no paradigma ambiental, e isso estará reiteradamente veiculado em seus painéis de divulgação. Outro aspecto a ser ressaltado aponta para uma tendência

verificada nos recentes grandes projetos, em geral de grande implicação territorial, cuja articulação com o discurso ambiental é quase sempre presente. Trata-se de intervenções novas que buscam simbolicamente impingir uma visão de futuro e de evolução à uma cidade ultrapassada segundo os ditames do desenvolvimento, e isso pode ser explorado na arquitetura do espetáculo e pelo viés da tecnologia informacional.

Dessa forma, a utilização do fator ambiental representa a introdução de um aspecto renovado de exploração da imagem da cidade em torno dos signos de espetáculo e desenvolvimento. Ela constitui um elemento que somente em poucos anos (podemos considerar o ano 2000 como ponto de partida) se agrega ao viés discursivo de agentes econômicos que já vinham explorando o potencial natural da ilha como fator agregador de qualidade de vida, sem contar os projetos ligados ao campo futurístico da indústria da tecnologia e do turismo. Em outras palavras, ele se agrega nas peripécias do poder público local e do mercado imobiliário em suas tentativas de dar mais visibilidade ao que querem promover: uma cidade para os negócios. Ao observar o papel do setor público, não obstante o mesmo não tenha constituído ou incentivado um empreendimento cujo eixo estruturador aponte para o tema ambiental, o que deve ser destacado é que este estará cada vez mais embutido nas tramas que já vinham se estabelecendo com a tecnologia e com o turismo de luxo. Isso ocorre porque a própria ideia que o discurso da sustentabilidade molda é de perspectiva futurística, de evolução, inovação, aspectos notadamente explorados no campo da indústria tecnológica e do turismo. Ela fará parte, neste sentido, do que LENZI (2010) denomina de *territórios ficcionais*, uma categoria que define um território a partir de suas imagens, neste caso, imagens que o incutem de forma diferente, transformado do que realmente é.

Como a autora destaca, visa estimular o *imaginário dos consumidores* (LENZI, 2010, p.89), levá-los a crer em seus sonhos e seus desejos futuros. Ao tomar como exemplo o turismo, demonstra esse território ficcional em torno de aportes semânticos direcionados a criar uma imagem que deve atender tanto ao empresário que quer investir quanto ao indivíduo que quer consumir. Logo surge a Ilha da Magia, a Ilha dos Sonhos, a Ilha da qualidade de vida, etc. O poder público amplifica o marketing

urbano em torno do potencial paisagístico do lugar e o mercado imobiliário trata de identificar os moradores ao retrato idealizado da Ilha nos painéis publicitários. No caso, não se pode negar que a Ilha e muitos balneários continentais são atraentes e constituem riquezas naturais particulares, o que jamais pode ser, por outro lado, associado à fábula que é criada pelos promotores públicos e privados. Ainda mais contestado deve ser, neste sentido, a gradativa associação que o viés ambiental adquire nos mecanismos de promoção da cidade e dos empreendimentos que dela fazem parte.

Aqui é relevante atestar que a imagem associada ao tema ambiental é fluido e não restringe à uma indústria específica. Ela é foco do empreendedor turístico, como da indústria da tecnologia e do setor imobiliário residencial, adequando-se às estratégias de cada um desses agentes mencionados. É possível afirmar, com base nas pesquisas em torno da expansão urbana no aglomerado e na perspectiva de como o discurso ambiental se articula ao mercado imobiliário, que os principais projetos implícitos àquela expansão buscam se vincular à narrativa da sustentabilidade ou, de outra forma, estabelecer parâmetros do que apontam como responsabilidade sócio-ambiental. De fato, estes principais projetos constituem apenas uma pequena parcela da mancha urbana, mas o que importa é que adquirem repercussão territorial e são vistos no âmbito das municipalidades como eixos de desenvolvimento econômico responsáveis por valorizar suas áreas de entorno e impulsionar a atração de investimentos. Trata-se, neste sentido, de Jurerê internacional, do Sapiens Park, da Cidade Universitária Pedra Branca e da Rodovia SC-401. Da mesma forma, tanto a Ilha quanto o continente apresentam evidências expressas nos recentes lançamentos de pequeno à médio porte voltado para o uso residencial e comercial.

4.4.1 Jurerê Internacional

Como destaque convém mencionar o exemplo de Jurerê Internacional, um dos primeiros grandes empreendimentos que surgem na Ilha de Santa Catarina. Concebido por investidores do grupo Habitasul no final da década de 70, momento em que a

temática ambiental é ainda pouco difundida no debate social, Jurerê elucida esta inversão que a década de 90 traz com relação ao tema conforme a relativa ênfase que a sustentabilidade adquire nas diretrizes do grupo Habitasul. Não obstante, para o grupo tais preocupações provêm desde as primeiras etapas de construção, tendo em vista que Jurerê Internacional implica num bairro planejado desde o início e nasce com um plano diretor próprio onde os aspectos de preservação do patrimônio natural, social e histórico já seriam considerados. Desde a fase projetual o empreendedor reforça a defesa em torno daqueles aspectos, e assim o faz de modo a reforçar as taxas de ocupação menores com relação ao restante da cidade, ou ao incentivo à criação da reserva ecológica de Olandi-Jurerê e a cessão de parte do terreno para formação da reserva do Carijós, ou ainda à instalação de uma infraestrutura de água e saneamento próprio, etc.

O conceito primordial residiu em criar um bairro com forte identidade comunitária, pautada na ideia de comunidade que integra responsabilidade ambiental e social com seu entorno, o que, posteriormente, passa a alicerçar o programa de sustentabilidade do grupo Habitasul.

Figura 34 – Imagem do Portal da Habitasul e sua política em sustentabilidade

Fonte: Habitasul. Disponível em: <http://www.habitasul.com.br/sustentabilidade.htm>. Acesso em 04 de novembro de 2013

Os dois primeiros parágrafos sinalizam com clareza a assimilação do termo:

O Grupo Habitasul busca a sustentabilidade, a inovação e pioneirismo, e a transparência, visando sempre construir relações de valor e de longo prazo com todos os seus públicos. O meio ambiente é premissa em todos seus desenvolvimentos imobiliários. Mais do que um compromisso, um diferencial para os empreendimentos Habitasul, do planejamento à gestão dos serviços. (Portal na Internet do Grupo Habitasul).

O fato, contudo, é que Jurerê alude aos futuros empreendimentos que surgiriam dali em diante na Ilha, onde os aspectos naturais e o enfoque nas ditas responsabilidades são plataformas para estratégias comerciais, necessárias para a constituição de um ambiente seletivo e diferenciado segundo às exigências de um mercado competitivo. Em nenhum aspecto Jurerê representa um eixo de coerência e coesão urbana, ao contrário, explora através de uma retórica discursiva mecanismos de promoção de um bairro diferenciado pela paisagem, pela renda das famílias, pelo acesso à infraestrutura de qualidade e segurança. Não é fortificado e suas residências não possuem muros porque se quer reproduzir um modelo de cidade alheio, o subúrbio americano ao nível do que se encontra na Califórnia ou Miami, e não, como argumentam alguns, permitir maior integração com os habitantes externos ao bairro. Assim, a sustentabilidade compõe o imaginário do empreendedor e do morador, e antagonicamente contrasta com uma realidade de um bairro símbolo de ostentação e alto consumo, com seus *open shoppings* ou *beach clubs* que, essencialmente, negam a cidade que lhes dá suporte.

4.4.2 O Sapiens Park e a SC-401: a Rota da Inovação e o protótipo da Cidade Sustentável

Bem mais recente e com outra função, o Sapiens Park também é expressão das dinâmicas territoriais ocorridas no norte da Ilha, e, distintamente de Jurerê Internacional, constitui uma célula primordial do que o promotor público denomina de “Rota da Inovação” na Ilha de Santa Catarina. Representa, nesse sentido, uma iniciativa do governo do Estado por meio de empresas públicas e de capital misto, responsáveis por negociar áreas do parque à iniciativa privada.

O projeto em andamento prevê, numa área de 431 hectares, a construção de centros comerciais e de serviços, centros de pesquisa e sedes de empresas de tecnologia, centros educacionais e de convenções, hotéis, clínicas e outros equipamentos. O Sapiens Park se inscreve nos objetivos do governo em tornar Florianópolis um dos principais centros de tecnologia do país, de modo a impulsionar o

setor de negócios nessa área e funcionar como ponto onde culmina um processo espacial de dispersão de empresas de tecnologia ao longo da rodovia SC-401, o principal eixo de ligação do aeroporto e do centro da cidade ao norte da ilha. Esta Rodovia e o projeto Sapiens compõem, portanto, uma “rota de inovação” que fundamenta, ao lado da natureza e do turismo, o cerne do marketing urbano. Florianópolis passou a ser alardeada em alguns sites e revistas como, por exemplo, umas das 10 cidades mais dinâmicas para se fazer negócios, ou, dentre as mais exageradas, passou a ser considerada a *Silicon Valley on the sea*.

Figura 35 – Projeção Futura do Sapiens Park

Fonte: Sapiens Park. Disponível em: <http://www.sapiensparque.com.br>. Acesso em 04 de novembro de 2013.

Em graus variados, cada empresa dessa Rota da Inovação busca vincular-se à sustentabilidade e, sobretudo no Sapiens Park, desde a concepção do empreendimento até a implementação das primeiras edificações o qualificativo sustentável torna-se quase um imperativo, um pilar que traz sentido à evolução que o projeto busca empreender enquanto pólo de tecnologia. A definição institucional o considera, portanto, como:

parque de inovação onde tecnologia, meio ambiente, arte e ciência se encontram para oferecer experiências inesquecíveis. Um local onde empreendedorismo, talento e criatividade se unem com os

principais setores econômicos de Florianópolis – turismo, tecnologia, meio ambiente e serviços especializados, para consolidar a região como referência de inovação e desenvolvimento sustentável. (Portal do SAPIENS PARK na internet)

Dessa forma, as edificações devem atender às tecnologias ambientais na construção, as indústrias priorizadas são àquelas consideradas “limpas”, alguns dos terrenos são parcialmente preservados, e alguns equipamentos são construídos a fim de desenvolver atividades ligadas ao turismo ecológico e à educação ambiental. Existe, inclusive, um conselho consultivo da sustentabilidade responsável por avaliar os possíveis impactos que o empreendimento pode causar às comunidades de entorno. De modo que ela está por toda parte, são prédios, lagos ou um futuro de sustentabilidade decorrente do progresso do empreendimento, e, indiferentes à uma compreensão clara do termo, os promotores do Sapiens a utilizam como categoria que não se dissocia dos processos tecnológicos de modernização das cidades, logo, ela deve estar ali, quase como uma marca que se reconhece como força motriz das estratégias de desenvolvimento urbano.

4.4.3 Cidade Universitária Pedra Branca: Urbanismo Sustentável

Localizado nas franjas de expansão do aglomerado urbano, a Cidade Universitária Pedra Branca surge no município de Palhoça no ano de 2004, reunindo características tanto de um bairro residencial quanto de centro de pequenos e médios negócios e de atividades de tecnologia. É, portanto, no que tange ao uso, uma mescla dos exemplos predecessores, ainda que não seja possível compará-lo com àqueles em diversos aspectos ligados à densidade, ao nível de investimento, ao perfil dos moradores, etc. Por outro lado, o Pedra Branca, como é comumente chamado, pode ser considerado o empreendimento que faz o uso mais direto do discurso ambiental, onde o “sustentável” é etiqueta para o urbanismo, para a cidade e para os edifícios que dela fazem parte (Figura 36).

Figura 36 – Variação Publicitária

Fonte: Pedra Branca Ltda. Disponível em: <http://www.cidadepedrabranca.com.br/> Acesso em 06 de novembro de 2013

Esse uso recorrente é fator que, como consta nos parágrafos introdutórios deste trabalho, ofereceu as inspirações iniciais de seu desenvolvimento. O conceito que dá origem à tal rotulagem ambiental reside na busca pela multifuncionalidade do loteamento, onde setores residenciais, comerciais, industriais e a Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina serviriam para induzir na formação de um bairro relativamente dinâmico e independente dos fluxos vinculados ao aglomerado de entorno. Isto significa que buscam instituir um bairro onde os moradores possam residir, trabalhar, estudar e se divertir num mesmo lugar. Para isso os empreendedores têm conduzido uns dos projetos mais exemplares do ponto de vista dessa articulação entre urbano e ambiente, relativo ao que se observa nos modelos preconizados nos écoquartiers e nos planos de reestruturação do subúrbio norte-americano, a partir da edificação de um setor central onde estariam considerados as últimas tecnologias da construção e princípios do chamado “urbanismo sustentável” (Figura 37). De modo que, se no Brasil cada empreendedor embarca à sua maneira nas exigências do viés sustentável, no Pedra Branca ela será feita segundo a importação de modelos de intervenção ocorridas no exterior. Mais precisamente, com base no que se elabora nos Estados Unidos a partir dos princípios urbanísticos do *New American Urbanism*, e, igualmente, busca se adequar à categorias de certificação LEED voltada para escala de bairros, ainda inexistentes no Brasil.

Figura 37 - Setor Central do Pedra Branca

Fonte: Pedra Branca Ltda. Disponível em: <http://www.cidadepedrabranca.com.br/> Acesso em 06 de novembro de 2013

Os princípios do Urbanismo Sustentável preconizado aqui são, portanto, similares aos vistos nos écoquartiers: Prioridade para o pedestre, uso misto, diversidade de moradores, densidade equilibrada, espaços públicos seguros, técnicas construtivas de baixo impacto ambiental nas edificações, conectividade com espaço de entorno a partir da existência de uma rede de transporte, preservação de amenidades urbanas e, outro aspecto menos identificado ao modelo francês, mas que replica os propósitos mais prementes em intervenções nos Estados Unidos, o senso de comunidade.

Figura 38 – A sustentabilidade por toda parte.

Fonte: Pedra Branca Ltda

Da mesma forma é possível assimilar as críticas já colocadas acerca dos écoquartiers, adicionando outros agravantes onde o discurso apresenta significativas

incompatibilidades com a prática. A começar pela brutal ruptura que o bairro implica ao espaço urbano de Palhoça, cujos problemas ambientais e sociais das comunidades tradicionais contrastam com um lugar que *“contempla em seu projeto a convivência e a perfeita relação entre o ambiente natural e o ambiente construído”*, nas palavras de um dos arquitetos do setor central. Ainda se desconsiderar este fator estrutural da urbanização brasileira, associado à Auto-Segregação do espaço por camadas de média e alta renda, o Pedra Branca instiga sérios questionamentos à respeito das conectividade de transporte, tendo em vista um sistema de baixa capilaridade e dependente do modal rodoviário. O uso do automóvel não deverá tampouco ser atenuado, mas incentivado pela atratividade com que atividades comerciais engendrariam à populações de outros lugares, sem mencionar que os próprios moradores não estariam restritos, em seus fluxos cotidianos, aos limites do bairro.

Do mesmo modo, retorna-se à subjetividade dos aspectos da diversidade de moradores, o que no Brasil encontra um forte limitador em função das disparidades sociais. Em consonância, ao assinalar a importância de um senso de comunidade, o loteamento reforça a tendência de formação de guetos de elite inclinados à criar barreiras ante o que é externo, expressando o que David Harvey (2008) afirma, no caso das *sustainable communities* nos Estados Unidos, de armadilhas comunitárias, ou grupos sociais que se fecham sob o manto de uma identidade comunitária como antídoto para qualquer ameaça que a cidade de entorno lhes pode impingir.

4.4.4 A vitrine ambiental em outros empreendimentos

O aglomerado urbano tem registrado, igualmente, o surgimento de um número relativo de novos empreendimentos que apostam na temática ambiental como vitrine publicitária, a partir de uma démarche conceitual onde signos como o respeito à natureza e sua *“relação harmônica”* com a cidade, o respeito à vida, e uma visão futura pautada pelo termo *“sustentabilidade”* são os elementos essenciais do conteúdo empresarial e midiático no bojo do mercado da construção. É relevante reiterar sua multifuncionalidade em meio à projetos de implicação variada, cuja narrativa se adequa aos objetivos do ramo turístico-hoteleiro, residencial e comercial. No que

tange o setor comercial, o destaque deve ser redirecionado para a chamada “Rota da Inovação”, apontada no subcapítulo acerca do Sapiens Park, mas cuja menção não dá ênfase a dois empreendimentos importantes: o SC-401 Square Corporate e o Corporate Park Centro Empresarial. Ambos os projetos reforçam sua arquitetura moderna e sustentável, conclamando um *“mundo dos negócios para um novo mundo”* (Figura 39), um *“centro empresarial em harmonia com a natureza de Florianópolis”* (Figura 40).

Figura 39 – Publicidade verde do SC401 Square Corporate

Fonte: SC401. Disponível em: <http://www.sc401.com.br/index.html>. Acesso em 08 de novembro de 2013

Figura 40 – Perspectiva harmônica do ambiente construído com o natural

Fonte: SC401. Disponível em: <http://www.sc401.com.br/green-place.html>. Acesso em 08 de novembro de 2013

No Victoria Eco Office, a sustentabilidade aparece associada à produtividade requerida aos estabelecimentos comerciais, em que empresas buscam infraestrutura que responda ao mesmo tempo às exigências ecológicas e econômicas. Incentiva-se, assim, o uso de bicicletas pelos funcionários a partir da disponibilização de bicicletários e vestiários, ou ainda, pela opção automobilística, oferecem recarregadores para carros elétricos.

Figura 41 – Sustentabilidade como eixo de produtividade no Vitória ECO Office

Fonte: Victoria Invest. Disponível em: <http://www.vitoriainvest.eng.br/fotos/5081ec200e6bc.jpg>. Acesso em 11 de novembro de 2013

O setor residencial demonstra por extensão uma série de outros exemplos. São evidências encontradas em bairros como Sambaqui, Ingleses, Santinho, Campeche e Itacorubi, além dos municípios de São José, Palhoça e Governador Celso Ramos. São diferentes implicações estabelecidas no trato com a questão ambiental, desde a maneira como a imagem do empreendimento é construída até pequenos atributos que fazem menção ao seu uso, sem que isso necessariamente esteja reiteradamente veiculado como engrenagem publicitária.

Nesse sentido, conhecidas empresas do setor na região sinalizam através dos recentes e futuros lançamentos uma tendência onde o discurso hegemônico centrado pela sustentabilidade é fator chave de influência na consecução de novos projetos (Figuras 42 à 47)

Figura 42 – Neo Generation

Fonte: Neo. Disponível em: <http://www.conceitonext.com.br/o-neo/>. Acesso em 08 de novembro de 2013

Figura 43 – Torres del Paine Residencial

Fonte: CIME Construtora

Figura 44 – Recanto do Itacorubi

Fonte: Hantel Engenharia

Figura 45 – Green Village Residence

Fonte: Cota Empreendimentos

Figura 46 – Green Village Residence 2

Fonte: Cota Empreendimentos

Figura 47 – Jardim Botânico em São José

Fonte: JA Urbanismo

Como observado, estes exemplos aludem um discurso repleto de simbolismos, circunstanciados de forma antagônica pela própria problemática ambiental e urbana que o mercado imobiliário impõe à cidade contemporânea. Assim, já preconizam “o perfeito equilíbrio com a natureza”, ou, em outro caso, desta com o urbano. Mais além, o teor do respeito e da responsabilidade sinaliza um sentido ético da sustentabilidade, no qual agentes econômicos embarcam à revelia na medida em que a agenda hegemônica se articula à economia reinante. O respeito à vida e a responsabilidade social e ambiental são, talvez, desejos de grande parte dos empresários enquanto indivíduos, mas no papel de instituições de um paradigma econômico dominante atuam de modo à colocar estes aspectos em subordinação à seu ganho econômico, muito embora a ideologia procure sempre colocar este objetivo em relação de igualdade com as demandas coletiva. Já mencionado outras vezes, trata-se das relações em que todos ganham (win-win).

Dessa forma, outros empreendimentos se evidenciam por intermédio destes mesmos mecanismos discursivos, do setor hoteleiro ao residencial, inclusive àquele voltado para a construção de segundas residências, recantos usufruídos por poucos em períodos esparsos do ano, como da construtora KARA JOSÉ, em Palhoça, responsável por edificar um empreendimento em área quase não urbanizada nos arredores do maciço do Cambirela, onde predomina vegetação nativa ao longo da faixa costeira da baía sul (Figura 49). Em outro exemplo, a Ecovila Sambaqui (Figura 50) assinala a expansão da área urbana baseada por grandes e médios condomínios no eixo noroeste da ilha, ocupando uma área de Mata Atlântica até então preservada.

Figura 48 – Abordagem sustentável da Construgar, construtora vinculada a Incorporadora Kara José

Fonte: KaraJosé. Disponível em: <http://www.karajose.com.br/Construgar>. Acesso em 11 de novembro de 2013

Figura 49 – Empreendimento Vila do Cedro, em Palhoça

Fonte: KaraJosé. Disponível em: <http://www.karajose.com.br/Construgar>. Acesso em 11 de novembro de 2013

Figura 50 – Muro da Ecovila Sambaqui

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Por fim, é importante destacar o papel da construtora HANTEI, empresa que adota princípios ambientais por meio de um ou outro atributo tecnológico de menor impacto e alta eficiência. Seus empreendimentos são “autocertificados” com o selo de responsabilidade ambiental, visivelmente destacado nos portfólios que a empresa apresenta no mercado (Figuras 51 a 53). Em típica promoção comercial dos seus empreendimentos, a HANTEI atribui importância à utilização desse discurso ao mesmo tempo em que um de seus projetos ganhou grande repercussão negativa na sociedade florianopolitana ao estabelecer como área de construção a tradicional ponta do Coral. Tradicionalmente ocupada por comunidades pesqueiras, o local poderia implicar em sensíveis ganhos à qualidade de vida das populações da área central na condição de

espaço público e de integração social, proposta que ganhou forte apelo popular, mas que enfrenta resistência sumária da construtora em sua tentativa de ali erguer uma marina e um hotel de luxo. Mais grave, intentam aterrar mecanicamente o terreno da ponta do Coral, fator responsável pelo cancelamento do alvará por parte da prefeitura, anteriormente concedido na gestão anterior, cujo prefeito, de forma autoritária, assinou um alvará nos apagar das luzes de sua gestão.

Figura 51 – Águas do Santinho

Fonte: Hantei Engenharia

Figura 52 – Selo ambiental da HANTEI Engenharia

Fonte: Hantei Engenharia. Disponível em: www.hantei.com.br. Acesso em 01 de novembro de 2013

Figura 53 – Recanto do Itacorubi 2

Fonte: Hantei Engenharia

Portanto, mais do que nunca o aglomerado urbano de Florianópolis reforça lacunas de um mundo idealizado em detrimento da cidade que realmente é. É como se o presente se obscurecesse diante do usufruto massivo de um discurso que busca construir uma cidade imaginária, a materialização de um sonho de qualidade de vida e de relação direta com belezas naturais, ou de modelo de desenvolvimento econômico baseado em tecnologia e informação. Os atributos simbólicos que constituem estas diferentes imagens são reafirmados, novamente, pelas perspectivas de continuidade desses sonhos que a cidade incute, e isso se dá mediante a exploração do fator ambiental. Afinal, é este ambiente o alicerce determinante desta imagem que os promotores públicos e privados tão recorrentemente utilizam para impulsionar seus interesses mais imediatos. É preciso que o sonho seja, da mesma forma, sustentável.

De fato, a ambientalismo sob o qual os grandes produtores da cidade se amparam tende a se reforçar, na medida em que a própria temática ganha força a partir do agravamento das problemáticas urbanas e ambientais no mundo como um todo, e como as mesmas repercutem no debate social. Enquanto se continuar a construir terras de ficção, como se as verdadeiras soluções estivessem logo à frente e a refletir propósitos meramente individuais, mais ocultos tornar-se-ão os caminhos de efetiva transformação. O aglomerado urbano de Florianópolis empresta um exemplo que pode ser replicado à diversas outras partes do Brasil, em que uma ordem urbana predominará no tempo e no espaço de modo a subsumir alternativas que visem subvertê-la. Mais além, impinge soluções modernizantes como estas da marca

ambiental sem que se altere suas bases arcaicas, vinculadas à concentração da propriedade da terra, dos meios de reprodução material, do poder e do discurso. E este último segue reforçando os laços ideológicos entre ambientalismo e neoliberalismo como duplo paradigma da cidade atual, e, como visto neste e no capítulo anterior, evidências pululam sob a firme crença que um futuro alternativo pode ser construído a partir desta articulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho e atravessando as discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos, fica evidente como os termos “sustentabilidade” e “sustentável” penetram repetitivamente aos olhos de quem lê, vindo talvez à justificar seu status paradigmático dentro de incontáveis campos de ação social, um deles o acadêmico. O trabalho reflete, por si só, uma discussão “oceânica” cujo núcleo aponta para àqueles termos, num uso tão irrestrito que pouco se questiona do que isso realmente se trata. Neste sentido, a panacéia gerada após o fortalecimento da lógica do “desenvolvimento sustentável”, deve ser compreendida como resultado, de um lado, das brechas intrínsecas ao discurso hegemônico que o legitima, e, de outro, das mídias que levam o senso comum à embarcar nas premissas de um termo que, não de outra forma, resguarda uma perspectiva de melhoramento e mudança social.

Convém neste ponto destacar que, neste trabalho, o termo não é desqualificado, e sim enxergado como ponto por onde devem se orientar novas práticas de sociabilização e reprodução da existência humana, ou, em outras palavras, como norte à uma transformação radical de valores nos quais a economia neoliberal, sob uma dimensão cultural, emprestou à civilização. Essa visão faz parte de um dos dois tipos de reação que advém das urgências ambientais, que consiste em enxergar o crescimento econômico ou a criação de riqueza e emprego em seus estados puros como atributos insuficientes para a resolução de uma crise sistêmica que envolve não somente o ambiente natural, mas a dimensão cultural e social atreladas à espécie humana. A outra reação trata-se, fundamentalmente, daquilo que se amparou este trabalho sob a escala ubana: àquela que preconiza um capitalismo mais “humanizado”, permeado de boas intenções e que se adequa ao alerta verde alçado pelas instituições. A sustentabilidade da humanidade, da natureza, da cultura, dos recursos, imprime uma base factível, mas enquanto alvo de um conjunto de valores e signos dominantes no capitalismo, impregna-se de ideologia.

Uma ideologia construída de modo a preencher rupturas no tecido social por meio de seus principais fundamentos: unificar dualidades, acomodar diferenças, criar pactos e consensos, estabelecer pretensas práticas contributivas aos desafios que a

humanidade enfrenta. Seu estabelecimento aponta à formulação hegemônica do discurso ambiental, construído sob uma relação ambígua e incoerente porque adota, por vezes, uma postura crítica sobre o livre-mercado, mas que se alicerça sobre o mesmo para reorientar os rumos do desenvolvimento. De certa forma, o acervo documental das instituições formuladoras do “desenvolvimento sustentável” não ignora o teor que a urgência ambiental incute, ao contrário, circuncreve-a com precisão e oferece ressonância as afirmações dos setores críticos do desenvolvimento capitalista. O centralismo sobre os efeitos do sucesso do capital não é, por outro lado, acompanhado de uma séria discussão que problematize o teor das causas, das ações atreladas à lógica do capital. Significa, em outras palavras, que a agenda hegemônica preserva um poder instituído e não manifesta uma aspiração mais radical e combativa em prol de uma verdadeira democracia. É nesse ponto que reside o eixo de articulação entre o paradigma ambiental e o neoliberal, uma vez que o conteúdo documental imprime ambigüidades, subjetividades, lacunas e aberturas que permitem ao capital se apropriar de certas demandas. Os próprios documentos são, nesse sentido, estruturas da ideologia que os termos “sustentabilidade” e “sustentável” incutem desde então.

Nesse ponto, deve ser enfatizado que não existe uma postura explícita que demonstre uma articulação entre o paradigma neoliberal e ambiental. Se nos é permitido realizar uma comparação, assim como há uma tendência na globalização em que governos de esquerda ou de inspiração nacionalista percam sua margem de governabilidade e sua própria legitimidade nas exigências que a economia global impõe, à crítica ambiental também pode ser observada como projeto que recai no turbilhão das instituições dominantes.

As críticas imbricadas neste processo de articulação foram, pouco à pouco, sendo desenvolvidas ao longo desta tese, e procuraram demonstrar como uma economia baseada no discurso ambiental passa a trazer implicações ao território, notadamente às cidades. A “Cidade Sustentável” ganha força como a categoria que enquadra o fenômeno urbano ao século XXI, de modo a estar no centro do debate acadêmico, da gestão urbana e do planejamento e das mídias em geral que se debruçam sobre as cidades. Volta-se decerto ao primeiro parágrafo destas considerações finais, onde se atesta que um “oceano verde” propaga-se por

bibliotecas, centros de documentação e pela própria internet, com uma incomensurabilidade adquirida em pouco mais de 20 anos e que atinge inclusive setores da academia e da imprensa pretensamente críticos ao sistema econômico vigente. A opção pela análise dos écoquartiers na França e dos empreendimentos privados no Brasil se discorreu, essencialmente, pelo seu grau de exemplaridade, importância e dominância nos contextos em que surgem, o que não exclui, contudo, outras práticas conduzidas direta ou indiretamente por princípios ou idealismos centralizados pelo que o termo “sustentabilidade” carrega.

Um dos argumentos mais recorrentes em defesa da “Cidade Sustentável”, sobretudo se observados seus promotores na Europa, reside no fato de que o mundo é cada vez mais urbano e que as questões ambientais têm na cidade seu foco de produção e irradiação. Desse argumento concluem que a busca por um mundo mais sustentável dependeria das ações em escala local, urbana, de modo a criar as condições humanas e materiais para o equacionamento das demandas globais. Logo, a cidade é um ponto de partida, não obstante as evidências observadas não passem de pequenas parcelas do espaço construído, bairros, loteamentos, condomínios concebidos segundo procedimentos mais ou menos progressistas. O que está em questão aqui é, portanto, desenvolver alguns últimos argumentos a respeito do aspecto escalar no qual se defronta este projeto hegemônico de sustentabilidade conduzido desde a década de 1990.

A cidade neoliberal se estrutura, fundamentalmente, sob implicações externas que a globalização da economia lhe impõe, fenômeno que é um dado permanente da realidade e que, em particular, deve centralizar qualquer política ou ação em sustentabilidade. Acredita-se que o enfrentamento às questões que o termo apresenta somente pode tomar corpo se ultrapassadas às visões localistas, desempenhadas de acordo com ações desconexas e independentes, fragmentos por onde fluem diferentes visões e incidem variáveis interesses. Não há projeto de sustentabilidade da civilização sem uma entidade autônoma de liderança no plano da governança internacional, o que significa que a lógica de inversão do atual modelo somente pode ser assegurado se pensada sob uma escala global. Evidentemente, isto enseja uma política unificada de ordem social e coletiva que deve reorientar outras escalas de intervenção no

território. De modo que àquela máxima do “pensar globalmente e agir localmente”, representa, de modo inequívoco, mais um elemento fundante da base ideológica da sustentabilidade, porque oculta as relações interescares e extraterritoriais que as ações individuais repercutem no planeta como um todo, fenômeno que se aprofunda com a consolidação da globalização.

É imprescindível, neste sentido, um retorno ao debate sobre o papel do Estado enquanto entidade de planejamento e de regulação, e que seja efetivamente democratizado e não colonizado pela economia, assim como se processa na era neoliberal. Esta alteração no bojo das instâncias de poder é vista aqui como elemento fundamental em direção à mudanças estruturais indutoras de um modelo de sustentabilidade da espécie humana. Isto representa modificações nos padrões de articulação entre a sociedade e a natureza, de forma à colocar o ser humano e os ambientes terrestres no cerne dos debates sobre o desenvolvimento, e não o crescimento econômico. Neste sentido, os debates são infindáveis e devem estar enfocados em temas como, por exemplo, a questão da propriedade da terra e dos recursos naturais, aos circuitos espaciais de produção e os padrões de localização que regem a economia como um todo, ao uso da tecnologia como trampolim de novas práticas de produção, bem como através do desenvolvimento de materiais mais resistentes e duráveis, ao contrário do que se processa na presente economia, em que se desenvolve tecnologia para que produtos e materiais não durem e assim sejam descartados a fim de catalizar o imperativo do consumo. Como pensar num horizonte futuro das cidades e do planeta se o que está em jogo, na atualidade da globalização neoliberal, são interesses imediatos?

A agenda hegemônica imprime, de fato, essa busca em unificar harmonicamente o imediato e o remoto, como se determinadas ações do capital, mesmo não se desprovido de suas finalidades de acumulação, pudesse exercer repercussões positivas no futuro. Nesse ponto é relevante atestar que aquilo que o mercado ofertou como ação na esteira da agenda hegemônica da sustentabilidade não introduz uma restrição ambiental ao processo de acumulação capitalista, porque a questão ambiental servirá como ativo de valorização das ações empresariais, sem contar que a mesma cria seu próprio mercado, como visto no capítulo 1. O que se

busca enfatizar é que “o longo prazo”, sob uma interpretação civilizacional, é uma escala temporal estranha ao mercado neoliberal e, mesmo uma ou outra ação deste que contribua para a redução de impactos, há que se considerar os aspectos holísticos da ação humana sobre o planeta que transcendem às estratégias verdejantes da economia. Isso se refere à extinção crescente de espécies, à camada de ozônio, ao aumento da temperatura terrestre e o equilíbrio climático, etc. Da mesma maneira, é preciso considerar os aspectos holísticos vinculados ao universo social, cultural e etnográfico que se encontram nas periferias das dinâmicas econômicas globais.

Portanto, alterar o papel exercido pelo Estado torna-se condição premente, e isso não significa um Estado “obeso”, burocrático e centralizado, mas um Estado funcional, forte e democrático, com poder para regulamentar os interesses dispares e os desequilíbrios sociais. Isto representa apenas um passo inicial diante de um caminho repleto de desafios em prol de uma verdadeira governança internacional para a humanidade, o que para muitos constitui a utopia do presente século e que, independente de sua natureza, só pode ser empenhada a partir daquele primeiro passo.

Esse é o caminho para um modelo forte e objetivo de sustentabilidade, interpretada neste trabalho como categoria que internaliza uma interação simbiótica entre a sociedade e a natureza através da garantia de continuidade da espécie humana e de sua herança técnica e cultural, considerando neste processo os imperativos da dignidade da vida humana e da manutenção da biodiversidade terrestre e dos ecossistemas. Tal cenário somente poderia ser ameaçado por aspectos endógenos e exógenos ao planeta e que fogem ao controle do homem e de sua capacidade técnica. Não há, neste sentido, várias sustentabilidades, mas apenas uma que se encerra em si mesma. Atribuir toda e qualquer medida de menor impactação ambiental como uma ação de sustentabilidade é recair sobre um problema de escala e de percepção das relações espaciais. Isto significa em afastar-se de uma visão “una” e integrada do planeta, assim como funciona com a natureza em sua permanente tendência em buscar um equilíbrio em si mesma, tal como incutido na Hipótese Gaia de Lovelock.

Muitos autores já trabalham com a antítese do crescimento como novo paradigma da sustentabilidade, sem que isso represente uma queda no bem-estar da

humanidade. Uma inversão em prol de uma sustentabilidade real aponta, neste sentido, e considerando um cenário de governança internacional solidamente edificada, para uma matriz de pensamento livre de uma visão economicista que reforça a relação de crescimento do PIB com aumento de bem-estar. A superação deste paradigma é o único meio por onde governos e sociedades poderão trilhar um caminho alternativo e criar uma descontinuidade histórica sem precedentes e, para isso, a academia tem papel preponderante. Não importa se tal processo se expressa como utopia, mas que deva, assim como tantas outras utopias da história, engrenar um movimento de mudança gradativa. Esta, porém, necessita estar baseada num imaginário livre, inscrito pela crítica ao modelo de desenvolvimento instado no capitalismo, e não, ao contrário, sustentar um imaginário colonizado e impregnado de ideologia que entrava processos de ganho de autonomia da sociedade em seus anseios de transformação. Esta autonomia constitui a lucidez para enxergar a raiz de um processo insustentável e assim induzir aos câmbios fundamentais que imprimem ganhos coletivos à longo prazo.

Neste fim, é preciso apenas salientar que muitos elementos trabalhados nesta tese oferecem boas possibilidades para o desenvolvimento reflexivo em torno dos estudos urbanos e de economia política. Entende-se que as contribuições trazidas pelos capítulos introduzem novas discussões que podem ser aprofundadas, de modo a abrir caminhos de investigação que estão longe de se encerrar. Levando em conta apenas a dimensão urbana, abre-se espaço para um campo fecundo na compreensão, por exemplo, dos parâmetros de certificação, das especificidades relativas à grandes projetos residenciais, comerciais e turísticos, dos atores e processos que promovem a “Cidade Sustentável” no mercado imobiliário e no âmbito da política urbana, etc. Há, decerto, outras possibilidades de investigação cujas contribuições podem empreender uma evolução nos saberes em torno do território, da cidade e de outros componentes interdisciplinares que se tangenciam à temática da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 18 ECOQUARTIERS BIENTÔT EM FRANCE. Magazine Le Moniteurs – Dossier La Revue Durable, nº 28.
- 80 HECTARES DE FRICHES RENDUS À LA VILLE. Magazine Le Moniteurs – Hors Série Construire Durable, Mai/2010.
- AAVV. **Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg**. Aalborg, I Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, 1994
- ACSELRAD, Henry. **Vigiar e Unir: a agenda da sustentabilidade urbana?** In: Acselrad, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- _____. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.
- _____. **A sustentabilidade das cidades e os conflitos ambientais urbanos**. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; BARBOSA, Maria Jose de Souza (org.). Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.
- AGENDA 21. **United Nations Conference on Environment & Development**. Disponível em: www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english. Acesso em 03 de fevereiro de 2012
- ALMEIDA, Fernando. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2002
- ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**. Paris, François Maspero, 1973
- BANCO MUNDIAL. **A strategic view of urban and local government issues: implications for the Bank**. Washington: The World Bank, 1999.
- _____. **Cities in transition: World Bank urban and local government strategy**. Washington: The World Bank-Infrastructure Group Urban Development, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos**. Campinas: Papirus, 1992.
- BEATLEY, Timothy. **Green urbanism: learning from European cities**. Washington: Island Press, 2000

- BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**. São Paulo: Fundamento, 2004
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Cities as political agents**. In: Local and Global-Management of cities in the Information Age. London: Earthscan Publication, UNCHS, 1997.
- BROU-BOURG, Bruno. **Une appétence croissante pour les écoquartiers**. Revista Le moniteurs, Ministère de l'écologie du développement durable, des transports et du logement. Caderno suplementar Écoquartiers, pag.5, 2011.
- BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: Cavalcanti, Clóvis (org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1994, p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em: 12 de setembro de 2011.
- BULKELEY Harriet; BETSILL Michele. **Cities and Climate change. Urban sustainability and global environmental governance**. New York, Routledge, 2003.
- CALDAS, Andressa; QUINTELA, Sandra. **Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20**. Le Monde Diplomatique Brasil – Caderno Sustentabilidade e Desenvolvimento, o que esperar da Rio+20. São Paulo, ano 5, n. 54, p. 16-17, janeiro de 2012.
- CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da Construção Civil**. Tese de Doutorado, CFH/UFSC, Florianópolis, dezembro de 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARNEIRO, Glauco. **Florianópolis: Roteiro da Ilha Encantada**. Florianópolis: Expressão, 1987.
- CHANCEL, Marion. **Les Mixités Urbaine et architecturale à l'épreuve des dogmes environnementaux**. Master Sciences du territoire, IUG, UPMF, 2010.
- CHARLOT, Antoine. **Du quartier à la ville durable. Vers un nouveau modèle urbain ?** Comité 21, 2011.
- CHARLOT-VALDIEU, Catherine ; OUTREQUIN Phillipe. **Une tentative de definition**. In: SOUAMI, Taoufik. Écoquartiers et Urbanisme Durable. Problèmes, La documentation Française, n° 981, février 2011.

- _____. **L'urbanisme durable, concevoir un écoquartier**. Paris, Le Moniteur, 2009
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, 1981.
- CLUZET, Alain. **Ville libérale, ville durable ? Répondre à l'urgence environnementale**. Le Moulin du Château : édition de l'Aube, 2007.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2ed, 1991.
- COMITÉ ÉNERGIE CITIES. **Dossier Urbanisme - énergie: les éco-quartiers en Europe**. ADEME, Jul/2008. Disponível em : http://www.energy-cities.eu/IMG/pdf/ademe_eco_quartiers_fr.pdf. Acesso em 12 de julho de 2012
- COMPANS, Rose. **Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade?** In: Acselrad, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CONGRESS FOR THE NEW URBANISM. **Charter of the New Urbanism**. Disponível em: <http://www.cnu.org/charter>. Acesso em 15 de outubro de 2012
- CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2005, 2ª Ed, 384p.
- CORREIO BRASILIENSE. **MPDFT solicita paralisação imediata das obras no SetorNoroeste**. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/08/06/interna_cidadesdf,380924. Acesso em 26 de setembro de 2013
- CREPON, Etienne. **Transformer l'essai**. Revista Le moniteurs, Ministère de l'écologie du développement durable, des transports et du logement. Caderno suplementar Écoquartiers, pag.5, 2011.
- DA CUNHA, Antonio. **Les écoquartiers, um laboratoire pour la ville durable : entre modernisations écologiques et justice urbaine**. ERES, Espace et Sociétés, nº 144-145, 2011/1.
- DA SILVA, Beatriz Francalacci. **O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis**. Cad. Metrop, São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 163-184, jan/jun 2011
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEL RIO, Vicente; TREVOR, Keith. **New Urbanism, dependência do automóvel, senso de comunidade. Um estudo comparativo de dois conjuntos residenciais**

na Califórnia. Portal Vitruvius, Arquitextos, nº42, nov/2003. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp201. Acessado em 15 de outubro de 2012.

- DIÁRIO CATARINENSE. **Área liberada sobe 232% na Capital.** 27/04/2011. Disponível em: www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default2.jsp?uf=2&local=26&source=a3288801.xml&template=3898.dwt&edition=16988&section=129. Acesso em 14 de outubro de 2013.
- DRIANT, Jean-Claude ; NAPPI-CHOULET, Ingrid. **Durabilité sociale et économique des quartiers durables.** In : Observatoire de la ville. Les quartiers durables - nouvel enjeu de la ville de demain. Cahiers de l'observatoire de la ville, nº2, Décembre 2007.
- DRIANT, Jean-Claude. **Pourquoi manque-t-il des logements en France?** Métropolitique. Set/2011. Disponível em : www.metropolitiques.eu/Pourquoi-manque-t-il-des-logements.html. Acesso em 09 de novembro de 2012
- EMELIANOFF, Cyria. **Les pouvoirs locaux dans la mondialisation écologique: remodeler l'environnement planétaire et urbain.** Dossiê d'habitation à diriger des recherches, Université du Maine, 2011.
- _____. **Origine et fondements de la ville durable – Ville et urbanisme durables: um mouvement international.** In Heliot, Raphaele. Villes Durables et Écoquartiers. Paris: Passager Clandestin, Cédis, 2010.
- _____. **Emergence et diffusion des écoquartiers em Europa.** In: SOUAMI, Taoufik. Écoquartiers et Urbanisme Durable. Problèmes, La documentation Française, nº 981, février 2011.
- _____. **Ville Globale, ville durable: deux représentation opposes de l'espace-temps urbain.** Journées Pirevs, Les Temps de l'Environnement. Toulouse, nov, 1997.
- EUROPEAN ENVIRONMENTAL AGENCY. **Air pollution by ozone across Europe during summer 2011.** Report EEA, March, 2012.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade.** São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1997.
- FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** Petrópolis: Vozes, 1997
- FONTENEAU, Guillaume. **NON, Il ne manque pas 800 000 logements en France.** Leblogpatrimoine – Au service de vos projets de vie, Immobilier. Jan/2013. Disponível em: <http://www.leblogpatrimoine.com/immobilier/non-il-ne-manque-pas-800-000-logements-en-france.html>. Acessado em 08 de novembro de 2012

- FRIEDMANN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FUNDAÇÃO VANZOLINI. **Empreendimentos certificados no processo Aqua**. Disponível em: www.vanzolini.org.br/conteudo_104.asp. Acesso em 11 de setembro de 2013.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GHEZIEL, Elza; HELIOT, Raphaele. **Les mots de la ville durable : exploration et essai de typologie**. In Heliot, Raphaele. *Villes Durables et Écoquartiers*. Paris: Passager Clandestin, Cédis, 2010
- GILBERT, R. et al. **Pour des Villes Durables – Le rôle des autorités locales dans l'environnement urbain**. London: EarthScan, UN-HABITAT, PNUE, 1996.
- GREEN BUILDING BRASIL. **Green Building Council Brasil - Construindo um futuro sustentável**. Apresentação GBC – FEICON BATIMAT, março, 2012.
- GROUPE D'EXPERTS SUR L'ENVIRONNEMENT URBAIN. **Rapport Villes Durables Européennes**. Bruxelles, Commission Européenne, Direction Generale Environnement, Securite Nucleaire et Protection Civile, Mars, 1996.
- GUILHERME, Maria Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica global e local**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. **Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas**. In: BECKER, B.K.; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HAAVELMO, Tryngve; HANSEN, Stein. **On the strategy of trying to reduce economic inequality by expanding the scale of human activity**. UNESCO, Environmentally sustainable economic development: Building on Brundtland. Paris: UNESCO, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004.
- HALBERT, Ludovic; LE GOIX, Renaud. **Capital Financier et production urbaine**. Urbanisme. Dossier la Ville financiarisée, n° 384, mai/jun 2012.
- HALL, Peter; PFEIFFER, Ulrich. **Urban Future 21: A Global Agenda for Twenty-First Century Cities**. London: E&FVSPON, 2000.
- HARRIBEY, Jean Marie. **A desconstrução do capitalismo neoliberal**. Le monde Diplomatique Brasil, Outubro de 2011, p.10-11.

- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. **Do administrativismo ao empreendedorismo - a transformação da governança urbana no capitalismo tardio**. In: A produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2a ed, 2006.
- _____. **The New Urbanism and the Communitarian Trap**. Harvard Design Magazine, Winter/Spring, 2001, Number 1. Disponível em: www.gsd.harvard.edu/research/publications/hdm/back/1harvey.pdf. Acesso em: 07/11/2013
- _____
- IANNI, Octávio. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994.
- _____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 228p.
- INTERNACIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INICIATIVES. **Soluções Locais para Desafios Globais: Conectando Líderes – Acelerando Ações – Criando Soluções Pioneiras**. Disponível em: www.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/Global/About_ICLEI/brochures/ICLEI_info-brochure_portuguese-www.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2012
- _____. **Strategic Plan 2010-2015 - Local Governments for Sustainability Preparing for Tomorrow**. Disponível: www.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/Global/About_ICLEI/ICLEI_Strategy_2010-2015.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2012
- _____. **2006 Year in Review – Local action moves the world**. Iniciatives – ICLEI Anual Report. Toronto, 2006.
- JUSTUS, Paulo. **Prédios verdes são quase metade dos lançamentos comerciais em Rio, São Paulo e Curitiba até 2013**. Portal de notícias o Globo, Outubro de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/imoveis/predios-verdes-sao-quase-metade-dos-lancamentos-comerciais-em-rio-sao-paulo-curitiba-ate-2013-3080138>. Acesso em: 12 de abril de 2012
- KELLER, Mike; BURKE, Bill. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- KLIMENTA, Harald; BOXBERGER, Gerald. **As dez mentiras da Globalização**. São Paulo: Aquariana, 1999.

- KOVARICK. Lucio. **Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo à redemocratização**. In: As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 7 ed, 2003. 262 p.
- LE GOIX, Renaud; VEYRET, Yvette. **Atlas des Villes Durables – Écologie, Urbanisme, Société: l'Europe est-elle un modèle?** Paris: Autrement, 2011.
- LEFÉVRE, Pierre. **Voyage dans l'Europe des ville durables: Exposé des premiers project remarquables réalisés dans la perspective du développement durable**. Paris, Ministère de l'Ecologie, du Développement et de l'Aménagement durables, Certu, 2008.
- LEFÉVRE, Pierre; SABARD, Michel. **Les Écoquartiers: L'avenir de la ville durable**. Rennes: Apogée, 2009.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- LENZI, Maria Helena. **Das imagens à ausência. Das imagens, a ausência: um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis**. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2010.
- LOW, Nicholas; GLEESON Brenda; ELANDER Ingemar; LIDSKOG Rolf. **Consuming cities. The urban environment in the global economy after the Rio declaration**. London, New York, Routledge, 2000.
- MARCHÉ INTERNATIONAL DES PROFESSIONNEL DE L'IMMOBILIER (MIPIM). **What is Mipim?** Disponível em: <http://www.mipim.com/en/the-programme/territories/france/> m.com/en/the-event. Acesso em : 23 de novembro de 2012
- _____. **France at Mipim**. Disponível em: <http://www.mipim.com/en/the-programme/territories/france>. Acesso em : 23 de novembro de 2012
- MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil**. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000
- _____. **O nó da terra**. In Revista Piauí, Junho de 2008. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-21/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-no-da-terra>. Acesso em: 15 de agosto de 2013

- _____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MASSEY, Doren. **Pelo espaço por uma nova política de espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MCGRAW HILL CONSTRUCTION. **Global Green Building Trends: Market Growth and Perspectives from around the World**. World GreenBuilding Council, Smarth Market Report, 2008.
- MEADOWS, Donnela et al. **The Limits to Growth**. New York: New American Library, 1972.
- MINISTERE DE L'ECOLOGIE, DE L'ENERGIE, DU DEVELOPPEMENT DURABLE ET DE L'AMENAGEMENT DU TERRITOIRE. Ville Durable, Aménagement et Construction Durable. **EcoQuartier**. Disponível em : <http://www.developpement-durable.gouv.fr/-EcoQuartier,3863-.html>. Acesso em 12 de julho de 2012.
- _____. **Dossier de Presse – Annonce par Benoit Apparue des résultat de l'appel à projets EcoQuartier 2011**. Paris, 2011. Disponível em : http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/DP_EcoQuartier_-_partie_1.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2012
- _____. **La Charte des Écoquartiers**. Disponível em: www.developpementdurable.gouv.fr/IMG/charte%20EcoQuartier%20version%20finale%2013nov2012.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2012
- _____. **Guide du développement durable à l'intention des pôles de compétitivité**. Direction de la recherche et de l'innovation. Commissariat Général au Développement Durable. Set/2012.
- _____. **Construction de logements**. Observation et Statistiques, Base Sit@del2. Disponível em: www.statistiques.developpement-durable.gouv.fr/donnees-ligne/r/sitdel2-donnees-detaillees-logements.html. Acesso em: 17 de novembro de 2012
- MESZAROS, István. **O Poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOFFAT, Sebastian; et al. **Eco² Cities Guide - Ecological Cities as Economic Cities**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development - The World Bank, 2012.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: edUFSC, 2008.
- NOBRE, Eduardo Alberto Cusce; BOMFIM, Valéria C.. **A produção do espaço**

urbano da cidade de São Paulo na década de 90: Políticas Públicas de Exclusão e Inclusão Social. Revista Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 11, 60-73, 2002.

- NORDHAUS, William; TOBIN, James. **Is Growth Obsolete?** In: Economic Research: Retrospect and Prospect Vol 5: Economic Growth, pages 1-80 National Bureau of Economic Research, 1972.
- OLIVEIRA, Fabrício Leal de. **Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI.** In: Acselrad, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- OLIVEIRA, Lisete Assen. **Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina.** São Paulo, Tese de Doutorado - FAU/USP, 1999.
- PADUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** In: Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – Dossiê Teorias Socioambientais. São Paulo: Instituto de Estudos avançados, v.24, n.68, 2010.
- POCHMANN, Marcio. **Transformação do capitalismo.** Le monde Diplomatique Brasil, Outubro de 2011 , p. 06-07.
- POLANYI, Karl. **The great transformation.** Boston: Beacon Press, 2^a ed, 2001.
- PORTAIL DU GOUVERNEMENT. **La situation du logement em France.** Gouvernement. Jan/2013. Disponível em: www.gouvernement.fr/gouvernement/la-situation-du-logement-en-france. Acesso em: 01 de dezembro de 2012
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUARTIER DURABLE - Guide d'expériences européennes. ARENE Ile-de-France - IMBE- Avril 2005.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais.** In: Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – Dossiê Teorias Socioambientais. São Paulo: Instituto de Estudos avançados, v.24, n.68, 2010
- RICARDO, David. In: **Os economistas (col.).** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

- RODRIGUES, Arlete Moysés. **A matriz Discursiva sobre o Meio Ambiente: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço Urbano – Agentes e Processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1981.
- _____. **Estratégias de transição para o século XXI: o desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SALLEZ, Alain. **Les enjeux d’une réflexion sur les quartiers durable**. In : Observatoire de la ville. *Les quartiers durables - nouvel enjeu de la ville de demain*. Cahiers de l’observatoire de la ville, n°2, Décembre 2007.
- SANCHEZ, Fernanda. **(A in)sustentabilidade das Cidade Vitrine**. In: Acselrad, Henri (org.). *A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – Do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SASSEN, Saskia. **The Global Cities: New York, London and Tokio**. Princeton: Princeton University Press, 1991. UN-HABITAT. *Planning Sustainable Cities: Policy Directions*. Nairóbi: Gutenberg Press, 2009.
- SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SEIXAS, Renato. **Investimento estrangeiro na América Latina – Desenvolvimento Simétrico entre países?** In: Coggiola, Osvaldo (org.). *América Latina e Globalização*. São Paulo: UniFMU; PROLAM USP, v. 1, 2004
- SOUAMI, Taoufik. **Écoquartiers: secrets de fabrication -Analyse Critique d’exemple européens**. Paris, Edition des Carnets de l’info, 2008.
- _____. **Les liens avec l’histoire des politique environnementales : continuité ou rupture ?** In: SOUAMI, Taoufik. *Écoquartiers et Urbanisme Durable*. Problèmes, La documentation Française, n° 981, février 2011.
- _____. **L’éco-quartier qui cache la ville durable**. In : Dossier des éco-quartiers aux ville durable. Adeis, Territoire, n° 487, 48° année, Avril 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 205.

- STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; Jean-Paul, FITOUSSI. **Report of the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. CMEPSP, September, 14, 2009, PDF file. Disponível em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf. Acesso em 15 de abril de 2013
- SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. Tese de Doutorado, FAU/USP, São Paulo, 2002.
- TAHCHIEVA, Galina. **Entrevista com Galina Tahchieva**. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, EESC-USP, n°2, pág: 108-110, 2005
- TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento Ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.
- TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TRIGUIER, Eric. **La vérité sur le manque de logements en France**. Le Nouvel Observateur, Challenges, Finances e Marchés. Dez/2011. Disponível em: <http://www.challenges.fr/finance-et-marche/20111208.CHA8095/la-verite-sur-le-manque-de-logements-en-france.html>. Acesso em: 01 de dezembro de 2012
- UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS – HABITAT. **An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements**. Oxford University Press, 1996.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **Planning Sustainable Cities: Policy Directions. Global Report on Human Settlements – UN-HABITAT**. London: Earthscan, 2009.
- VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000
- VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010
- _____. **Indicadores de Sustentabilidade**. In: Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – Dossiê Teorias Socioambientais. São Paulo: Instituto de Estudos avançados, v.24, n.68, 2010.
- VUAILLAT, Fanny. **De la Nature à vendre: fabrique urbaine et construction d’extra-territorialité à Recife, PE, Brésil**. ERES, Espace et Sociétés, n° 150,

2012/2, pages 31 à 47/.

- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Ecoquartiers présentés pour certification en 2011

SOMMAIRE

par ordre alphabétique des communes d'implantation

Un deuxième sommaire est disponible pages XI à XIX, vous y retrouverez l'ensemble des fiches classées par région et département.

Abbeville	Abbeville	1
Abymes (Les)	L'assainissement, l'écoquartier de Cap Excellence	2
Ainay-le-château	Ecoquartier ainay le chateau	3
Aire sur l'Adour	Eco-quartier de Lariou	4
Aixe-sur-Vienne	Maisons créatives	5
Alès en Cévennes	Eco-quartier de la gare d'Alès	6
Ancenis	ZAC du quartier de la gare	7
Andelot-en-Montagne	Quartier les épinettes	8
Angers	Le plateau des capucins	9
Angerville	Le Parc d'Angerville	10
Anglet	Ecoquartier du Maharin	11
Annecy	Annecy - Eco Quartier Vallin Fier	12
Annemasse	Etoile Annemasse-Genève	13
Arçonnay	Plaine du Longuet et de la Metairie	14
Argentré	Les Coprins et Beausoleil	15
Argonay	Quartier durable des Rigoles	16
Arques	ZAC du centre Ville	17
Aubervilliers	Le fort d'Aubervilliers	18
Aubonne	Les aubepines	19
Audrieu	Eco-quartier centre bourg Audrieu	20
Aulnay-sous-Bois	Les chemins Mitry-Princet	21
Aurillac	Eco-quartier du Vialenc	22
Auvers sur Oise	Les Perruchets	23
Avon	L'éco-quartier des Yèbles de Changis	24
Aytré	Un écoquartier à Bongraine	25
Azay le Rideau	Haute varenne et gare	26
Azé	La Mitraie 2	27
Bagneux	Ecoquartier Victor Hugo Bagneux	28
Bagnolet	L'axe Gallieni/La Noue	29
Balma	Vidailhan	30
Barby	Le grand clos	31
Basse-Ham	Quartier des Pommiers	32
Beaumont	Coeur de ville	33
Bègles	Terre Sud	34
Belleville	Belleville Ouest-Gare	35
Belvézet	Le clos des Gardies	36
Benouville	Le Fond du Pré	37
Berru	Espace intergénérationnel à BERRU	38
Bertignat	Ecohameau de Bertignat	39
Besançon	Les Vaïtes	40

Bessan	Ecoquartier de saint claud
Betheny	Pôle intergénérationnel
Béthune	Ecoquartier de l'horlogerie
Biganos	Parc de Marache
Blagnac	Andromède
Blanc Mesnil (Le)	Eco quartier Eiffel-Molette
Bobigny	Ecocité - Canal de l'Ourcq
Bois-Colombes	ZAC PLM Bois-Colombes
Bondy	Ecoquartier du Canal
Bordeaux	Darwin
Boulogne-Billancourt	Seguin Rives de Seine
Bourges	Eco quartier Baudens
Brétigny sur Orge	Clause-Bois Badeau
Buchelay	Le Coin du Chêne
Budelière	Eco quartier hirondelles blanches
Buellas	Construction de 20 logements individuels groupés BBC en écoquartier à Buellas
Burdignes	Eco-hameau Mirose
Calais	Ecoquartier Descartes-Blériot
Callas	Callas quartier Ferrage / Les Clos
Cannes	Cannes Maria
Cannes	Opération Coeur de Quartier Ranguin
Cannet (Le)	Ecoquartier de Rocheville
Capinghem	Tournebride
Carpentras	Eco quartier gare pole multimodal
Carquefou	Zac de la Fleuriaye 2
Castelnaudary	Zac des Vallons du griffoul
Caudebec-lès-Elbeuf	Caudebec les Elbeuf - éco-quartier Uggate
Cavalaire sur Mer	Site des Canissons
Caveirac	Le Cavernel
Cébazat	Les trois fées
Celles	Revivre à Celles
Cergy	Ponceau
Chalette-Sur-Loing	Les rives du Solin
Chalon-sur-Saône	Chemin de la coudre
Chambon-Feugerolles (Le)	Quartier des Molières
Changé	La Barberie
Charbonnier-les-Mines	Carreau de la Mine
Charleville-Mézières	Jean-Baptiste Clément
Charnay-Lès-Mâcon	Nouvelle Coupée
Chassieu	Ilôt Centre République
Château-Gontier Bazouges	Les Jariats
Châteauneuf-sur-Loire	Zac multisite du Clos Renard, des Cigales et Gare
Châteauroux	BALSAN
Château-Thierry	Chateauthierry
Châtel (Le)	L'éco-quartier des Vignes
Châtelain	Le Verger
Chaumont	Ancien dépôt SNCF
Chécy	Grainloup Est
Chelles	ZAC Eco-quartier Castermant
Cherbourg Octeville	Grimesnil Monturbert
Chevilly-Larue	Anotole France / Meuniers

Chevroliere (La)	Quartier Beausoleil	92
Clermont-Ferrand	Champratel	93
Clermont-Ferrand	Tremonteix	94
Clichy	Clichy Bac d'Asnières	95
Clisson	Ecoquartier du Champ de Foire	96
Colombelles	Quartier LIBERA	97
Cormeilles en Parisis	ZAC des Bois Rochefort	98
Coudoux	Grand Coudoux	99
Couhé	Les Petits Prés de Valence	100
Coulogne	ZAD du Grand Duc	101
Courcouronnes	CANAL / EUROPE	102
Cournon d'Auvergne	Le Palavezy	103
Couronne (La)	ZAC LES SABLES	104
Couvrot	Carrelles	105
Cran-Gevrier	Les passerelles	106
Cressonsacq	Ecoquartier de Cressonsacq	107
Crouy	"Clémencin" à Crouy	108
Cublize	Le Hameau des sources	109
Cuiseaux	Une nouvelle ville dans la ville	110
Dax	Le Mousse	111
Deyvillers	Recomposition du centre bourg	112
Dienne	Ecolotissement du Peuch	113
Docelles	Vivre a Docelles	114
Dun	Eco Quartier de Dun	115
Eaubonne	Le Val Joli	116
Echalas	Aménagement d'un Ecoquartier Echalas	117
Echirolles	Projet de renouvellement urbain du Village 2	118
Ensisheim	Gerteis	119
Entraigues sur la Sorgue	Entraigues sur la Sorgue - démarche communale	120
Entrevernes	Entrevernes Coeur de village	121
Epernay	Eco-quartier Terres Rouges-Beausoleil	122
Epinal	Ecoquartier "laufromont"	123
Eragny	EcoQuartier Mairie Gare	124
Erstein	Quartier Avenir	125
Fercé sur Sarthe	Quartier des grands jardins	126
Ferney Voltaire	RD 1005	127
Fontaine	Essai-Fontaine	128
Fort-de-France	Bon Air : Eco quartier Caribéen	129
Fraize	Pôle de l'Éco-Construction des Vosges	130
Freissinières	Ecohameau de Freissinières	131
Fremifontaine	Fremifontaine	132
Genétouze (La)	Village de la Vallée Verte	133
Gennevilliers	ZAC Chandon République	134
Grand-Bourg	Grand-bourg ma ville	135
Graulhet	Ecoquartier les résidences du parc	136
Grenoble	Bouchayer-Viallet	137
Grenoble	Teisseire	138
Grignon	Coeur de village	139
Grisolles	Le quartier de tous les voyages	140
Guérande	ZAC Maison Neuve	141
Guignicourt	Guignicourt	142
Guingamp	Projet Ecoquartier de Gourland	143

Guisseny	Lotissement Communal
Halluin	Ecoquartier du Front de Lys
Hargnies	Hullovoye
Haut-Corlay (Le)	Lotissement du bourg
Havre (Le)	Le Grand Hameau
Haÿ-les-Roses (L')	ZAC Entrée de ville Paul Hochart
Hebecrevon	Eco Hameau les Chemins Verts
Heugon	Eco-hameau
Hirson	Hirson
Ile-Saint-Denis (L')	L'écoquartier fluvial de l'Ile-Saint-Denis
Ingre	Les jardins du bourg
Issoire	Le quartier du bout du monde
Issy-les-Moulineaux	Bords de Seine
Issy-les-Moulineaux	Fort d'Issy
Ivry-sur-Seine	Ivry Confluences
Joinville	Ecoquartier de la Ville de JOINVILLE
Joué lès Tours	Quartier durable
Kaysersberg	Création de quartiers innovants à Kaysersberg
Laguiole	L'éco lotissement du frêne / Laguiole 12
Laigneville	Laigneville
Laval	PRU des Pommeraies
Lavans-lès-Saint-Claude	Le Crêt du Bief
Lesmont	EcoQuartier Rural LESMONT
Liergues	ZAC des Côteaux d'Or
Lieusaint	Appel à projets 2011 écoquartier MEDDTL
Lievin	Jaures Scientifiques
Lille	Five Cail Babcock
Lille	Rives de la Haute Deûle
Limans	Limans - l'esprit village
Limours en Hurepoix	Projet "Coeur de Ville" - Limours
Lingolsheim	Ecoquartier Tanneries
Liverdun	Lerebourg
Longpré-les-Corps-Saints	Longprelcs
Longvic	Les rives du bief
Lorient	Ecoquartier du Manio
Louvres	Eco-quartier de Louvres et Puiseux-en-France
Lure	Ecoquartier des prés la cote
Lyon 9 ^e arr.	Projet de renouvellement urbain de la Duchère
Lys-lez-Lannoy	S.I.Energie à Lys-lez-Lannoy
Magny sur Tille	ZAC Magny sur tille
Mailleraye sur Seine (La)	Quartier de l'église
Mandelieu	Eco ZAC Minelle
Mareau aux Prés	Ecoquartier des Garennes
Mareil-Marly	Champs-Droux et Violettes
Marigny-Brizay	Fonds Gautiers
Marseille	Le parc Saint-Loup
Marseille	Les Hauts de Mazargues
Marsillargues	ZAC la laune
Martigues	Quartier de la Route Blanche
Mazan	La Ferraille
Melun	Eco Quartier Plaine de Montaigu
Melun	Ecoquartier des Mézereaux

Merdrignac	ZAC de la Héronnière	196
Méricourt	ZAC Eco quartier Méricourt	197
Merville	Eco-quartier du coeur de ville	198
Meys	Le quartier de la motte	199
Mons-en-Baroeul	NouveauMons	200
Mont de marsan	Ecoquartier du peyrout	201
Montbrison	La gare et Gégé	202
Montdidier	Montdidier	203
Montereau-Fault-Yonne	Les Bords d'Eau	204
Monteux	Quartier de Beaulieu	205
Montfort-sur-Meu	Parc de la Touchère	206
Montigné le Brillant	Le Coudray	207
Montigny-le-Bretonneux	Sqyes	208
Montivilliers	Les jardins de la ville	209
Montlouis sur Loire	Les Hauts de Montlouis	210
Montpellier	Grisettes	211
Montpellier	Parc Marianne	212
Montreuil	Les Hauts de Montreuil	213
Montreuil-l'Argillé	Réhabilitation "ancienne gendarmerie"	214
Montreuil-Le-Gast	Nouvel Air, Le Pommier (Bretagne, 35)	215
Montsinéry-Tonnegrande	Ecoquartier Montsinéry	216
Motte-Servolex (La)	Eco-hameau des Granges	217
Mouvoux	Centre ville	218
Mouy	Mouy	219
Mulhouse	Mulhouse - Wolf-Wagner	220
Murat	Réhabilitation de deux bâtiments communaux (Mairie+ancienne école maternelle)	221
Mureaux (Les)	Eco quartier Les Profils	222
Muy (Le)	Eco-quartier des Cadenades	223
Nancy	Le Plateau de HAYE	224
Nantes	Erdre Porterie	225
Narbonne	Aménagement de l'entrée Est	226
Nîmes	Hoche-ernam	227
Noisy-le-Sec	Plaine de l'Ourcq : Quartier Durable	228
Nouméa	Vallée de Sakamoto	229
Novion Porcien	L'éco quartier des Crêtes	230
Olonne sur Mer	ZAC de Belle Noue	231
Orgères	La Zac des Prairies d'Orgères	232
Orthez	Eco quartier du Pesqué	233
Orvault	Le Vallon des Garettes	234
Ostwald	Rives du Bohrie	235
Ouveillan	ZAC multisites d'ouveillan	236
Oye-Plage	Porte des petits moulins	237
Pagny-sur-Moselle	Une EcoCité à Pagny-sur-Moselle	238
Palaiseau	Ecoquartier du lycée Camille Claudel	239
Pantin	Ecoquartier Gare de Pantin	240
Paris	Claude Bernard Macdonald	241
Passa	Ecoquartier de Passa	242
Pau	Portes de gaves	243
Périgueux	Redynamisation durable du quartier de la gare de Périgueux	244
Pessac	Renouvellement urbain du quartier Arago	245
Petit Bourg	Petit bourg St Jean	246

Petit-Mars	Le Dareau
Peymeinade	Ecoquartier aménagement du centre ville
Peyssies	Aménagement durable du centre-bourg
Pierrefitte-sur-Seine	Quartier Vallès
Pierrefitte-sur-Seine / Saint-Denis / Stains (Comm. d'aggl. Plaine Commune)	Les Tartres Sud
Pierrevert	Les Terres Blanches
Plaine sur Mer (La)	Secteur des Filets
Plessis Belleville (Le)	Le Plessis Belleville
Poissy	Quartier durable Poissy - secteur Saint-Sebastien
Poix de Picardie	Poixdepicardie
Pont Audemer	La Cartonnerie
Pont-Sainte-Marie	Eco Quartier du Moulinet
Pont-Sainte-Maxence	Pontsaintemaxence
Port (Le)	La Ville est port
Pradet (Le)	La Grenouille
Pré Saint-Gervais (Le)	Ecoquartier GUITEL
Pujaut	ZAC les gravières
Pujaut	ZAC petit étang
Puteaux	Eco-quartier des Bergères
Quesnoy-sur-Deûle	Ange Gardien
Ramonville Saint-Agne	Ecoquartier Maragon Floralties
Rang-du-Fliers / Verton (Comm. de communes Opale Sud)	Eco-quartier de la ZAC du champ Gretz
Ravoire (La)	Valmar
Réaumont	Le Coeur du Village de Réaumont
Rebeuville	Le Bouvrot
Reims	Eco quartier croix rouge pays de France
Rémire-Montjoly	Ecoquartier Vidal
Rennes	La courrouze
Riche (La)	ZAC Plessis Botanique
Riom	Ilôt grenier
Ris-Orangis	Les docks de ris
Roanne	Site Gambetta-République
Rodemack	Les Jardins du Castel
Rodez	Reconversion du site de Combarel
Roquebrune Cap-Martin	Cap Azur
Rosny-sous-Bois	Mare Huguet
Roubaix	L'union
Rouen	Ecoquartier Flaubert
Rouen	Rouen - Luciline - Rives de Seine
Sablé-sur-Sarthe	La Pellandière
Saint-André des Eaux	Opération centre bourg
Saint Aubin le Cloud	Ecoquartier des Tichans
Saint-Aulaye	Ecoquartier de Lavalade
Saint-Baudelle	Eco-quartier "le champ de la lande"
Saint Chamond	Eco-quartier ZAC des Aciéries
Saint Chef en Dauphiné	Eco quartier des Môles
Saint-Come et Maruéjols	Condamine
Saint-Denis	Quartier Gare Confluence
Saint-Dizier	Requalification du site de l'ancien hôpital de Saint Dizier
Saint-Etienne	Manufacture-Plaine Achille

Saint Fargeau Ponthierry	La reconquête des bords de Seine	297
Saint-Fiel	Eco quartier Saint-Fiel	298
Saint-Florentin	Nosée	299
Saint-Georges-Montcocq	Saint-Georges-Montcocq	300
Saint Georges sur Layon	Co-habitations	301
Saint Germain sur Moine	Reconversion du Site GEP	302
Saint Hilaire de Clisson	Les fresches 3	303
Saint Hilaire de Loulay	Renouvellement urbain	304
Saint Jean d'Angély	Le quartier Voyer	305
Saint-Lupicin	Quartier des Ecurias	306
Saint-Nolff	Ecocité du Pré Vert	307
Saint Pardoux	Quartier de l'étang	308
Saint-Paul	ZAC la saline	309
Saint-Paul	PRU du centre ville de Saint-Paul	310
Saint-Pierre	Rénovation urbaine de Ravine Blanche	311
Saint-Pierre	Zac pierrefonds village	312
Saint Priest en Jarez	Centre Bourg	313
Saint Priest sous Aix	Ecoquartier de videllerie	314
Saint-Saturnin-lès-Avignon	Site de Gromelle	315
Saint-Saturnin-lès-Avignon	Site du Lavoir	316
Saint Sulpice le Guérétois	Les jardins du bourg	317
Saint-Sylvain d'Anjou	Le Veillerot	318
Saint-Vallier	Saint Vallier - Les Goujons	319
Sainte Bazeille	Eco quartier de sainte Bazeille	320
Sainte-Croix	Extension du bourg de Sainte-Croix	321
Sainte-Marie	Beauséjour	322
Saintes	Le Vallon	323
Saintes	Site saint louis	324
Salon de Provence	Quartier de la gare	325
Samer	Logement BBC Samer	326
Sarrebouurg	Eco-quartier Gêrôme	327
Sauzon	Haut du Bourg	328
Savigneux	Ilôt Pleuvev	329
Savigny-le-Sec	Les Hauts de Savigny	330
Schiltigheim	Eco Quartier Adelshoffen	331
Segré	Le Court Pivert	332
Séné	Coeur de Poulfanc	333
Sepvret	Eco quartier des ouzines	334
Sevran	Reconversion de la friche Westinghouse	335
Sierentz	Quartier des Tisserands	336
Sommières	Les Hauts de Saint-Laze	337
Sorede	Lotissement La Coscolleda	338
Sospel	Pré St Etienne - Sospel	339
Staffelfelden	EcoQuartier Staffelfelden	340
Sucé-sur-Erdre	Le Verger	341
Suresnes	Carnot Gambetta	342
Talaudière (La)	Ecoquartier Danton - Evrard	343
Tarare	Ecoquartier gare	344
Targon	Quartier Campagnard Durable de Targon	345
Ternier	Ternier	346
Thor (Le)	Quartier durable pôle gare	347
Toulouges	Lotissement als horts	348

Toulouse	Les Izards	349
Touquet Paris Plage (Le)	ZAC de Quentovic	350
Tour de Salvagny (La)	ZAC du Contal	351
Tournus	La Petite Condemine	352
Tours	Ecoquartier de Monconseil	353
Tramayes	Ecorces	354
Treillières	ZAC de vireloup à Treillières (44)	355
Trilport	L'ancre de Lune, un éco quartier pour Trilport	356
Troyes	Ecoquartier Tauxelles	357
Tulle	L'éco-lotissement Les Fages Tulle	358
Ungersheim	Eco-hameau Champre	359
Val de Reuil	Eco village des Noes	360
Valence	Les îles	361
Vallauris	Rayon de soleil	362
Vandoeuvre-Les-Nancy	ZAC Biancamaria	363
Vedène	Quartier Flory	364
Veigné	La Zac des Gués	365
Vélines	Ecopôle	366
Vélizy-Villacoublay	Projet urbain Louvois	367
Vendenheim	Les portes du Kochersberg	368
Venelles	Quartier durable Les Michelons	369
Vengeons	Eco-quartier Communal	370
Venthon	Ecoquartier coeur de village de Venthon	371
Verneuil sur Avre	Le parc reine Mathilde	372
Verson	Ecoquartier Verson	373
Veynes	Eco-quartier de Saint Marcellin à Veynes	374
Vieux-Charmont (Comm. d'agglo. du Pays de Montbéliard)	EQIPM -EcoQuartier Innovant Pays de Montbéliard	375
Vignoc	Le bourg, les fresches, le pont	376
Villaines les rochers	La martinière : projet coopératif, commune et habitants	377
Villebarou	ZAC des Mézières	378
Villefranche-sur-Saône	Ecoquartier Monplaisir centre Villefranche sur Saône	379
Villejuif	Cancer campus Val de Bièvre	380
Villeneuve-le-Roi	Bord de l'Eau Villeneuve-le-Roi	381
Villeneuve-Loubet	Les Maurettes	382
Villeneuve-Saint-Georges	Requalification centre ville PNRQAD	383
Villeneuve-Tolosane	ZAC Las Fonses - Bois Vieux	384
Villers Bretonneux	Villersbretonneux	385
Villeveque	Villeveque Centre	386
Viry	Ecovela	387
Vitry-sur-Seine	Les Ardoines à Vitry-sur-Seine	388
Vitry-sur-Seine	ZAC RN 305 Sud	389
Walbach	Zellmatten2	390
Wangen	Mairie de Wangen	391
Wattwiller	Wattwiller	392
Wavrans sur l'Aa	VUQ	393

Anexo B - Critérios BREEAM para empreendimentos

GERENCIAMENTO	• Verificação dos sistemas de energia, água, resfriamento, ventilação • Comportamento socio-ambiental dos construtores • Monitoramento de impactos ambientais durante a obra • Manuais para usuários como guia para otimizar eficiência do edifício • Consulta aos usuários, vizinhos, governos locais – participação • Facilidades compartilhadas para promover integração com a comunidade • Publicação das informações sobre projeto para informação no setor • Desenvolvimento de recursos de ensino para componentes sustentáveis • Cálculo de custo de ciclo de vida • Manuais para morador como guia para otimizar eficiência do edifício
SAÚDE E BEM ESTAR	• Cômodos com acesso a luz natural • Vista externa • Controle de brilho excessivo de luz • Controle de iluminação de alta frequência • Parâmetros para iluminação interna e externa • Controle de intensidade de luminárias • Promover ventilação natural ou previsão • Qualidade do ar interno – monitoramento de fonte de poluição, recirculação e CO₂ • Acabamentos e vernizes sem COV • Promover conforto térmico - standards /modelagem • Zoneamento térmico – controle por usuário • Prevenir contaminação microbacteriológica • Padrões pra desempenho acústico de ambientes • Espaço externo privado • Fornecer gratuitamente água potável gelada • taxa de ventilação natural • Proibição de fumar • Isolamento sonoro • Projeto adaptável
ENERGIA	• Eficiência no consumo energético • Medição de principais usos de energia • Medição individual dos principais usos de energia • Eficiência da iluminação externa • Uso de tecnologias de baixo ou zero emissão de carbono (LZC) • Evitar Infiltração de ar • Elevadores com fluxo programado e iluminação eficiente • Escadas rolantes e esteiras com sensores • Piscina evitar perda térmica • Eletrodomésticos seguindo normas de eficiência energética • Redução da taxa de emissão de CO₂ pelo consumo energético • Performance da envoltória do edifício, • Eficiência na iluminação interna do edifício • Provisão de áreas para secagem de roupas

ÁGUA	• Minimizar o consumo de água potável em aplicações sanitárias • Monitoramento e gerenciamento do consumo de água • Sistemas de identificação e controle de vazamentos • Suprimento automático para banheiros de acordo com fluxos • Reuso de águas servidas ou pluviais para descargas sanitárias • Reuso de águas servidas ou pluviais para descargas sanitárias • Sistema automático para lavagem de veículos • Sistema próprio para tratamento da água
USO DE MATERIAIS	• Reuso de estruturas • Reuso de fachadas • Uso de materiais de construção com baixo impacto ambiental para áreas de paisagismo do terreno • Uso de materiais de fontes responsáveis • Isolamento – análise de ciclo de vida e fonte responsável • Projeto para robustez - especificação para resistência e durabilidade • Uso de materiais de construção com baixo impacto no seu ciclo de vida • Extração responsável de materiais básicos, distancia 800km, não tóxico e madeira 100% certificada FSC • Extração responsável de materiais de acabamento • madeira 100% certificada FSC
RESÍDUOS	• Uso de agregados reciclados • Armazenamento de lixo reciclado discriminado • Compactação dos resíduos • Compostagem • Acordo com moradores sobre revestimentos de piso • Armazenamento dos resíduos domésticos discriminados • Compostagem doméstica • Gerenciamento de resíduos gerados na construção
USO DA TERRA E ECOLOGIA	• Reuso do terreno • Uso de terreno contaminado • Valor ecológico do terreno • Mitigação do impacto ecológico no terreno • Estudo do impacto da biodiversidade em longo prazo • Pegada ecológica do edifício – minimizar uso do solo • Parceria com grupo local sobre biodiversidade • Aproveitamento eficiente da área de implantação do edifício
POLUIÇÃO	• Ausência de líquidos para refrigeração com potencial de aquecimento global • Prevenção de vazamento de líquido para refrigeração • Confirmação de que empreendimento não aumente risco de inundação na região • Minimização de poluição de recursos d'água • Redução de poluição luminosa à noite • Redução de poluição sonora • Ausência de líquido com potencial de redução da camada de ozônio

Fonte: – Building Research Establishment Environmental Assessment Method. Traduzido por Sinduscon-SP

Disponível em: www.sindusconsp.com.br/downloads/eventos/2011/avalicao_ambiental/10_projeto.pdf

Acesso em 22 de setembro de 2013

Anexo C - Critérios certificação CASA AZUL

QUADRO RESUMO -	BRONZE
1. QUALIDADE URBANA	
1.1 Qualidade do Entorno - Infraestrutura	Obrigatório
1.2 Qualidade do Entorno - Impactos	Obrigatório
1.3 Melhorias no Entorno	
1.4 Recuperação de Áreas Degradadas	
1.5 Reabilitação de Imóveis	
2. PROJETO E CONFORTO	
2.1 Paisagismo obrigatório	Obrigatório
2.2 Flexibilidade de Projeto	
2.3 Relação com a Vizinhança	
2.4 Solução Alternativa de Transporte	
2.5 Local para Coleta Seletiva obrigatório	Obrigatório
2.6 Equipamentos de Lazer, Sociais e Esportivos	Obrigatório
2.7 Desempenho Térmico - Vedações obrigatório	Obrigatório
2.8 Desempenho Térmico - Orientação ao Sol e Ventos	Obrigatório
2.9 Iluminação Natural de Áreas Comuns	
2.10 Ventilação e Iluminação Natural de Banheiros	
2.11 Adequação às Condições Físicas do Terreno	
3. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	
3.1 Lâmpadas de Baixo Consumo - Áreas Privativas	Obrigatório
3.2 Dispositivos Economizadores - Áreas Comuns	Obrigatório
3.3 Sistema de Aquecimento Solar	
3.4 Sistemas de Aquecimento à Gás	
3.5 Medição Individualizada - Gás	Obrigatório
3.6 Elevadores Eficientes	
3.7 Eletrodomésticos Eficientes	
3.8 Fontes Alternativas de Energia	
4. CONSERVAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS	
4.1 Coordenação Modular	
4.2 Qualidade de Materiais e Componentes	Obrigatório
4.3 Componentes Industrializados ou Pré-fabricados	
4.4 Formas e Escoras Reutilizáveis obrigatório	Obrigatório
BOAS PRÁTICAS PARA HABITAÇÃO MAIS SUSTENTÁVEL	
4.5 Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	Obrigatório
4.6 Concreto com Dosagem Otimizada	
4.7 Cimento de Alto-Forno (CP III) e Pozolânico (CP IV)	
4.8 Pavimentação com RCD	
4.9 Facilidade de Manutenção da Fachada	

4.10 Madeira Plantada ou Certificada	
5. GESTÃO DA ÁGUA	
5.1 Medição Individualizada - Água	Obrigatório
5.2 Dispositivos Economizadores - Sistema de Descarga obrigatório	Obrigatório
5.3 Dispositivos Economizadores - Arejadores	
5.4 Dispositivos Economizadores - Registro Regulador de Vazão	
5.5 Aproveitamento de Águas Pluviais	
5.6 Retenção de Águas Pluviais	
5.7 Infiltração de Águas Pluviais	
5.8 Áreas Permeáveis	Obrigatório
6. PRÁTICAS SOCIAIS	
6.1 Educação para a Gestão de RCD	Obrigatório
6.2 Educação Ambiental dos Empregados	Obrigatório
6.3 Desenvolvimento Pessoal dos Empregados	
6.4 Capacitação Profissional dos Empregados	
6.5 Inclusão de trabalhadores locais	
6.6 Participação da Comunidade na Elaboração do Projeto	
6.7 Orientação aos Moradores	Obrigatório
6.8 Educação Ambiental dos Moradores	
6.9 Capacitação para Gestão do Empreendimento	
6.10 Ações para Mitigação de Riscos Sociais	
6.11 Ações para a Geração de Emprego e Renda	
O selo Prata e Ouro são concedidos no cumprimento de todos os critérios obrigatórios, adicionados de outros 6 (PRATA) e 12 (Ouro) critérios não-obrigatórios.	

Fonte: Caixa Econômica Federal. Disponível em:

<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?subCategId=323&CategId=90&subCategLayout=Gest%E3o%20Ambiental&CategLayout=Desenvolvimento%20Urbano>.

Acesso em 25 de setembro de 2013

Anexo D - Critérios LEED

Sustainable sites (Espaço Sustentável) – Encoraja estratégias que minimizam o impacto no ecossistema durante a implantação da edificação e aborda questões fundamentais de grandes centros urbanos, como redução do uso do carro e das ilhas de calor.
Water efficiency (Eficiência do uso da água) – Promove inovações para o uso racional da água, com foco na redução do consumo de água potável e alternativas de tratamento e reuso dos recursos.
Energy & atmosphere (Energia e Atmosfera) – Promove eficiência energética nas edificações por meio de estratégias simples e inovadoras, como por exemplo simulações energéticas, medições, comissionamento de sistemas e utilização de equipamentos e sistemas eficientes.
Materials & resources (Materiais e Recursos) - Encoraja o uso de materiais de baixo impacto ambiental (reciclados, regionais, recicláveis, de reuso, etc.) e reduz a geração de resíduos, além de promover o descarte consciente, desviando o volume de resíduos gerados dos aterros sanitários.
Indoor environmental quality (Qualidade ambiental interna)– Promove a qualidade ambiental interna do ar, essencial para ambientes com alta permanência de pessoas, com foco na escolha de materiais com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis, controlabilidade de sistemas, conforto térmico e priorização de espaços com vista externa e luz natural.
Innovation in design or innovation in operations (Inovação e Processos) – Incentiva a busca de conhecimento sobre Green Buildings, assim como, a criação de medidas projetuais não descritas nas categorias do LEED. Pontos de desempenho exemplar estão habilitados para esta categoria.
Regional priority credits (Créditos de Prioridade Regional) – Incentiva os créditos definidos como prioridade regional para cada país, de acordo com as diferenças ambientais, sociais e econômicas existentes em cada local. Quatro pontos estão disponíveis para esta categoria.

Fonte: CBG. Disponível em: <http://www.gbcbrazil.org.br/?p=certificacao> Acesso em: 24 de setembro de 2013

Anexo E – 79 Empreendimentos com certificação LEED no Brasil

Nome do Projeto	Construtora	Cidade	UF	Versão		Data da Certificação	Nível da Certificação	Pontos da Certificação
Banco Real Agencia Bancaria Granja Viana	Trieme	Cotia - Sp	SP	LEED NC	2.2	06/08/2007	Silver	33
Delboni Auriemo - Dumont Villares	RMA	São Paulo	SP	LEED NC	2.2	09/06/2008	Silver	33
Morgan Stanley		São Paulo	SP	LEED CI	2.0	27/08/2008	Silver	31
Edifício Cidade Nova - Bracor		Rio De Janeiro	RJ	LEED CS	2.0	20/10/2008	Certified	26
Rochavera Corporate Towers - Torre B	Método	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	05/08/2009	Gold	42
Eldorado Business Tower	Gafisa/Camargo Correa	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	19/08/2009	Platinum	46
Ventura Corporate Towers - Torre Leste	Método	Rio De Janeiro	RJ	LEED CS	2.0	24/08/2009	Gold	36
WTorre Nacoes Unidas 1 e 2	Wtorre	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	25/08/2009	Silver	28
McDonalds - Riviera São Lourenço	Emplatec	Bertioga	SP	LEED NC	2.2	14/09/2009	Certified	31
CD BOMI Matec	Matec/Racional	Itapevi	SP	LEED NC	2.2	24/09/2009	Silver	36
Pão de Açúcar	CCO	Indaiatuba	SP	LEED NC	2.2	30/11/2009	Certified	30
Torre Vargas 914	Lafem Engenharia	Rio De Janeiro	RJ	LEED CS	2.0	08/12/2009	Gold	38
Braskem		São Paulo	SP	LEED CI	2.0	14/01/2010	Certified	24
Centro de Cultura Max Feffer	PPR Construtora	Pardinho	SP	LEED NC	2.2	20/01/2010	Gold	47
Fleury Medicina Diagnostica Rochavera	BKO	São Paulo	SP	LEED CI	2.0	13/04/2010	Gold	33
Building the Future (Boehringer Ingelheim)		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	31/05/2010	Gold	76
Unilever TI - Rochaverá		São Paulo	SP	LEED CI	2.0	13/07/2010	Gold	34
GBC Brasil	SMM	Barueri	SP	LEED CI	2.0	29/07/2010	Gold	32
Pavilhão Vicky e Joseph Safra	Racional	São Paulo	SP	LEED NC	2.2	12/08/2010	Gold	40
Centro de Desenvolvimento Esportivo		Osasco	SP	LEED NC	2.2	25/10/2010	Gold	41
Rochavera Torre A	Método	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	02/12/2010	Gold	37

WTorre JK - Torre Sao Paulo	Wtorre	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	09/12/2010	Gold	36
Ecopatio Bracor Imigrantes		Sao Bernardo do Campo	SP	LEED NC	2.2	15/12/2010	Gold	41
CD Procter and Gamble - Itatiaia	Libercon Engenharia	Itatiaia	RJ	LEED NC	2.2	20/01/2011	Gold	44
Centro Distribuição AVON	Serpai	Cabreuva	SP	LEED NC	2.2	22/03/2011	Gold	44
Edifício Jatoba	Bratke Collet	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	28/03/2011	Gold	38
Pão de Açúcar Vila Clementino		São Paulo	SP	LEED NC	2.2	21/04/2011	Certified	31
Agencia Bradesco Perdizes		São Paulo	SP	LEED NC	2.2	29/04/2011	Gold	42
CYK		São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	10/05/2011	Certified	35
Curitiba Office Park Torre Central	Thá Engenharia	Curitiba	PR	LEED CS	2.0	18/05/2011	Prata	33
Ventura Corporate Towers - Torre Oeste	Método/Camargo Correia	Rio De Janeiro	RJ	LEED CS	2.0	06/06/2011	Gold	36
NOVO AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO SEDE ODEBRECH	Odebrecht	Salvador	BA	LEED NC	2.2	13/06/2011	Silver	33
Technology Center Powetrain	K3 Engenharia	Hortolândia	SP	LEED NC	2.2	02/08/2011	Certified	32
CARN - ED PADAURI		São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	22/08/2011	Silver	51
CARN - Edifício DEMINI		São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	22/08/2011	Silver	53
CARN - MASTER SITE		São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	22/08/2011	Denied	13
Azul Companhia de Seguros Gerais - APL		Confidential	RJ	LEED CI	3.0	15/09/2011	Gold	66
WT - Aguas Claras	Wtorre	Nova Lima	MG	LEED CS	2.0	03/10/2011	Silver	31
Escritorio Kraft Foods SP		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	04/11/2011	Gold	69
Banco Votorantim		São Paulo	SP	LEED CI	2.0	01/12/2011	Gold	35
SAP Labs Brazil		São Leopoldo	RS	LEED NC	2.2	19/12/2011	Gold	39
Editora Abril - Sede Marg. Pinheiros		São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	13/01/2012	Certified	40
Starbucks Rio Sul		Rio de Janeiro	RJ	LEED Retail	3.0	24/01/2012	Certified	24
Energisa Paraiba		Patos	PB	LEED NC	3.0	07/02/2012	Silver	51

INTERFACE FLOR BRASIL		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	16/03/2012	Silver	57
CNH P&S Brazil Sorocaba Depot	Etalp	Sorocaba	SP	LEED NC	2.2	28/03/2012	Gold	39
Porto Brasilis - Fibra Experts		Rio de Janeiro	RJ	LEED CS	2.0	30/03/2012	Gold	39
GR JUNDIAI BLOCO 100		Jundiai	SP	LEED CS	3.0	10/04/2012	Silver	53
GR JUNDIAI BLOCO 200		Jundiai	SP	LEED CS	3.0	10/04/2012	Silver	57
GR JUNDIAI BLOCO 300		Jundiai	SP	LEED CS	3.0	10/04/2012	Certified	49
GR JUNDIAI MASTER SITE		Jundiai	SP	LEED CS	3.0	11/04/2012	Denied	31
Leao Jr - Curitiba		Curitiba	PR	LEED NC	2.2	12/04/2012	Silver	33
CAR - CENTRO ADMINISTRATIVO RAIZEN		Piracicaba	SP	LEED CS	3.0	17/04/2012	Gold	67
Rio de Janeiro Office Tower	SIG	Rio de Janeiro	RJ	LEED CS	2.0	03/05/2012	Gold	34
Rochavera - Torre D	Método	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	22/05/2012	Gold	41
ECO Berrini	Hochtief	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	29/05/2012	Platinum	45
Centeranel Raposo Block B		São Paulo	SP	LEED CS	3.0	05/06/2012	Gold	60
Central Raposo Block A		São Paulo	SP	LEED CS	3.0	05/06/2012	Gold	60
Central Raposo Block C		São Paulo	SP	LEED CS	3.0	05/06/2012	Gold	59
Central Raposo Master Site		São Paulo	SP	LEED CS	3.0	05/06/2012	Denied	52
Confidential		Confidential	SP	LEED CS	3.0	05/06/2012	Silver	52
SBIBHAE - Unidade Perdizes		São Paulo	SP	LEED NC	2.2	22/06/2012	Silver	34
Universidade do Hamburguer		Barueri	SP	LEED CI	3.0	02/07/2012	Certified	40
Estúdio II e Almoxarifado II – Recnov		Rio de Janeiro	RJ	LEED NC	2.2	02/07/2012	Gold	44
I-Tower	Odebrecht/ Takaoka	Barueri	SP	LEED CS	2.0	06/07/2012	Gold	34
Edifício Faria Lima Square		São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	01/08/2012	Silver	55
Stora Enso – Escritório JK		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	15/08/2012	Gold	60
Retrofit do Edifício		Rio De	RJ	LEED CS	3.0	20/08/2012	Silver	57

Marques Reis		Janeiro						
Unilever CIIC		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	10/09/2012	Certified	44
Banco do Brasil Agência Pirituba		São Paulo	SP	LEED NC	2.2	14/09/2012	Gold	39
UBS FL 4440		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	01/10/2012	Gold	70
Rochavera Tower - Torre C	Método	São Paulo	SP	LEED CS	2.0	25/10/2012	Gold	40
KRAFT NET		Vitoria do Santo Antao	PE	LEED NC	3.0	29/10/2012	Silver	53
CPD Vivo Tamboré		Barueri	SP	LEED CS	3.0	30/10/2012	Gold	61
Atrium Faria Lima		São Paulo	SP	LEED CS	3.0	30/10/2012	certified	40
Confidential		Confidential	SP	LEED NC	3.0	31/10/2012	Gold	64
BC São Paulo Realocation		São Paulo	SP	LEED CI	3.0	31/10/2012	Gold	63
Morumbi Business Center		São Paulo	SP	LEED CS	3.0	01/11/2012	Gold	64
Ed. JK 1455	Cyrela	São Paulo	SP	LEED EB_OM	O&M	07/11/2012	Gold	68
Confidential		Confidential	SP	LEED CI	3.0	07/11/2012	Certified	44
Confidential		Confidential	RJ	LEED CS	3.0	22/11/2012	Gold	62
Confidential		Confidential	SP	LEED NC	3.0	26/11/2012	Gold	62

Fonte: CBG. Disponível em: <http://www.gbcbrazil.org.br/iframeEmpreendimentosLeed.php>.
Acesso em 15 de setembro de 2013

Anexo F – 291 Empreendimentos não sigilosos Registrados no GBCBrasil

Nome do Projeto	Consultoria	Construtora	Cidade	UF	Certificação
Sede Serasa			São Paulo	SP	LEED EB_OM
Colegio Cruzeiro	Interlarc		Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
PRIMAVERA OFFICE BUILDING		Bautec	Florianopolis	SC	LEED NC
Plaza Mayor Alto da Lapa		Even	São Paulo	SP	LEED NC
The Gift - Green Square	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
EcoLife Independencia	Sustentax	Eco Esfera	São Paulo	SP	LEED CS
SBIBHAE - Edifício 2	Kahn		São Paulo	SP	LEED NC
SBIBHAE - Edifício 3	Kahn		São Paulo	SP	LEED NC
SBIBHAE - Unidade Morumbi	Kahn		São Paulo	SP	LEED EB_OM
WT - Centro Empresarial Senado	CTE	Wtorre	Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Príncipe de Greenfield		Joal Teitelbaum	Porto Alegre	RS	LEED CS
Cidade Jardim Corporate Center	Cushman		São Paulo	SP	LEED CS
Morumbi	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Iguatemi Alphaville	CTE		Barueri	SP	LEED CS
Condominio Edificio Eluma	Cushman		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Condominio New Century	Cushman		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Torre Santander	Sustentax		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Veranum Tempus Soluções			São Paulo	SP	LEED CI
WTorre JK - Torre II	CTE	Wtorre	São Paulo	SP	LEED CS
WTorre JK - Hotel	CTE	Wtorre	São Paulo	SP	LEED CS
Ed. Forluz	CTE		Belo Horizonte	MG	LEED NC
nova sede AEA-SJC			São José Dos Campos	SP	LEED CS
Coca Cola (CBASF)	Otec		Maceio	AL	LEED NC
Aroeira Office Park	Casa Conciente	Aroeira	Curitiba	PR	LEED CS
Edifício FECOMERCIO	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Panamerica Park II	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Edifício Alvino Slaviero	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Edifício Cidade Jardim	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Raja Business Center	CTE		Belo Horizonte	MG	LEED CS
San Pelegrino Shopping Mall	Cushman	Gazit	Caxias do Sul	RS	LEED CS
Vida a Frente			Santo André	SP	LEED CS
Mariano Torres Corporate	Cushman	Thá Engenharia	Curitiba	PR	LEED CS
Firmenich - Fibras II			Cotia	SP	LEED EB_OM
Ecomercado Palhano	Master Ambiental		Londrina	PR	LEED CS
Edificio Hospitalar Oswaldo Cruz	CTE		São Paulo	SP	LEED NC
Instituto Pereira Passos	Casa do Futuro		Rio de Janeiro	RJ	LEED NC
Banco do Brasil - Agencia Messejana	CTE	RnA	Fortaleza	CE	LEED NC
Arena da Amazonia	Sustentech	Andrade Gutierrez	Manaus	AM	LEED NC

Estadio Nacional de Brasilia	Eco Arenas	Andrade Gutierrez / Via Engenharia	Brasilia	DF	LEED NC
UTC Vestiario Colaboradores	Casa do Futuro		Niteroi	RJ	LEED NC
E-Business Park	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
GR JUNDIAI BLOCO 100	CTE		Jundiai	SP	LEED CS
CEO - Corporate Executive Offices	ENE Consultores	RJZ Cyrela	Rio de Janeiro	RJ	LEED CS
LIGH – UFPR	CTE		Curitiba	PR	LEED NC
MINEIRAO 2014	CTE	Construcap, Egesa e Hap	Belo Horizonte	MG	LEED NC
CECAS	Green Consult		São Paulo	SP	LEED NC
NOVA SEDE IPEA	Cushman		Brasilia	DF	LEED NC
Nova Unidade Industrial Ortobras	Sustentativa		Barao	RS	LEED NC
Paço das Aguas	Acade Arquitetura e Consultoria	C. Rolim Engenharia	Fortaleza	CE	LEED CS
Iguacu 2820		Laguna	Curitiba	PR	LEED CS
Brookfield Malzoni	CTE	Brookfield	São Paulo	SP	LEED CS
PROJETO ARENA MULTIUSO DE CUIABA MT BR	CTE	Santa Barbara e Mendes Jr.	CUIABA	MT	LEED NC
Estacao USP Leste da CPTM	Otec		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Centro de Cultura Max Feffer	Otec		Pardinho	SP	LEED EB_OM
SIEMENS - Anhanguera			São Paulo	SP	LEED EB_OM
Museu da Imagem e do Som	Casa do Futuro		Rio de Janeiro	RJ	LEED NC
New Sterilization Building			Curitiba	PR	LEED NC
Colegio Estadual Erich Walter Heine	Acade Arquitetura e Consultoria	Casa Grande Engenheiros	Rio de Janeiro	RJ	LEED FOR SCHOOLS
Kalmar Corporate			São Paulo	SP	LEED NC
Centro Empresarial Botafogo	CTE	São Carlos	Rio de Janeiro	RJ	LEED EB_OM
Venezuela 43	CTE		Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Berrini One	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Centro Corporativo Villa Lobos	CTE		Brasilia	DF	LEED CS
Museu do Amanha	Casa do Futuro		Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
Torre A e-business Park	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
HCOR 130	Novva Solution		São Paulo	SP	LEED NC
HCOR 390	Novva Solution		São Paulo	SP	LEED NC
Predio 1 e-business Park	CTE		São Paulo	SP	LEED NC
Servopa Comendador Franco			Curitiba	PR	LEED NC
CARN – MASTER SITE	CTE		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Nacoes Unidas Master Site	Sustentech		São Paulo	SP	LEED CS
Nacoes Unidas Torre 3	Sustentech	Kom	São Paulo	SP	LEED CS
Nacoes Unidas Torre 4	Sustentech	Kom	São Paulo	SP	LEED CS

LC Corporate Green Tower	CTE	Caltech	Fortaleza	CE	LEED CS
PARKSHOPPING CORPORATE	CTE		Brasilia	DF	LEED CS
Morumbi Corporate	ENE Consultores	Racional	São Paulo	SP	LEED CS
Palhano Premium	Master Ambiental	Vectra	Londrina	PR	LEED CS
Arena Fonte Nova	Cushman	Odebrecht/ OAS	Salvador	BA	LEED NC
EDIFICIO NEO CORPORATE	CTE		Curitiba	PR	LEED CS
Shopping Metropolitano	Sustentech		Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Industria de Produtos Cosmeticos - Solvie	Susplan		Itupeva	SP	LEED NC
AR 3000 - Cabral Corporate and Offices		Andrade Ribeiro	Curitiba	PR	LEED CS
Arena Gremio Foot Ball Porto Alegrense	Acade Arquitetura e Consultoria	OAS	Porto Alegre	RS	LEED CS
Centro Tecnológico Campinas - CTC 01	CTE		Campinas	SP	LEED NC
Centro Tecnológico Campinas - CTC 02	CTE		Campinas	SP	LEED NC
Centro Tecnológico Campinas - CTC 03	CTE		Campinas	SP	LEED NC
Centro Tecnológico Campinas Master Site	CTE		Campinas	SP	LEED NC
BD - Retrofit SP Office	CTE		São Paulo	SP	LEED NC
Parque Ana Costa	CTE		Santos	SP	LEED CS
HOSP REG DE URG E EMERG DE JUIZ DE FORA	CTE		Juiz De Fora	MG	LEED NC
Thera Corporate	ENE Consultores	Cyrela Brazil Realty	São Paulo	SP	LEED CS
7th AVENUE Live Work-Trinity Corporate	CTE		Curitiba	PR	LEED CS
Atilio Innocenti	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Paco Municipal de Itu	Acade Arquitetura e Consultoria	Eppo	Itu	SP	LEED NC
In Connection Corporate Tower MasterSite	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
In Connection Corporate Towers - Torre A	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
In Connection Corporate Towers - Torre B	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Tietê Plaza Shopping	Sustentech	Cyrela	São Paulo	SP	LEED CS
Empreendimento Souza Aranha			São Paulo	SP	LEED CS
CITY CENTRO CIVICO	CTE		Curitiba	PR	LEED CS
SESC Sorocaba	CTE		Sorocaba	SP	LEED NC
PAC - Parque Ana Costa	CTE		SANTOS	SP	LEED CS
REVITALIZACAO EDIFICIO	CTE		Rio De Janeiro	RJ	LEED NC

MANCHETE					
Shopping Ipiranga	Sustentech		São Paulo	SP	LEED CS
HL 150	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
SKF Predio HBU-2	Acade Arquitetura e Consultoria	Emetech	Cajamar	SP	LEED NC
Consortio Castelao	Otec	Fortaleza	CE	LEED NC	
Planta Pepsico Feira de Santana	CTE		Centro Industrial De Subae	BA	LEED NC
Boulevard Corporate Tower	Engineering	Construtora OAS	Belo Horizonte	MG	LEED CS
Centro de Distribuicao - Master Site			São Paulo	SP	LEED NC
Edificio Sansao	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Office Green - Condominio Patio da Praça	ENE Consultores	Thá Engenharia	Palhoca	SC	LEED CS
Instituto Tecnologico da Vale Belem PA	CTE		Belem	PA	LEED NC
Pao de Acucar - Augusto Tolle			São Paulo	SP	LEED Retail
Edificio Teoemp	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Centro Cultural FGV			Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
MAR - Museu do Rio de Janeiro	CTE		Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
Torre Oscar Niemeyer			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
FL Corporate	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
JK18	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
SPAIPA - Nova Fabrica Maringa	Petinelli		Maringa	PR	LEED NC
SPAIPA – Vestiários Maringa	Petinelli		Maringa	PR	LEED NC
Bank of America - International Plaza			São Paulo	SP	LEED CI
OPPORTUNITY	CTE		Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Torre Santander			São Paulo	SP	LEED EB_OM
Garagem Urubupunga Administracao	CTE		Santana De Parnaiba	SP	LEED NC
Garagem Urubupunga Manutencao	CTE		Santana De Parnaiba	SP	LEED NC
Garagem Urubupunga Master Site	CTE		Santana De Parnaiba	SP	LEED NC
Destilaria Agua Bonita - Administrativo	Master Ambiental		Taruma	SP	LEED NC
Destilaria Agua Bonita - Apoio	Master Ambiental		Taruma	SP	LEED NC
Destilaria Agua Bonita - Master Site	Master Ambiental		Taruma	SP	LEED NC
Centro Comercial Paulinia	CTE		São Paulo	SP	LEED CS
Ed Comercial 9 de Julho	Sustentech	Fortenge	São Paulo	SP	LEED CS
Evolution Corporate	CTE	Odebrecht	Barueri	SP	LEED CS
Edificio Capri	CTE		São Paulo	SP	LEED CS

Corporate Plaza	CTE		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Itaim Center	CTE		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Sede Sustentech - Sao Paulo	Sustentech	Sustentech	São Paulo	SP	LEED CI
Centro Tecnológico Campinas - CTC 01			Campinas	SP	LEED NC
Centro Tecnológico Campinas - CTC 02			Campinas	SP	LEED NC
Centro Tecnológico Campinas - CTC 03			Campinas	SP	LEED NC
Centro Tecnológico Campinas Master Site			Campinas	SP	LEED NC
Edifício Corporate Plaza	CTE		São Paulo	SP	LEED EB_OM
Edifício Itaim Center			São Paulo	SP	LEED EB_OM
SESC Birigui	CTE		Birigui	SP	LEED NC
CD PERUS			São Paulo	SP	LEED NC
Geo Eletrica Tamboara	CTE		Tamboara	PR	LEED NC
Centro Empresarial Botafogo			Rio De Janeiro	RJ	LEED EB_OM
City Tower			Rio De Janeiro	RJ	LEED EB_OM
Nova Sede Lorenge			Vitoria	ES	LEED NC
Biblioteca Publica Estadual do RJ			Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
SEDE SPM ENGENHARIA			PORTO ALEGRE	RS	LEED NC
Catuai Cascavel			Cascavel	PR	LEED CS
CETEC edificio 2	Sustentech		Jundiai	SP	LEED NC
CETEC edificio 4	Sustentech		Jundiai	SP	LEED NC
CETEC edificio 6	Sustentech		Jundiai	SP	LEED NC
CETEC Máster Site	Sustentech		Jundiai	SP	LEED NC
CN II			Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
Campo Belo Corporate Tower			São Paulo	SP	LEED CS
ARENA MULTIUSO PARA A COPA DO MUNDO FIFA	CTE	Odebrecht e AEG	São Lourenço da Mata	PE	LEED NC
Corporate Jardim Botanico	Engineering	Thá Engenharia	Curitiba	PR	LEED CS
CENTRO EMPRESARIAL FIORESE FERNANDES			São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba B B1	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba B B2	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba B B3	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba B Master Site	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED CS
Hospital Nove de Julho - Nova Torre			São Paulo	SP	LEED NC
BMX	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED ND
Colinas Green Tower			São José Dos Campos	SP	LEED CS
JK18			São Paulo	SP	LEED CS
REC Sapucaí			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS

ABP2- Master Site			Itu	SP	LEED CS
Bloco A			Itu	SP	LEED CS
Bloco B			Itu	SP	LEED CS
Bloco C			Itu	SP	LEED CS
CENTRO EMPR OFFICE PARK - BLOCO III	ENE Consultores	Joal Teitelbaum	Florianopolis	SC	LEED NC
Paulista 2028			São Paulo	SP	LEED CS
EZ Towers - Master Site			São Paulo	SP	LEED CS
EZ TOWERS-TORRE A			São Paulo	SP	LEED CS
EZ TOWERS-TORRE B			São Paulo	SP	LEED CS
Torre Augusta	ENE Consultores		São Paulo	SP	LEED CS
CAP S/A Arena dos Paranaenses	Petinelli		Curitiba	PR	LEED NC
Centro Empresarial Antonio Peretti-CEAP			Curitiba	PR	LEED CS
Syene Corporate	Acade Arquitetura e Consultoria		BA	LEE D CS	3.0
Wai Wai Bloco A			Fortaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Bloco B			Fortaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Bloco C			Frotaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Bloco D			Fortaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Bloco F			Fortaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Eco Residence Master Site			Fortaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Fitness			Fortaleza	CE	LEED CS
Wai Wai Restaurant			Fortaleza	CE	LEED CS
Hospital Regional Dr Marcio Paulino	Novva Solution		Sete Lagoas	MG	LEED NC
Edificio Novo Mundo			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
CD Sao Carlos - Edificio B			Sao Carlos	SP	LEED CS
SPAIPA - Fabrica Curitiba	Petinelli		Curitiba	PR	LEED EB_OM
HOTEL PLATHÔ	Acade Arquitetura e Consultoria	MD ARQUITETOS	CE	LEE D NC	3.0
Presidente Vargas Opportunity			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Presidente Vargas SIG 01			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Borg Warner Itatiba Master Site	Acade Arquitetura e Consultoria	WM Engenharia	Itatiba	SP	LEED NC
Predio 10 Entrada Borg Warner Brasil	Acade Arquitetura e Consultoria	WM Engenharia	Itatiba	SP	LEED NC
Predio 40 Cargas Borg Warner Brasil	Acade Arquitetura e Consultoria	WM Engenharia	Itatiba	SP	LEED NC
Predio 60 Engenharia Borg Warner Brasil	Acade Arquitetura e Consultoria	WM Engenharia	Itatiba	SP	LEED NC
Predio 70 Refeitório Borg	Acade Arquitetura	WM	Itatiba	SP	LEED NC

Warner Brasil	e Consultoria	Engenharia			
Predio 80 Industrial Borg Warner Brasil	Acade Arquitetura e Consultoria	WM Engenharia	Itatiba	SP	LEED NC
Sheraton Reserva do Paiva			Cabo de Santo Agostinho	PE	LEED NC
REVITALIZACAO EDIFICIO MANCHETE			RIO DE JANEIRO	RJ	LEED CS
Nacoes Unidas 1 Master Site			São Paulo	SP	LEED CS
Nacoes Unidas 1 T1			São Paulo	SP	LEED CS
Nacoes Unidas 1 T2			São Paulo	SP	LEED CS
Expansao Franke - Fabrica	Acade Arquitetura e Consultoria		SC	LEE D NC	3.0
Expansao Franke - Predio Adminstrativo	Acade Arquitetura e Consultoria		SC	LEE D NC	3.0
Expansao Franke Un Joinville Master Site	Acade Arquitetura e Consultoria		SC	LEE D NC	3.0
Arena Palmeiras	CTE	Wtorre	São Paulo	SP	LEED NC
Barros Loureiro			São Paulo	SP	LEED CS
VERA CRUZ II	ENE Consultores		São Paulo	SP	LEED CS
TEMPLO DE SALOMAO			São Paulo	SP	LEED NC
Port Corporate			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
CENTRO ADMINISTRATIVO CIDADE NOVA			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
MARIANO TORRES CORPORATE 729			Curitiba	PR	LEED CS
Edificio Taruma			Curitiba	PR	LEED CS
Coca Cola Manaus - Master Site			Manaus	AM	LEED EB_OM
Olimpia			São Paulo	SP	LEED CS
Dresser-Rand Brasil-Nova Unidade Fabril			Santa Barbada Doeste	SP	LEED NC
SEBRAE - Fortaleza Building			Fortaleza	CE	LEED EB_OM
JeF			São Paulo	SP	LEED CI
BMX Gleba A A2	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba C C1	Odebrecht		São Paulo	SP	LEED CS
SESC Guarulhos			São Paulo	SP	LEED NC
Informov Arquitetura e Engenharia			São Paulo	SP	LEED CI
Edificio Mourato Coelho			São Paulo	SP	LEED CS
Barra Trade Prime			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Arena Gremio Foot Ball Porto Alegrense			Porto Alegre	RS	LEED NC
BMX Gleba A A1			São Paulo	SP	LEED NC

BMX Gleba A A2			São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba A Master Site			São Paulo	SP	LEED CS
BMX Gleba A Shopping			São Paulo	SP	LEED CS
Parque Cidade Corporate - Torre A			Brasilia DF	DF	LEED EB_OM
Barao de Piracicaba Master Site			São Paulo	SP	LEED NC
Barao de Piracicaba Torre A			São Paulo	SP	LEED NC
Barao de Piracicaba Torre B			São Paulo	SP	LEED NC
Shopping Americas	Sustentech	Grupo Pão de Açúcar	Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Benjamin Lins			Curitiba	PR	LEED CS
Condominio Comercial Eurobusiness			Curitiba	PR	LEED CS
BG EP Brasil Ltda Global Technology Cent			Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
SEDE ADM PETROBRAS MASTER SITE			Santos	SP	LEED NC
SEDE ADM PETROBRAS TORRE 1			Santos	SP	LEED NC
Cidade de Lima - Torre 1			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Spectrum Eco	Sustentech		São Paulo	SP	LEED CI
Nova Sede Infoglobo			Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
SAS São Paulo Office			São Paulo	SP	LEED CI
EDIFICIO SEDE CNI/SESI/SENAI	Acade Arquitetura e Consultoria	LDN	BRASILIA	DF	LEED NC
ATRIUM			Palhoca	SC	LEED CS
CORPORATIVO I			Palhoca	SC	LEED CS
Edificio WT JK Bloco B	Sustentech	BR Properties	São Paulo	SP	LEED CS
Laboratorio Fleury-Unidade Vila Mariana	Sustentech	Fleury S.A.	São Paulo	SP	LEED NC
Edificio Renner	Sustentech	Lojas Renner	Porto Alegre	RS	LEED NC
Centro Administrativo de Suape			Ipojuca	PE	LEED CS
Jaguare Master Site	Sustentech	Horizon 13	São Paulo	SP	LEED CS
Jaguare Torre 1	Sustentech	Horizon 13	São Paulo	SP	LEED CS
Jaguare Torre 2	Sustentech	Horizon 13	São Paulo	SP	LEED CS
ATP TRADE CENTER			Recife	PE	LEED NC
BVEP Nigri PLaza			Rio De Janeiro	RJ	LEED CS
Palhano Square Garden			Londrina	PR	LEED CS
Fleury Braz Leme	Sustentech	Fleury S.A.	São Paulo	SP	LEED CI
Nike Factory Store	Sustentech	Nike do Brasil	Novo Hamburgo	RS	LEED CI
Vila Olimpia Square			São Paulo	SP	LEED CS
Hospital SPDM			São Paulo	SP	LEED HC
CENTRO DE TREINAMENTO			TERESINA	PI	LEED NC

SEBRAE PIAUI					
Norte Shopping Manaus	Sustentech	Saphyr	Manaus	AM	LEED CS
ROBERTO MARINHO			São Paulo	SP	LEED CS
Fabrica Boticário			Salvador	BA	LEED NC
Galpao CD Boticário			Sao Goncalo Dos Campos	BA	LEED NC
Green Towers Brasília - Torre Central			Brasília	DF	LEED CS
BLOCO I			Brasília	DF	LEED CS
BLOCO II			Brasília	DF	LEED CS
BLOCO III			Brasília	DF	LEED CS
BLOCO IV			Brasília	DF	LEED CS
Office Park Pirituba BLOCO 4			São Paulo	SP	LEED CS
Office Park Pirituba BLOCO 5			São Paulo	SP	LEED CS
Office Park Pirituba BLOCO 6			São Paulo	SP	LEED CS
Office Park Pirituba BLOCO E1			São Paulo	SP	LEED CS
Office Park Pirituba BLOCO E2			São Paulo	SP	LEED CS
Office Park Pirituba MASTER SITE			São Paulo	SP	LEED CS
Grand Hyatt Rio de Janeiro			Rio De Janeiro	RJ	LEED NC
CONJUNTO ITAIGARA			Salvador	BA	LEED CS
Bloomberg Sao Paulo			Sao Paulo	SP	LEED CI
CCP RIO GANDU -200			QUEIMADOS	RJ	LEED CS
GR JUNDIAI MASTER SITE	CTE		Jundiai	SP	LEED CS
Starbucks Iguatemi Alphaville Sao Paulo			São Paulo	SP	LEED Retail

Fonte: CBG. Disponível em: <http://www.gbcbrasil.org.br/iframeEmpreendimentosLeed.php>.
Acesso em 15 de setembro de 2013

Anexo G – 66 Empreendimentos com certificação AQUA no Brasil

Empreendimento	Empreendedor	Referencial
Acervo Pinheiros	Even Const. E Incorp. S.A.	Edifícios Habitacionais
Air Campo Belo	Even Const. E Incorp. S.A.	Edifícios Habitacionais
Air Offices	Clavi Incorporações Ltda	Escritórios e Edifícios Escolares
Aliança Francesa - RJ	Aliança Francesa - Rio de Janeiro	Escritórios e Edifícios Escolares
Altto Campo Belo	Even Const. E Incorp. S.A.	Edifícios Habitacionais
Américas Shopping	ECIA Américas	Comércio
Base Ambiental Gênesis	Gênesis Desenv. Imobiliário	Escritórios e Edifícios Escolares
Bella Anhaia Mello	Even Constr. E Incorp. S.A	Habitacional
Boreal Santana	Even Const. E Incorp. S.A.	Habitacional
Casa Natura	Natura	Escritórios e Edifícios Escolares
CEU Bonsucesso	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Escritórios e Edifícios Escolares
CEU Continental	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Escritórios e Edifícios Escolares
Cidade Jardim Corporate Center	JHSF Incorporações S.A.	Escritórios e Edifícios Escolares
Clavi Campesina Offices	Clavi Incorporações Ltda	Escritórios e Edifícios Escolares
Clavi Ecco Tower	Clavi Incorporações Ltda	Escritórios e Edifícios Escolares (Escritório)
Complexo Tour Geneve	TWS Brasil Imobiliária I.P.S. Ltda	Escritórios e Ed. Escolares (Escritório), Comércio e Habitacional
Condomínio Reserva Anauá	Casoi Desenv. Imobiliário	Edifícios Habitacionais
Consciência Verde Ind.	Consciência Verde Ind. E Com. De Alimentos Ltda.	Indústria e Logística
Credicitrus Nova Sede Bebedouro	Coop. de Crédito Credicitrus	Escritórios e Edifícios Escolares
Damha Golf I	Damha Urbanizadora e Construtora Ltda.	Bairros
Eco House	Eco House	Edifícios em Operação e Uso
EcoPrime Jundiaí	Eban Empreend. Imob. Ltda	Indústria e Logística
Edifício Eólis	Auxiliadora Predial Ltda.	Edifícios em Operação e Uso

Empreendedor AQUA	Even Const. E Incorp. S.A.	Edifícios Habitacionais
ESCAS - Campus Natura	IPÊ - Inst. de pesq. Ecológicas	Escritórios e Edifícios Escolares
Escola Bairro da Luz – FDE	FDE	Escritórios e Edifícios Escolares
Escola Jaguaré - FDE	FDE	Escritórios e Edifícios Escolares
Escola Vila Brasilândia – FDE	FDE	Escritórios e Edifícios Escolares
Espaço Immensitá (C. E. Nortel)	Mori Adm. e Participação Ltda.	Hotéis, lazer, bem-estar
Essência Brooklin	Even Const. E Incorp. S.A.	Edifícios Habitacionais
Evolution	Ecomundo Incorporadora	Edifícios Habitacionais
Horizon Residence Premium	Brookfield São Paulo Empreend.	Edifícios Habitacionais
Igreja Universal - Curitiba	Igreja Universal do Reino de Deus	Hospedagem, lazer, bem estar
Infinity	Ecomundo Incorporadora	Edifícios Habitacionais
Instituto EcóAnama	Construtora Ipês Ltda.	Escritórios e Edifícios Escolares
Leroy Merlin - Matriz	Leroy Merlin CIA.	Renovação
Leroy Merlin Curitiba	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin Jacarepaguá	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin LM Anhanguera	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin LM Taguatinga	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin Londrina	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin Niterói	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin São José do Rio Preto	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin São Leopoldo	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Leroy Merlin Sorocaba	Leroy Merlin CIA.	Comércio
Park One Ibirapuera	Odebrecht Realizações Imobiliárias	Edifícios Habitacionais
Parque Avenida	Thuban Empreend. Imob. Ltda	Escritórios e Edifícios Escolares (Escritório)
Parque Eco Tecnológico Damha	Damha Urbanizadora e Construtora Ltda	Bairros
Parque Imigrantes	Fundação Kunito Miyasaka	Hospedagem, lazer, bem estar
Parque Madureira	Secretaria Municipal de Obras	Hospedagem, lazer, bem estar

Públicas da Prefeitura da Cidade do
Rio de Janeiro

Plenna Vila Prudente	Even Const. E Incorp. S.A.	Habitacional
Polo Verde da Ilha do Bom Jesus	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Bairros
Prédio do Kurenscho e Alojamento	Sukyo do Brasil	Hospedagem, lazer, bem estar
Riomar Shopping - Recife	JCPM	Comércio
Santa Rita - FDE	FDE	Escritórios e Edifícios Escolares
Sede SINDUSCON - BA	Sindicato da Ind. Da Constr. Do Estado da Bahia - SINDUSCON -BA	Escritórios e Edifícios Escolares (Escritório)
Shopping ECIA	ECIA Américas	Comércio
Somma Brooklin	Even Constr. E Incorp. S.A	Habitacional
Spa		Hotéis, lazer, bem-estar
Syene Corporate	Syene Empreendimentos	Escritórios e Edifícios Escolares
Thera Park Jundiaí	TZH Empreendimentos e Participações Ltda.	Indústria e Logística
True Chácara Klabin	Even Const. E Incorp. Ltda.	Edifícios Habitacionais
Verano Clube	Even Const. E Incorp. S.A.	Edifícios Habitacionais
Vitra - JHSF	JHSF Incorporações S.A.	Edifícios Habitacionais
Vitrium Centro Médico Inteligente	Odebrecht Realizações Imobiliárias	Escritórios e Edifícios Escolares (Escritório)

Fonte: Fundação Vansolini.

Disponível em: www.vanzolini.org.br/conteudo_104.asp?cod_site=104&id_menu=810.

Acesso em 15 de setembro de 2013

ANEXO H – Principais resorts que se apropriam na variável ambiental

RESORT	Cidade
Rio Quente Resorts	Rio Quente - GO
Jatiúca Hotéis & Resorts	Maceió - AL
Ritz Lagoa da Anta	Maceió - AL
Salinas do Maragogi All Inclusive Resort	Maragogi - AL
Cana Brava Resort Hotel	Ilhéus - BA
Grand Palladium Imabassi Resort & Spa	Mata de São João - BA
Sauípe Class	Mata de São João - BA
Sauípe Club	Mata de São João - BA
Sauípe Fun	Mata de São João - BA
Sauípe Park	Mata de São João - BA
Sauípe Pousadas	Mata de São João - BA
Sauípe Premium	Mata de São João - BA
Tivoli Ecoresort Praia do Forte	Mata de São João - BA
Arraial D'ajuda Eco Resort	Porto Seguro - BA
La Torre Resort All Inclusive	Porto Seguro - BA
Catussaba Resort Hotel	Salvador - BA
Costa Brasilis Resort	Santa Cruz de Cabralia - BA
Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba	Una - BA
Beach Park Acqua Resort	Aquiraz - CE
Beach Park Suítes Resort	Aquiraz - CE
Dom Pedro Laguna Beach Villas & Golf Resort	Aquiraz - CE
Oceani Beach Park Resort	Aquiraz - CE
Nannai Beach Resort	Ipojuca - PE
Summerville Beach Resort	Ipojuca - PE
Ocean Palace Beach Resort & Bungalows	Natal - RN
Pestana Natal Hotel	Natal - RN
Serhs Natal Grand Hotel	Natal – RN
Tropical Manaus	Manaus - AM
Vale Suíço Resort Hotel	Itapeva - MG
Meliá Angra Marina & Convention Resort	Angra dos Reis - RJ
Portobello Resort & Safari	Mangaratiba - RJ
Hotel Le Canton Swiss Mountain Resort	Teresópolis - RJ
Bourbon Atibaia Convention & Spa Resort	Atibaia - SP
Royal Palm Plaza Resort Campinas	Campinas - SP
Grande Hotel Campos do Jordão	Campos do Jordão - SP
Mavsa Resort Convention & Spa	São Paulo - SP
Casa Grande Hotel Resort & Spa	Guarujá - SP
Sofitel Jequitimar	Guarujá - SP
Paradise Golf & Lake Resort	Mogi das Cruzes - SP
Grande Hotel São Pedro	São Pedro - SP
Mabu Capivari Eco Resort	Campina Grande do Sul - PR
Aguatiba Golf Resort	Cornélio Procopio - PR
Bourbon Cataratas Convention & Spa Resort	Foz do Iguaçu - PR
Iguassu Resort	Foz do Iguaçu - PR

Mabu Thermas & Resort	Foz do Iguaçu - PR
Serrano Resort Convenções & Spa	Gramado - RS
Infinity Blue Hotel Ltda	Balneário Camboriú - SC
Costão do Santinho Resort & Spa	Florianópolis - SC
Plaza Itapema Resort e Spa	Itapema - SC
Plaza Caldas da Imperatriz Resort E Spa	Santo Amaro da Imperatriz - SC

Fonte: Resorts Brasil. Disponível em: http://www.resortsbrasil.com.br/resorts_certificados.aspx. Acesso em: 03 de outubro de 2013.